



UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

FLÁVIA FERREIRA DA SILVA ROCHA

**A IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA DITADURA CIVIL-
MILITAR BRASILEIRA DE 1964: Um estudo sistêmico-funcional**

Recife
2018

FLÁVIA FERREIRA DA SILVA ROCHA

**A IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA DITADURA CIVIL-
MILITAR BRASILEIRA DE 1964: Um estudo sistêmico-funcional**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Medianeira de Souza

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

R672i Rocha, Flávia Ferreira da Silva
A imprensa e a construção do discurso da ditadura civil-militar brasileira de 1964: um estudo sistêmico-funcional / Flávia Ferreira da Silva Rocha. – Recife, 2018.
248f.: il.

Orientadora: Maria Medianeira de Souza.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018.

Inclui referências e anexos.

1. Linguística sistêmico-funcional. 2. Sistema de transitividade. 3. Ditadura civil-militar brasileira de 1964. 4. Editorial. 5. Representação. I. Souza, Maria Medianeira de (Orientadora). II. Título.


410 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2018-239)

FLÁVIA FERREIRA DA SILVA ROCHA

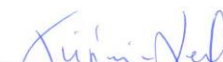
A imprensa e a construção do discurso da ditadura civil-militar brasileira de 1964: um estudo sistêmico-funcional

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Doutor em LINGÜÍSTICA em 27/2/2018.


TESE APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:




Prof.ª. Dr.ª. Maria Medianeira de Souza
Orientadora – LETRAS - UFPE



Prof.ª. Dr.ª. Maria Virgínia Leal
LETRAS - UFPE



Prof.ª. Dr.ª. Thais Ludmila da Silva Ranieri
LETRAS - UFRPE



Prof. Dr. Lucélio Dantas de Aquino
INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL - UFRN



Prof.ª. Dr.ª. Valéria Severina Gomes
LETRAS - UFRPE

Recife – PE
2018

A todas as pessoas que lutaram e lutam por uma sociedade mais justa.

A Lorena e a Vítor, pois, “apesar de..”, é possível acreditar em justiça social!

AGRADECIMENTOS

Sei que cabe à Universidade, enquanto instituição de pesquisa, o olhar científico e, conseqüentemente, a produção de conhecimento para o avanço da ciência. Todavia, apesar da solidão e aparente solidão, própria desse caminho, ele nunca é percorrido sem a contribuição de muita gente, que, às vezes, nem sabe de sua participação. Durante esta pesquisa foram muitas voltas, muitas subidas e descidas, muitas idas e vindas, mas nunca estive sozinha, sempre tive com quem contar. Por essa razão, preciso, nesse espaço, reconhecer e agradecer a cada uma dessas pessoas que sempre estiveram comigo. Assim, sem medo do “ridículo”, agradeço:

A Medianeira, minha orientadora, pela condução da pesquisa. Obrigada pelo respeito ao meu tempo de escrita – mesmo sem compreendê-lo muito bem –, por acreditar em mim, sempre, até quando eu “resolvia” ser “ostra”! Tenho certeza de que estou longe de ser a orientanda que tu sonhaste ter, mas tu és a minha orientadora sonhada! Obrigada por estar sempre do meu lado: tão firme, tão forte, tão doce!

A Virgínia Leal, pelas contribuições neste trabalho desde os exames de qualificação. Por tudo que representa na minha formação acadêmica. Por aliar competência, experiência e olhar humano na condução científica. *Como é isso?!*

Ao Prof. Orlando Vian Júnior, a Prof. Fabíola Santana, pela leitura e valiosas contribuições no início deste trabalho.

As professoras Virgínia Leal, Valéria Gomes, Thaís Ludmila Ranieri, Lucélio Aquino, por participarem da composição da banca de defesa e pelas contribuições no trabalho.

Aos professores do PGLetras da UFPE, por me constituírem enquanto professora e pesquisadora que busco ser.

Aos colegas de trabalho da UFS, pelas contribuições durante o trajeto da pesquisa e pelo apoio de sempre!

Aos funcionários do PGLetras da UFPE – Diva, Jozaías e aos bolsistas – que, com muita delicadeza, sempre estiveram prontos a dar respostas às questões burocráticas.

Aos meus colegas de curso com quem pude dividir algumas angústias da caminhada, em especial a Carol, que tem sempre um olhar doce sobre a dificuldade.

Aos meus pais, Severino e Valdeci, pelo apoio incondicional!

Aos meus irmãos, pela sempre presença e apoio. Especialmente a Bibi, por estar sempre do meu lado, por acreditar em mim até quando eu passo a duvidar!

A Rosângela e Paulo que estiveram sempre ao meu lado nos momentos mais críticos dessa caminhada, para me tranquilizar.

A minha madrinha Ruth, com sua forma de ver o mundo, com sua força de viver e de acreditar que tudo vai dar certo. Por ser a *paz de espírito* na turbulência!

A Lorena e a Vítor (meus filhos) pelo carinho, por estarem sempre do meu lado, cuidando, torcendo, contribuindo em grande medida para esse momento – por aprenderem que sou *também* mãe, mas não *apenas*. Obrigada, principalmente, por me fazerem mais feliz!

A Eugênio, por ser a poesia!

A todos, muito obrigada!!!

RESUMO

A imprensa brasileira afirma ser a imparcialidade e a defesa da democracia os valores fundamentais que norteiam suas ações sempre na defesa dos cidadãos e dos direitos humanos. No entanto, contrariando essa posição, a imprensa escrita nacional, nesta tese representada pelos jornais *O Estado de São Paulo (OESP)*, *Folha de São Paulo (FSP)* e *O Globo (OG)*, apoiaram abertamente o golpe civil-militar de 1964. Entretanto, costumam afirmar terem assumido posições diferentes nos momentos subsequentes à tomada de poder pelos militares. Em função deste posicionamento, definimos como pergunta de pesquisa desta investigação de que modo os três veículos, *OESP*, *FSP* e *OG* representaram lexicogramaticalmente a *ditadura civil-militar brasileira*, o *período de redemocratização* e o *cinquentenário do golpe*. Nosso objetivo foi o de investigar, à luz do panorama histórico da época, quais as escolhas lexicogramaticais para representar o período da ditadura, pois acreditamos que esse olhar nos possibilita compreender os mecanismos linguísticos utilizados pela imprensa para (re)construção das realidades sociais. Utilizamos como fundamentação teórica o arcabouço da Linguística Sistêmico-Funcional desenvolvida por Halliday (1985), ampliada por Halliday e Mathiessen (2004, 2014) e seguida por Eggins (1994, 1997); Bloor e Bloor (1995); Thompson (2007) dentre outros. Fizemos opção pelo Sistema de Transitividade, por meio do qual é possível acessar as concepções de mundo, possibilitando um olhar de como a ditadura foi construída pelos diários supracitados. Para compreender melhor o universo da imprensa no que diz respeito a sua constituição histórica enquanto quarto poder, assim como seu *modo de agir na* construção do editorial, baseamo-nos principalmente em Abramo (2016), Sodré (1999). Compõem nosso *corpus* 12 editoriais distribuídos em quatro fases: Fase I: *Golpe de Estado – Ditadura velada*, Fase II: *Ditadura consolidada*, Fase III: *Processo de abertura* e Fase IV: *Cinquentenário do golpe*. No que diz respeito à metodologia, selecionamos treze itens lexicais que serviram de guia para escolhermos as porções textuais que evidenciavam as representações do golpe. Usamos a ferramenta computacional *Word Smith's Tools* para a identificação dos Processos, dos Participantes e das Circunstâncias envolvidos em cada editorial em análise com vistas a investigar os significados das escolhas feitas por cada veículo de comunicação. Nossos resultados apontam para representações do golpe, principalmente, como ação necessária à proteção da democracia contra as ameaças de invasão do comunismo. Para isso, a ditadura foi instanciada nos editoriais investigados como Participante Meta, desvelando, na perspectiva dos jornais, os anseios da sociedade nas três primeiras Fases e reduzido, especialmente, às Circunstâncias históricas na comemoração dos

cinquenta anos. Com esse posicionamento, os jornais fazem um alinhamento discursivo em cada uma das quatro Fases de nosso estudo, sustentando um discurso que vai de encontro aos princípios básicos da imprensa, a alegada imparcialidade e compromisso com a verdade.

Palavras-chave: Linguística sistêmico-funcional. Sistema de transitividade. Ditadura civil-militar brasileira de 1964. Editorial. Representação.

ABSTRACT

The Brazilian press affirms that it is the impartiality and the defense of democracy that are fundamental values that guide their actions always in the defense of citizens and human rights. However, contrary to this position, the national press, in this thesis represented by the OESP, Folha de São Paulo (FSP) and O Globo (OG) newspapers, openly supported the civil-military coup of 1964. However, they often claim to have assumed different positions in the moments following the military takeover. Because of this position, we defined as a research question of this investigation how the three vehicles, OESP, FSP and OG lexicographically represented the Brazilian civil-military dictatorship, the redemocratization period and the fiftieth anniversary of the coup. Our objective was to investigate, in light of the historical panorama of the time, the lexicographic choices to represent such period, since we believe that this perspective allows us to understand the linguistic mechanisms used by the press for (re) construction of social realities. The systemic-functional linguistics framework developed by Halliday (1985), extended by Halliday and Mathiessen (2004, 2014) and followed by Eggins (1994, 1997), was used as theoretical foundation; Bloor and Bloor (1995); Thompson (2007) among others. We made an option for the Transitivity System, through which it is possible to access the world conceptions, allowing a look at how the dictatorship was constructed by the aforementioned newspapers. In order to better understand the universe of the press in regard to its historical constitution as a fourth power, as well as its way of acting in the construction of the news, we are mainly based on Abramo (2016), Sodré (1999). Our corpus compiles 12 editorials distributed in four phases: Phase I: Coup d'Etat - Concealed Dictatorship, Phase II: Consolidated dictatorship, Phase III: Opening process and Phase IV: Fiftieth anniversary of the coup. With regard to methodology, we selected thirteen lexical items that served as a guide to choose the textual portions that showed the representations of the coup. We used the Word Smith's Tools computational tool to identify the Processes, Participants and Circumstances involved in each editorial under analysis in order to investigate the meanings of the choices made by each communication vehicle. Our results point to representations of the coup mainly as a necessary action to protect democracy against the threats of invasion of communism. To this end, the coup / dictatorship was instantiated in the editorials investigated as Meta Participant, revealing, from the perspective of the newspapers, the aspirations of society in the first three phases and especially reduced to historical circumstances in commemoration of fifty years. With this positioning, the newspapers make a discursive alignment in each of the four Phases of our study, sustaining a

discourse that meets the basic principles of the press, the alleged impartiality and commitment to the truth.

Keywords: Systemic-functional linguistics. Transitivity system. Brazilian civil-military dictatorship of 1964. Editorial. Representation.

RÉSUMÉ

La presse brésilienne affirme que c'est l'impartialité et la défense de la démocratie qui sont des valeurs fondamentales qui guident leurs actions toujours dans la défense des citoyens et des droits de l'homme. Cependant, contrairement à ce poste, la presse nationale, cette thèse représentée par le journal O Estado de São Paulo (SEPS), Folha de São Paulo (FSP) et O Globo (OG), a ouvertement soutenu le coup d'Etat civilo-militaire en 1964. Cependant, ils prétendent souvent avoir assumé différentes positions dans les moments qui ont suivi la prise de contrôle militaire. En raison de ce positionnement, défini comme une question de recherche dans cette recherche comment les trois véhicules, SEPS, FSP et OG lexicogrammaticalement représentaient la dictature civile-militaire brésilienne, la période de démocratisation et le cinquantième anniversaire du coup d'Etat. Notre objectif était d'étudier, à la lumière du panorama historique de l'époque, où les choix lexicogrammaticaux pour représenter cette période, car nous pensons que ce regard nous permet de comprendre les mécanismes linguistiques utilisés par la presse à (re) construction des réalités sociales. Le cadre linguistique systémique et fonctionnel développé par Halliday (1985), prolongé par Halliday et Mathiessen (2004, 2014) et suivi par Eggins (1994, 1997), a été utilisé comme fondement théorique; Bloor et Bloor (1995); Thompson (2007) parmi d'autres. Nous avons fait une option pour le Système de Transitivity, à travers lequel il est possible d'accéder aux conceptions du monde, en permettant un regard sur comment la dictature a été construite par les journaux susmentionnés. Pour mieux comprendre l'univers de la presse à l'égard de sa constitution historique quatrième puissance, ainsi que leur mode d'action dans la construction de nouvelles, nous comptons principalement sur Abramo (2016), Sodré (1999). 12 éditorial comprennent notre corpus divisé en quatre phases: Phase I: Coup - dictature voil e Phase II: Dictature consolidée, Phase III: processus d'ouverture et de Phase IV: le coup Cinquentenário. En ce qui concerne la méthodologie, nous avons sélectionné treize items lexicaux qui ont servi de guide pour choisir les parties textuelles qui montraient les représentations du coup. Nous avons utilisé l'outil de calcul Outils de Word Smith pour identifier les processus, les participants et les circonstances impliqués dans chaque éditorial analysé afin d'étudier la signification des choix effectués par chaque véhicule de communication. Nos résultats pointent vers des représentations du coup d'état principalement comme une action nécessaire pour protéger la démocratie contre les menaces d'invasion du communisme. Pour cela, le coup / dictature ont été instanci  dans l'éditorial Identifié comme un participant Meta, révélant, du point de vue des journaux, les aspirations de la société au cours des trois premières phases et

réduit en particulier, les circonstances historiques dans la célébration de cinquante ans. Avec ce positionnement, les journaux font un alignement discursive dans chacune des quatre phases de notre étude, tenant un discours qui va à l'encontre des principes fondamentaux de la presse, l'impartialité présumée et de l'engagement à la vérité.

Mots-clés: Linguistique systémique-fonctionnelle. Système de transitivité. La dictature civilo-militaire brésilienne de 1964. Éditorial. Représentation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Estratificação da língua.....	32
Figura 02 – Instanciação.....	34
Figura 03 - Elementos centrais e periféricos na estrutura da oração.....	42
Figura 04 - Gramática da experiência - Tipos de Processos.....	44
Figura 05 - Configuração dos diários nos acervos digitais.....	81
Figura 06 - Ferramentas do WordSmith Tools.....	86
Figura 07 - Lista Concord.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual dos Processos no corpus.....	94
Gráfico 2 - Função semântica no corpus.....	94
Gráfico 3 - Percentual dos Processos na I Fase de análise.....	99
Gráfico 4 - Função semântica na I Fase de análise.....	99
Gráfico 5 - Percentual dos Processos na II Fase de análise.....	128
Gráfico 6 - Função semântica na II Fase de análise.....	129
Gráfico 7 - Percentual dos Processos na III Fase de análise.....	146
Gráfico 8 - Função semântica na III Fase de análise.....	146
Gráfico 9 - Percentual dos Processos na IV Fase de análise.....	175
Gráfico 10 - Função semântica na IV Fase de análise.....	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Níveis de realização do Registro na teoria Hallidiana.....	36
Quadro 02 - Metafunções da linguagem e suas categorias de análise.....	41
Quadro 03 - Tipos e Modos dos Processos Relacionais.....	49
Quadro 04 - Processos, significados e Participantes.....	54
Quadro 05 - Circunstâncias.....	59
Quadro 06 - Organização retórica de editoriais jornalísticos.....	69
Quadro 07 - Sistematização do corpus por ano e jornal.....	83
Quadro 08 - Desenho da pesquisa.....	85
Quadro 09 - Itens lexicais analisados no corpus.....	89
Quadro 10 - Itens lexicais com maior incidência nos dados.....	92
Quadro 11 - Itens com menor incidência nos dados.....	92
Quadro 12 - Registro das ocorrências dos itens lexicais por Jornal/editorial na II Fase de análise.....	98
Quadro 13 - Registro das ocorrências dos itens lexicais por Jornal/editorial na II Fase de análise.....	128
Quadro 14 - Registro das ocorrências dos itens lexicais por Jornal/editorial na III Fase de análise.....	145
Quadro 15 - Registro das ocorrências dos itens lexicais por Jornal/editorial na IV Fase de análise.....	174

LISTA DE SIGLAS

LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
OESP	O Estado de São Paulo
FSP	Folha de São Paulo
OG	O Globo

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	20
2 LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL: BASES TEÓRICAS PARA UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA.....	30
2.1 LSF: ORIGEM E PRESSUPOSTOS.....	30
2.1.1 Como a língua produz sentido.....	34
2.1.2 Contexto.....	35
2.1.3 Metafunções: a linguagem organizada pelo nível lexicogramatical.....	37
2.2 SISTEMA DE TRANSITIVIDADE: AS BASES TEÓRICAS.....	41
2.2.1 Os Processos e Participantes.....	44
2.2.2 Circunstâncias.....	55
3 IMPRENSA: PRÁTICAS SOCIAIS E DISCURSIVAS DE UM SUPRAPODER.....	60
3.1 A IMPRENSA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	60
3.2 EDITORIAL: CONFIGURAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL.....	66
3.2.1 Características estruturais do Editorial.....	68
3.3 1964/1984: UM GOLPE TAMBÉM DA MÍDIA.....	70
4 PERCURSO METODOLÓGICO: A RESPOSTA DOS DADOS.....	80
4.1 BÚSSOLA E MAPA PARA O PERCURSO.....	80
4.2 CATEGORIA DE ANÁLISE.....	84
4.3 OS DADOS DA PESQUISA – COMO FORAM GERADOS.....	84
4.3.1 Ferramenta computacional WordSmith Tools.....	85
4.4 OS DADOS DA PESQUISA.....	88
4.5 RECORRÊNCIA, OMISSÃO E IDEOLOGIA DOS ITENS LEXICAIS.....	89
4.6 DESCRIÇÃO QUANTITATIVA DO SISTEMA DE TRANSITIVIDADE.....	93
5 GOLPE E DITADURA OFICIALIZADA.....	96
5.1 FASE I – DO GOLPE (1964) ÀS MARGENS DO AI-5 (1968).....	96
5.1.1 Antecedentes do golpe e usurpação do poder em 1964 pelos militares.....	96
5.1.2 Representações do golpe no Sistema de Transitividade – Fase I de análise.....	98
5.1.3 Análise da Representação do golpe civil-militar brasileiro por Jornal.....	100
5.1.3.1 OESP: golpe civil-militar como movimento vitorioso.....	100
5.1.3.2 FSP: golpe civil-militar como restabelecimento da lei.....	105
5.1.3.3 OG: golpe civil-militar como a volta da democracia.....	118

5.2 FASE II – DA EDIÇÃO DO AI-5 (1968).....	127
5.2.1 Ditadura consolidada: céu cor de chumbo e porões escuros.....	127
5.2.2 Representações do golpe no Sistema de Transitividade – Fase II	
de análise.....	127
5.2.3 Análise por jornal.....	129
5.2.3.1 OESP: Instituições em frangalhos – simulacro de rompimento com a ditadura.....	129
5.2.3.2 Alvíssaras da ditadura – o piedoso regime da Folha.....	134
5.2.3.3 OG: O salto e o atleta.....	140
6 A REDEMOCRATIZAÇÃO E O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE	
DE 1964.....	144
6.1 FASE III – DA REVOGAÇÃO DO AI-5 (1978) AO FINAL DA DITADURA (1985).....	144
6.1.1 Um plano de autoproteção à guisa de abertura política.....	144
6.1.2 Representação do golpe no Sistema de Transitividade – Fase III.....	145
6.1.3 Análise por jornal.....	147
6.1.3.1 OESP – Distorção das lentes para enxergar sonho.....	147
6.1.3.2 FSP: inventário de resultados.....	155
6.1.3.3 OG – Golpe como Revolução em defesa da democracia.....	163
6.2 FASE IV – 50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964.....	173
6.2.1 Cinquentenário do Golpe – Mea culpa dos editoriais para fora.....	173
6.2.2 Representações do golpe no Sistema de Transitividade – Fase IV	
de análise.....	174
6.2.3 Análise por jornal.....	176
6.2.3.1 OESP: circunstâncias históricas como reafirmação de apoio ao golpe.....	176
6.2.3.2 FSP: Golpe reafirmado como único caminho e reduzido a um período de aprendizado.....	186
6.2.3.3 OG: Golpe reafirmado como circunstância de um momento reduzido a “História” “há muito”.....	97
7 ÚLTIMAS PALAVRAS.....	209
REFERÊNCIAS.....	214
ANEXO A - O ESTADÃO, 03 DE ABRIL DE 1964.....	220
ANEXO B - O ESTADÃO, 13 DE DEZEMBRO DE 1968.....	222
ANEXO C - O ESTADÃO, 31 DE MARÇO DE 1984.....	224

ANEXO D - O ESTADÃO, 24 DE MARÇO DE 2014.....	227
ANEXO E - FOLHA DE SÃO PAULO, 02 DE ABRIL DE 1964.....	229
ANEXO F - FOLHA DE SÃO PAULO, 04 DE JANEIRO DE 1979.....	232
ANEXO G - FOLHA DE SÃO PAULO, 31 DE MARÇO DE 1984.....	234
ANEXO H - FOLHA DE SÃO PAULO, 30 DE MARÇO DE 2014.....	237
ANEXO I - O GLOBO, 02 DE ABRIL DE 1964.....	239
ANEXO J - O GLOBO, 04 DE JANEIRO DE 1969.....	241
ANEXO K - O GLOBO, 07 DE OUTUBRO DE 1984.....	243
ANEXO L - O GLOBO, 31 DE AGOSTO DE 2013.....	246

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Em diversos momentos da história do Brasil, golpes foram decretados, usando como lema a segurança e o bem-estar do povo em nome da democracia. Foi assim em cada um dos dez golpes¹ ocorridos no Brasil desde a “noite da agonia”, na dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, passando pelo golpe civil-militar de 1964 até o mais recente em 2016. Não dá para mensurar qual deles trouxe mais danos à sociedade brasileira. Seria, no mínimo, prepotência de nossa parte. No entanto, é possível afirmar que nessa escala dos dez, o golpe civil-militar de 1964, talvez tenha sido o mais traumático deles, com sequelas possíveis de serem identificadas até hoje.

No mais recente, o golpe executado em 2016, quando a Presidenta da República, Dilma Rousseff, eleita democraticamente, foi impedida de continuar governando o país, tem-se uma reprodução muito próxima do que houve em 1964, com os mesmos interesses, “uma fraude bem-perpetrada dos donos do dinheiro, que são os reais ‘donos do poder’” (SOUZA, 2016, p. 12) agiram, sem sequer serem mencionados, e para isso contaram com a viciada e distorcida cobertura midiática (SOUZA, 2016, p. 11). É significativo considerar que,

Todos os golpes de Estado tiveram a corrupção como mote, precisamente porque ela se presta sem esforço a ser tomada arbitrariamente contra o inimigo político de ocasião. A farsa é tão completa que até mesmo uma presidente que, pelo menos até a data em que o impedimento foi votado na Câmara dos Deputados e aceito no Senado, jamais havia sido sequer acusada de corrupção torna-se sua vítima. (SOUZA, 2016, p.12)

Em 1964, não foi diferente. O golpe civil-militar, que compõe o Contexto de Situação desta tese (discutido na Seção 2), também tem como emblema a segurança nacional com o combate ao comunismo. Foram 21 anos de autoritarismo e repressão – compreendidos entre 1964 e 1985 – que através de uma política repressiva de Estado, a qual incluía a tortura como prática institucional, suprimiu as liberdades democráticas, atingindo o desrespeito à condição humana. Os reflexos deste regime ditatorial ainda são capazes de danos. Talvez por essa razão, mesmo depois de mais de cinquenta anos, ainda não nos reconciliamos com esse “passado” e temos dificuldade de estabelecer um resgate da memória histórica dessa época como fizeram outros países da América Latina, a exemplo do Chile e da Argentina, que

¹ O Brasil sofreu, antes de 2016, nove golpes, quais sejam: A “noite da agonia”- dissolução da Assembleia Constituinte de 1823; O “Golpe da maioria” (1840), Proclamação da República (1889); Golpe de 3 de novembro (1891); O curioso caso de Floriano Peixoto (1891); Revolução de 1930; “Estado Novo” (1937); Deposição de Getúlio Vargas em 1945; Golpe civil-militar de 1964.

viveram situações semelhantes². No Brasil, mesmo depois da implantação da Comissão da Verdade, em 2012 – baseada nos princípios de Direito à verdade, Reparação e Justiça –, percebemos que, apesar de ser o início de um processo muito significativo, ainda estamos muito distante dessa reconciliação. Prova disso é a manutenção da lei da Anistia com recusas à revisão, sob o pretexto de ter sido um acordo político, ou quem sabe as palavras de Figueiredo – “certos eventos, melhor silenciá-los, em nome da paz da família brasileira” –, no discurso de lançamento do projeto de lei, ainda ecoem.

Na década de 60, quando o mundo vivia a polarização entre os dois blocos hegemônicos dos regimes políticos, Capitalismo e Comunismo, o Brasil não esteve à margem e, assim como o restante da América Latina, foi palco da acirrada disputa entre esquerda e direita e sofreu danos muito específicos desse cenário.

Nesse jogo de poder, a imprensa nacional teve uma atuação importantíssima, quiçá, determinante, a exemplo de 2016, para o encaminhamento do golpe, para a consolidação e para a manutenção do regime ditatorial que ora se estabelecia. Foi colocada em prática pela imprensa, de forma quase que unânime, uma espécie de campanha, que na verdade já vinha de outras épocas, de combate ao comunismo, tomando-o como “o lugar do mal” (MARIANI; 1996, p. 15), o que já se verificara em 1961, na tentativa de impedir a posse do presidente João Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros. A Folha de São Paulo, por exemplo, publicou dentre muitas outras matérias, um caderno especial apresentando vantagens de se ter um país comandado pelas Forças Armadas, uma visão que interessava diretamente ao modelo político e econômico do sistema capitalista.

O golpe foi deflagrado e o poder político não mudou de mãos, uma mesma elite econômica ditava as regras do jogo também econômico. A imprensa, um dos atores de relevo dessa conjuntura, representada nesta tese pelos jornais *O Estado de São Paulo* (OESP), *Folha de São Paulo* (FSP) e *O Globo* (OG), assim como outros segmentos da sociedade brasileira, contribuiu ativamente para a deposição do governo, como se pode comprovar nas palavras de Skidmore (1988, p.63):

A Revolução de 64 foi entusiasticamente festejada pela maior parte da mídia brasileira. Jornais importantes como o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* pugnavam abertamente pela deposição do governo Goulart. Não ficava atrás em sua oposição a cadeia de revistas, jornais e estações de rádio e TV dos “Diários

² Na América Latina, Argentina e Chile também viveram uma ditadura militar. A Argentina de 1966 a 1973 e o Chile de 1973 a 1990.

Associados”. O único jornal importante que combateu o golpe foi o Última Hora, cujo diretor e fundador, Samuel Wainer, teve que fugir

Como se observa, com a alegação de ameaça comunista, o apoio à ditadura civil-militar é aberto e público, proporcionando aos jornais grande participação nos caminhos trilhados no Brasil de então.

Em todo o país, movimentos diversos foram organizados em apoio à tomada de poder pelos militares. Esses apoios se traduziram em notas, reportagens, editoriais e passeatas, como a realizada pela *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*³, no dia 19 de março de 1964, em oposição ao *Comício do dia 13*⁴. Para Marconi (1980),

A cumplicidade da mídia hegemônica no curso da ditadura foi escandalosa e, sem incorrer em qualquer tentativa panfletária, verdadeiramente criminosa, especialmente quando serviu de suporte para legalizar as mortes cometidas pelos centros de repressão abertos ou clandestinos. Aqui, não há como tergiversar. A ditadura elaborava a farsa de que um preso político barbaramente torturado e morto tinha sido ferido por seus companheiros quando fora cobrir um ponto, entregava o release à imprensa – e tudo corria no melhor dos mundos. Certamente nossa mídia achava que podia lavar as mãos (p. 118)

Sabemos que a imprensa, especialmente na sociedade moderna, assume decisivo papel enquanto formadora de opinião. Sabemos também o quanto essas posições estão relacionadas com a situação histórica e social. Na esteira desse raciocínio, Sodré (1999, p. x) afirma estar a história da imprensa ligada à história do Capitalismo, reproduzindo, poderíamos dizer, os interesses e propósitos do sistema:

A imprensa nasceu com o Capitalismo e acompanhou o seu desenvolvimento. Ela espelha, atualmente, a ampla crise que caracteriza a atual etapa do avanço do Capitalismo. Etapa bem definida, aliás, pelo extraordinário surto e influência dos referidos meios de massa.

É nesse sentido que nossa pesquisa, considerando a influência e o poder que exerce a imprensa na formação de opinião e de posicionamento na sociedade, propõe-se a investigar

³ *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* é a passeata que dá origem a uma série de eventos ocorridos em março de 1964 em resposta à considerada “ameaça comunista” do comício do presidente João Goulart. A primeira ocorreu no dia 19 de março, quando foi distribuído o *Manifesto ao povo do Brasil*, pedindo o afastamento do presidente Jango. Quinhentas mil pessoas participaram desse ato. Depois do golpe, no dia 02 de abril, ocorreu a *Marcha da vitória*.

⁴ *Comício do dia 13 ou Comício das Reformas* foi realizado no dia 13 de março de 1964 na Praça da República, Rio de Janeiro. João Goulart, presidente da República, e Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, discursaram para 150 mil pessoas. Esse comício sinalizava para mudanças temidas pelo Exército (cf. SKIDMORE, 1988).

quais as representações da *Ditadura Militar Brasileira*, da *Redemocratização* e do *Cinquentenário do Golpe* construídas pelos jornais *O Estado de São Paulo (OESP)*, *Folha de São Paulo (FSP)* e *O Globo (OG)*.

É importante deixar claro que, apesar da amplitude conceitual, tomamos como imprensa a prática essencialmente escrita desenvolvida por veículos de comunicação jornalística, nesta tese, como já dito, representados pelos três maiores jornais em circulação hoje no Brasil : *ESP*, *FSP* e *OG*.

Quanto à representação, partimos do entendimento de que “estudar as representações sociais é buscar conhecer o modo como o grupo humano constrói um conjunto de saberes que expressam a identidade de um grupo social” (OLIVEIRA; WERBA, 1998, p. 107). Apesar de não desconsiderarmos a posição individual, acreditamos que essas construções são realizadas e compartilhadas socialmente, o que contribui para a construção de realidades comuns e para a comunicação dos grupos. Ou seja, trata-se de uma forma de conhecimento e precisa ser entendida como tal a partir do contexto de situação em que está inserida. Para nós, isso não significa dizer que existe um reflexo da realidade na perspectiva do espelhamento (POTTER, 1996), mas construções, tanto mentais⁵ como sociais, carregadas de crenças e ideologias de um grupo social, que são semiotizadas na linguagem, tomada, por nós, como a construção simbólica que dá acesso a posições ideológicas, aos modos de representar aspectos ligados aos mundos material, mental e social constituintes dos textos, como aponta a função Ideacional proposta por Halliday. Dessa forma, acreditamos que as representações são acessadas socialmente pela linguagem e, nesse sentido, o Sistema de Transitividade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) nos possibilita descrever e compreender como tais representações se constituem linguisticamente e discursivamente nos editoriais que constituem nosso *corpus*.

Com efeito, muitos estudiosos da área social pesquisam sobre o golpe civil-militar de 64, no entanto as pesquisas de abordagens linguísticas não são tão numerosas como aquelas, o que justifica a realização deste trabalho. Além disso, acrescente-se a possibilidade de observar como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação (cf. KRESS *apud* PEDRO, 1997, p. 22) e não esquecendo também que trazer para a discussão uma temática como esta é uma forma de resgatar a memória, compreender o funcionamento de golpes e fornecer argumentos para que a sociedade reaja contra possíveis novas tentativas de quebra da ordem democrática,

⁵ Consideramos social nesta pesquisa a relevância dos aspectos cognitivos envolvidos na linguagem, apesar de não ser foco de nossas discussões.

disfarçadas de soluções enérgicas, mas inevitáveis. Some-se a isso a possibilidade de mais esclarecimentos sobre os mecanismos linguísticos utilizados pela imprensa para manipulação e conservação do poder.

Sendo assim, as reflexões feitas em torno do nosso objeto de estudo fizeram-nos chegar à seguinte pergunta norteadora da pesquisa:

- Como os três veículos, *OESP*, *FSP*, *OG*, cujos editoriais compõem o *corpus* desta pesquisa, representaram lexicogramaticalmente a *ditadura civil-militar brasileira*, o *período de redemocratização* e o *cinquentenário do golpe*?

Acreditamos que este questionamento vai além de uma preocupação hermenêutica, uma vez que buscamos compreender como aspectos linguísticos constituem mecanismos para entendimento da construção do panorama discursivo, social e político do recorte temporal por nós selecionado. Trata-se de um questionamento muito mais heurístico na medida em que lança um olhar para a descrição linguística nos moldes da LSF, possibilitando-nos pôr em evidência mecanismos linguísticos utilizados pela imprensa na construção de realidades sociais. Dessa forma, buscamos não apenas fazer uma descrição da língua nos moldes estruturais, mas compreender como sua estrutura funciona socialmente, pois “Não se trata de recusar a forma e dar um privilégio à função, à ação, ao social e ao histórico, mas de harmonizá-los” (MARCUSCHI, 2008, p. 31). E, nas palavras de Boaventura de Souza Santos (2003, p. 30), “Deve-se suspeitar de uma epistemologia que recusa a reflexão sobre as condições sociais de produção e de distribuição (as consequências sociais) do conhecimento científico”.

A partir desta problematização, trabalhamos com a hipótese de que:

- O apoio dos jornais *OESP*, *FSP* e *OG*, por meio de editoriais, ao golpe civil-militar verificado durante sua instauração (1964) se estende para todos os outros períodos, inclusive o cinquentenário, quando os veículos ensaiam uma *mea culpa*. Os veículos mudam apenas a construção do discurso, que, de expresso e militante em 1964, passa a revestir-se de aparência discordante dos rumos que o golpe vai impondo. Entretanto, na essência, os três diários parecem fiéis aos propósitos iniciais do regime ditatorial, nos 21 anos em que esteve em vigor, e reafirmam essa fidelidade nos cinquenta anos.

À vista disso, essas representações, feitas em editoriais impressos e em diferentes momentos, sinalizam para uma adequação de postura assumida pelos três veículos, o que lhes possibilita a construção de uma imagem alinhada aos valores democráticos para coincidir com o desejo da parcela majoritária da sociedade.

Assim, a defesa do golpe posto como única força capaz de impedir o Comunismo no Brasil, como forma de salvar o país de um colapso econômico e como benéfico aos cidadãos de bem e de respeito, parece ter se mantido e ratificado.

Para verificar essa hipótese, elegemos como objetivo-geral:

- Investigar, nos editoriais que compõem o *corpus* desta pesquisa, as escolhas lexicogramaticais para representar a ditadura civil-militar, o período de redemocratização e o cinquentenário do golpe, considerando o panorama histórico correspondente.

Somam-se a esse objetivo outros específicos que possibilitaram alcançar tal propósito, quais sejam:

- Contextualizar historicamente os editoriais que compõem o *corpus* com intuito de possibilitar a identificação e descrição das escolhas lexicogramaticais do Sistema de Transitividade realizadas pelos jornais OESP, FSP, OG.
- Analisar as escolhas lexicogramaticais a partir do Sistema de Transitividade (HALIDAY; MATTHIESSEN, 2014), considerando os Processos, os Participantes e as Circunstâncias envolvidas em cada editorial.

Para alcançar tais objetivos, tomando a linguagem como um sistema complexo, fica evidente a necessidade de selecionarmos meios para analisá-la. Por essa razão, escolhemos a abordagem teórica e metodológica da Linguística Sistêmico-Funcional proposta por Halliday, como forma de olhar para diferentes fenômenos linguísticos. Tal escolha se deu por entendermos que essa teoria nos possibilita tratar os fenômenos da língua como gramática, como discurso e como contexto social, alargando as possibilidades de se entender a linguagem para além dos aspectos estruturais, voltada para a vida social, uma vez que esta é tomada como

uma parte natural do processo de viver; ela também é usada para ‘contar’ a experiência construída ao longo desse processo, pessoal e coletivo. É, entre outras coisas, uma ferramenta para representar os conhecimentos, ou em termos da própria linguagem, para construir significados. (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p. 17)

Selecionamos desta perspectiva teórica o Sistema de Transitividade, a partir da Metafunção Ideacional, proposto por Halliday e Matthiessen (2014), por refletir a função representacional que possui a linguagem, evidenciando-se na Oração, composta por três constituintes: Participantes, Processos e Circunstâncias.

Queremos frisar que consideramos os aspectos cognitivos como processos fundamentais à constituição da língua, no entanto essa discussão não fará parte desta pesquisa, pois não constitui foco de nosso interesse nesta investigação.

Metodologicamente, esta tese é composta por textos da esfera discursiva do jornalismo, mais especificamente por editoriais (pormenorizado na Seção 3), um gênero de opinião, convencionalmente, não assinado por nenhum jornalista ou correspondente, mas pelo próprio jornal, indicando qual a perspectiva ideológica assumida pelo veículo. São, ao todo, 12 editoriais selecionados de quatro momentos – três para cada fase – cruciais da ditadura, quais sejam: a implantação do golpe (1964), o recrudescimento da ditadura (1968), a redemocratização (1979) e o cinquentenário (2014).

Os jornais selecionados para compor o universo da pesquisa são, como já referido, *OESP*, *FSP* e *OG*.

Quanto à seleção específica das fases que compõem esse período, consideramos o posicionamento de estudiosos do assunto como Gaspari (2014), Skidmore (1988), Dreifuss (1987), Chiavenato (2004), Lopez (1991), dentre outros.

Inicialmente pensamos numa distribuição de fases compostas por seis diferentes momentos, a saber:

- *Abril de 1964* – por ser o momento que marca o início do governo militar com a tomada de poder;
- *Entre dezembro de 1968 e outubro de 1969* – por ser um período de extremas repressões e grandes silenciamentos no meio estudantil, sindical, artístico e intelectual estabelecidos pela decretação do AI-5;
- *Entre agosto de 1969 a setembro de 1974- Durante o governo Médice.* – por ser este o momento de maior tensão do governo militar. Há um recrudescimento do sistema acentuado com torturas e mortes aos “opositores” e uma espécie de acordo com a

burguesia: ela abriria mão dos controles políticos tradicionais e de instrumento como a liberdade de imprensa, o pluripartidarismo, o *habeas corpus* e o Estado, por seu lado, mantinha a ordem a qualquer custo, assumindo os interesses dos empresários como se fossem os de toda a Nação;

- *Entre janeiro e agosto de 1979* – por ter sido decretado, em agosto, a Anistia depois de uma ampla campanha pública. Presos e exilados começavam a ser “beneficiados” e alguns puderam voltar ao Brasil;
- *Entre março e abril de 1984*- por ter sido o período de campanhas em prol das Diretas Já e também por ter sido derrotada a emenda constitucional Dante de Oliveira, que restabeleceria as eleições diretas para presidente.
- *Entre agosto de 2013 e março de 2014* – por ter sido o período em que os jornais que compõem nosso *corpus* veicularam editoriais em função do cinquentenário.

Entretanto, no decorrer das análises, percebemos que, considerando ser esta pesquisa de cunho qualitativo, a divisão em mais fases não iria trazer mudanças nos resultados, uma vez que não iríamos descartar um momento, mas reestruturá-lo de modo a abarcar os desdobramentos inerentes a esse período da história do Brasil. Por essa razão, no que diz respeito à divisão metodológica por fases por nós adotada, partimos da configuração feita por Gaspari (2014)⁶: 1) *A ditadura envergonhada*; 2) *A ditadura escancarada* e 3) *A abertura lenta e gradual*, por acreditarmos que tal configuração seja emblemática para o período por nós selecionado. É verdade que não utilizamos a nomenclatura empregada por este estudioso, mas as denominamos de: 1) *Golpe de Estado – ditadura velada*; 2) *Ditadura Consolidada*; 3) *Processo de abertura* e, a elas, acrescentamos uma quarta fase, nomeada de 4) *Cinquentenário do golpe*. Dessa forma, temos os seguintes marcos e justificativas para a divisão de tempo:

- 1) *Golpe de Estado – Ditadura velada*: de 1964, com a deposição de presidente João Goulart pelos militares, a 1968, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), por ser o momento que marca a consolidação da ditadura;
- 2) *Ditadura consolidada*: de dezembro de 1968, quando da promulgação do AI-5, a agosto de 1978, quando da revogação do AI-5, do abrandamento da Lei de Segurança Nacional, da abolição da prisão perpétua e da pena de morte e do restabelecimento do *habeas corpus*.

⁶ É importante ressaltar que a utilização das fases a partir de Gaspari (2014) consiste em mera necessidade metodológica para a delimitação do aspecto temporal da pesquisa.

- 3) *Processo de abertura*: de 1979, quando da posse do general Figueiredo, com a promessa de restabelecer a democracia até março de 1985, com a posse de José Sarney na presidência da República como presidente civil, marcando, de modo oficial, a ditadura militar no Brasil.
- 4) *Cinquentenário do golpe: entre agosto de 2013 e março de 2014* – por ter sido o período em que os jornais que compõem nosso *corpus* veicularam editoriais em função do cinquentenário.

Do ponto de vista organizacional, esta tese está estruturada em seis Seções, além das Considerações Finais. A Seção 1 – *Palavras Iniciais* – traça um panorama geral da pesquisa contextualizando-a. Apresenta o tema, os objetivos, a pergunta que norteia toda nossa investigação, como também um panorama geral do que vai ser detalhado ao longo do trabalho.

Na Seção 2 – *Linguística Sistêmico-Funcional: bases teóricas para uma análise linguística* –, discutimos os pressupostos teóricos que dão sustentação a nossa pesquisa. Nela, apresentamos as bases da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday (1978, 1985, 1994); Halliday & Hasan (1989); Halliday & Matthiessen (2004), Eggins (1994, 1997), Bloor e Bloor (1995) dentre outros, na qual a língua é concebida sob a perspectiva sociosemiótica (Halliday e Hasan, 1989, p. 4), como produto motivado pelo contexto sociocultural, como “um sistema de código convencionalizado, organizado como um conjunto de escolhas” (Eggins, 1994 p.3) com foco na linguagem em uso e de caráter social, porque está voltada à relação entre língua e estrutura social.

Na Seção 3 – *Imprensa: práticas sociais e discursivas de um suprapoder* –, buscamos discutir a imprensa como veículo que se caracteriza pelo paradoxo de se dizer imparcial, entretanto que exerce socialmente o poder de interferir nas agendas sociais, políticas e econômicas, construindo sentidos em favor de seus interesses. Apresentamos em três Subseções, respectivamente, *a imprensa na sociedade contemporânea*, com um breve panorama de como age a imprensa na contemporaneidade; *editorial: configuração política social*, com uma caracterização estrutural e discursiva acerca desse gênero usado como um dos mecanismos de poder pela imprensa e, finalmente, *1964/1984: um golpe também da mídia*, uma breve demonstração de como agiu a imprensa por meio dos jornais *OESP*, *FSP* e *OG* nos anos de ditadura militar brasileira.

A Seção 4 – *Percurso metodológico: a resposta dos dados* – é introduzida pelos passos metodológicos, os quais indicam o caminho percorrido por esta pesquisa. Neles,

explicitamos as escolhas de uma investigação de cunho fundamentalmente qualitativo, evidenciando os procedimentos adotados para o tratamento e análise dos dados.

A Seção 5 – *Golpe e ditadura oficializada* – traz a análise do Sistema de Transitividade nos editoriais que compõem a Fase I e a Fase II de nosso *corpus*, demonstrando quais as escolhas lexicogramaticais feitas pelos jornais *OESP*, *FSP* e *OG* para representar o golpe civil-militar brasileiro de 1964 e seus desdobramentos. Nela, estão evidenciados, na Oração, os Processos, quais Participantes estão envolvidos e como eles são apresentados, como também quais as Circunstâncias implicadas.

A Seção 6 – *A Redemocratização e o cinquentenário do golpe de 1964* – nos moldes da Seção 5, apresenta a análise das Fases III e IV de nosso *corpus* também a partir do Sistema de Transitividade. Foram evidenciados os Participantes, os Processos e as Circunstâncias que compõem as estruturas oracionais investigadas.

Por fim, expomos as Considerações Finais da nossa pesquisa, evidenciando a discussão dos resultados obtidos, assim como as reflexões em torno dos desdobramentos que as análises acerca das representações do golpe nos possibilitaram.

2 LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL: BASES TEÓRICAS PARA UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA

Esta Seção tem como propósito discutir os pressupostos teóricos que embasam esta pesquisa. Nela, expomos, segundo a concepção da Linguística Sistêmico-Funcional, as bases funcionais da linguagem a partir do arcabouço da corrente Sistêmico-Funcional, desenvolvida por Halliday, que tem seus princípios teóricos definidos por Halliday (1978, 1985, 1994); Halliday & Hasan (1989); Halliday & Matthiessen (2004, 2014), Eggins (1994, 1997, 2004), Butt et.al (2000), Thompson (2007) dentre outros, além de trazermos os principais conceitos que dão suporte a essa perspectiva. Enfocaremos assim, uma concepção de língua sociossemiótica (Halliday e Hasan, 1989, p. 4), centrada nas funções que exerce em práticas socialmente situadas.

2.1 LSF: ORIGEM E PRESSUPOSTOS

Na década de 1960, os estudos linguísticos eram tomados pela concepção estrutural, concebendo a língua como um conjunto de regras abstratas indiferentes a existência de qualquer contexto, fazendo da autonomia linguística o centro dos estudos dessa época. Nesse cenário, surge a abordagem da Gramática Transformacional desenvolvida por Noam Chomsky. Nela ainda não há um olhar diferente para a autonomia da língua, mas uma nova perspectiva era considerada. Chomsky insistia que a linguística deveria ir além de descrever estruturas sintáticas, e destina-se a explicar por que a linguagem é estruturada na forma como ela é – o que inclui explicar por que outros tipos de estruturas não são encontradas.

Chomsky desprezou, em sua teoria, os usos, ou seja, não buscou entender nem descrever como usamos as frases em situação de comunicação, seu propósito se dava em função da descoberta de regras que governam a posição dos constituintes para que as frases fossem consideradas gramaticalmente corretas. E de como essas regras poderiam ser aplicadas em todas as línguas.

Buscar explicações para tais escolhas seria para este teórico buscar questões de ordem mental, neurológicas e genéticas. Seria para ele uma abordagem sobre a natureza da linguagem. Pois, segundo Chomsky “a língua não é considerada como um sistema de comunicação. É algo bastante diferente, é um sistema para expressão de pensamento”. (2007,

p.76). Isso significa dizer que interessava saber o que é biológico e como as estruturas linguísticas das diferentes línguas se constituem.

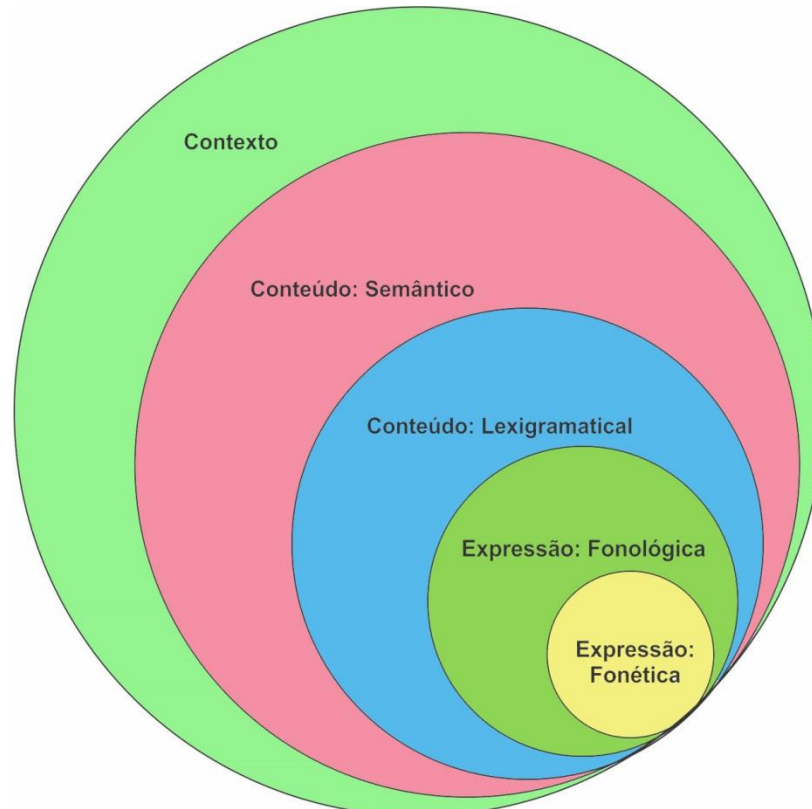
Foi nesse cenário que surgiu a proposta teórica de M.A.K. Halliday, denominada Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). Assumindo posicionamento diferente e influenciado pelos estudos culturalistas desenvolvidos por Malinowski (1935), Halliday (1985), ao contrário de Chomsky, acredita que a língua é funcional e não biológica, como afirmado pela corrente gerativista. A partir dessa percepção, a LSF elege como propósito entender que função a linguagem exercia para a vida social. Pois, para Halliday (1994, p. XIII):

Cada texto – ou seja, tudo que é dito ou escrito – desenrola-se em algum contexto de uso, mais ainda, são os usos da linguagem que nas últimas dezenas de milhares de gerações têm dado forma ao sistema. A linguagem desenvolveu-se para satisfazer as necessidades humanas; e a forma como ela é organizada é funcional com respeito a estas necessidades – ela não é arbitrária. Uma gramática funcional é essencialmente uma gramática ‘natural’ no sentido de que tudo nela pode ser explicado, por último, pela referência de como a linguagem é usada.

Como se observa, os diferentes contextos nos proporcionam diferentes escolhas de recursos linguísticos, compatíveis com as diversas situações para dizermos o mundo e construirmos socialmente os sentidos, uma vez que o sistema gramatical de uma língua está intimamente relacionado com as necessidades sociais que a língua é chamada a servir (HALLIDAY, 1970, p. 142).

Desse modo, a abordagem de Halliday configura-se como uma teoria sistêmica e funcional proposta para explicar a linguagem em uso em diferentes contextos sociais. Sistêmica por considerar que a linguagem se organiza paradigmaticamente em vários níveis ou estratos – semânticos, lexicogramatical, fonológico e fonético – conforme Figura 01 – e funcional por assumir que as necessidades humanas fizeram a linguagem se desenvolver de uma e não de outra maneira.

Figura 01 - Estratificação da língua.



Fonte: Halliday e Matthiessen (2014, p. 26)

Para Butt et. al. (2000, p. 6) “o conceito de sistema é importante por se referir a todo o potencial da linguagem em cada nível”, principalmente, à produção de significados, considerando os sistemas experienciais, interpessoais e textuais.

Segundo Halliday (1994, p. XIII), “a linguagem se desenvolveu para satisfazer necessidades humanas” e “o modo como está organizada é funcional relativamente a essas necessidades”. Ainda de acordo com o autor, “as funções são motivadas de acordo com as opções disponíveis, com isso a gramática como um todo está relacionada com a semântica” e com o contexto social em que está inserida (HALLIDAY, 2002, p. 262). Isso significa dizer que nossas escolhas são determinadas pelo contexto, em função de uma situação específica e não aleatoriamente.

Para a LSF, essa organização funcional se dá por meio de funções sistematizadas em três Metafunções – Ideacional, Relacional e Textual – que são projetadas sobre o Contexto de Situação proveniente das variáveis, respectivamente, de *Campo*, *Relação* e *Modo*. O Campo se concentra nas práticas institucionais, a Relação nas relações sociais e o Modo no canal (MARTIN, 1997, p. 4), como veremos na subseção 2.1.3.

Como se observa, na concepção da LSF, a língua é um recurso para a produção de significados e é concebida como um sistema complexo usado pelos interlocutores com propósitos situados em diferentes ambientes sociais, trata-se de um sistema sociosemiótico. De acordo com Eggins (2002, p. 60), “o sistema de uma língua é sem dúvida o mais sofisticado e evoluído de todos os nossos sistemas semióticos”, pois tem a possibilidade de descrever verbalmente qualquer outro sistema semiótico. A língua não só representa como constrói nossa visão de mundo a partir de escolhas feitas pelos falantes, considerando os propósitos comunicativos das diversas situações em que estão inseridos. Como resultado dessas escolhas, temos o texto – caracterizado como “linguagem funcionando em contexto” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 27) – que surge como uma Instanciação, que se define como um *continuum* entre o sistema linguístico e a realização desse sistema em textos. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 27).

Essa relação entre o texto e o contexto é uma das principais preocupações da LSF, pois é nela que os significados são produzidos. Para Halliday e Hasan (1989, p. 47) “o relacionamento entre o texto e o contexto é dialético, o texto cria o contexto na mesma medida em que o contexto cria o texto”, percebe-se, dessa forma, o quanto o texto e o contexto são intimamente relacionados.

Os Contextos, responsáveis pelas escolhas do falante/escritor, se dão de duas formas: pelo Contexto Geral – social e pelo Contexto de Situação – de uso. O Contexto Social seria as práticas sociais envolvidas no processo. Já o Contexto de Situação diz respeito ao ambiente no qual os significados são construídos, descrevem o contexto imediato da situação na qual o texto foi produzido (conforme subseção 2.1.3). Este Contexto gera o *Registro* e apresenta três variáveis chamadas por Halliday (1989, p.12) de *Campo*, *Relação* e *Modo*, como veremos a seguir (subseção 2.1.3)

Para Halliday (2014, p. 25),

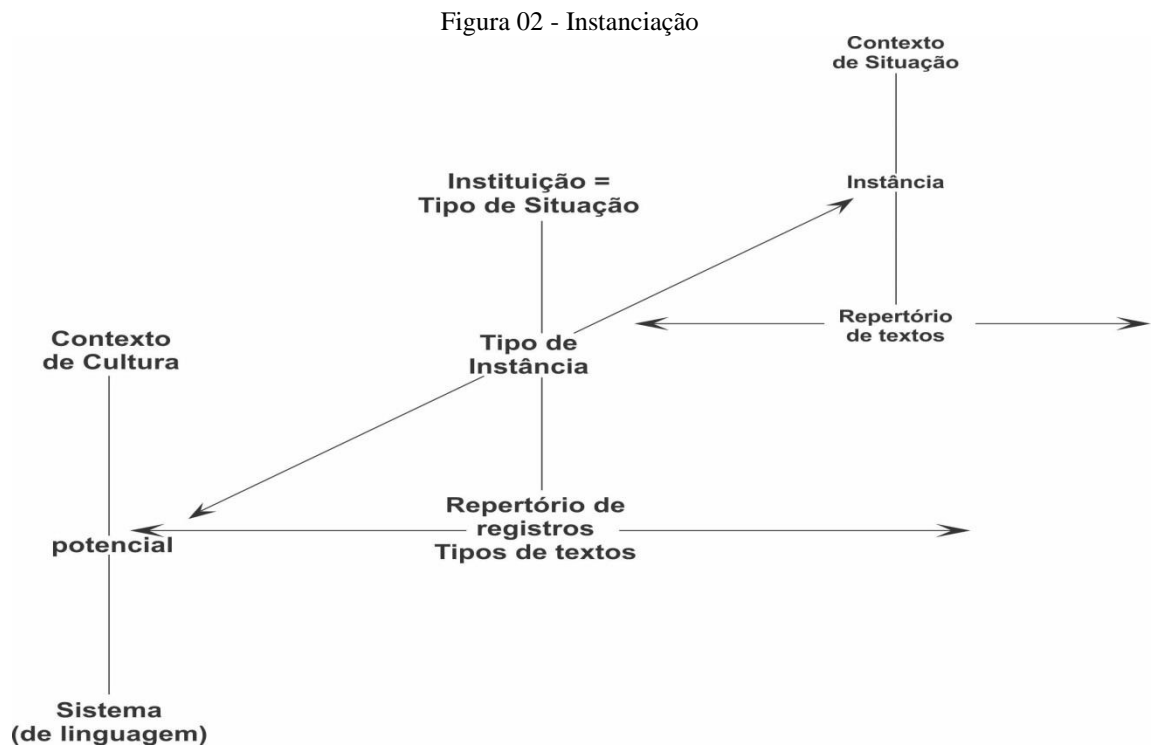
Usamos a linguagem para dar sentido a nossa experiência, e para realizar nossas interações com outras pessoas. Isto significa que a gramática tem interface com o que se passa fora da linguagem: com os acontecimentos e as condições do mundo, e com os processos sociais nos quais nos envolvemos. Mas, ao mesmo tempo em que a linguagem organiza a interpretação da experiência, e divulga os processos sociais, ela pode ser transformada em fraseados.

As relações entre os estratos da língua, ou seja, o processo de junção dos vários níveis de organização da língua e seu uso situado é chamado de *Realização*.

2.1.1 Como a língua produz sentido

Duas questões são fundamentais para o desenvolvimento da LSF: a primeira é entender como as pessoas usam a língua em suas práticas languageiras e a segunda, compreender como essa língua é estruturada para esses usos. Por essas razões, faz-se necessário um olhar não só para os aspectos formais e estruturais, como também para a funcionalidade de cada um deles na perspectiva da forma e da função, ou seja, na perspectiva da Instanciação – tomada como o contínuo entre o sistema linguístico e a Realização em textos que possibilitam os significados.

Considerando tais questões, Halliday e Matthiessen (2014) afirmam ser possível explorar a linguagem nas dimensões de sistema e de função, ao mesmo tempo, para isso propõem o conceito de Instanciação, dado que, não há como separar estes dois objetos: língua como sistema e língua como um conjunto de textos, já que o “sistema da linguagem é instanciado em forma de texto”, conforme figura 02:



Fonte: Halliday e Matthiessen (2014, p. 28)

Nessa configuração, podemos observar que para a *Realização* acontecer é indispensável à noção de Contexto, o que vamos apresentar na próxima Subseção.

2.1.2 Contexto

Como já visto, Contexto é um conceito caro para o desenvolvimento da LSF de Halliday. Trara-se de uma concepção advinda dos estudos culturalistas, concebidos pelo antropólogo Malinowski (*Coral Gardens and the magic*: 1935).

Para a LSF, o Contexto e a linguagem são dois sistemas semióticos que exercem relação de mútua determinação – o Contexto determina a linguagem, assim como a linguagem determina o Contexto, sendo que este se realiza por meio daquela.

Nessa configuração o Contexto é um sistema semiótico de abstração maior, que tem sentido, mas não tem sistema de realização, fazendo isso por meio da linguagem que conta com diferentes estratos – fonológico, lexicogramatical e semântico, como apresentado na Figura 01. Essa relação da linguagem operando em Contexto proporciona um importante princípio do desenvolvimento de uma teoria ecológica da linguagem, já que esta é descrita e analisada num ambiente de significados; em função de seu *habitat* semiótico (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 32).

É a partir dos Contextos de Cultura e de Situação “que podemos nos tornar conscientes do significado das categorias gramaticais”. Trata-se, o primeiro, de um contexto potencial de uma comunidade em sua cultura. Refere-se ao que os membros de comunidade podem significar em termos de cultura, isto é, interpreta-se a cultura como um sistema de alto nível de significados – como um ambiente de significados em vários sistemas semióticos que operam, incluindo o linguístico, o extralinguístico como gestos, expressões faciais, entonações, expressão corporal, além de outros sistemas de sentido como a dança, desenho, pintura e arquitetura. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 33).

Para entender como isso opera, a LSF, a partir das propostas de Malinowski (1935), seleciona momentos específicos da Instanciação e toma para descrição contextos particulares, específicos de cada cultura, denominados de Contextos de Situação. Isso possibilitaria estudar instituições específicas, o que, para Halliday e Matthiessen (2014, p. 33), seria a possibilidade de “investigar as instituições linguisticamente através do Registro que ocorre em cada uma delas”, uma vez que “nosso cotidiano é realizado em situações que são parte do nosso contexto de cultura e, em grande medida, tais situações são familiares, uma vez que compartilhamos, em parte, o mesmo conhecimento cultural” (BUTT et al.; 2000, p. 2)

À vista disso, o Contexto de Situação diz respeito ao ambiente no qual os significados são construídos, é “o ambiente imediato em que o texto está de fato sendo trabalhado”, conforme Halliday e Hasan (1985, p. 46). Mediante esse ambiente podemos explicar o porquê

de certas escolhas, pois “um texto não é um mero reflexo do que está além dele; é um parceiro ativo na construção da realidade e nos processos de transformação da realidade” (HALLIDAY; 1994, p. 339), como veremos no *corpus* que compõe nossa análise. Assim, tal Contexto gera o Registro e este apresenta três variáveis chamadas por Halliday e Hasan (1985, p. 45-46) de *Campo*, *Relação* e *Modo*:

Campo (Field) – diz respeito ao que está acontecendo na situação, considerando a natureza da atividade social e semiótica; e o domínio destas atividades no que concerne ao assunto ou tópico tratado. No caso específico de nossa pesquisa, o golpe civil-militar e seus desdobramentos constitui o Campo.

Relação (Tenor) – refere-se a quem participa do evento, ou melhor, aos *status* e aos papéis existentes entre os interactantes e os tipos de relacionamentos existentes entre eles na construção do texto. Neste trabalho, uma das possibilidades de análise da Relação seria a existente entre os jornais e seus leitores.

Modo (Mode) – diz respeito à organização simbólica do texto, à forma como a língua atua no processo de comunicação e como ela é organizada (persuasiva, explicativa, expositiva, etc.), se de forma oral ou se escrito para atingir a seus propósitos. Neste estudo, o editorial constitui o Modo.

Essas três variáveis – Campo, Relação e Modo – realizam-se em três Metafunções a saber: a Ideacional, a Interpessoal e a Textual (HALLIDAY, 1985) e, de acordo com Thompson (2007, p. 36), essas três Metafunções permitem-nos observar o que está sendo falado, quem está falando e de que modo o que está sendo dito é falado, como apresentado no Quadro resumitivo 01 a seguir:

Quadro 01– Níveis de realização do Registro na teoria Hallidiana

As três variáveis do discurso e a realização no texto	
SITUAÇÃO Características do Contexto de Situação	TEXTO Componentes funcionais do Sistema Semântico
Campo do discurso (<i>Field</i>) (o que está acontecendo/ O que é falado)	Significados da experiência (Metafunção Ideacional) (Sistema de Transitividade)
Relações do discurso (<i>Tenor</i>) (quem está participando/quem está falando)	Significados interpessoais (Metafunção Interpessoal) (Sistema de modo oracional)
Modo do discurso (<i>Mode</i>) (Como o que é dito é falado/o papel dado à linguagem)	Significados textuais (Metafunção Textual) (Sistema de Tema, Informação, Relações de Coesão)

Fonte: Halliday e Matthiessen (2014, p.29)

Como se observa, as variações determinam a escolha do Registro, ou seja, a forma em que os vários tipos de Campo, Relação e Modo realizam os significados Ideacionais, Interpessoais e Textuais do uso da linguagem num Contexto de Situação. Registro entendido como “uma variação funcional da linguagem – os padrões de Instanciação do sistema global associados a um tipo de contexto (ou de situação)” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 29). Melhor dizendo, um Registro é constituído pelas “características linguísticas que estão tipicamente associadas com uma configuração de características situacionais” (HALLIDAY, 1976, p.22). Essas três variáveis do Registro delineiam as relações entre a função e a forma da linguagem.

Sendo assim, as análises de textos, a partir da perspectiva multifuncional da LSF, tomam como base as correlações existentes entre as categorias de situação (nível extralinguístico) e sistema semântico (nível linguístico) em que o texto é produzido (HALLIDAY e MATTHIESSEN: 2014, p. 361).

Na próxima subseção trataremos das três Metafunções – Ideacional, Relacional e Textual – focando em como esses parâmetros do contexto afetam nossas escolhas linguísticas e como refletem as três principais funções da linguagem como Universais Linguísticos.

2.1.3 Metafunções: a linguagem organizada pelo nível lexicogramatical

As variáveis de situação de *Campo*, *Relação* e *Modo* realizam-se no nível linguístico – no estrato do Conteúdo e substrato da Semântica – construindo as três principais funções que a linguagem exerce em qualquer uso semiótico, as denominadas Metafunções: *Ideacional*, *Relacional* e *Textual* (HALLIDAY, 1985, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014).

A Metafunção Ideacional é responsável por codificar a representação das nossas experiências no mundo, tanto as experiências do mundo externo: as sociais, como as do mundo interno: as psicológicas ou individuais, e pode ser considerada como “um recurso para a construção de nossa experiência do mundo” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 30). Trata-se da linguagem no modo reflexivo, uma vez que esta

contém um conjunto de recursos para referir-se a entidades no mundo e às formas nas quais essas entidades atuam ou relacionam-se umas com as outras. No nível mais simples, a linguagem reflete nossa visão do mundo consistindo de ‘acontecimentos’ (verbos), envolvendo coisas (substantivos) que podem ter atributos (adjetivos) [...] (THOMPSON, 2007, p.86-7).

Isso, por não haver “uma só faceta da experiência humana que não possa ser transformada em significado. Ou seja, a linguagem fornece uma teoria da experiência humana, e determinados recursos da lexicogramática da linguagem cotidiana são dedicados a essa função” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.29).

Duas subfunções realizam essas representações: a experiencial e a lógica.

- Representação experiencial

Encarrega-se, linguisticamente, de nomear as entidades do mundo, possibilitando-nos analisar, com base nas escolhas feitas pelo falante/escritor, que representações se manifestam por meio do Sistema de Transitividade – recurso responsável por construir nossa experiência, o fluxo de acontecimentos como configurações estruturais, constituído por um Processo (ações, eventos, estados, relações), um ou mais Participantes envolvidos no Processo (pessoas, objetos animados e inanimados, instituições, abstrações) e as Circunstâncias associadas a ele (extensão, localização, tempo e espaço, causa, modo etc.).

Dessa forma, quando se tem “O ato de posse do presidente Castelo Branco revestiu-se do mais alto sentido democrático, tal o apoio que obteve”⁷ é possível acessar as representações que esse veículo de comunicação assume em relação à ditadura civil-militar brasileira de 1964, tomando-a como democrática e, nesse sentido, como legal pelo apoio que recebeu.

- Representação lógica

Encarrega-se de estabelecer relações lógicas dos conteúdos e se realiza a partir da interdependência das sequências de orações, relacionando-se em forma de parataxe ou hipotaxe. As relações lógico-semânticas estabelecem o tipo de ligação existente entre as orações de um complexo oracional como expansão ou projeção como observado no trecho destacado a seguir:

⁷ Correio Braziliense, 16 de abril de 1964.

(01)

Vinte anos depois, não se dirá que o País não progrediu e que o movimento de março de 1964 foi totalmente em vão.

(OESP – 31/MAR/1984)

De acordo com Gouveia (2009), a subfunção experiencial nos permite criar, linguisticamente, “instantâneos fotográficos” das nossas representações, enquanto a segunda subfunção, a lógica, possibilita-nos, a partir de encadeamentos, a criação de uma história com tais instantâneos.

Além disso, essa Metafunção estabelece uma relação dialética com a estrutura social e é por meio dela que as identidades são constituídas, reivindicadas e afirmadas, como observa no exemplo:

(02)

“O Brasil está diante de uma esquina histórica. O 13 de dezembro poderá representar um passo de gigante – para a frente – ou um funestro retrocesso. Tudo depende da condução do processo. Pergunta-se estaria TODO o Governo em condições de carregar tanta responsabilidade sobre os ombros? Ou haveria áreas frágeis incapazes de ajudar a levar o fardo? Se alguns não puderam carregar 100 quilos, poderão agora aguentar a massa de 100 toneladas que o Ato lhes pôs às costas?”

(OG – 04/JAN/1969)

Além da Metafunção Ideacional, Halliday e Matthiessen (2014) propõem mais dois níveis de descrição oracional – o Interpessoal e o Textual – os quais operam conjuntamente com a estrutura Ideacional. Apesar deste funcionamento ocorrer em conjunto, para efeito desta tese, estas Metafunções não serão abordadas em profundidade, já que não constituem o foco de nossa pesquisa.

A Metafunção Interpessoal toma a linguagem enquanto interação, codifica as relações sociais e pessoais dos papéis desempenhados nas interações dialógicas, objetivando estabelecer, mudar e manter relações interpessoais, já que para Halliday (2006, p.199) esta Metafunção:

expressa a intromissão do falante no evento discursivo: suas atitudes, avaliações e julgamentos; suas expectativas e demandas; e a natureza da troca durante sua atuação – o papel que ele assume para si no processo de comunicação, e o papel, ou melhor, a escolha do papel que ele está atribuindo ao ouvinte.

Pois, “usamos a linguagem para atuar nas nossas relações pessoais e sociais” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 29). Considerando essa relação, a Oração tem um papel relevante, pois ela figura como uma proposição por meio da qual informamos ou perguntamos, damos ordem ou fazemos uma oferta e expressamos nossa avaliação e atitude com quem quer que nos relacionemos e sobre o que quer que falemos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 29). Isso, mediante categorias linguísticas como o Sistema de Trocas e seus dois subsistemas: o Sistema de Modo (Indicativo, Imperativo e Estruturas Interrogativas) e o de Modalidade (Auxiliares modais e elementos modalizadores).

A Metafunção Textual, por sua vez, constrói o mundo verbal e é responsável por codificar linearmente as escolhas linguísticas construídas e organizadas na mensagem dentro de um sistema determinado pelo contexto e pela intenção comunicativa do autor do texto. Para isso, toma a Oração como mensagem e organiza-se, no nível lexicogramatical, através do Sistema de Tema/Rema e de Dado/Novo. O Tema/Rema indica o propósito comunicativo e o foco que o produtor seleciona para seu texto. Já o Dado/Novo volta-se à organização retórica e ao fluxo informacional dentro do enunciado ou entre um enunciado e outro imprimindo um *status* de mensagem e coerência textual, por meio da informação que é compartilhada (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p.35).

Para Halliday e Matthiessen (2014, p.237), “cada um desses componentes [Ideacional, Interpessoal e Textual] faz sua contribuição para a construção total da Oração. O que identificamos como uma Oração é o produto do conjunto dos processos semântico-funcionais desses três tipos”. Isso significa que o Modo Oracional (Interpessoal), a Transitividade (Ideacional) e o Tema/Rema (Textual) constituem simultaneamente partes integrantes na rede de sistemas da oração.

É importante salientar que apesar de reconhecermos que essas três Metafunções operem conjuntamente na construção do sentido do texto, como afirmam Halliday e Matthiessen (2014), manteremos, para efeito desta pesquisa, nossas atenções voltadas para a Metafunção Ideacional por meio da análise do Sistema de Transitividade, objetivando construir base teórica para a análise das representações do golpe civil-militar de 64 e seus desdobramentos.

O Quadro 2, a seguir, possibilita-nos uma visualização da teoria da linguagem desenvolvida pela abordagem hallidiana, demonstrando as relações extralinguísticas formadas pelo Contexto de Cultura e pelo Contexto de Situação, assim como as relações linguísticas – constituídas pelos estratos semânticos, lexicogramaticais e fonológicos – por meio das quais a língua se realiza:

Quadro 02 - Metafunções da linguagem e suas categorias de análise.

Sistema Semiótico da LSF			
Extralinguístico	Contexto de Cultura		
	Contexto de Situação	Campo	
		Relação	
		Modo	
Linguístico	Semântica		
	Categoria de Análise		
	Lexicogramática	Metafunção Ideacional	Sistema de Transitividade
		Metafunção Interpessoal	Sistema de modo oracional
		Metafunção Textual	Sistema de Tema, Informação, Relações de Coesão
Fonologia			

Fonte: Baseado em Halliday e Matthiessen (2014)

Até o momento, apresentamos o âmbito extralinguístico – Contexto de Cultura e de Situação – com propósito de compreender de que modo as escolhas linguísticas se realizam. A partir da próxima Subseção, com o intuito de compreender como a realização da língua se dá em seu potencial representacional mediante a variável de Campo – Metafunção Ideacional – focamos os estudos das estruturas micro de análise nos limites da Oração como possibilidade de caminho para compreender como os editoriais revelam potenciais de representação em pesquisa de esfera discursiva e social como a nossa. Para tanto, lançamos mão do Sistema de Transitividade como fundamento base para as análises por nós realizadas.

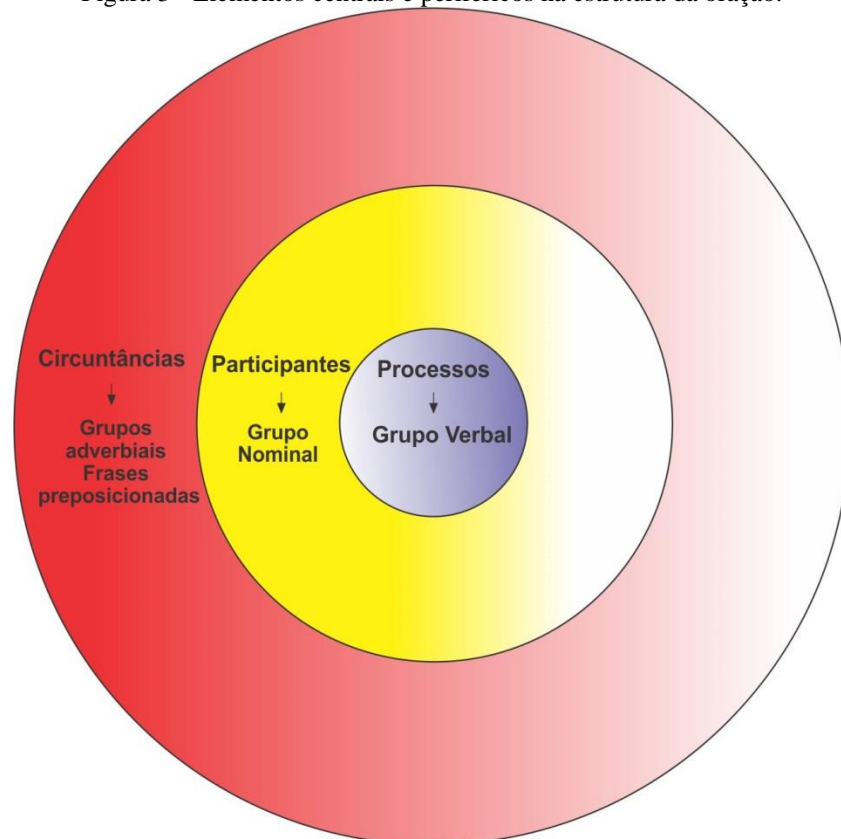
2.2 SISTEMA DE TRANSITIVIDADE: AS BASES TEÓRICAS

Na LSF, Transitividade diz respeito à categoria lexicogramatical – relacionada ao componente Ideacional da linguagem que “constrói a experiência de mundo” (HALLIDAY E MATTHIESSEN, 2014, p. 220). Trata-se de um sistema gramatical da Oração que constrói um mundo de experiência dentro de um ato gerenciável de tipos de Processos (HALLIDAY; MATTHIESSEN: 2014, p. 220; EGGINS: 1994, p. 228). É a configuração da nossa mais forte impressão da experiência e ela consiste do que está se passando – acontecendo, fazendo, sentindo, querendo dizer, ser e tornar-se. Todos esses acontecimentos são demonstrados na gramática da oração, modelados pelo que Halliday chama de Figura, ou seja, uma composição oracional formada por *Participante + Processo + Circunstância* — (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 213). Assim, tal Sistema “permite identificar as ações e atividades

humanas que estão sendo expressas no discurso e que realidade está sendo tratada” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 54).

Três elementos compõem o Sistema de Transitividade: *Participantes*, *Processos* e *Circunstâncias*. O Processo é representado por um grupo verbal e diz respeito ao desenvolvimento da ação; os Participantes são representados, geralmente, por grupos nominais e são aqueles que realizam as ações ou são por elas afetados e, as Circunstâncias, que são representadas por grupos adverbiais, têm como função trazer maiores informações aos processos. A partir de cada um desses elementos é possível saber “*quem faz o quê, a quem e em que circunstâncias*” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 54). Em linhas gerais, esses papéis são representados por três classes de palavras: substantivo, verbo e advérbio, como podemos visualizar na Figura 3:

Figura 3 - Elementos centrais e periféricos na estrutura da oração.



Fonte: Adaptado de Halliday e Matthysen (2014, p. 222)

Seis tipos de Processos compõem o Sistema de Transitividade: *Materiais*, *Mentais*, *Relacionais*, *Comportamentais*, *Verbais* e *Existenciais*. “Cada tipo de Processo constitui um modelo distinto ou esquema para interpretar um domínio particular de experiência como uma Figura de um tipo particular” (HALLIDAY; MATTHYSSEN: 2014, p. 213).

Apesar de não apresentar aspecto hierárquico entre os Processos, Halliday e Matthiessen (2014) afirmam existir um grupo predominante, quais sejam: Materiais, Mentais e Relacionais. Eles estabelecem, respectivamente, os domínios básicos da experiência: ações e eventos; estados e relações abstratas entre elementos do mundo real e registros mentais de nossa experiência. Três outros Processos constroem-se na fronteira entre os predominantes e guardam certos traços dos Processos que lhe cercam. São os verbais que constroem o dizer e as formas de dizer; os Comportamentais, limítrofe entre os Materiais e os Mentais, manifestam comportamentos físicos e psicológicos e os Existenciais que representam algo que existe ou acontece.

Os teóricos apresentam essa relação entre os Processos a partir de um encadeamento circular e não linear, justamente para marcar a inexistente supremacia entre eles. Por essa razão, representam o modelo de experiência a partir da metáfora do disco de cores, buscando evidenciar a existência de um *continuum*, pois “a gramática interpreta experiência como uma cartela de cores, com vermelho, azul e amarelo como cores primárias e roxo, verde e laranja ao longo das fronteiras; não como faixas, com o vermelho em uma extremidade e o violeta em outra” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 216). De acordo com Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 56), “esse *continuum* entre os processos é um princípio fundamental no qual o sistema é baseado, o princípio da indeterminação semântica”. Isso significa dizer que a escolha do Processo é determinada pela situação imediata, especificamente, a que ele está relacionado, considerando que as escolhas lexicais realizam o Contexto Social. A Figura 04, a seguir, possibilita visualizar essas posições:

Figura 04 - Gramática da experiência - Tipos de Processos



Fonte: Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 55)

Uma vez apresentado o Sistema de Transitividade, veremos na próxima Subseção como cada Processo se caracteriza.

2.2.1 Os Processos e Participantes

Como já apresentado na Subseção anterior (2.2), seis Processos compõem o Sistema de Transitividade: Materiais, Mentais, Relacionais, Comportamentais, Verbais e Existenciais. Nesta, apresentaremos cada um deles a partir de seus traços característicos e suas interfaces. Para isso, consideraremos a ordem de predominância apontada por Halliday e Matthiessen (2014).

Os Processos Materiais são os responsáveis por descrever ações, concretas ou abstratas, realizadas no mundo material – do “fazer” e do “acontecer” e podem ser classificados de dois tipos: *Criativos* – os que materializam a ação de alguém (*Milhares de*

*peças compareceram*⁸, ontem, às solenidades que marcaram a posse do marechal Humberto Castelo Branco na Presidência da República..⁹). – e *Transformativos* – os que evidenciam mudança e alteração da realidade representada (*Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas*¹⁰). Em linhas gerais, este Processo pode ser representado por verbos como (fazer, tomar, sair, dentre outros).

Neste Processo, considerado por Halliday e Matthiessen (2014) como o primeiro predominante dos três, funciona como Participantes: *Ator, Meta, Escopo, Recebedor e Cliente*, sendo *Ator* e *Meta* os dois principais. O *Ator* corresponde ao Participante inerente, àquele que realiza, efetivamente, a ação em Orações Transitivas ou Intransitivas. No processo Material sua presença é obrigatória, pois “todo processo tem um ator, mesmo que este não seja mencionado na proposição (THOMPSON, 2007, p.78). *Meta* é o Participante afetado pela ação, a quem o Processo se dirige, estando a sentença na voz passiva ou ativa. Para Eggins (1994, p. 31) ele corresponderia, na Gramática Tradicional, ao papel desempenhado pelo objeto direto.

Escopo, Recebedor e Cliente são Participantes opcionais, por essa razão alguns Processos Materiais podem envolver dois ou mais participantes, o que torna necessária a distinção entre orações *Médias* ou *Intransitivas* e as *Efetivas* ou *Transitivas*.

As *Transitivas* podem vir na voz ativa ou passiva, contam com dois ou mais Participantes e codificam experiências do tipo “*alguém faz algo a alguém*” respondendo à pergunta “o que nós fazemos ao, com, para ou contra outro?”, como observado no exemplo 03:

(03)

As ameaças e os ataques do terrorismo não **alterarão** a nossa linha de conduta.
(FSP – 22/SET/1971)

Como se observa, o sintagma nominal “As ameaças e os ataques do terrorismo” constrói o Ator que realiza a ação de não alterar “a nossa linha de conduta”, Meta do processo Material alterar.

Já as *Intransitivas* codificam experiências como “*alguém faz algo*” e responde à pergunta “o que fazemos?” como pode ser observado no exemplo a seguir:

⁸ Os Processos são destacados nesta subseção com negrito.

⁹ Correio Braziliense, 16 de abril de 1964.

¹⁰ Tribuna da Imprensa, 2 de abril de 1964.

(04)

Uma nova fase da vida nacional se **abrirá** então, com o início de um terceiro mandato presidencial, dentro dos cinco anos que já dura a Revolução. (*FSP* – 30/10/1969)

Esse exemplo nos mostra que “uma nova fase da vida nacional” (Participante 1) realizará a ação de se abrir em função de Circunstâncias: do início do terceiro mandato do presidente e no período de cinco anos.

O *Escopo*, tomado antes como *Extensão* (HALLIDAY, 1985; 1994), é o tipo de Participante que, ocorre basicamente em orações Intransitivas, pois não é afetado pela ação verbal e pode referir-se a um prolongamento do Processo. Ele completa a ação, especificando-a (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) a exemplo do que ocorre no exemplo 05:

(05)

Então eles **decidem jogar** este jogo de assassinato bastante elaborado para animar as coisas.¹¹

Já *Recebedor* e *Cliente* – tomados, anteriormente, como *Beneficiário* (HALLIDAY, 1985; 1994) – são Participantes que ocorrem em diferentes contextos. *Recebedor* é o Participante que ocorre com Processo que se realiza significando transferência na posse de bens e informações. Dessa forma, passa a ser a entidade que realiza a posse de bem ou informação:

(06)

Será que Kerry **dará a você**¹² os arquivos?

Cliente ocorre, geralmente, em Processos *Materiais Criativos*, por representar para quem alguma coisa é feita ou criada como no exemplo que segue:

(07)

Você quer que a gente **faça** a paleta completa para você^{13?14}

Os *Processos Mentais*, por sua vez, traduzem a apreciação humana do mundo interno e as ações do mundo interior e não as do mundo externo. Referem-se às percepções, às

¹¹ Extraído de Halliday e Matthiessen (2014)

¹² Participante Recebedor

¹³ Participante Cliente

¹⁴ Extraído de Halliday e Matthiessen (2014)

representações dos sentimentos e dos pensamentos expressos por verbos como “amar”, “conhecer”, por exemplo.

A partir desses Processos é possível identificar crenças, valores e desejos representados nos textos. Quatro subtipos de Processos são elencados por Halliday e Matthiessen (2014): os de *Percepção*, relativos à observação de fenômenos (“sentir”, “ver”, “ouvir”); os de *Cognição*, relativos à decisão e compreensão (“saber”, “entender”, “pensar”); os de *Afeição*, referentes aos sentimentos (gostar, amar, odiar); e os de *Desejo*, denotando aspiração (“querer”, “desejar”, “almejar”).

Orações, ou sentenças, com *Processos Mentais* respondem à pergunta “o que você sente, pensa ou sabe sobre x?” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 58) e tem como Participantes o *Experienciador* – que indica em que mente o Processo está se realizando – e o *Fenômeno* – que indica o elemento sentido, percebido pelo *Experienciador*, como no exemplo 08, no qual João Goulart é posto pelo OG como Experienciador do Processo Mental *ignorar* e tem como Fenômeno “a hierarquia (...) de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra” como observado a seguir:

(08)

O Sr. João Goulart **ignorou** a hierarquia (...) de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra. (OG – 02/ABR/1964)

Para Thompson (2007, p.82) a diferença existente entre os *Processos Materiais* – os que representam ações do mundo externo, percebido por nós socialmente – e os *Processos Mentais* – os que retratam as ações do mundo interior, relacionados às nossas percepções – têm justificativas gramaticais possíveis de serem identificadas a partir dos critérios da utilização dos tempos verbais; do critério do número de Participantes; do critério da natureza dos Participantes; e critério da reversibilidade.

Os *Processos Relacionais* são o do ser, “são aqueles que estabelecem uma conexão entre entidades, identificando-as ou classificando-as, na medida em que associam um fragmento da experiência a outro” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 57).

Segundo Halliday e Matthiessen (2014, p. 261) as línguas acomodam, geralmente, formas sistemáticas de realização desses Processos. Três são as principais: *Relacional Intensivo* – indica uma qualidade atribuída a uma entidade. Neste caso, tem-se a estrutura *X é (ou está) A*:

(09)

“Golpe? É crime só punível pela deposição pura e simples do Presidente. Atentar contra a Federação é crime de lesa-pátria. Aqui acusamos o Sr. João Goulart de crime de lesa-pátria. Jogou-nos na luta fratricida, desordem social e corrupção generalizada”(JB – 01/04/1964)

Relacional circunstância – indica uma circunstância de tempo ou de lugar atribuída a uma entidade e será representado por *X é (ou está) em A*, como na Circunstância sublinhada do exemplo 10 a seguir, (a preposição *em* pode ser substituída por outra, dependendo do significado a ser impresso):

(10)

Os militares desde o início sinalizaram quem estava no comando.

E Relacional Possessivo – indica uma relação de posse e é representado pela estrutura *X tem (ou possui) A*:

(11)

O espaço oferece capacidade para 500 pessoas.

Cada uma dessas orações com Processos Relacionais podem ser, ainda, classificadas de dois modos, como *Atributivas* ou *Identificativas*. Serão orações *Relacionais Atributivas* as que indicam uma qualidade realizada pelo Participante – *Atributo* – ao primeiro participante, classificado como *Portador*, podendo ser representado como *A é Atributo de X*. Esse processo não é reversível, por haver apenas um Participante nominal independente: o *Portador*.

(12)

Diria que aquelas pessoas não têm compaixão.

Serão orações *Relacionais Identificativas*, as orações que identificam ou definem uma entidade através de outra (THOMPSON, 1997, p. 87).

(13)

“A tortura no Brasil é uma política de Estado”¹⁵

¹⁵ <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-tortura-no-brasil-e-uma-politica-de-estado-5761.html>. Acesso em 03/09/ 2015

Se considerarmos os tipos de Processos Relacionais e seus modos de realização, teremos seis possibilidades como apresentadas no Quadro a seguir:

Quadro 03 - Tipos e Modos dos Processos Relacionais

Tipo	Modo	Atributivo	Identificativo
Intensivo		Sara parece sensata.	Sara é a sábia.
Circunstancial		A filha parece com a mãe.	De trem é a melhor maneira.
Possessivo		O piano é de Peter	O piano é de propriedade de Peter

Fonte: Adaptado de Halliday; Matthiessen, (2014, p. 299)

Os Processos *Intensivos Atributivos* apresentam como principal característica, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014), o grupo nominal funcionando como *Atributo* construindo uma classe de coisas tipicamente indefinidas formada por um adjetivo, um substantivo comum, ou um artigo indefinido: Ainda conforme os autores, esses Processos podem indicar três tipos de significados:

1- *os membros de uma categoria*, pondo o Portador como tal e a categoria linguisticamente realizada pelo Atributo, como no exemplo 14:

(14)
O Brasil **foi** cenário de graves violações dos Direitos Humanos.

2- *a fase da atribuição*, com relações de atribuições desenvolvidas através do tempo, mostrando mudança do Portador para Atributo ou membro do Atributo, como a seguir:

(15)
“Moro **está se tornando** uma figura messiânica”.(Carta Capital, 15/03/16)

3- *o domínio da atribuição*, nesta situação, os Intensivos Atributivos podem representar elementos relacionados tanto à experiência subjetiva do falante quanto àquelas que podem ser observadas empiricamente e são realizados linguisticamente pelo Atributo, como exemplo 16:

(16)
É importante que o país discuta a Lei de Anistia.

Os Processos *Intensivos Identificativos* possuem dois tipos de participantes: o *Identificador*, o alvo da definição, também chamado de *Valor*, e o *Identificado* – que é o elemento definido, também chamado de *Característica*. Nesses Processos, o grupo nominal que realiza o *Identificador* é, geralmente, um grupo definido e pode ser acompanhado por um artigo definido.

(17)

A Constituição Federal é a lei maior do país.

Para Halliday e Matthiessen (2014, p. 284) esses Processos podem produzir alguns significados a partir de subclassificações como:

- *Equivalência* – construindo uma correspondência entre o Identificador e o Identificado, como pode ser observado no exemplo 19:

(18)

Narguilé **equivale a** 100 cigarros.

- *Realização de papéis* – constrói uma relação na qual o *Identificador* realiza um papel dentro do contexto em que o fraseado é instanciado, como no exemplo a seguir:

(19)

Intolerância é a principal causa de linchamentos no Brasil.

- *Nomeação* – constrói o significado pelo qual se dá a identificação de uma entidade com uma nomeação específica, conforme exemplo 20:

(20)

Kátia Abreu é a ministra da agricultura.

- *Definição* – define, como sugere, uma entidade em função de outra, como observado no exemplo 21:

(21)
 “Política é a arte de negociar”.

- *Simbolização* – constrói uma entidade por meio de paráfrase ou tradução, como a seguir:

(22)
 AI-5 **significou** Estado de exceção permanente.

- *Exemplificação* – constrói relação de igualdade entre entidades, como no exemplo:

(23)
Pau-de-arara, choque elétrico, pimentinha, afogamento, cadeira de dragão e geladeira foram os tipos de tortura mais usados pela ditadura de 1964.

Os Processos *Circunstanciais Atributivos* realizam-se de modo equivalente aos Intensivos Atributivos e as Circunstâncias funcionam como Atributo:

(24)
 Todos **estavam** na seção.

Nos *Circunstanciais Identificativos*, o elemento circunstancial relaciona duas entidades e realizam-se por meio do *Identificado*, conforme exemplo 25:

(25)
O melhor trajeto é pelo litoral.

Os Processos *Relacionais Possessivos*, por sua vez, estabelecem uma relação de posse entre dois Participantes: o *Possuidor* e o *Possuído*. Nas orações que se realizam de modo Atributivo, esses Processos apresentam *Possuídos*, geralmente, com traços valorativos, conforme exemplo 26, e nas orações Identificativas, *Possuídos*, marcam a identidade dos *Possuidores* identificando o que estes possuem, como no exemplo 27:

(26)
 Os manifestantes **tiveram** tolerância com a polícia.

(27)

O Brasil **tem** a quarta maior população carcerária do mundo, atrás apenas de Estados Unidos (2,2 milhões), China (1,6 milhão) e Rússia (673,8 mil).

Nos limites entre os Processos *Materiais* e os *Mentais*, estão os *Processos Comportamentais*, os do comportar-se, responsáveis pela construção de comportamentos psicológicos ou fisiológicos, tipicamente, humanos como olhar, assistir, pensar, por exemplo, mais próximos das ações mentais e outros como “dançar” e “respirar”, mais próximos das ações materiais.

Obrigatoriamente, esses Processos têm um Participante que realiza a ação, como principal, uma figura animada ou personificada – o *Comportante* e outra como Participante opcional que define o alvo do Processo – o *Comportamento*, como no exemplo que segue:

(28)

Na ocasião, o Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU **demonstrou preocupação** após saber que detentos haviam sido decapitados¹⁶.

Na fronteira entre os *Mentais* e os *Relacionais* estão os *Processos Verbais*. Eles configuram “relações simbólicas construídas na mente e expressas em forma de linguagem” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 59). Apesar de apresentar como Participante inerente o *Dizente* – Participante que realiza a ação, aquele que comunica – esses Processos não precisam possuir um Participante humano. Por esse motivo, Halliday e Matthiessen (2014, p. 304) afirmam que esses Processos podem ser mais apropriadamente definidos como “simbólicos”, o que pode ser observado a seguir, onde o Participante é representado por uma estrutura metafórica – documentos – e não por um dizente humano:

(29)

Documentos **dizem** que Roberto Marinho (Rede Globo) foi principal articulador da Ditadura Militar¹⁷.

Outros três Participantes compõem os *Processos do Dizer*: o *Receptor*, o *Alvo* e a *Verbiagem*. O *Receptor* é Participante opcional, para quem o Processo se dirige (exemplo 30); o *Alvo*, também um Participante opcional, representa a entidade atingida pelo Processo (exemplo 31) ; e a *Verbiagem* codifica o que é dito, ou seja, a mensagem propriamente dita (exemplo 32). Os exemplos 30, 31, 32 mostram, respectivamente, cada um deles:

¹⁶ <http://wagnerfrancesco.jusbrasil.com.br/noticias/167727889/documentos-dizem-que-roberto-marinho-rede-globo-foi-principal-articulador-da-ditadura-militar>. Acesso em: 27/11/2015/1

¹⁷ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151021_onu_entrevista_prisoas_brasil_fo Acesso em 21/0/2015.

(30)

Estudantes **dizem** não à proposta apresentada por Alckmin para encerrar ocupações

(31)

Dilma **fala** sobre revisão da anistia.

(32)

Governo **anunciou** aos manifestantes a nova proposta de reajuste salarial.

Assim como os *Processos Mentais*, os *Processos Verbais* possuem orações projetadas, geralmente em orações com discurso indireto. Essas orações devem ser analisadas separadamente, como no exemplo 33:

(33)

Em seu relatório final, a CNV **afirma** que a autoanistia promovida pelo regime ditatorial brasileiro é ilegal diante da legislação internacional.

Nesse caso, tem-se a oração projetada, em destaque, funcionando como Verbiagem. Mas, essa Verbiagem deve ser analisada separadamente como uma Relacional, conforme exemplo a seguir:

(34)

[...] a autoanistia promovida pelo regime ditatorial brasileiro **é** ilegal diante da legislação internacional.

O último dos seis Processos, os *Existenciais*, está entre os *Relacionais* e os *Materiais*. Representam algo que existe ou acontece e são realizados, tipicamente, em língua portuguesa pelos verbos “haver”, “existir” e “ter”. Esse processo conta com apenas um tipo de Participante, o *Existente*, como no exemplo 35:

(35)

Ao mesmo tempo, **havia** uma pressão para que os torturadores fossem punidos.

Uma vez discutidos todos os Processos e Participantes, apresentamos, a partir de Halliday e Matthiessen (2014), um quadro resumitivo para melhor visualização e, conseqüentemente, melhor compreensão desses componentes oracionais constituintes da oração:

Quadro 04 - Processos, significados e Participantes

TIPOS DE PROCESSO	SIGNIFICADO	PARTICIPANTES OBRIGATÓRIOS	PARTICIPANTES OPCIONAIS
Material Ação Evento	Fazer Fazer Acontecer	Ator	Recipiente, Cliente, Escopo, Iniciador, Atributo
Comportamental	Comportar-se	Comportante.	Comportamento
Mental Percepção Cognição Afeição Desejo	Sentir	Experienciador, Fenômeno.	
Verbal	Dizer	Dizente, Alvo	Receptor, Verbiagem
Relacional Atributivo Identificador	Ser Classificar Definir	Portador / Atributo Característica/Valor	Atributo, Beneficiário, Atribuidor
Existencial	Existir	Existente	

Fonte: Baseado em Halliday e Matthiessen (2014, p. 311)

As dificuldades para identificação dos tipos de Processos parecem constituir uma situação comum aos pesquisadores, como pode ser comprovado na passagem abaixo:

...a distinção entre eventos, processos e estados não é uma distinção de natureza física. O mesmo fenômeno, por exemplo, o girar da terra ao redor do sol, pode ser visto como um processo (o girar), como um evento télico (o completar uma revolução) ou como um estado (estar em órbita). Trata-se de uma distinção inerente à gramática e, mais especificamente, às determinações que a gramática estabelece sobre o modo como nos referimos aos fenômenos do mundo exterior. Podemos pôr em foco este ou aquele aspecto da realidade, construir esta ou aquela classe. Mas as escolhas que podemos fazer a esse respeito não parecem variar arbitrariamente. Ao contrário, parecem ser bastante limitadas e repetitivas. (CHIERCHIA, 2003, p. 538)

Para Halliday e Matthiessen (2014), tal dificuldade estaria relacionada ao critério da indeterminação das línguas, se a considerarmos em sua opacidade, dessa forma os significados não seriam dados na superfície linguísticas, porque existem múltiplas possibilidades de sentidos, nessa direção, os Processos precisam ser olhados de forma única e em particular, considerando os contextos em que estão inseridos.

A próxima Subseção apresentará o terceiro componente do Sistema de Transitividade: as *Circunstâncias*.

2.2.2 Circunstâncias

As *Circunstâncias* ou *Elementos Circunstanciais* referem-se às condições relacionadas ao Processo. Para Halliday e Matthiessen (2014) elas podem ocorrer livremente com todos os Processos e, geralmente, com o mesmo significado independente do Processo. Elas possibilitam, conforme Butt et al. (2001), localizar os Processos no tempo e no espaço, indicar o modo como esses Processos se realizam, além de possibilitar informações de causa e finalidade.

Linguisticamente, as Circunstâncias são realizadas por advérbios ou grupos adverbiais, por grupos nominais e ainda por frases preposicionais, apesar de não apresentarem a mesma concepção dos manuais de gramática, não só pela terminação, como também pelo *status* dado a elas.

Em função dos muitos significados atribuídos às Circunstâncias, Thompson (1997) afirma ser quase impossível mapear todas as categorias existentes, no entanto algumas são consensuais como, por exemplo, os nove tipos, alguns deles com subtipos, sugeridos por Halliday e Matthiessen (2014, p. 313-314). Nessa sugestão, estão as Circunstâncias de Extensão, de Localização, de Modo, de Causa, de Contingência, de Acompanhamento, de Papel, de assunto e de Ângulo, apresentadas em suas características gerais a seguir. Usamos o itálico para facilitar a identificação das Circunstâncias.

1- *Circunstância de Extensão* – demarca na estrutura oracional a extensão espacial ou indica a duração temporal como ocorre no exemplo a seguir:

(36)

Nos vinte anos durante os quais a ditadura perdurou, O GLOBO, nos períodos agudos de crise, mesmo sem retirar o apoio aos militares, sempre cobrou deles o restabelecimento, no menor prazo possível, da normalidade democrática.(OG – 31/AGO/2014)

OG estabelece nessa mostra a vastidão temporal da ditadura militar brasileira e essa explicitação não tem como propósito apenas a demarcação de um período, mas sobretudo criar para os leitores deste veículo a identidade de defensor incansável dos direitos do povo. Na verdade, a Circunstância assume um papel de grande relevância ao mostrar, desse foco, o comprometimento do Participante no Processo e, necessariamente, a posição assumida por o jornal OG durante a ditadura militar brasileira.

- 2- *Circunstância de Localização* – como o próprio nome sugere, essas Circunstâncias localizam a realização do Processo no tempo e/ ou no espaço, descrevendo-a com propósito de conquistar a adesão do leitor como podemos conferir a partir de algumas escolhas feitas pelo OG no editorial que marca o cinquentenário do golpe:

(37)

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S.Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. (OG – 31/AGO/2013)

Nesse exemplo, OG usa a Circunstância de Localização de tempo limitando as ocorrências da época como forma de convencer o leitor para sua perspectiva, afinal ao fazer tal procedimento, o jornal constrói a ideia de que o fato só ocorreu naquele instante, também com outros veículos deixando subentendido que seu posicionamento teria mudado.

- 3- *Circunstância de Modo* – Indica o modo pelo qual se deu a realização do Processo. No exemplo que segue, temos uma estrutura linguística prototípica (nome + sufixo *mente*) desempenhando essa função:

(38)

O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964. (OG – 31/AGO/2014)

A partir dessa opção, OG indica o modo como quer que seus leitores, cinquenta anos depois de consolidado o golpe, veja como o apoio do jornal se deu, apenas nos editoriais, quando sabemos que esse espaço discursivo apenas demarca um posicionamento de dimensão muito maior, demarca uma posição política ideológica.

- 4- *Circunstância de Causa* – Atribui razão ou finalidade para a ocorrência (MENDES, 2008). Essa relação nem sempre é clara, em função dessa linha tênue entre esses dois grupos, pois parecem estabelecer os mesmos propósitos. Eggins (2004) entende a Finalidade como uma “causa final” de uma situação e a Causa como uma razão dentre várias como no exemplo a seguir:

(39)

E a ordem periclitava com a quebra de disciplina e de hierarquia nas Forças Armadas.
(FSP – 01/MAR/1964)

Com estrutura como essas, FSP vai construindo “argumentos” para justificar seus interesses na deposição de João Goulart.

5- *Circunstância de Contingência* – estabelece na construção uma relação de ocorrência eventual ou provável em relação a outro fato como podemos observar na relação de concessão estabelecida no exemplo (40)

(40)

(...) a partir do momento em que a sua indicação [de Médici] foi ratificada pelo Poder Legislativo, que apesar de todas as vicissitudes continua sendo o órgão mais representativo da opinião nacional. (FSP – 30/OUT/1969)

Nesse caso, especificamente, a Circunstância apresenta um traço negativo com o propósito de construir uma identidade de autoridade.

6- *Circunstância de Acompanhamento* – Indica com quem mais participa da realização do Processo, conforme a mostra (41):

(41)

É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S.Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns.(OG – 31/AGO/2013)

Nesse caso OG apresenta quem estava junto no golpe civil-militar de 1964.

7- *Circunstância de Papel* – indica na oração a aparência do Participante pretendida pelo enunciador com segue:

(42)

A grande vitória de ontem, conduzida pela mão segura do general Amaury Krueel, a frente do II Exército, vem como era inevitável, sendo interpretada das mais diversas maneiras. (FSP - 02/ABR/1964)

FSP apresenta o general Amaury Krueel com o papel de “dar limite” a crise estabelecida no Brasil daquela época.

- 8- *Circunstância de Assunto* – identifica na oração o que se diz, tendo como função primeira, contribuir para a construção da clareza temática, por isso parece ser mais recorrente com Processos Verbais. No entanto é possível apenas demarcar genericamente o que se diz como é evidenciado no exemplo a seguir:

(43)

Governos e instituições têm, de alguma forma, que responder ao clamor das ruas. De nossa parte, é o que fazemos agora, reafirmando nosso incondicional e perene apego aos valores democráticos, ao reproduzir nesta página a íntegra do texto sobre o tema que está no Memória, a partir de hoje no ar. (OG – 31/AGO/2013)

Nesse caso “sobre o tema que está no Memória” realiza-se como a Circunstância de Assunto, mas não materializa explicitamente, nessa estrutura linguística, o que constitui esse tema, possível de ser retomado apenas anaforicamente o que pode apontar para uma necessária indeterminação temática planejada pelo produtor do texto.

- 9- *Circunstância de Ângulo* – Realizam-se em orações encaixadas e demarcam o posicionamento assumido pelo enunciador como no exemplo a seguir:

(44)

E essa disciplina e essa hierarquia não constituem assunto de somenos, a que possa o presidente ou qualquer membro do governo, e em especial das Forças Armadas, dar importância maior ou menor, consoante seu temperamento ou suas tendências

Nessa construção, a Circunstância é o posicionamento do enunciador de como deve ser a relação com a hierarquia militar.

A seguir, para uma melhor visualização, apresentamos um quadro resumitivo com as principais Circunstâncias e seus subtipos:

Quadro 05 - Circunstâncias

Tipo de circunstância	Subtipo
1. Extensão	Distância
	Duração
	Frequência
2. Localização	Lugar
	Tempo
3. Modo	Meio
	Qualidade
	Comparação
	Grau
4. Causa	Razão
	Finalidade
	Benefício
5. Contingência	Condição
	Falta
	Concessão
6. Acompanhamento	Companhia
	Adição
7. Papel	Estilo
	Produto
8. Assunto	
9. Ângulo	Fonte
	Ponto de vista

Fonte: Baseado em Halliday; Matthiessen (2014, p. 313-314)

Consideramos que as Circunstâncias são recursos modificadores na atribuição de sentido dos Processos e funcionam em algumas situações como norteadores para compreensão do Contexto Situacional em que são representadas. Para Mendes (2012, p. 301):

os significados realizados nos textos encontram nas circunstâncias importante recurso expressivo, considerando principalmente o fato de se apresentarem associadas, no mesmo plano de saliência, aos demais papéis do Sistema de Transitividade (participantes e processos), para constituir os significados ideacionais. (MENDES, 2012, p. 301):

Tal concepção corrobora para o aspecto funcional da língua, no qual os usuários fazem escolhas linguísticas considerando os diferentes Contextos de Situação, concepção evidenciada especialmente na nossa Fase IV de análise (Subseção 4.4) onde as Circunstâncias desempenham um papel decisivo para o posicionamento dos jornais *OESP*, *FSP* e *OG* em relação ao golpe civil-militar de 1964.

Na próxima Seção apresentaremos uma visão geral da imprensa com vistas a entender como ela age em função do exercício do poder.

3 IMPRENSA: PRÁTICAS SOCIAIS E DISCURSIVAS DE UM SUPRAPODER

É indiscutível, na contemporaneidade, o poder que exerce a imprensa sobre as questões sociais, políticas e econômicas, não só no Brasil como no mundo. Esse poder, acreditamos, está diretamente associado à formação de opinião, em muitas situações determinando os acontecimentos da ordem do dia. É nessa perspectiva que observa a presente Seção. Assim, nosso propósito é discutir o papel da imprensa na legitimação do golpe civil-militar de 1964. Para isso, buscamos entender de que modo ela opera na construção das representações. Subdividimos o capítulo em três subseções, nas quais discutiremos: 1) a imprensa na sociedade contemporânea; 2) editorial – estrutura e funcionalidade de um gênero discursivo como estratégia de poder; 3) 1964/1984: um golpe também da imprensa.

3.1 A IMPRENSA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Sob a aparência de entidade imparcial e imprescindível à democracia, a imprensa, a partir do jornalismo comercial – que, tributário do Capitalismo, começa a consolidar-se a partir do século XIX –, apresenta-se sempre com um discurso hegemônico, tendo o objetivo de naturalizar os fenômenos que são produzidos por deliberações econômicas ou medidas políticas, o que vai mudando conforme as circunstâncias da época. Assim, na atualidade, os meios de comunicação massificam um discurso em favor do neoliberalismo, da chamada livre iniciativa como valor absoluto e da meritocracia como fator de justiça social.

Por sua influência, foi designada como quarto poder, ainda durante a Revolução Francesa. Isso se deu com propósito de garantir aos cidadãos o direito à democracia, como forma de evitar uma possível tirania dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), mesmo não tendo nenhuma legitimidade democrática, uma vez que não é votada e, conseqüentemente, não é eleita.

Com o desenvolvimento da economia de mercado, os três poderes são ameaçados pelo poderio econômico em função de sua capacidade de corrupção, por essa razão, apresentam e mantêm mecanismos de democracia e controle público efetivo. Entretanto, a mídia, que é perpassada e se submete ao poder econômico, transformando-se em ator político fundamental, constitui um contrapoder, mas ela mesma não apresenta um contrapoder midiático, estabelecendo o poder do dinheiro como o viés das conduções da divulgação das informações (SERRANO, 2013).

Charaudeau (2009), ao se questionar sobre as razões da designação de “quarto poder” dado à mídia, afirma que ela não constitui uma instância de poder, pois não promulga regras de comportamento, normas e sanções. Para esse autor, as mídias manipulam da mesma forma que são manipuladas, pois a busca para alcançar o maior número de pessoas faz com que haja “efeito de retorno, tornam-se manipuladas, formando um círculo vicioso, o ‘da mídia pela mídia’” (CHARAUDEAU, 2009, p. 19).

No entanto, é importante considerar como age a mídia em função de propósitos vários e quais as consequências de suas ações, pois é inegável que ela conta com força e poder social capaz de alterar a realidade concreta, como também é inegável que, hoje, a mídia, de forma geral, não assume mais a posição de quarto poder que lhe fora consagrada em sua origem. O que se tem é um suprapoder alinhado a bases econômicas.

Na concepção de Ramonet (2013, p. 65), “os poderes midiáticos foram confiscados pelo poder econômico e financeiro”, tornando-se “um poder complementar para oprimir ou manter a sociedade no estado atual de coisas”, uma vez que não cumpre sua missão de contrapoder, além de não admitir nenhum tipo de crítica, nem nenhum tipo de contrapoder. E acrescenta:

Não se pode construir uma democracia com a tirania da maioria sobre a minoria, a democracia só funciona se as minorias tiverem direitos e não forem subjugadas pelas majorias. A democracia não é ditadura da maioria, ou não é assim que ela deveria ser; é necessário aceitar as minorias. O poder econômico deve suportar o poder sindical. Mas quem critica o poder midiático? Em nossas sociedades, ele é o único sem um contrapoder. Portanto, não é democrático. Não estamos questionando a liberdade de expressão, estamos dizendo que os meios de comunicação, em nome dessa liberdade, não aceitam nenhum tipo de crítica. Mas a questão é: não a aceitam em nome da liberdade de expressão ou da liberdade de empresa? O que é que eles defendem? No geral, a liberdade de empresa. Se você criticar a instituição midiática, será imediatamente excluído do jogo democrático (RAMONET, 2013, p. 66).

Posto esteja consagrada a expressão quarto poder, não deixa de ser relevante compreender a mídia como um suprapoder na medida em que não está – nem se poderia cogitar isso – no mesmo plano do Executivo, Judiciário e Legislativo, mas se posiciona por sobre eles, afetando-os com a construção e difusão de discursos, que, sob o manto da neutralidade, age para a consecução de objetivos econômicos.

Conforme Sodré (1999), a história da imprensa moderna é a história do capital, isso significa dizer não ser possível dissociá-las para entendermos o papel da imprensa na sociedade atual. Para Charaudeau (2009), empiricamente, as m dias da informa o funcionam segundo duas lógicas: a econômica – que faz com que todo o organismo de informa o funcione como empresa com propósito é fabrica o do produto que ocupa um lugar no

mercado de troca dos bens de consumo – e a simbólica – que assegura o poder de representação e de formador de opinião pública que têm as mídias. Essas duas lógicas funcionam, ao nosso ver, retoricamente considerando o texto jornalístico, a partir da construção de sentido, a partir da produção, da recepção e do texto como produto e consumo, lançando mão de diferentes estratégias para alcançar os propósitos delineados empresarialmente.

Abramo (2016) postula que o real não possui uma característica intrínseca que o transforme naturalmente num fato jornalístico. Isso decorre de uma decisão do órgão de imprensa.

Nesse sentido, todos os fatos, toda a realidade pode ser jornalística, e o que vai tornar jornalístico um fato independe das suas características reais intrínsecas, mas depende, sim, das características do órgão de imprensa, da sua visão de mundo, da sua linha editorial, do seu 'projeto'(ABRAMO, 2016, p. 41)

Para Vaz (2013), a voz oficial do mercado, por meio do jornalismo comercial, propõe a imparcialidade, não possível e não desejada, e para isso se utiliza de técnicas de redação que permitem a aparência de texto neutro, recorrendo a não utilização de opinião explícita, mas, principalmente, e fundamentalmente, servindo-se da utilização de conceitos do senso comum que, para a autora, são aceitos de modo acrítico e constituem verdades, dispensando argumentos ou provas. Dessa maneira, “o jornalismo comercial é importante instrumento de luta política dos grupos que detêm o poder econômico em nossa sociedade. As técnicas de ocultação das opiniões servem para aumentar a autoridade do discurso que defendem” (VAZ, 2013, p. 33).

A história de origem do jornalismo é, necessariamente, a história de combate, das lutas sociais. E suas ideias estavam centradas no desejo de tornar público os desmandos e o discurso dominante da monarquia, então denunciada pela burguesia. Mas, quando a burguesia conseguiu a revolução desejada, o povo tentou radicalizá-la com ideias de caráter socialista e anarquista, o que foi rejeitado. Consequentemente, por exemplo, na França, “os maiores defensores da liberdade de imprensa contra a censura monárquica transformaram-se nos censores do período da Restauração. Para frear o movimento de transformação, era preciso evitar a livre expressão das ideias”, afirma Vaz (2013, p. 41).

A concepção de jornalismo burguês muda com o desenvolvimento do Capitalismo apoiado pelo governo. Agora, no poder e aliviada das pressões políticas, a burguesia passa a se dedicar mais às questões comerciais e se fazem necessárias estratégias para defesa de suas posições, o que vai culminar na aparente neutralidade política (LAGE, 2003; VAZ, 2013).

Entretanto, para a perspectiva comercial largamente difundida hoje, essa é uma concepção que deve ser deixada no passado e como consequência se tem a conservação das estruturas do poder a partir do momento em que os meios de comunicação não defendem suas verdades explicitamente, mas usando a simulação da imparcialidade (VAZ, 2013).

O código de ética do jornalismo prevê que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade” (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007, art.4º), no entanto há duas grandes questões a serem debatidas: primeiro, o que se configura como verdade; segundo, qual o espaço de independência do jornalista dentro da estrutura das empresas de comunicação para ele efetivar o compromisso fundamental com a verdade.

Como afirma Abramo (1997, p 116),

A liberdade de imprensa só é usada pelos donos das empresas. Em quarenta anos de jornalismo, nunca vi liberdade de imprensa. Ela só é possível para os donos do jornal. Os jornalistas não podem ter opinião, mas os jornais têm suas opiniões sobre as coisas, que estão presentes nos editoriais e nos textos das pessoas que escrevem por linhas paralelas às do jornal.

A liberdade de opinião do jornalista tem como limite a orientação do jornal.

Mais do que parcial, a atitude da mídia é excludente, seletiva na medida em que sua parcialidade, que se materializa ao adotar um ponto de vista sobre determinado tópico de acordo com os interesses econômicos, é precedida de um procedimento deliberado que torna invisíveis certos assuntos. Como analisa Kucinski (1988, p. 21), “É notável a ausência de pluralismo na cobertura, pela mídia brasileira, de assuntos considerados estratégicos pelas elites dominantes”.

Para explicarmos o caráter faccioso dos meios de comunicação, quer por sua tendenciosidade na montagem da pauta, quer por sua partidarização na abordagem, discutiremos os padrões de manipulação estabelecidos por Abramo (2016). Segundo o autor, quatro padrões podem ser elencados para demonstrar de que modo a imprensa manipula a realidade. São eles: Padrão de Ocultação, Padrão de Fragmentação, Padrão de Inversão, Padrão de Indução.

1- Padrão de ocultação

Trata-se de um elemento decisivo de manipulação, a partir do qual a imprensa faz um recorte da realidade e, em consonância com seus interesses, determina o que passa a existir e o que não no mundo jornalístico, impossibilitando o leitor de tomar conhecimento de todos os

leques de fatos que compõem a realidade “bruta”, sem edição, sem cortes. Tal posição, necessariamente, traz grandes consequências, uma vez que “O fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística, real ou ficcional, passa a tomar o lugar do fato real, e a compor, assim, uma realidade diferente da real, artificial, criada pela imprensa” (ABRAMO, 2016, p. 42).

2- Padrão de fragmentação

Consiste na fragmentação do todo real em fatos particularizados, geralmente, desconectados entre si, “desligados de seus antecedentes e de seus consequentes no processo em que ocorrem, ou reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não corresponde aos vínculos reais, mas a outros ficcionais, e artificialmente inventados”. (ABRAMO, 2016, p. 43)

Para o autor, esse padrão age em todo o processo da notícia, desde a decisão de pauta até a escrita da matéria, e implica duas operações básicas: a seleção de aspectos ou particularidades do fato e a descontextualização. Na seleção, o fato é decomposto em particularidades, ou aspectos do fato, e o que será publicado é feito por decisão da imprensa, ou seja, o público terá acesso apenas ao recorte operado por ela, pautado na linha editorial do órgão de imprensa, imposto ou adotado pelos jornalistas do órgão. Na operação de descontextualização, resultante da seleção de aspectos, o fato, o dado, a informação é isolada do todo e passa a figurar em segundo plano sem significado aparente ou assume significado diferente do real (ABRAMO, 2016). É importante considerar que, segundo Abramo (2016, p. 43), “A fragmentação da realidade em aspectos particularizados, a eliminação de uns e a manutenção de outros, e a descontextualização dos que permanecem, são essenciais, assim, à distorção da realidade e à criação artificial de outra realidade”.

3. Padrão de Inversão

O terceiro, dos quatro padrões propostos por Abramo (2016), o de Inversão, realiza-se depois do fato fragmentado e descontextualizado, reestruturando-o e pondo-o em uma posição diferente da de origem e com isso ocorre “a destruição da realidade original e a criação artificial da outra realidade” (ABRAMO, 2016, p.45). Ele realiza-se em todo processo de escrita, mas evidencia-se na edição da matéria.

Dos diversos modos de inversão, Abramo (2016) cita como principais os quatro a seguir:

a) Inversão da relevância dos aspectos: nele o aspecto mais importante do fato é substituído pelo supérfluo, pelo detalhe menos significativo;

b) Inversão da forma pelo conteúdo: a relevância é dada ao texto e não ao fato que ele reproduz.

c) Inversão da versão pelo fato: nesse padrão, a versão que se dá ao fato é mais importante que o fato em si. “O órgão de imprensa praticamente renuncia a observar e expor os fatos mais triviais do mundo natural ou social, e prefere, em lugar dessa simples operação, apresentar as declarações, suas ou alheias, sobre esses fatos” (ABRAMO, 2016, p. 45), mesmo que estes contradigam a realidade concreta. Essa operação pode se dar por meio de duas formas:

- *Frasismo* – a realidade é substituída por uma frase ou parte dela.

- *Oficialismo* – o fato é substituído por versões de uma autoridade que represente os interesses do veículo. Ou seja, o fato dá lugar à versão de uma autoridade que proteja os interesses do veículo.

O problema é que a mídia confunde “autorizado” com “autoridade” e nessa situação prefere o secretário de segurança ao morador da favela para explicar a morte de um morador num confronto entre a polícia e traficantes (VAZ, 2013, p. 35).

d) Inversão da opinião pela informação – Ocorre principalmente na edição. Neste artifício, a opinião passa a ser o alicerce da matéria, fazendo com que a informação figure como mera ilustração.

Para Abramo (2016), este padrão pode assumir um caráter tão abusivo e absoluto que passa a substituir a realidade até para o próprio veículo de informação.

4) Padrão de Indução

Consiste no resultado da combinação articulada de todos os outros padrões, levando o leitor a ver o mundo a partir da ótica do órgão de comunicação e não a partir do crivo da realidade.

Os quatro padrões cunhados por Abramo (2016) nos servem de adequados instrumentos para examinarmos as relações da imprensa com o poder político e a atividade

econômica. Logo, constitui o funcionamento da mídia um quebra-cabeça bastante complexo, cuja explicação nos opõe um difícil desafio. Apesar disso, buscamos compreender os pontos centrais que podem explicar os modos de sua atuação.

3.2 EDITORIAL: CONFIGURAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL

O editorial é “o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (MARQUES DE MELO, 1994, p. 95), o espaço da opinião institucional, constituindo um direcionamento ideológico. No entanto, mesmo sendo tomado como a voz do dono da empresa, é preciso considerar que nas instituições capitalistas, como as atuais, essa voz reflete o consenso das posições dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização (MARQUES DE MELO, 1994) configurando-se um espaço de contradições na medida em que articula diferentes discursos com os diferentes interesses. E, em função desses interesses, o editorial expressa a opinião das forças que mantém a instituição jornalística e poderia ter como interlocutor a coletividade, no entanto, como não se tem, no Brasil, por exemplo, uma instituição que se contrapõe ao Estado, o editorial, mesmo dirigindo-se à opinião pública, de fato, estabelece uma relação de diálogo com o Estado (MARQUES DE MELO, 1994, p. 97). Isso significa um trabalho ostensivo para defesa dos segmentos empresariais, por conseguinte:

sabendo que dispõe dessa força e que encontram correspondência no aparelho estatal, as instituições jornalísticas atribuem à produção dos editoriais uma atenção toda especial que supõe plena integração entre as políticas da empresa e os interesses corporativos que defendem. (MARQUES DE MELO, 1994, p. 98)

Para Abramo (1997, p. 116), no Brasil ficou estabelecido que os “jornais explicitam sua opinião nos editoriais”, assim, esses textos:

funcionam, na medida em que o jornal explicita cada vez mais o seu ponto de vista em relação às questões que afetam à vida do cidadão [...] Porém, no Brasil, ignoramos se o leitor comum gosta ou não de ler editorial. Acho que não gosta, mesmo porque o editorial se dirige a uma parcela mínima da população, a uma parcela da elite. O editorial é o meio mecânico de interlocução entre jornal e o poder, entre o jornal e setores da sociedade [...] é a boca do jornal, através da qual se diz aos outros o que pensa. (ABRAMO, 1997, p. 116)

Isso fortalece a hipótese de que mesmo aparecendo nos jornais em caderno e página específicos, o editorial apenas figura como espaço democrático, uma vez que consta

fisicamente, mas seu interlocutor, necessariamente, não faz parte da coletividade que supostamente seja o leitor daquele veículo.

Abramo (1997) ainda afirma quanto à posição que exerce o Estado nessa relação com o editorial:

Um equívoco que a esquerda geralmente comete é o de que, no Brasil, o Estado desempenha o papel de controlador maior da informação. Mas não é só o Estado, é uma conjunção de fatores. O Estado não é capaz de exercer o controle, e sim a classe dominante, os donos. O Estado influi pouco porque é fraco. Até no caso da censura, ela é dos donos e não do Estado. Não é governo que manda censurar um artigo, e sim o próprio dono do jornal (ABRAMO, 1997, p. 118)

Brum (1988), em uma pesquisa que analisou os editoriais veiculados pelo jornal *A Tribuna*¹⁸ no período que antecedeu abril de 1964, identifica que estes editoriais privilegiavam três grandes temas: política, economia e administração, concentrando seu foco em João Goulart. Esse resultado reforça a concepção de que os editoriais são dirigidos ao Estado e não à opinião pública, embora esta tome conhecimento da argumentação usada e funcione como massa de manobra (BRUM, 1981 *apud* MARQUES DE MELO, 1994 2011, p. 98).

Os editoriais são inacessíveis aos leitores, de modo geral, em função disso algumas pesquisas foram feitas e constataram, por exemplo, que apenas 10% da população leem o editorial, principalmente por estes não tratarem de temas de interesse do cotidiano do leitor. Inquieto com isso, Jobim (1960, p. 78)¹⁹ propôs um editorial “ideal” – que foi aplicado pela *FSP* na década de 1960 e *OG* deslocou seu editorial para a primeira página. Talvez esse posicionamento estivesse diretamente relacionado com os propósitos específicos do momento e não, simplesmente, com o interesse de aumentar significativamente o número de leitores do jornal interessados em editoriais.

A seleção do que vai ser ou não divulgado pela imprensa é o principal instrumento de que dispõe a empresa jornalística para se posicionar. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição, privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo outros e ainda omitindo diversos. Para controlar a seleção de informação, a instituição dispõe de vários mecanismos como a própria estrutura da redação, caracterizada pelo verticalismo num sofisticado processo que vai desde a depuração dos

¹⁸ Jornal que circulou em Santos /SP como *A Tribuna do Povo* de 1894 a 1927 e a partir daí como *A Tribuna*. A partir de 1927. Em 2007, o jornal passou a circular na forma digital.

¹⁹ JOBIM, Danton. *Espírito do jornalismo*. Rio de Janeiro: São José, 1960, p. 78

dados, conferência dos dados de onde chegaram os fatos, à decisão tomada pela diretoria. Tudo deve funcionar conforme interesse da empresa (MARQUES DE MELO, 1994).

3.2.1 Características estruturais do Editorial

Do ponto de vista da estrutura, o editorial é um texto relativamente curto; E, “parente literário do ensaio, o editorial é, no jornal, no rádio ou na televisão, a palavra do editor, a opinião do veículo ou da empresa. Antigamente essa opinião tinha o nome de artigo-de-fundo ou comentário” (BAHIA, 1990, p. 192).

Conforme Gomes (2007), o editorial sempre constou na imprensa. Na fase artesanal – primeira metade do século XIX – não contava com uma nomeação, nem localização definidas, o que dificultava seu reconhecimento no corpo do jornal, possível apenas por meio das pistas linguísticas marcando o ponto de vista discursivo. Mais tarde, ocupando lugar específico na página, recebe vários nomes: prospecto, introdução, artigo de fundo, artigo comunicado, artigo editorial (GOMES, 2007, p. 198).

Hoje, há uma predominância pela nomenclatura editorial, gênero quase exclusivo dos jornais impressos ou nos espaços virtuais. Em outros suportes como periódicos semanais ou mensais, diversos termos são utilizados para sua nomeação, como Carta do Editor, Carta ao Leitor, Na Redação, Redação e você (SOUZA, 2006, p.62).

Para Vaz (2013) os textos jornalísticos, de modo geral, buscam uma objetividade contábil a partir da preocupação pela busca da sempre quantificação: quantos mortos?, quanto custou?, quantos anos?, quantos gols?, com o propósito de sustentar a aparência da objetividade. E, para isso, criam quadros onde os fatos parecem se desenrolar automaticamente, “como se os fatos pudessem se repetir diante dos nossos olhos enquanto lemos o jornal” (VAZ, 2013, p. 31). Neles, qualquer vestígio explícito do sujeito teria o poder de quebrar esse encantamento, por essa razão, o uso da primeira pessoa, o uso de adjetivos, expressão de opiniões, etc. devem ser evitados. No entanto, nos editoriais isso se dá exatamente de modo oposto, “permite-se a presença de um sujeito que escreve e pode se dirigir a outro sujeito que lê. A presença do sujeito e do diálogo sempre nos avisa que aquilo que se apresenta não é a realidade, mas uma narrativa, ou seja, um olhar parcial” (VAZ, 2013, p. 31).

É oportuno ressaltar que nosso propósito, aqui, não é o de fazer uma exaustiva caracterização estrutural do editorial, mas evidenciar seus traços constitutivos a partir de sua

funcionalidade no âmbito histórico-social, uma vez que tomamos os gêneros textuais na perspectiva de sua utilização no mundo concreto, na perspectiva da ação e por essa razão nos apoiamos nas palavras de Bazerman, quando afirma que:

Gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, são modos de ser. São *frames* para a ação social. São lugares nos quais o sentido é construído. São ambientes para a aprendizagem. Os gêneros moldam os pensamentos e as comunicações através das quais interagimos. (BAZERMAN, 2005, p.19)

Acreditamos que essa ação será potencializada a partir das escolhas dos mecanismos do dizer, e um dos mecanismos utilizados é o da ordem do estrutural. O que possibilita dinamicidade e plasticidade dos gêneros (BAKHTIN, 1992; BAZERMAN, 2005; MARCUSCHI, 2008; SWALES, 1990). Dessa forma, “Os editoriais apresentam uma estrutura textual que pode ser resumida em três momentos: a) apresentação de um fato; b) construção do sentido do fato; c) conclusão (opinião normativa ou ensinamento)” (SILVA, 1992, p.100).

A partir do modelo CARS (*Creat a Research Space*) de Swales (1990), Sousa (2004) propôs um esquema da organização retórica do padrão de regularidade de editoriais²⁰ que veiculam na atualidade. Tal configuração se compõe de três unidades retóricas, como descritas no Quadro a seguir:

Quadro 06 - Organização retórica de editoriais jornalísticos

Unidade Retórica 1 – Contextualização do tema

Subunidade 1.1 – Apresentando uma informação introdutória e/ou

Subunidade 1,2 – Esclarecendo uma informação

(e)

Unidade Retórica 2 – Argumentação sobre a tese

Subunidade 2.1 – Argumentando convergentemente e /ou

Subunidade 2.2 – Argumentando divergentemente

(e/ou)

Unidade Retórica 3 – Indicação da posição do jornal

Fonte: Sousa (2004, p.68)

²⁰ Para estabelecer esse padrão de regularidade, Souza (2004) analisou um *corpus* formado por 60 editoriais de jornais produzidos pela imprensa brasileira a partir da aproximação de suas unidades retóricas e das macroproposições que constituem a sequência textual dominante.

Cada uma dessas unidades está diretamente relacionada aos propósitos a serem alcançados, considerando a construção dos sentidos e os propósitos a serem atingidos, como explicado nas palavras de Sousa (2004):

A unidade retórica 1 (contextualização do tema) é o espaço que o editorialista tem para contextualizar o leitor, apresentando uma informação relacionada com a temática, mas que não se constitui argumento da tese. Essa contextualização pode ocorrer de diferentes formas, isto é, através da realização de uma ou duas subunidades concomitantes ou não. A subunidade 1.1 (apresentando uma informação introdutória) tem como função retórica apresentar uma informação que possibilite a introdução da argumentação. E a subunidade 1.2 (esclarecendo uma informação) tem a função de esclarecer uma informação mencionada no início do texto editorial com o objetivo de contextualizar o leitor da temática que será abordada. A unidade retórica 2 (argumentação sobre a tese) é o espaço que tem o editorialista para convencer o leitor. A subunidade 2.1 (argumentando convergentemente) tem o papel de apresentar os argumentos pró-tese de modo a fundamentar o ponto de vista apresentado pelo editorialista. E a subunidade 2.2 (argumentando divergentemente) tem o papel de apresentar argumentos que são contrários ao ponto de vista defendido pelo editorialista. A unidade retórica 3 (indicação da posição do jornal) apresenta a posição da empresa jornalística. Poder-se-ia dizer que a Un3 representa a conclusão, o fecho de toda a argumentação do editorial, isto é, todas as outras unidades convergem para ela.

(SOUSA, 2004, P. 69)

Em nossa pesquisa, apesar de considerarmos a estrutura composicional do editorial, esta não é o foco, uma vez que objetivamos analisar como os editoriais que compõem nosso *corpus* agem socialmente a partir das representações feitas pelos jornais, em consequência de acreditarmos que “Os editoriais realizam-se, pois, enquanto gênero, na medida em que são lidos e têm suas teses aceitas ou não pelos leitores” (SOUZA, 2006, p. 64), o que pode ser evidenciado na nossa próxima subseção.

3.3 1964/1984: UM GOLPE TAMBÉM DA MÍDIA

Como ocorre com toda a mídia das sociedades ditas democráticas, que nasceu como instrumento de luta da burguesia para denunciar o absolutismo da realeza, a mídia brasileira é uma engrenagem do consolidado projeto de poder burguês.

Servir ao poder oficial. Este sempre foi, mostra a história, o percurso da imprensa brasileira. No Brasil Colônia, ela exercia o papel do informativo da corte, da voz da oficialidade, propagando valores e naturalizando a manutenção das leis do reino de Portugal (MELO, 2005, p. 27).

Já no período que precede o golpe civil-militar de 1964, a grande imprensa nacional toma partido em favor dos reacionários, cuja ponta de lança são os militares – à exceção do jornal *Última Hora* –, encarregando-se de construir e difundir a imagem do governo de João Goulart como administração caótica, sem pulso, promotora da convulsão social e aliada das forças nacionais e internacionais que intentavam implantar a “ameaça comunista” no Brasil, pondo em perigo os sagrados valores da propriedade privada, da família e da religião.

Uma vez que a tríade de jornais, *O Estadão*, *Folha de São Paulo* e *O Globo*, são a fonte de onde extraímos o *corpus* da pesquisa desta tese, vamos mostrar atos dos três veículos como representativos da mídia nacional.

Aquele que ficou conhecido como o *Comício da Central do Brasil*, em que João Goulart anuncia as reformas de base que pretende fazer, realizado a 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, serviu de argumento para as forças conservadoras, que tramavam o golpe, arregimentar seus seguidores, afirmando que a ameaça do regime comunista era concreta. A cobertura dos três jornais mostra de maneira inequívoca o papel de aliados do golpe, que se gestava pelo menos desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

No dia posterior ao comício, 14 de março de 1964, além de ampla cobertura em que repercute a voz das forças de direita, condenando as reformas efetivadas e anunciadas por Jango, a *Folha de São Paulo* publica o editorial sob o título de *Para quê*, cuja parte final segue transcrita:

O que mais preocupa, entretanto, não é isso. É que a organização e o tom do discurso têm muito dos movimentos que os candidatos a ditador seguem, para matar a democracia – a democracia tão rudemente caricaturada pelo presidente em suas palavras. Embora o Sr. João Goulart haja declarado que não tem propostas pessoais e que apenas pensa no povo e em seu sucessor, as aparências permitem raciocinar às avessas. O comício de ontem, se não foi um comício pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio Sr. João Goulart. **Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança desse tipo, preferirão ficar com o Sr. João Goulart, traíndo a Constituição e a pátria, ou permanecer fieis àquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, elas não haverão de permitir essa burla.** [Grifos nossos]

(FSP - 14/MAR./1964)

É explícita a incitação a que as Forças Armadas usurpem o poder, destituam um presidente democraticamente eleito. Cumpre a *Folha* o papel de porta-voz da classe

dominante, politicamente representada pela direita reacionária, ideologicamente promotora do vínculo Estado-religião e estrategicamente controladora da estrutura militar.

Referindo-se ao mesmo episódio e em semelhante tom, *OESP* assim se manifestou em seu editorial:

Afirmávamos há dias que o País estava já vivo em regime pré-totalitário. O comício de ontem, na Guanabara, veio confirmá-lo. Depois do que se passou na praça Cristiano Ottoni, depois de tudo o que ali foi dito, depois da leitura dos decretos presidenciais que violam frontalmente a lei não tem mais sentido falar-se em legitimidade democrática como coisa existente. Quando o chefe do Executivo se permite, nas praças públicas, fazer a apologia da subversão e incitar as massas contra os poderes da República que lhe estorvam a marcha para o cesarismo, pode-se afirmar que a ditadura, embora não institucionalizada, é uma situação de fato.

(...)

Não nos enganávamos quanto às intenções do grupo que promoveu a concentração de ontem. **A revolução foi pregada** com uma insistência, uma agressividade e um calor que ultrapassaram tudo o que até à data se havia verificado em atos semelhantes.

(...)

Nunca, portanto, a situação foi tão clara. Sob a bandeira das “reformas”, **as palavras de ordem da revolução são levadas a todos os cantos do País. Isto sob a proteção dos tanques e das metralhadoras, com as Forças Armadas transformadas em instrumentos do novo poder ditatorial.**

(OESP – 14/MAR./1964)

Ocultar o verdadeiro propósito da oposição a João Goulart, ou seja, instalar uma ditadura, é a função que exerce o Estadão com o editorial. E o faz, dentre outras, com a estratégia da inversão discursiva, pela construção e difusão da imagem de um Jango que vai implantar a ditadura. Notemos a referência às Forças Armadas, como que a lhes ferir os bríos na medida em que são descritas como protetoras do novo regime ditatorial.

Em 18 de março de 1964, diversa não é a abordagem de *OG*, no editorial “*Se não, não*”, quando avalia já os desdobramentos do célebre comício, passados cinco dias da sua realização.

Ainda se poderá falar em **legalidade** neste País? É legal uma situação em que se vê o **Chefe do Executivo unir-se a pelegos e agitadores comunistas para intranquilizar a Nação**, com menções a eventuais violência, caso o Congresso não aceite seus pontos de vista?

(...)

AS FORÇAS ARMADAS, que alguns buscam maliciosamente associar às tentativas de intimidação do Congresso, igualmente não falharão. Sob a autoridade suprema do Presidente da República, mas dentro dos limites da lei (...), elas defenderão os poderes constitucionais, a lei e ordem (Art. 177). Não admitirão assim, que os grupos sectários e subversivos, sejam eles ou não da intimidade do Chefe do Executivo, se manifestem contra o Congresso e tentem pressioná-lo, pois não podem elas endossar gestos ilegais e processos contrários à Constituição.

(OG – 18/MAR./1964)

Sintomaticamente, tal qual acontecera com *FSP* e *OESP*, *OG* evoca as Forças Armadas como guardião do Estado democrático, isso na superfície do discurso porque o cerne do que diz é uma convocação para que tais forças derrubem o governo legal. Também esclarecedora é a tática verbal de tirar a legitimidade do presidente constitucionalmente investido do poder, associando-o ao que chama de “subversivos” e “agitadores”.

Com o golpe, perpetrado em 31 de março de 1964, os três jornais continuam cumprindo a sua missão de difusores dos ideais reacionários da elite brasileira, agora angariando para os militares o apoio popular, construindo-lhes a imagem de heróis redentores, que salvaram a pátria da ameaça comunista, que se consolidou na Rússia, chegou concretamente a Cuba e rondava a América Latina.

Em seus primeiros editoriais logo após a tomada do poder, assim se manifestaram:

Estadão

Iludir-se-á profundamente quem pensar que a grande, a esmagadora vitória alcançada pela democracia liberal contra os totalitários extremistas tenha por si só força bastante para resolver o tremendo problema com que se defronta neste momento o Brasil.

(OESP. 03/ABR./1964)

Folha de São Paulo

Assim se deve enxergar o movimento que empolgou o país. Representa, fora de dúvida, um momento dramático de nossa vida, que felizmente termina sem derramamento de sangue. E termina com a vitória do espírito da legalidade, reestabelecido o primado da Constituição e do Direito.

(FSP. 02/ABR./1964.)

O Globo

Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos,

livrando-os do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

(OG. RESSURGE A DEMOCRACIA. 02/ABR./1964)

Os três veículos convergem quanto à construção discursiva do golpe, inserindo a ruptura institucional no mundo linguístico como ato de legalidade ou cumprimento dos valores constitucionais.

Ao longo dos vinte anos do golpe civil-militar, esses três jornais permanecerão aliados a tais forças retrógradas, ainda que a história fale em ruptura de *O Estado de São Paulo* e da *Folha* quando da edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e do endurecimento da censura. Na verdade, a tríade de jornais continuou dando apoio à ditadura, o que houve foi uma readequação de estratégia para que essas empresas garantissem sua viabilidade econômica.

Referindo-se ao AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, a *Folha de São Paulo*, em editorial de 04 de janeiro de 1969, nomina de “enorme receptividade potencial da opinião nacional”, o que na verdade é um silêncio fruto da repressão:

A reação – ou a não-reação – popular indica a presença da enorme receptividade potencial da opinião nacional a decisões grandes que realmente solucionem os magnos problemas do País. Portanto, não há lugar para gestos pequenos após o 13 de Dezembro.

(FSP – 04/JAN./1969)

À posse de Emílio Garastazu Medici, aquele que seria o mais sanguinário dos ditadores do período de 1964 a 1984, ocorrida em plena vigência do AI-5, em 1969, o *Globo* saudou em editorial no qual rememora as declarações do general quando assumira o comando do III Exército: “O povo não se queixa do que a Revolução fez, mas do que ela deixou de fazer”, num vaticínio tenebroso.

Na edição do mesmo dia em que entraria em vigor o AI-5, *OESP* pergunta:

que é que poderá resultar de um estado de coisas que tanto se assemelha ao desmantelamento total do regime que o sr. presidente da República julgava fosse o mais conveniente àquele delicadíssimo e frágil arquipélago de grupos sociais a que se referia ainda ontem, cuja integridade, é s. sra. o primeiro a reconhecê-lo, está por um fio?

(OESP, 28/DEZ./1968)

O direcionamento do jornal converge para quem parecia saber da iminência da medida que com maior rigidez atingiria as liberdades democráticas, incluindo o fechamento do Congresso Nacional.

Um ponto que precisa ser revisitado é o da imposição da censura pelo governo. Na verdade, os próprios meios de comunicação estabeleciam sua censura. Exemplo dessa autocensura é o desvirtuamento dos fatos relacionados à tortura e às execuções efetuadas pelo Estado, que eram descritas como legítima defesa das forças de segurança, apenas como reação natural à ação de “terroristas”. Segundo Kushnir (2014),

Era uma colaboração. Era noticiado o que acontecia dentro do aparelho de Estado, dentro do aparelho de tortura. O jornal era feito, de alguma maneira, para que o público identificasse as ações de repressão não como tais, mas como assassinatos em trocas de tiros, por fuga, e não assassinatos cometidos no porão da ditadura.

(E-FÓRUM, 01/ABR./2014)²¹

Só com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, pela repressão militar nos porões do DOI-Codi, que impôs a versão oficial de suicídio, houve um momento de convergência para denúncia do caso. Como afirma Abramo (1997, p. 116), “Nessa ocasião, a grande imprensa se juntou na denúncia do que os jornalistas consideravam um crime. Houve uma convergência de pontos de vista”.

Para Kushnir (2014):

O Estado não é capaz de exercer o controle, e sim a classe dominante, os donos. O Estado influi pouco, porque é fraco. Até no caso da censura, ela é dos donos e não do Estado. Não é o governo que manda censurar um artigo, e sim o próprio dono do jornal. Como havia censura prévia durante o regime militar, para muitos jornalistas ingênuos ficou a impressão de que eles e o patrão tinham o mesmo interesse em combater a censura.

(E-FÓRUM, 01/ABR./2014)²²

Mesmo episódios que passaram à história como sagazes estratégias dos jornais para ludibriar a tesoura da censura, como habilidade de opor resistência pelas sutilezas das frestas necessitam de uma reinterpretação. Célebres edições como as do *Estadão*, que trouxeram poemas de Camões no lugar de notícias, foram antes um acordo prévio com os censores que um ato de subversão do jornal.

Segundo definiu o censor Coriolano de Loyola Cabral Fagundes, nas palavras de Kushnir (2014):

²¹ <http://www.fndc.org.br/noticias/a-grande-imprensa-apoiou-o-golpe-e-a-ditadura-924390/>

²² <http://www.fndc.org.br/noticias/a-grande-imprensa-apoiou-o-golpe-e-a-ditadura-924390/>

(...) os poemas de Camões foram ali uma concessão. Certamente a censura federal apostava que o leitor não entenderia o seu porquê, ou se tranquilizaria na (efêmera) ilusão que mesmo no arbítrio lhe eram permitidos lampejos de resistência, os quais, efetivamente nada alteravam. Algo semelhante, contudo, não foi autorizado à (antiga) Veja, que, durante a “distensão” do governo Geisel, substitui as matérias censuradas por imagens de diabinhos, já que não se podiam publicar espaços em branco. Advertida, teve que parar, pois certamente o leitor de Veja à época entenderia o recado. Certamente como compreendeu a mensagem da revista quando da morte de Vlado, numa nota pequena de desculpas por não poder nada mais expressar.

(E-FÓRUM, 01/ABR./2014)²³

Nenhum jornal brasileiro da chamada grande imprensa rompeu verdadeiramente com o regime ditatorial. Nenhum deles teve a coragem ou o desejo de anunciar em suas páginas: “Sob censura do governo Federal”. Talvez uma posição autêntica dos jornais em defesa do Estado democrático de direito houvesse colaborado para que a ditadura não perdurasse por suas longas duas décadas.

Na atuação da mídia durante a época do regime militar, precisamos considerar dois pontos essenciais, que não se excluem, antes se complementam. Primeiro, a coincidência ideológica entre os empresários do setor de comunicação e a classe dominante; segundo, o objetivo principal desse tipo de atividade: o lucro. Assim, o que a mídia fez durante o período foi conciliar sua crença política com a necessidade de bons resultados econômicos. Como todas as empresas do sistema capitalista, os jornais precisam faturar mais do que gastam, e as dificuldades financeiras podem explicar certas atitudes. Vamos observar duas ilustrativas passagens que Abramo traz sobre *Folha de São Paulo*:

De 1969 até 1972 a Folha atravessou um período negro, em que não havia espaço político algum no jornal. Na verdade, o jornal não tinha condições de resistir a pressões do governo, e por isso não provocava. Se provocasse, o governo cobraria do jornal [dinheiro]

Frias decidiu mudar a Folha basicamente por razões de competição de mercado. O Estado podia ficar na oposição sem perder prestígio, pois era e sempre foi do establishment. (...) Frias percebeu que seu jornal só poderia prosperar num regime democrático, e por isso adotou a linha combativa.

(ABRAMO: 1997, p.87)

Conforme Sodré (1999), os negócios de *O Globo* com o consórcio norte-americano *Time-Life*, que, ao lado de outros investidores também estadunidenses, avançavam sobre as empresas brasileiras de comunicação, em aquisições ou sociedades, numa afronta à legislação nacional, são icônicos para demonstrar os motivos econômicos e políticos por que tais grupos

²³ <http://www.fndc.org.br/noticias/a-grande-imprensa-apoiou-o-golpe-e-a-ditadura-924390/>

de comunicação patrocinaram o golpe militar. Embora o mais rumoroso e que veio à tona em 1965, o caso *Time-Life/Globo* aparece na mesma esteira de denúncias de que jornais como *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* passavam a contar com capital estrangeiro.

Denunciado pelo deputado João Calmon (presidente da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão – Abert – e condômino dos Diários e Emissoras Associados), o contrato entre a *Globo* e a *Time-Life* foi objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Em 1966, os deputados consideraram que os contratos estabelecidos entre a *Globo* e *Time-Life* desrespeitavam a Constituição em seu artigo 160, que veda a participação de capital estrangeiro, seja na gestão, seja na propriedade de empresas de comunicação. Entretanto, nenhuma punição objetiva foi aplicada ao grupo Globo.

No ano seguinte, 1967, o governo federal alterou a legislação instituindo restrições mais efetivas acerca das concessões e proibindo, inclusive, contratação de assistência técnica do exterior. Mas, a *Globo* estava a salvo desse novo dispositivo legal porque seus contratos com o *Time-Life* era anterior, de 1962 a 1965. Por fim, ainda em 1967, o consultor-geral da República Adroaldo Mesquita da Costa emitiu um parecer considerando que a operação fora legal porque os termos do contrato não davam ao grupo norte-americano nenhum poder de interferência gerencial (SODRÉ, 1999)

E a posição da imprensa não mudou meio século depois, quando ela, de uma forma em geral, fez um balanço do cinquentenário do golpe e da relação dos meios de comunicação com a sua emergência e manutenção, conforme análise na Seção 4.

Em seu reconhecimento limitadamente formal de que foi um equívoco emprestar apoio à tomada do poder pelos militares, *O Globo*, em editorial de 31/08/2013, sob o título *1964*, além de confessar sua adesão ao golpe, evoca outros signatários da ruptura democrática:

O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S.Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns.
(OG – 31/AGO./213)

Na verdade, o jornal se defende das acusações de haver apoiado a ditadura de 1964, feitas pelos manifestantes que saíram às ruas nos protestos de 2013, mas não se arrepende nem se desculpa, apenas justifica a decisão, que teria sido tomada premido pelas circunstâncias:

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo

apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” — e de alguns segmentos das Forças Armadas.

(OG – 31/AGO./213)

Trilha semelhante segue a *Folha de São Paulo*, em editorial de 30/03/2014, onde dá à conjuntura uma força quase determinista, que impeliu o veículo naturalmente ao apoio do golpe.

Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais.

É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias.

(FSP – 30/MAR./2104)

Ao abordar o cinquentenário do golpe, no editorial *Meio século depois*, em 24/03/2014, *O Estado de São Paulo*, diferentemente dos dois outros jornais, sequer menciona o apoio que hipotecou, e também o analisa como inevitável, fundamentando seus argumentos na conjuntura política internacional.

É importante assinalar que tudo isso se passou em meio à guerra fria. Para os Estados Unidos e seus aliados, era intolerável a possibilidade de o Brasil aderir ao campo comunista. Recorde-se que em outubro de 1962, por causa da recusa dos Estados Unidos de aceitar a presença em Cuba de mísseis ali colocados pela União Soviética, o mundo esteve à beira de uma guerra nuclear. Este era um dado incontornável da realidade.

(OESP – 24/MAR/2014)

Se a atuação da mídia brasileira como voz ideológica das classes dominantes – que ou participaram diretamente ou deram apoio para materialização do golpe civil-militar – causa estranheza a certos setores da sociedade, é apenas por sua boa-fé de acreditar no discurso da mídia como órgão apartidário e defensor da democracia acima de qualquer outro valor. É apenas por não ter a clareza de que “A ideologia dos donos de jornais é a mesma da classe dominante” (ABRAMO, 1997, p. 136). É também por não ter a percepção de que os meios de comunicação constituem empresas – apenas sob o mero carimbo oficial da concessão do Estado – que visam ao lucro como qualquer outra empresa do sistema capitalista.

Portanto, a atitude da mídia brasileira durante o período ditatorial de 1964 a 1984 está absolutamente de acordo com as relações históricas entre imprensa e capital, não podendo verdadeiramente causar nenhuma estranheza a qualquer análise minimamente mais detida. Os

meios de comunicação cumpriram o roteiro que seguem no curso da história. é o que pode ser evidenciado no excerto que segue:

A imprensa faz questão de que seja seu, localizado nos dirigentes de cada publicação, o poder de liberar e de vetar. Qualquer intromissão aí une os competidores na reação. Mas ser contra a censura não significou ser contra o sentido geral do AI-5, senão contra um dos seus muitos aspectos. O motivo dessa restrição bem delimitada era simples: não seria possível ficar contra o AI-5 sem ser contra o regime. **E a imprensa, embora uma ou outra discordância eventual, mais do que aceitou o regime: foi uma arma essencial da ditadura.** [Grifos nossos]

(FSP – 15/DEZ./1998)²⁴

Como se observa, a análise do jornalista Jânio de Freitas, ao fazer um balanço dos 30 anos do AI-5, testemunha este *script*:

Na próxima Seção apresentaremos os passos metodológicos utilizados para chegarmos aos dados e aos resultados desta pesquisa.

²⁴ Folha de São Paulo. Brasil. A imprensa e o AI-5. 15/dez./1998

4 PERCURSO METODOLÓGICO: A RESPOSTA DOS DADOS

Esta Seção tem como propósito apresentar o caminho metodológico percorrido para atingirmos os objetivos traçados por esta pesquisa. Nela abordamos a composição do *corpus*, as categorias de análise, os critérios adotados para se chegar aos dados da pesquisa e os passos seguidos para a análise.

Introdutoriamente, antes da exposição e interpretação dos dados, apresentamos os procedimentos metodológicos que nos orientaram no exame do *corpus*. Com uma estrutura bipartida, mostramos, no início, a orientação metodológica que norteia a pesquisa e, em seguida, trazemos de forma específica o exame dos dados e os resultados que eles revelam.

4.1 BÚSSOLA E MAPA PARA O PERCURSO

O *corpus* desta pesquisa é composto por textos da esfera discursiva do jornalismo, mais especificamente por editoriais. São 12 editoriais sobre a mesma temática, a ditadura civil-militar de 1964 no Brasil, subdividida em quatro Períodos: *o Golpe de 1964, o Recrudescimento, a Redemocratização e o Cinquentenário do Golpe*. Todos os editoriais selecionados para a análise, foram coletados, considerando o momento de veiculação, nos sítios oficiais dos jornais *OESP, FSP OG*²⁵, disponibilizados, de modo digitalizado, com acesso livre apenas mediante assinatura de cada diário digital. A partir dessa coleta, o passo seguinte foi a transcrição para o *Word*, necessária para utilização do *WordSmith Tools* (conforme subseção 4.3.1), como também para viabilizar a própria leitura dos editoriais, uma vez ser necessário ampliar as imagens com os textos digitalizados, conforme Figura 05 que exemplifica a configuração dos jornais em seus respectivos acervos digitais. Os outros dois veículos que compõem nosso *corpus* apresentam estruturação semelhante.

Os espaços de coleta foram:

- *O Acervo* – Página mantida pelo jornal *OESP*²⁶;
- *acervoFolha* – Página mantida pelo jornal *FSP*²⁷;
- *Acervo O Globo* - Página mantida pelo jornal *OG*²⁸.

²⁵ A ordem de entrada dos jornais seguiu o critério de fundação dessas empresas.

²⁶ <https://acervo.estadao.com.br>

²⁷ <https://acervo.folha.com.br/index.do>

²⁸ <https://acervo.oglobo.globo.com/registro?evento=pw>

Figura 05 - Configuração dos diários nos acervos digitais



Fonte: OESP²⁹

Esse quantitativo, apesar de parecer pequeno, constitui uma mostra representativa e significativa, capaz de nos possibilitar alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, uma vez que se trata de uma investigação de natureza qualitativa. Pois, de acordo com Garside e McEnery (1997), o valor de um *corpus*, como uma ferramenta de pesquisa não pode ser medido em termos de tamanho bruto. O que nos permite afirmar que é preciso considerar a representatividade do *corpus* para os objetivos propostos.

A opção pela tríade de jornais justifica-se por seu poder de influência na formação da opinião nacional. Tanto a *FSP*, quanto *OG*, da mesma forma *OESP* constituem veículos que servem de referência para consolidação de pontos de vista acerca de problemas centrais da vida brasileira ao longo da história contemporânea. Acresça-se que esse conjunto de periódicos, que já era influente em 1964, chegou ao cinquentenário do golpe, em 2014, como a mais importante fonte de informação escrita ‘oficial’ da sociedade brasileira³⁰.

²⁹ Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acesso em 12/jan./2015

³⁰ : <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>

Desta maneira, os três veículos possuem uma relevância qualitativa no papel desempenhado pela imprensa escrita, ao mesmo tempo em que possuem relevância quantitativa, uma vez que são os três periódicos com mais leitores³¹ no país.

Por uma questão metodológica, foi preciso delimitar os períodos específicos para compor o *corpus* a ser analisado. Com vistas a isso, consideramos a posição assumida por estudiosos do assunto, tais como Skidmore (1988), Lopez (1991), Gaspari (2014), Dreifuss (1987) para selecionarmos os momentos de grandes tensões da época. Chegamos a quatro momentos a que denominamos de Fases (apresentadas na Seção 1) de grandes transformações contextuais, são eles:

Fase I – Golpe de Estado – Ditadura velada: de 1964, com a deposição de presidente João Goulart pelos militares, a novembro de 1968, período imediatamente anterior a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), quando se marca a consolidação da ditadura;

Fase II – Ditadura consolidada: de dezembro de 1968, quando da promulgação do AI-5, a agosto de 1978, quando da revogação do AI-5, do abrandamento da Lei de Segurança Nacional, da abolição da prisão perpétua e da pena de morte e do restabelecimento do *habeas corpus*.

Fase III – Processo de abertura: de 1979, quando da posse do general Figueiredo, com a promessa de restabelecer a democracia até março de 1985, com a posse de José Sarney na presidência da República como presidente civil, marcando, de modo oficial, o fim da ditadura militar no Brasil.

Fase IV – Cinquentenário do golpe: entre agosto de 2013 e março de 2014 – por ter sido o período em que os jornais que compõem nosso *corpus* veicularam editoriais em função do cinquentenário.

A etapa seguinte foi a coleta dos editoriais para análise. Para isso, consideramos não só os fatos mais relevantes de cada uma das quatro fases, mas também o editorial mais

³¹ Fonte: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. De acordo com a Associação Nacional dos Jornais, dados de 2015, por ordem, *O Globo*, *A Folha* e *O Estado de São Paulo* ocupam a 2ª, 3ª e 4ª posição em número de circulação. O primeiro lugar fica com Super Notícia, jornal neófito e sensacionalista de Minas Gerais, que a nosso ver não deveria integrar o mesmo grupo numa pesquisa dessa natureza.

representativo de cada jornal selecionado num *corpus* mais amplo de investigação composto por 48 editoriais, sendo 16 por veículo.

Distribuímos os 12 editoriais selecionados para análise em três grupos, a partir dos jornais e das Fases correspondentes. Passamos, desta forma, a ter um *corpus* de pesquisa organizado em três blocos e quatro Fases. Tal organização se deu em função da necessidade de analisar as representações feitas por cada um dos *veículos* nos períodos definidos. Podemos visualizar melhor nosso *corpus* na sintetização apresentada no Quadro 07 a seguir:

Quadro 07 - Sistematização do *corpus* por ano e jornal

FASES	OESP	FSP	OG
Fase I 1964 – 1968 ³²	<i>Em defesa da vitória</i> 03/abril/1964	<i>Em defesa da lei</i> 02/abril/1964	<i>Ressurge a democracia</i> 02/abril/1964
Fase II 1968 ³³ - 1979 ³⁴	<i>Instituições em frangalhos</i> 13/dezembro/1968	<i>Além do banimento</i> 04/janeiro/1979 ³⁵	<i>O salto e o atleta</i> 04/janeiro/1969
Fase III 1979 ³⁶ - 1985	<i>A Revolução e a política</i> 31/março/1984	<i>Vinte anos depois</i> 31/março/1984	<i>O julgamento da Revolução</i> 07/outubro/1984
Fase IV 2013 ³⁷ /2014	<i>Meio século depois</i> 24/março/2014	<i>1964</i> 30/março/2014	<i>1964</i> 31/agosto/2013

Fonte: Autor

Como é perceptível no Quadro 07, para a delimitação de cada Fase, fez-se necessário estabelecer alguns critérios, o primeiro deles foi considerar o Contexto de Situação de todo o Período de análise (de 1964 a 2014). Por essa razão, não foi possível assegurar uma regularidade temporal, mas, ao invés disso, uma delimitação condizente com os acontecimentos daquele Período. Sendo assim, a Fase I foi delimitada na tomada de poder pelos militares a novembro de 1968. A partir de dezembro, marca cronológica da ditadura oficializada, inicia-se a Fase II, indo até janeiro de 1979, ano de posse do general Figueiredo, além de ser este, em janeiro de 1979, o momento em que o jornal FSP se posiciona mais claramente sobre a ditadura oficializada. A Fase III fica estabelecida no mês subsequente ao

³² Novembro de 1968 é o limite temporal desta Fase.

³³ Em função da promulgação do AI-5 e da consolidação oficial da ditadura militar no Brasil, consideramos relevante fazermos a seleção do mês de dezembro como o mês que inicia a Fase II de nossa análise.

³⁴ Em função da posse do general Figueiredo que marca o início da promessa de abertura.

³⁵ A escolha por esse editorial, de tempo mais distante que os outros, é justificada por ser o que o jornal FSP mais se mostra em relação à ditadura.

³⁶ A partir da posse do general Figueiredo

³⁷ O ano de 2013, apesar de não ser o ano do cinquentenário do golpe, é o ano de publicação do editorial do jornal O Globo. O jornal antecipa sua publicação como resposta à pressão feita por manifestantes nos protestos populares ocorridos em junho de 2013 em todo o Brasil, que vincularam explicitamente as Organizações Globo à ditadura.

término da anterior. Seguindo esses critérios, a Fase IV tem início com a publicação do editorial que “homenageia” o golpe” civil-militar de 1964.

4.2 CATEGORIA DE ANÁLISE

Halliday e Matthiessen (2004, p. 169) afirmam que “a palavra ou a oração constrói uma relação de significação entre um mundo e os seus significados”. Isso significa dizer que os textos, manifestam, ao mesmo tempo, aspectos do mundo físico, social e mental. E esse conhecimento se dá em contextos sociais (situacionais e culturais). Nessa perspectiva, “as palavras usadas nas trocas interacionais, nesses contextos, adquirem significados nas atividades em que se inserem, que também são atividades sociais” (HALLIDAY; HASAN, 1985, p.5).

Sendo assim, a linguagem, a partir de seus contextos de usos, apresentam recursos que possibilitam descrição e análise. Considerando esses aspectos, adotamos, como categoria de análise desta tese, o Sistema de Transitividade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014). Como apresentado na Seção 2, é a categoria gramatical relacionada ao componente ideacional da linguagem, concernente à representação das ideias. Acreditamos que esse sistema constitui ferramenta que nos possibilita analisar o modo como são construídas e realizadas linguisticamente as representações do golpe civil-militar de 1964, incluindo a instalação da ditadura, o período de redemocratização e o cinquentenário.

4.3 OS DADOS DA PESQUISA – COMO FORAM GERADOS

Escolhida a categoria de análise, apresentamos os passos adotados para chegar aos dados da pesquisa.

Para abarcar as representações do golpe civil-militar de 1964, o recrudescimento da ditadura, o período de redemocratização e o cinquentenário do regime ditatorial, traçamos as mecanismos que se configuram como as estratégias selecionadas para a pesquisa, tais como: os métodos utilizados para gerar os dados que nos possibilitaram as análises; a escolha pelo tratamento analítico a ser feito e a busca dos itens que possibilitaram o percurso de análise O Quadro a seguir nos permite visualizar melhor essa construção:

Quadro 08 – Desenho da pesquisa

Estratégias de pesquisa	Métodos de geração de dados	Tratamento analítico de dados	Busca
Pesquisa documental	Coleta de editoriais (sites oficiais dos jornais – <i>OESP</i> , <i>FSP</i> , <i>OG</i>)	LSF <i>WordSmith Tools</i>	Representações do golpe civil-militar de 1964, recrudescimento da ditadura, período de redemocratização e cinquentenário do golpe.
Estudo comparativo			

Fonte: Adaptado de Bauer, Gaskell e Allum (2005, p. 19) e de Denzin e Lincoln (2006, p. 34).

Fizemos uma leitura minuciosa de cada um dos editoriais escolhidos para a análise e, em seguida, identificamos em cada um deles um grupo de itens lexicais previamente escolhidos, esperados no contexto de situação, os quais serviram de guia para revelar as representações feitas pelos jornais, a saber: *golpe*, *democracia*, *Forças Armadas*, *João Goulart*, *Comunismo*, *movimento*, *revolução*, *ditadura*, *anistia*, *tortura*, *violência*, *governo e terrorismo*.

Para a seleção das porções textuais com a identificação dos itens lexicais usamos a ferramenta computacional *WordSmith Tools*, sobre qual discorreremos na Subseção 4.3.1 a seguir. Uma vez feito isso, passamos a identificar as Orações em que esses itens lexicais estavam instanciados. A etapa seguinte consistiu na classificação das Orações, como unidade básica de análise da LSF, considerando os tipos de Processos.

4.3.1 Ferramenta computacional *WordSmith Tools*

Utilizamos, como instrumento para análise inicial de nosso *corpus*, a ferramenta computacional *WordSmith Tools* (Scott, 2015). Trata-se de um instrumento elaborado com propósito de possibilitar ao pesquisador análise de grande quantidade de texto por meio do computador, apesar de esta pesquisa ser de cunho qualitativo e apresentar um *corpus* considerado pequeno.

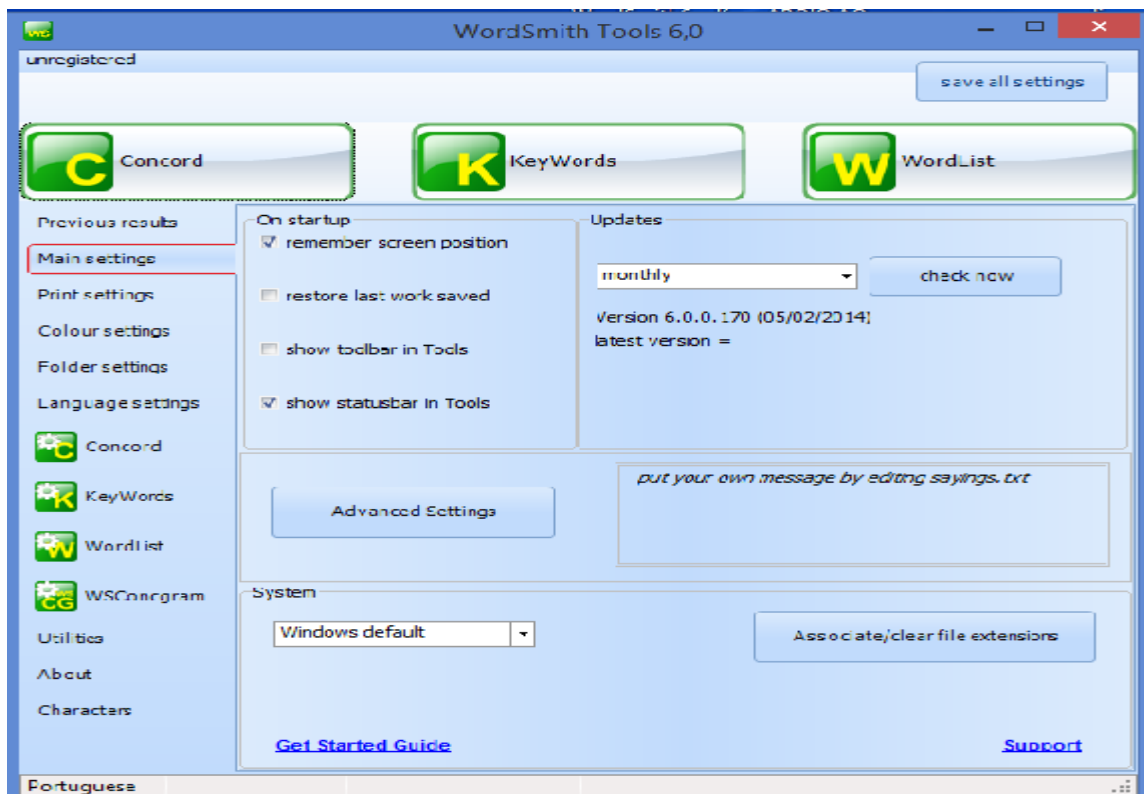
A necessidade de utilizar tal instrumento se deu por este nos possibilitar chegar aos dados da pesquisa de modo mais preciso. Como sabido, o auxílio de computadores para análise linguística, apesar de ainda ser usado por poucos, não é novo. De acordo com Berber-Sardinha (1999), “o uso de armazenamento de dados para análise linguística, já tem por volta

de 40 anos, contando a partir do início da coleta do *corpus* Brown, o primeiro corpus linguístico computadorizado”.

Nesta pesquisa, utilizamos a versão 6.0 do *WordSmith Tools*, desenvolvida por Mike Scot³⁸ (SCOTT, 2015). Tal escolha se deu por algumas razões, a saber: pela facilidade de aquisição e de uso oferecido pelo programa, já que se trata de um programa estrito para o ambiente Windows, o que possibilita ser manuseado por um usuário sem grandes conhecimentos computacionais. Outra razão é a versatilidade que o programa permite (BERBER-SARDINHA 1999). Ainda segundo este autor: “O software consiste, na verdade, de uma suíte de diferentes programas, que se destinam a várias aplicações, que compreendem o pré-processamento, a organização de dados e a análise propriamente dita de corpora ou de textos isolados” (BERBER-SARDINHA, 1999).

O programa oferece três ferramentas: a *Concord*, a *KeyWord* e a *WordList*, conforme se observa na Figura 06 a seguir:

Figura 06 - Ferramentas do WordSmith Tools



Fonte: Autor

³⁸ Esta ferramenta está disponível na página <http://www.lexically.net/wordsmith/>

Concord é um programa que faz uma concordância usando arquivos de texto. Para usá-lo, é preciso especificar uma palavra da pesquisa. Ele procurará dados em todos os arquivos de textos selecionados. Obtém-se, a partir disso, uma exposição de concordância e informações sobre a colocação da palavra de busca.

KeyWords gera listas de palavras com base em um ou mais arquivos de texto simples. As palavras listadas são mostradas tanto em ordem alfabética como em ordem de frequência (SCOTT, 2015).

WordList localiza e identifica as palavras-chave em um determinado texto. Para fazer isso, ele compara as palavras no texto com um conjunto de referência de palavras geralmente tomadas a partir de um grande *corpus* de texto. É necessário, para isso, o acesso a duas ou mais listas de palavras, que devem ser criadas usando, inicialmente, o programa de lista de palavras. As palavras-chave são apresentadas em ordem de frequência (SCOTT, 2015).

Utilizamos a ferramenta *Concord* que nos possibilitou visualizar os itens lexicais³⁹ investigados em seus contextos de uso, conforme Figura 06, dando maior precisão à busca de Oração como unidade de informação.

Figura 07 - Lista *Concord*

N	S	T	Word #	Sen	Sen	Pari	Pari	Hea	Hea	Sec	Sec	File	Date
1	isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à		32	1	83%	0	5%			0	5%	Ressurge_a_demo	2016/mar/21 00:
2	"Ressurge a Democracia" Vive a Nação dias gloriosos.		3	0	38%	0	0%			0	0%	Ressurge_a_demo	2016/mar/21 00:
3	animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A		505	17	50%	0	76%			0	76%	Ressurge_a_demo	2016/mar/21 00:
4	, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei. Atendendo aos anseios		398	12	86%	0	60%			0	60%	Ressurge_a_demo	2016/mar/21 00:

Fonte: Autor

Por meio da análise da Lista *Concord* foi possível ter acesso às porções textuais, das quais identificamos as orações analisadas. O passo seguinte foi a identificação dos Participantes, dos Processos e das Circunstâncias dos editoriais analisados, constituindo as Figuras indispensáveis para gerar os dados desta pesquisa.

³⁹ Essa busca foi feita considerando os itens selecionados e variantes como, por exemplo, democracia/democrático, possível de ser encontrada a partir da utilização de um asterisco ao término do radical da palavra.

4.4 OS DADOS DA PESQUISA

Distribuímos a análise por jornal, e em duas Seções (5 e 6) quatro subseções: cada uma delas correspondentes, na ordem, aos quatro períodos selecionados (*Fase I- Golpe de Estado – Ditadura velada: 1964 a 1968; Fase II - Ditadura consolidada: dezembro de 1968 a agosto de 1978; Fase III – Processo de Abertura: de janeiro de 1979 a março de 1985 e Fase IV – Cinquentenário do golpe – entre agosto de 2013 e março de 2014*), conforme apresentado na Seção 01. Como a divisão é equitativa, cada período é representado por três editoriais, que, multiplicados por quatro (o número de Fases), obtemos os 12 editoriais que integram o *corpus* desta tese.

Para a realização da busca pela Ferramenta *Concord*, selecionamos treze itens lexicais, quais sejam, golpe, democracia, Forças Armadas, João Goulart, Comunismo, movimento, revolução, ditadura, anistia, tortura, violência e governo. O critério adotado para a seleção desses itens foi a relação com os fatos mais proeminentes do Contexto de Situação, considerando os eventos de maior relevância e os termos a eles associados. Dessa forma, a escolha do item golpe se deu em função da tomada de poder; democracia por ser a justificativa utilizada pelos militares para a investida; Forças Armadas pelo protagonismo do golpe; João Goulart por ser o governo deposto; Comunismo por ser a justificativa usada como razão para o golpe; Movimento e revolução por serem as nomeações do golpe usadas pelos militares; Ditadura, tortura e violência por constituírem o quadro instaurado, principalmente a partir de 1968; Anistia por sinalizar para uma abertura no Brasil e governo pelo papel que representa em cada um dos períodos analisados.

Uma vez feita a busca no *Concord*, consideramos necessário apresentar um mapeamento dos dados a que chegamos, em termos quantitativos, do que é representado como golpe civil-militar brasileiro de 1964 e seus desdobramentos pela imprensa nacional, figurada nesta pesquisa pelos jornais *OESP*, *FSP* e *OG*. De acordo com o que já afirmamos na Seção 1, apesar de esta pesquisa não ter como propósito a análise quantitativa, sabemos que os números nela contidos apontam para sentidos representacionais, o que os tornam relevantes para nosso intento. Por essa razão, no Quadro 09, a seguir, apresentamos o *corpus* em termos quantitativos descritos a partir da ferramenta computacional *Concord* (SCOTT, 2006):

Quadro 09 - Itens lexicais analisados no *corpus*

	Itens Lexicais	FASE I 1964/1968	FASE II 1969/1978	FASE III 1979/1985	FASE IV 2013/2014	Total dos itens lexicais
01.	Golpe	01	0	01	05	07
02.	Democracia	10	02	08	09	29
03.	Forças Armadas	16	01	03	03	23
04.	João Goulart	01	0	02	03	06
05.	Comunismo	11	0	0	07	18
06.	Movimento	04	0	08	05	17
07.	Revolução	01	01	13	05	20
08.	Ditadura	0	01	01	10	12
09.	Anistia	0	0	03	01	04
10.	Tortura	0	0	0	02	02
11.	Violência	01	03	02	06	12
12.	Governo	09	13	17	07	46
13.	Terrorismo	0	0	01	0	01
Total de ocorrência do item por Fase		54	21	59	65	197

Fonte: Autor

Como observado, o Quadro 09 nos possibilita visualizar o panorama das escolhas realizadas pelos jornais nas quatro Fases que compõem nosso *corpus*.

Na subseção 4.5, a seguir, fazemos uma leitura da configuração desenhada pelos aspectos quantitativos desta pesquisa.

4.5 RECORRÊNCIA, OMISSÃO E IDEOLOGIA DOS ITENS LEXICAIS

No exame dos itens lexicais selecionados, verificamos que alguns aparecem repetidas vezes; outros, raramente, embora teoricamente todas pareçam como significados naturais no Contexto de Situação da ditadura civil-militar. Tal constatação, não causa estranhamento, antes, aponta indícios das opções ideológicas que permeiam a teia discursiva dos três jornais. Da mesma forma que o significado construído para conceitos fluidos, a exemplo de “Democracia”, que pode ter referentes não só diversos como até opostos, indicam as opções da construção do discurso por esses três periódicos.

Dos 197 registros dos itens lexicais, que funcionam como guia desta pesquisa, a categoria “*Governo*” equivale a 46 usos e “*Forças Armadas*” a 23. É importante ressaltar que essas duas categorias assumem, em alguns períodos de nossa análise, como veremos, o mesmo referente, ou seja, são usados fazendo menção a *militares*. No entanto, no recorte

temporal correspondente à Fase I de nosso *corpus* (1964), eles se opõem, “*Governo*” equivale a *João Goulart*, como observamos em destaque [grifos nossos neste exemplo e nos próximos]:

Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do **Governo** irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. (OG 02/MAR/1964)

No entanto, na Fase II e Fase III, o item “*Governo*” tem o mesmo referente – *militares* – como se pode observar na mostra que segue:

E de maneira especial não há hoje, quando um **governo** serio, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular, está levando o Brasil pelos seguros caminhos do desenvolvimento com justiça social-realidade que nenhum brasileiro lucido pode negar, e que o mundo todo reconhece e proclama. (FSP 22/SET/1971)

Isso parece sinalizar para a centralidade dada às Forças Armadas pelos jornais *OESP*, *FSP* e *OG* no período recoberto por nosso *corpus*.

O item “*Democracia*” insere-se nessa relação de centralidade com 29 aparições, é o segundo mais recorrente nos editoriais, apesar de nem todos apresentarem o mesmo valor, pois diferentes perspectivas são atribuídas a ele. Já “*Comunismo*” – tomado e pregado, pelos militares, como a grande força de oposição à democracia –, apresenta-se com 18 usos.

Com 20 usos, no *corpus*, mostra-se o item “*Revolução*”, termo usado pelos militares para referência à tomada de poder e logo adotado pelos jornais. Já “*Movimento*”, com 17 registros. “*Violência*”, traço marcante de toda a ditadura militar no Brasil, tem 12 registros e, quase sempre, é referida como *ação dos opositores à ditadura e alvo de combate dos militares*, consoante observado:

Outra pergunta que as mesmas pessoas não raras vezes se fizeram é esta: se existem meios constitucionais para resolver a maioria dos grandes problemas nacionais, assim como para realizar as reformas necessárias ao progresso do país, por que se fez desse tema reformista uma simples bandeira de agitação, pregada com **violência** e com evidente propósito, não poucas vezes, de atirar os vários grupos sociais uns contra os outros? (FSP 02/ABR/1964)

A exemplo de “*Violência*” que é posta pelos jornais analisados, em várias situações, como prática do governo de João Goulart, o item *Terrorismo* também está representado com essa mesma perspectiva, figurando apenas 01 vez no *corpus* analisado.

O item *João Goulart* aparece 06 vezes no *corpus* pesquisado, e é tomado pelos jornais como ilegal:

perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. [OG, 02/ABR/1964].

Já o item “*Anistia*”, começa a figurar nos dados a partir da Fase IV de análise (1979/1985) em função da Lei nº 6.683, chamada de Lei da Anistia, promulgada pelo presidente João Batista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979. Os dados apresentam quatro registros, mas, em nenhum deles, os jornais questionaram a qualidade do que seria essa Anistia, apenas a registra.

Ainda constam, em nossos dados, 12 registros do item “*Ditadura*”, no entanto, quase 80% desse quantitativo aparecem na Fase IV de nossa análise, ou seja, quando os jornais, *OESP*, *FSP* e *OG* anunciaram, cinquenta anos depois, suas respectivas posições sobre a ditadura civil-militar brasileira.

Por fim, temos os itens “*Golpe*” e “*Tortura*”, com respectivamente, 07 e 02 aparições no *corpus*, marcando textualmente a posição da imprensa pelos jornais representados nesta pesquisa.

A leitura dos dados nos fez perceber que alguns itens apresentam uma alta incidência, enquanto outros não. Em função disso, resolvemos dividi-los em dois grupos: o 1º de maior ocorrência e o 2º de menor. Somando-se a presença dos 13 itens lexicais investigados nos editoriais que compõem nosso *corpus*, chegamos à soma de 197 usos, com ocorrências díspares. Enquanto os dois menos frequentes – “*Tortura*” e “*Terrorismo*” –, são encontrados apenas 02 e 01 vez, respectivamente, os mais frequentes – “*Governo*”, *Democracia* e “*Forças Armadas*” – aparecem 47, 29 e 23 vezes, nesta ordem. Dividindo-se 197 (as ocorrências) por 13 (itens lexicais), obtivemos a média de 15 ocorrências por item. Assim, consideramos como de menor incidência os itens com frequência igual ou inferior a 15 e como de maior incidência aqueles com frequência superior a esse número.

Isso feito, chegamos aos seguintes resultados: os itens lexicais com maior ocorrência nos dados desta pesquisa foram, respectivamente, “*Governo*”, “*Democracia*”, “*Forças Armadas*”, “*Revolução*”, “*Comunismo*” e “*Movimento*”, conforme Quadro 14 a seguir:

Quadro 10 - Itens lexicais com maior incidência nos dados

Itens Lexicais		
01	Governo	47
02	Democracia	29
03	Forças Armadas	23
04	Revolução	20
05	Comunismo	18
06	Movimento	17

Fonte: Autor

Tal configuração, ao que parece, sinaliza, à luz dos jornais, para uma representação positiva do golpe militar de 1964, pois prioriza a seleção de termos que o difundem como um movimento auspicioso, em nome da democracia e contra o Comunismo. Conforme análise na Subseção 5.7.

Em contrapartida, aparecem como menos frequentes os itens “Violência”, “Ditadura”, “João Goulart”, “Golpe”, “Anistia”, “Tortura” e *Terrorismo*, respectivamente, como explicitado no Quadro 15:

Quadro 11 - Itens com menor incidência nos dados

Itens Lexicais menos incidência nos dados		
01	Violência	12
02	Ditadura	12
03	João Goulart	06
04	Golpe	07
05	Anistia	04
06	Tortura	02
07	Terrorismo	01

Fonte: Autor

Ao contrário do que vimos nos itens de maior frequência, os de menor, nos editoriais, por nós analisados, parecem sinalizar, em algumas situações, para uma ocultação de realidade (ABRAMO, 2016), pois itens como *Terrorismo*, com 01 ocorrência, e *Tortura* com 02 ocorrências parecem negar a existência dessas práticas no período de ditadura militar no Brasil a partir de 1964. Em outras situações, esses dados apontam para a inversão de realidade (ABRAMO, 2016), mudando a autoria das ações, caso de *Golpe*, por exemplo, construído pelos jornais *OESP*, *FSP* e *OG* como uma tentativa comunista de responsabilidade de João Goulart, conforme análise da Seção 5.

Apesar de buscar no *corpus* os itens de maior e de menor frequência, a análise partirá da frequência do itens investigados em cada Fase, uma vez ser essa a estrutura que

possibilitará maior compreensão do posicionamento cada um dos jornais nas Fases elencadas nesta pesquisa.

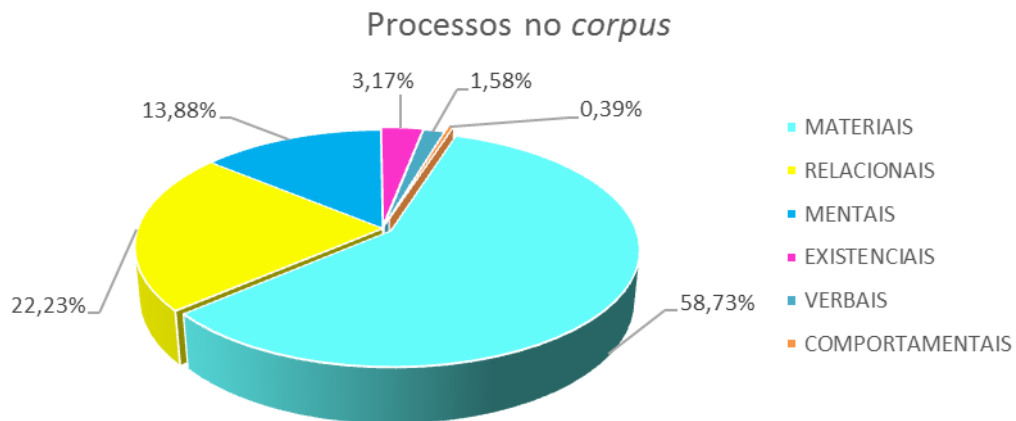
Do ponto de vista da organização, os exemplos das análises são apresentados por jornal – *OESP*, *FSP*, *OG* – em cada uma das quatro Fases; postos entre quadros e identificados pelo número sequencial dos exemplos, entre parênteses. No primeiro momento, são analisados os itens de maior frequência, na Fase, e, em seguida, os de menor.

Para a apresentação da análise dos constituintes do Sistema de Transitividade, destacamos em negrito o item lexical, marcando a função semântica assumida no Sistema, considerando o Processo a que se refere. É importante salientar que, nas situações em que o item lexical exerce a mesma função semântica, optamos como critério de abordagem, não trazemos todos os exemplos, mas os de maior representação desses casos.

Na próxima subseção, apresentamos os dados que compõem a Oração – Participantes, Processos e Circunstâncias – em termos percentuais.

4.6 DESCRIÇÃO QUANTITATIVA DO SISTEMA DE TRANSITIVIDADE

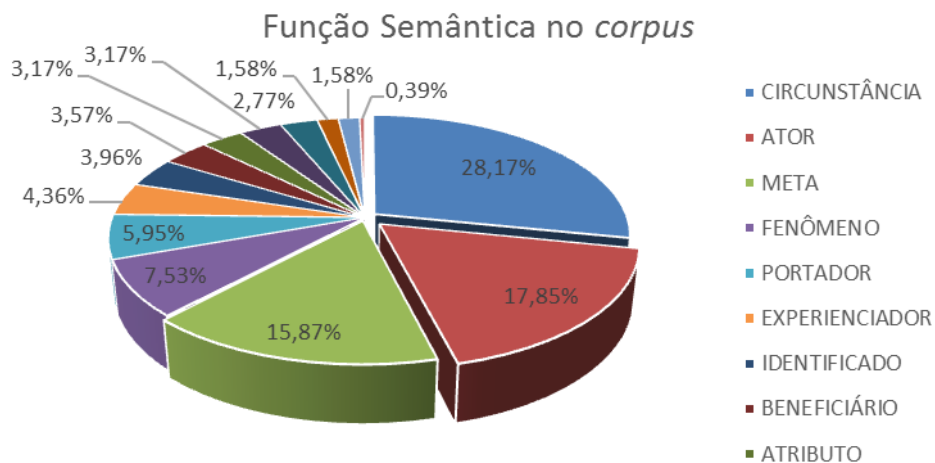
Uma vez realizada a identificação dos itens lexicais que serviram de guia para nossa investigação, passamos à análise das orações em que estes estão inseridos. Com isso, podemos observar que, das 197 orações analisadas, houve predominância do Processo Material, foram 58,73% de ocorrência em todo o *corpus*. Isso significa mais que o dobro dos Processos Relacionais, que apresentam 22,23% e Mentais com 13,88%. Os Processos com menor ocorrência são os do grupo secundário com uma incidência considerada pequena. Em escala decrescente, temos o Existencial com 3,17% de ocorrência, o Verbal com 1,58% e o Comportamental com 0,39%. Esses dados podem ser visualizados de modo mais claro no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Percentual dos Processos no *corpus*

Fonte: Autor

Como se observa, do ponto de vista do Sistema de Transitividade, os dados apontam para a representação do golpe civil-militar brasileiro de 1964 como ação ou acontecimento, considerando que os Processos Materiais, definidos como os do “fazer e acontecer” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), são predominantes. Especificamente em nossos dados, essas orações são prioritariamente Transitivas – as que apresentam dois Participantes inerentes e que a ação se desdobra até o segundo participante, conforme veremos mais detalhadamente na Seção 5.

Quanto à função semântica exercida pelos itens lexicais, podemos observar que as Circunstâncias apresentam o mais alto índice de uso, conforme explicitado no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Função semântica no *corpus*

Fonte: Autor

Nele, podemos perceber que as ações delineadas apontam para situações circunstanciadas pelos jornais *OESP*, *FSP* e *OG*, construindo nos leitores a concepção da necessidade do golpe dadas as condições de ameaça do comunismo vividas naquele momento histórico. A incidência dessa função lexicogramatical é significativa para a representação do golpe civil-militar brasileiro de 1964, principalmente, por serem as Circunstâncias uma função opcional que se associam aos Processos estabelecendo relações de localização do evento no tempo ou no espaço, de modo, de causa, de papel, de ponto de vista, dentre outros, consoante Halliday e Matthiessen (2014) como apresentamos mais detalhadamente na próxima Seção.

Ainda conforme os dados revelados pela análise do *corpus* e explicitados no Gráfico 2, o Participante Ator é o de maior incidência, com 17,85%, em sua maioria relacionado ao item lexical “*Governo*”, o qual representa, de acordo com a posição assumida pelos jornais perante seus leitores, as ações dos militares “em defesa da segurança nacional”. Com 15,87%, na segunda posição entre os Participantes, está o Participante Meta, o qual revela os propósitos criados pelos jornais e mostrados, aos respectivos leitores, como objetivo de todo digno cidadão brasileiro, possibilitando a criação de realidades criadas pelos jornais.

Na próxima Seção, apresentamos a análise da Fase I e da Fase II de nossa investigação. Mostramos quais escolhas lexicogramaticais os jornais *OESP*, *FSP* e *OG* fazem para representar, nesse recorte temporal de nossa análise, o golpe civil militar de 1964 no Brasil.

5 GOLPE E DITADURA OFICIALIZADA

Esta Seção tem como propósito apresentar a análise das representações do golpe civil-militar de 1964 construídas pelos jornais *O Estado de São Paulo (OESP)*, *Folha de São Paulo (FSP)* e *O Globo (OG)* nas Fases I – do golpe de 1964 ao período imediatamente anterior ao AI-5 e II – da promulgação do AI-5 em 1968 a sua revogação em 1978 – de nosso *corpus*. Para tanto, fazemos um relato descritivo e interpretativo dos dados, buscando compreendê-los como práticas de representações integradas à conjuntura histórica.

Cada Fase estrutura-se com a mesma distribuição composicional, qual seja:

- 1) Breve apresentação do panorama histórico da Fase selecionada para análise;
- 2) A análise do Sistema de Transitividade com propósito de evidenciar como as Orações representam o golpe civil-militar de 1964. Nesta fase, identificamos as implicações representacionais das escolhas dos constituintes oracionais que analisamos a partir dos Participantes, dos Processos e das Circunstâncias envolvidos nas orações.

5.1 FASE I – DO GOLPE (1964) ÀS MARGENS DO AI-5 (1968)

5.1.1 Antecedentes do golpe e usurpação do poder em 1964 pelos militares

A tomada de poder no Brasil pelos militares, em 1964, teve início bem antes do desfecho do 31 de março⁴⁰. Para ficar na mesma década, a intervenção autoritária já estava escancarada na tentativa de impedir que, em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart assumisse a presidência, em conformidade com a lei do país, vice-presidente que era. A articulação golpista tentou ainda outra solução casuística, que foi a implantação do regime parlamentarista para enfraquecer o governo Jango, regime desfeito com a restauração do presidencialismo, após plebiscito.

⁴⁰ Embora, de fato, o golpe tenha acontecido dia 1º de abril, os militares adotaram a data de 31 de março para fugir da coincidência com o “dia da mentira”.

Centrados num discurso de que Goulart representava a ameaça comunista, deixava o Brasil nas mãos de agitadores do movimento sindical e perdia o controle da inflação, militares e civis representantes da elite conservadora continuavam tramando o golpe de Estado. Ocultavam os líderes da velha política nacional seus reais propósitos: defender a qualquer custo a manutenção do *status* das classes privilegiadas, que se viam ameaçadas com a possibilidade de reformas sociais pretendidas por Jango, dentre elas a reforma agrária.

Com majoritário apoio dos meios de comunicação, o discurso do desgoverno de João Goulart foi sedimentado e tornou-se ainda mais partidário e inflamado quando Jango anunciou no comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, as reformas de base.

O anúncio serviu de subterfúgio para deflagração do golpe, que já estava maduro e teve o apoio logístico e financeiro do governo dos Estados Unidos – e teria também o apoio militar se fosse preciso –, com a justificativa de deter o comunismo.

Jango exilou-se no Uruguai, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli, figura como presidente, mas o cargo é assumido de fato por uma junta governista formada por três ministros militares: que se autointitulava supremo comando revolucionário legalizada pelo AI-1. No dia 09 de outubro de 1964, o general Humberto Castelo Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso.

Os militares assumiram o governo como salvadores da pátria, como porta-vozes da sociedade brasileira e heróis que salvaguardaram o Brasil da ameaça comunista e direcionariam a nação no rumo do desenvolvimento econômico. Precisariam, então, endurecer o regime para garantir a ordem, o combate à corrupção e à subversão. As premissas desses pontos de vista passaram a ser difundidas e encampadas pelos meios de comunicação.

Para abafar a insatisfação popular, a resistência da oposição política e previsíveis futuros reveses em eleições livres, como o ocorrido em 1965 no pleito para governadores, o governo ditatorial deu sequência aos Atos Institucionais. Promulgou, o AI-2, que dissolve todos os partidos políticos, dando origem ao bipartidarismo composto pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e estabelece eleições indiretas para presidente da República e governadores. Essas medidas de exceção atingiriam o ápice com a edição do AI-5, em 1968, que tornou a tortura uma política de Estado. É assinatura do AI-5 o marco inicial da terceira fase por nós estudada nesta pesquisa.

5.1.2 Representações do golpe no Sistema de Transitividade – Fase I de análise

A visão geral dos dados da análise do *corpus* da Fase I de nossa pesquisa aponta *Forças Armadas, Comunismo, Democracia, Governo e Movimento, João Goulart e Ditadura* como os itens lexicais mais recorrentes. Tal configuração possibilita identificar o *golpe* como uma ação, um *Movimento* das *Forças Armadas* contra o *Comunismo* e contra o *Governo de João Goulart*, em prol da *Democracia*. É importante ressaltar que, apesar de *Movimento* figurar entre os mais recorrentes, nessa Fase de análise, com 4 registros, esse aspecto quantitativo confere uma expressividade um tanto quanto velada à ação de tomada de poder pelos militares. Entre os itens menos recorrentes estão *Golpe, João Goulart, Revolução* e *Violência* com apenas uma aparição cada um. Considerando o contexto em que tais itens são usados, percebemos o valor negativo que eles assumem na estrutura, passando a significar pela ausência, pois nesta Fase, numa estratégia de inversão, descrevem as ações de João Goulart. O Quadro a seguir permite melhor visualização desses dados:

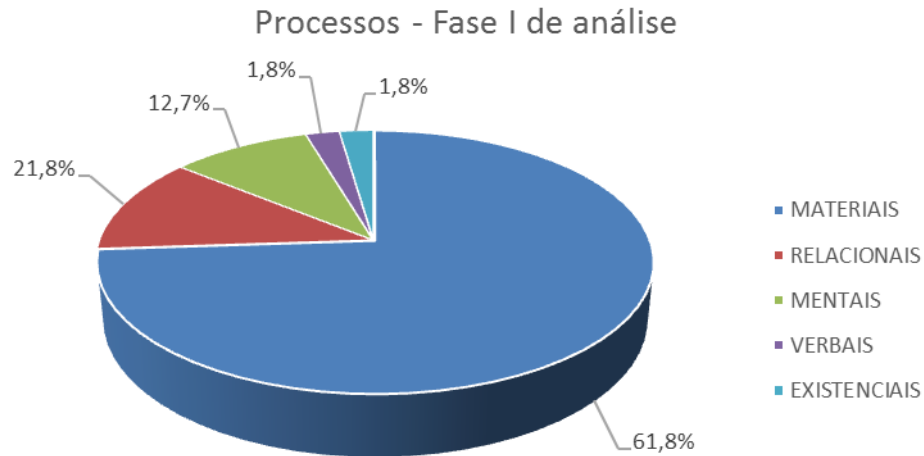
Quadro 12 – Registro das ocorrências dos itens lexicais por Jornal/editorial na Fase I de análise

Itens lexicais	Jornais/ Títulos dos editoriais			
	ESP Em defesa da vitória	FSP Em defesa da lei	OG Ressurge a Democracia	Total dos itens lexicais na Fase I
Golpe	0	01	0	01
Democracia	02	04	04	10
Forças armadas	01	08	07	16
João Goulart	0	0	01	01
Comunismo	01	08	02	11
Movimento	01	01	02	04
Revolução	0	01	0	01
Violência	0	01	0	01
Governo	0	08	02	10

Fonte: Autor

Na estrutura oracional, esses itens estão ligados predominantemente a Processos Materiais, são 61,8% de ocorrência, quase a totalidade dos Processos, concebendo o golpe no plano da ação necessária. Na sequência, temos o Processo Relacional, responsável pela definição e categorização, com 21,8%, e o Processo Mental, responsável pela apreciação humana do mundo, com 12,7%. Os Processos com menor incidência são os Verbais e os Existenciais, os dois com apenas 1,8%. Essa distribuição pode ser mais bem dimensionada no Gráfico a seguir:

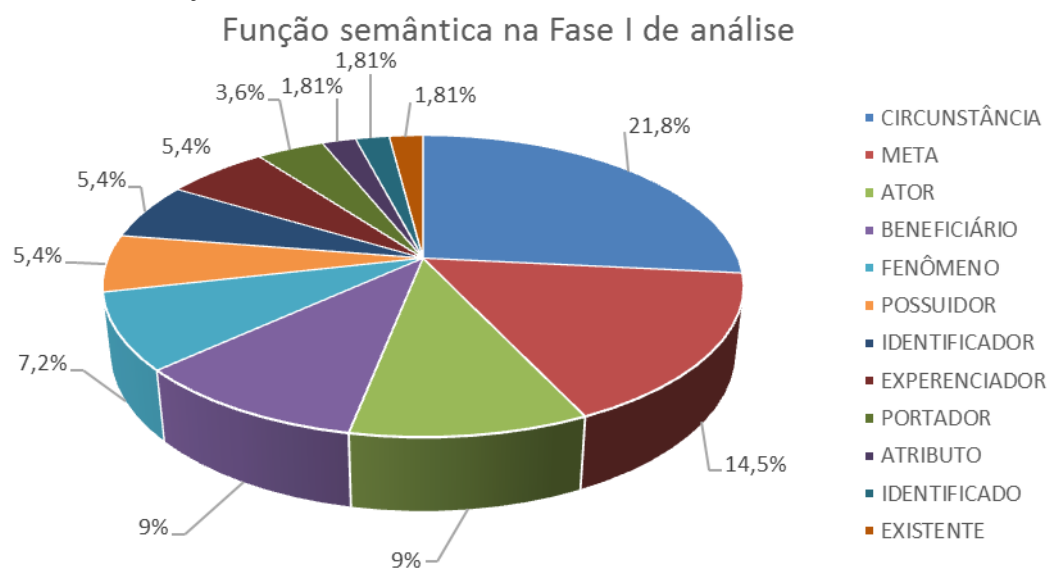
Gráfico 3 - Percentual dos Processos na I Fase de análise



Fonte: Autor

No que se refere às funções semânticas exercidas pelos itens lexicais em análise, temos as Circunstâncias, com 21,8%, o maior índice de incidência sinalizando para ações decorrentes das circunstâncias contextuais; como veremos mais adiante. Em seguida, temos a função Meta com 14,5%, Ator e Beneficiário com 9% cada uma, Fenômeno com 7,2%, Possuidor, Identificador e Experienciador com 5,4%, Portador com 3,6% e as últimas funções com o mesmo percentual de 1,8%: Atributo, Identificado e Existente, conforme Gráfico 04:

Gráfico 4 - Função semântica na Fase I de análise



Fonte: Autor

Nesse panorama, os jornais *OESP*, *FSP* e *OG*, que já haviam se posicionado claramente contra o governo João Goulart e pela tomada de poder, publicam, depois de 1º de abril, seus respectivos editoriais, tomando partido sobre o golpe civil-militar e o novo momento no Brasil e comemorando o feito. No dia 02 de abril de 1964⁴¹, os jornais *FSP* e *OG* veicularam, respectivamente, os editoriais: “*Em defesa da lei*” e “*Ressurge a Democracia*”. *OESP* só faz sua publicação em 03 de abril, com o título “*Em defesa da vitória*”. Veremos a partir da próxima Subseção (5.1.3.1) a análise mais detalhada.

5.1.3 Análise da Representação do golpe civil-militar brasileiro por Jornal

5.1.3.1 OESP: golpe civil-militar como movimento vitorioso

Em 03 de abril de 1964, o jornal O Estado de São Paulo (*OESP*) veicula o editorial *Em defesa da vitória*, conforme Anexos, tendo como motivação o golpe civil-militar perpetrado no dia 31/03/1964. Nesse editorial, *OESP* comemora o “feito” das Forças Armadas, classificando-o como “a esmagadora vitória alcançada pela democracia liberal contra os totalitários extremistas”. Para isso, faz escolhas lexicogramaticais que possibilitaram construir representações do golpe civil-militar daquele momento, como a “perspectiva” do Brasil para livrar-se da “debacle” que o país vem sofrendo desde 1945, segundo, o jornal. Também evidencia a posição dos militares por reestabelecer – em sua visão – a vida democrática ao Brasil a partir de uma campanha à qual esse veículo se refere como “magnificamente concluída”.

Para *OESP*, a nação brasileira deve aos generais por eles entenderem o momento atravessado pelo Brasil, estabelecendo a ideia de que os militares apenas atenderam a um clamor público de “tomada de controle e de disciplinamento”, como a imprensa convencionou dizer.

Para tal construção, *OESP* fez escolhas que convergiram para seus propósitos de construção de sentido e produção da realidade. Sendo assim, os itens lexicais com maior ocorrência, nesta Fase de análise, foram: “*Democracia*” (02), “*Forças Armadas*” (02), “*Comunismo*”(01), “*Movimento*”(01). Ao passo que os itens “*Golpe*”, “*João Goulart*”, “*Revolução*”, “*Violência*” e “*Governo*” não contam com nenhuma ocorrência no editorial em análise.

⁴¹ Data oficial da publicação do edital.

A partir de uma olhada geral dessas escolhas feitas pelo jornal, observamos que *OESP* estabelece uma notoriedade à “Democracia”, considerando a posição das “Forças armadas” pelo “Movimento” em guerra ao “Comunismo”.

Analisaremos, a partir de então, como o jornal *OESP* representa o golpe civil-militar brasileiro de 1964 a partir de cada item evidenciado a seguir.

- **Democracia**

Com o maior número de ocorrência no editorial “*Em defesa da vitória*”, o item democracia tem duas aparições, ambas com o Processo Material, construindo a ideia de ação. No primeiro caso, *democracia* funciona semanticamente como Ator do Processo *alcançar*, pois é, para *OESP*, a democracia responsável pela “vitória” alcançada contra o governo João Goulart, como observado a seguir:

(45)

Iludir-se-á profundamente quem pensar que a grande, a esmagadora vitória alcançada pela **democracia** liberal contra os totalitários extremistas tenha por si só força bastante para resolver o tremendo problema com que se defronta neste momento o Brasil.

Com essa instanciação *OESP* põe a “democracia liberal” como Ator, ou seja, ela (democracia) age para alcançar a Meta, “a esmagadora vitória”, que tem como Beneficiário “os totalitários extremistas”, a quem *OESP* diz se tratar de comunistas, evidentemente, a partir de modelos deliberados por esta mesma imprensa. É importante ressaltar que nessa organização sintático-semântica o Ator *Democracia liberal* é construído na voz passiva, estabelecendo a ideia de imposição (VAN LEEUWEN, 1997), ou melhor dizendo, mesmo que por vontade consciente do jornal, como sabido, a estrutura *democracia liberal* é posta para os leitores como um Ator que age, inevitavelmente, em defesa do Brasil, negando, dessa forma, a aspiração e conspiração dos envolvidos, construindo a imagem de uma imposição inevitável estabelecida pelo momento por causa da conjuntura em que se encontrava o Brasil, como explicitado pela Circunstância de Localização (Tempo) – neste momento o Brasil – trazida pelo jornal.

A segunda e última aparição no artigo do item lexical *democracia* (a partir da variação *democrática*), também se constrói com um Processo Material, dessa vez “vão assumir”, tendo como Meta “a tarefa de restabelecer a vida democrática do País”, como observado a seguir:

(46)

Mas não seria só essas forças que seria um erro grave ver desprezados todos que vão assumir a tarefa de restabelecer a vida **democrática** do País.

Nessa instanciação o Ator *Todos* encapsula, para *OESP*, “os responsáveis pelo destino do país”, “as forças civis que acabaram por organizar-se e dar em sucessivas demonstrações de vitalidade as provas mais inequívocas [...] da sua existência e do deliberado propósito de [...] varrer do território nacional o que nele possa ainda restar de um passado que nos envergonha”. Isso significa dizer que o jornal estabelece uma relação maniqueísta e separa o Brasil em dois blocos: de um lado, o mau, representado pelo presidente João Goulart e seus aliados; do outro lado, o bem, representado pelos militares e civis, contrários ao governo, postos como heróis pela imprensa.

Percebe-se, nessas escolhas, uma utilização não por nomes específicos ou pessoas isoladas, mas por uma demonstração de força maior e soberana, que é a democracia. Por isso, este item lexical – “*democracia*” – aparece como Ator, agindo em prol do Brasil, tendo como Meta salvaguardar dos comunistas o país, aos olhos do jornal.

- **Forças Armadas**

Esse item conta com uma ocorrência no editorial em análise, no entanto, é relevante mostrar que é introduzido pelo *OESP* por meio da variação “*Forças Militares*”, possibilitando-nos afirmar que isso se dá com o propósito de estabelecer a ideia de unidade às três forças, inicialmente demarcando a origem militar geral dessas forças, e em seguida, por meio do movimento de particularização – de *terra*, *mar* e *ar* – mostrando-as como únicas, o que pode ser evidenciado na passagem a seguir:

Não desconhecemos o que a Nação deve ao grupo de generais que tão bem compreenderam o momento que atravessamos e que por isso mesmo não hesitaram em se colocar à frente de seus companheiros mais jovens, daqueles que constituem o centro de nossas **forças de terra, mar e ar** e que há muito ansiavam pelo momento de transformarem em realidade o que a Nação imperiosamente impusera através das eleições de 1960 do levante de Belo Horizonte contra a tentativa de realização de um congresso comunista naquela grande capital pelo Sr. Brizola e o seu estado-maior, e da manifestação com que a população de São Paulo veio à rua no dia 14 de maio para significar ao homem da fronteira que não se fere impunemente a consciência jurídica de uma nação como o Brasil.

Na opção pela estrutura “Forças Militares”, o jornal a põe como Ator do Processo Material *agir*, pois é atribuída a ela a incumbência de dar uma nova “perspectiva” ao Brasil. Dessa forma, a escolha pela voz passiva põe o Ator - Forças Militares – tendo a incumbência de agir (VAN LEEUWEN, 1997) para alcançar a Meta – o movimento – e conseqüentemente alcançar a vitória a partir do que *OESP* chama de “fuga do caudilho”, como se pode observar na passagem a seguir:

(47)

A perspectiva aberta para a nação com o movimento iniciado pelas **forças militares** e terminado com a fuga do caudilho não podia ser mais promissora

Na escolha pelo item “*Forças Armadas*”, o jornal *OESP* lança mão do Processo Relacional Identificativo para estabelecer a identidade dos militares que agiram pelo bem do Brasil, nesse caso, a ala jovem das Forças Armadas, como a seguir:

(48)

Um desses elementos é a oficialidade moça de nossas Forças Armadas.

Essa imagem de oficialidade moça das forças Armadas trazidas pelo jornal *OESP* cria a identidade de grupo responsável e cumpridor de seu dever, estabelecendo assim uma oposição entre os militares que apoiavam o presidente João Goulart e os que se livraram dele. Tal construção foi possível uma vez que os Processos Relacionais Identificativos, segundo Halliday e Mathiessen (2004), produzem uma série de significados que caracterizam diferentes relações. No caso analisado (04), tem-se a definição de um grupo específico – a oficialidade moça – e, que mesmo não fazendo menção explícita a um anterior – militares que apoiaram João Goulart – uma entidade é definida a partir dela, pela oposição implícita inerente à estrutura a partir das escolhas paradigmáticas: moça/velha.

Dois outros itens lexicais, com uma ocorrência cada um, corroboram a construção da imagem de golpe como vitória representada pelo *OESP*: *Movimento* e *Comunismo*.

- **Movimento**

A partir desse item, o *OESP* caracteriza o golpe civil-militar brasileiro de 1964 positivamente como de responsabilidade e mérito dos militares, pondo-os como heróis que conseguiram expulsar do Brasil o caudilho (João Goulart). Na opção linguística feita pelo

jornal, “*Movimento*” assume a função semântica de Participante Meta, ou seja, foi o alvo buscado pelas “*Forças Militares*” – Participante Ator – a partir de uma ação desencadeada pelo Processo Material *iniciar*, como evidenciado no exemplo a seguir:

(49)

A perspectiva aberta para a nação com o movimento **iniciado** pelas forças militares e terminado com a fuga do caudilho não podia ser mais promissora.

- **Comunismo**

OESP faz uso da criminalizada ideologia comunista como o alvo a ser combatido. Para o jornal esse combate justifica todas as ações realizadas pelas forças militares, o que é objeto de exaltação. Em função disso, *OESP* põe a estrutura “*contra a tentativa de realização de um congresso comunista*” como Beneficiário Receptor do Processo Material *impor*, o qual tem como Meta “*o momento de transformação da realidade*” como podemos evidenciar na estrutura a seguir:

(50)

Não desconhecemos o que a Nação deve ao grupo de generais que tão bem compreenderam o momento que atravessamos e que por isso mesmo não hesitaram em se colocar à frente de seus companheiros mais jovens, daqueles que constituem o centro de nossas forças de terra, mar e ar e que há muito ansiavam pelo momento de transformarem em realidade o que a Nação imperiosamente impusera através das eleições de 1960 do levante de Belo Horizonte contra a tentativa de realização de um congresso **comunista** naquela grande capital pelo Sr. Brizola e o seu estado-maior, e da manifestação com que a população de São Paulo veio à rua no dia 14 de maio para significar ao homem da fronteira que não se fere impunemente a consciência jurídica de uma nação como o Brasil.

Como se observa, “Comunismo” é o mote construído e trazido pela imprensa para o golpe, gerando uma atmosfera de terror a ser combatido.

Itens com baixa ou nenhuma ocorrências no editorial

Quando *OESP* caracteriza a tomada de poder pelos militares em 1964 como “*Movimento*”, ele não apenas nomeia um evento, mas faz conhecer a percepção de mundo que lhe é inerente. Por essa razão, o item “*Golpe*” não tem espaço algum para o jornal no editorial em análise, da mesma forma que “*Violência*” não se faz presente, já que se trata da exaltação de uma vitória.

Também ficam de fora “*João Goulart*” e “*Governo*”, que nesse momento se equivalem. Talvez essa ausência seja explicada pelo propósito do jornal de evidenciar como a vitória foi defendida e a ocultação (ABRAMO, 2016) seria um passo significativo para isso. Para o presidente deposto, o jornal cria uma outra identidade, a de caudilho, com propósito nítido de mostrar João Goulart como ditador que apresenta ideias maléficas para o Brasil.

5.1.3.2 FSP: golpe civil-militar como restabelecimento da lei

Em 02 de abril de 1964, o jornal *FSP* veicula o editorial “*Em defesa da lei*” louvando os feitos dos militares que usurparam o poder do presidente do Brasil democraticamente constituído.

Como forte oposição a João Goulart, desde a sua posse no cargo de presidente, *FSP* propaga o golpe como restabelecimento da ordem e da legalidade no país, aproveitando para dar demonstração do poder do veículo ao fazer questão de deixar claras as advertências feitas para, segundo o jornal, a situação de “profunda crise militar e política”⁴² vivida no Brasil. A exemplo da grande imprensa da época, *FSP* põe João Goulart na ilegalidade a partir de padrões de manipulação (ABRAMO, 2016) e, com base nisso, atribui ao comunismo a situação do país àquela época, com propósito de justificar o golpe pelas Força Armadas.

Para construir tal quadro, o jornal faz escolhas compatíveis com seus interesses. Três itens investigados no editorial da *FSP* nessa Fase I (1964) – “*Forças Armadas*” (08), “*Comunismo*” (08) “*Governo*” (08) – apresentam o maior número de ocorrências, seguidos de “*Democracia*” (04). Essas escolhas nos possibilitam identificar a perspectiva que orienta a posição de *FSP* e, para essa construção da realidade, o jornal apresenta o golpe – ora como “*Movimento*” ora como “*Revolução*” – na perspectiva da ação evidenciada por meio dos Processos Materiais que notabilizam o papel das Forças Armadas, contra o comunismo, como instituição capaz de assegurar a ordem e a lei no Brasil.

Com o menor número de ocorrências estão: “*Golpe*” (01), “*Movimento*” (01), “*Revolução*” (01) e “*Violência*” (01). Vejamos qual o tratamento dado pelo jornal *FSP* nas escolhas feitas:

⁴² (FSP – 02/04/1964)

- **Forças Armadas**

A *FSP* dá às Forças Armadas um papel de destaque, concedendo a ela a distinção de heroína. São, no editorial em análise, 08 ocorrências. Destas, 05 funcionam como Ator de Processos Materiais Transformativos e as outras três, respectivamente, como Meta, em duas situações, e Circunstância, todos, também de Processos Materiais. É importante chamar atenção para o fato de que o item *Forças Armadas*, mesmo exercendo a função semântica de Ator, apresenta valores diferentes. Nos três primeiros, Protagoniza resistência e é caracterizada pelo jornal *FSP* como grande heroína responsável por defender e garantir a legalidade no Brasil e, para isso, chegando a opor-se ao presidente da República, o que podemos ver nas passagens a seguir:

(51)

Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as **Forças Armadas** destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

(52)

Não foi por falta de advertências que a situação nacional chegou ao estado em que hoje se encontra, de profunda crise militar e política, opondo-se ao presidente da República ponderável parcela das **Forças Armadas** e diversos líderes civis de incontestável autoridade, responsáveis pelo governo de importantes Estados da Federação.

Como é possível observar, nas passagens (51) e (52), as Forças Armadas, a partir dos Processos Materiais *defender* e *opor-se*, agem positivamente, na ótica da *FSP*, e fazem isso como instituição que tem o destino de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Por esse motivo, posicionam-se como deveriam, ou seja, assumem uma posição contrária ao governo de João Goulart, justificando, assim, a medida extrema de tomada de poder, já que esta seria, conforme as escolhas linguísticas do jornal, o natural a se esperar e se fazer.

Em duas outras situações neste editorial, ainda com propósito de justificar o golpe, *FSP* põe Forças Armadas como vítima do abuso do poder e desrespeito do governo de João Goulart, conforme casos a seguir:

(53)

Enquanto ganhava corpo, no governo, a tendência para o abuso de poder e o desrespeito aos outros Poderes da República, submetiam-se as **Forças Armadas** ao duro vexame de assistir ao apoio que a tais atos era dado por alguns oficiais colocados em postos de direção.

(54)

Com habilidade foram assim as **Forças Armadas** aos poucos envolvidas na política, dando-se ao povo a impressão de que elas existem para defesa do presidente, transformado em superpoder, e não, e igualmente, para defender os outros poderes e de um modo geral as instituições.

Mostram os casos (53) e (54) que *FSP* faz escolhas lexicais que permitem pôr as *Forças Armadas* numa posição de vítima, dando condições de fazê-las assumir uma postura drástica como o golpe. Primeiro, com um Processo Material Transformativo – responsável por produzir uma ação com propósito de mudança de um contexto – *são submetidas a vexames de apoio e envolvidas na política para benefício de João Goulart*. Em seguida, a escolha pela voz passiva constrói a imagem de vulnerabilidade, exigindo uma posição para as Força Armadas. Tal apresentação é sutilmente feita com a introdução de uma Circunstância de Modo (Qualidade) “*aos poucos*” indicando o modo premeditado, segundo *FSP*, de agir do governo Goulart.

Três outras funções semânticas são atribuídas ao item lexical “*Forças Armadas*”. Para o jornal *FSP*, esta instituição passa a ser o alvo do presidente João Goulart para a concretização de um golpe por ele planejado. Para construir essa inversão (ABRAMO, 2016), *FSP* lançou mão da função Meta como observado na passagem que segue:

(55)

Depois de lentamente tentar corromper o cerne das **Forças Armadas** mediante a conhecida pregação falsamente reformista surgia o golpe que deveria prenunciar o fim da legalidade democrática: o assalto à própria organização das **Forças Armadas**

Conforme se verifica, o jornal faz a avaliação de tentativa do governo João Goulart de corromper as Forças Armadas e, para isso, põe para seus leitores, a partir do padrão de inversão (ABRAMO, 2016), que esta instituição seria o alvo do governo, primeiro na tentativa de corrompê-la e, logo em seguida, na execução de um golpe que deveria prenunciar “o assalto à própria organização das Forças Armadas”, e para isso marca, linguisticamente, as respectivas orações, com os Processos Materiais Transformativos e os Participantes Meta, conforme passagem (55). No primeiro caso, as Forças Armadas sofrem a ação de uma

“tentativa de corrupção”, “tentar corromper o cerne das Forças Armadas” e no segundo caso sofre o assalto à organização das Forças Armadas.

Na última ocorrência do item, o jornal *FSP* – em campanha constante contra o governo João Goulart, materializada em editoriais e em reportagens anteriores – tem o cuidado de justificar a ação do golpe pelos militares como sendo inevitável como provocado pela circunstância de crise ocasionada pelo presidente João Goulart.

(56)

E a ordem periclitava com a quebra de disciplina e de hierarquia nas **Forças Armadas**.

A *FSP* constrói a imagem de que houve quebra da hierarquia militar e esta seria uma das razões pelas quais as Forças Armadas foram obrigadas a reagir por meio do golpe – tomado como ação legítima para este diário –, e que teria se dado circunstancialmente (12), pois na construção da realidade de *FSP*, o transtorno da crise vivida pelos militares teria sido provocado por João Goulart.

O jornal, numa forte campanha “anticomunista” em curso desde 1962, chega a seu momento apoteótico, acusa o presidente João Goulart de tentar submeter as Forças Armadas aos desmandos do governo e de envolvê-las lentamente na política para dar ao povo brasileiro a falsa impressão de que esta entidade teria como função única a de defender o Presidente. Mostrado isso, *FSP*, numa pretensa posição de defensor dos interesses sociais brasileiros, afirma que tal entidade tem como função defender a pátria e garantir os poderes constitucionais e, por essa razão, “não se pode dar uma atenção maior ou menor à hierarquia desta instituição”.

Consoante a *FSP*, a grande crise militar e política levou parcela significativa das Forças Armadas a se opor ao presidente João Goulart, assim como diversos líderes civis de importantes Estados da Federação.

Sendo assim, *FSP* acusa o presidente João Goulart de tentar dar um golpe na democracia, usando as Forças Armadas, mediante falsas promessas de reformas, conforme o jornal quis fazer acreditar. Para instanciar essas ideias, *FSP* estrutura sintaticamente a oração, pondo as *Forças Armadas* como Participante Meta do Ator *Governo João Goulart* – implícito na estrutura –, em uma construção altamente circunstanciada (*depois de, lentamente, mediante a conhecida pregação falsamente reformista*).

Isso é feito com o propósito de mostrar que havia um plano de golpe e desmando sendo arquitetado meticulosamente por João Goulart e que, nessas circunstâncias, o Brasil estaria em perigo.

- **Comunismo**

Com o propósito de intensificar ainda mais o Comunismo como a representação do mal (MARIANI, 1996) – são oito ocorrências no editorial em análise do item “*Comunismo*”, a *FSP* faz uma campanha contra essa ideologia, afirmando que os elementos comunistas são os únicos a desejarem, cada vez mais, o aprofundamento da crise política vivida pelo Brasil, pois se acham acima da lei, mesmo sendo repelidos pelos brasileiros, segundo o jornal. A *FSP* reveste-se de um sujeito único e universal – *os sentimentos do povo brasileiro* – para dizer o que pensa sobre os comunistas. Isso é feito por meio de um Processo Material – repelem – tendo como Ator *os sentimentos do povo brasileiro* e Meta *o comunismo*, como podemos observar na passagem a seguir:

(57)

O que pessoas de bom senso têm reiteradamente perguntado é isto: se o Partido Comunista se acha fora da lei, se os sentimentos do povo brasileiro claramente repelem o comunismo

É importante ressaltar que o jornal se posiciona como povo, quando na verdade ele só poderia e deveria falar enquanto instituição jornalística, que não incorpora “sentimento do povo”. Outro ponto a ser observado é que o Processo usado é o Material e este, mesmo estando no plano da ação, imprime em sua ideia um traço de sentimento, fazendo com que o povo tenha como propósito um ato de repulsa contra o comunismo, tomado como o mal a ser combatido.

Não satisfeito, *FSP* lança mão de outro Processo Material – *têm obtido* – para mostrar, à luz de sua ótica – instanciado pela Meta a “esmagadora vitória” –, como é benéfico repelir a ideologia comunista, pois, agindo dessa forma, seria possível ter sucesso:

(58)

Os líderes que se declaram ostensivamente contra os comunistas têm obtido esmagadoras vitórias

O jornal vai agindo contra o comunismo e, para intensificar essa campanha, caracteriza-o como maléfico. Explicitamente, posiciona-se a favor do golpe, como já sabido, e

o retrata como “uma tomada de posição em favor da lei”, justificando seus atos a partir do que considera como grande ameaça. Tem-se o *comunismo* como Ator que age (por meio do Processo Material *estava ameaçada*) em função de uma Meta, *a pátria*, o que significa dizer a destruição do Brasil. Tal concepção fica evidente em instanciação como a que segue:

(59)

Ora, a pátria estava ameaçada pelo **comunismo** (...)

Além de estabelecer para o leitor a forma de agir do comunismo, a *FSP* ainda caracteriza seus líderes como derrotados nas eleições, mesmo que estas tenham sido secretas. Esse dado reforça ainda mais a concepção negativa passada por esse influente órgão de imprensa. Assim, *os elementos sabidamente comunistas é Portador do Atributo batidos* do Processo Relacional *têm sido*, como podemos observar:

(60)

os elementos sabidamente **comunistas** têm sido sistematicamente batidos nas eleições em que prevalece o voto secreto

Depois de dizer como age e caracterizar o comunismo, a *FSP* diz o que pensa sobre o Partido Comunista e, para isso, não se põe como entidade jornalística, mas se investe mais uma vez de sujeito único e universal “*pessoas de bom senso*” para falar por elas, possível por intermédio do Processo Mental Emanante *se acha*; Experienciador *Partido Comunista e fora da lei* como a coisa sentida, o Fenômeno:

(61)

O que pessoas de bom senso têm reiteradamente perguntado é isto: se o **Partido Comunista** se acha fora da lei, se os sentimentos do povo brasileiro claramente repelem o comunismo

Circunstanciando os Processos, a *FSP* passa a mostrar como seria sem os comunistas, ou seja, faz transparecer uma situação de retorno ao crescimento, à ordem e à legalidade, o que pode ser evidenciado nessa Circunstância de Modo (Qualidade) *livre da pregação e da ação dos comunistas que se haviam infiltrado no governo*, numa ação (Processo Material *volte a ter*) exercida pelo Ator *povo* em busca de *o direito, que lhe haviam tirado, de trabalhar em ordem e dentro da lei*, que constitui a Meta:

(62)

Resta-nos esperar que os focos de resistência esboçados em raros pontos logo se desfaçam, para que a família brasileira reencontre no menor prazo possível a paz à qual tanto aspirava e o povo, livre da pregação e da ação dos **comunistas** que se haviam infiltrado no governo, volte a ter o direito, que lhe haviam tirado, de trabalhar em ordem e dentro da lei.

Conforme se observa, o item “*Comunismo*” é apresentado pela *FSP* como o grande responsável pela crise vivida no Brasil em 1964.

- **Governo**

O item “*Governo*” apresentou 08 ocorrências no editorial em análise, no entanto com dois diferentes referenciais. Na primeira, o item refere-se a homens de poder, vistos e apresentados pelo jornal *FSP* como pessoas sérias e do bem. Em contrapartida, as demais ocorrências fazem referência, diretamente, ao governo de João Goulart, construído e apresentado pelo jornal como “comunista”, “baderneiro” e – em oposição a “homens de bem” – tomados como o mal (MARIANI, 1996) ou referem-se, de modo generalizado, aos que participam da Presidência como aliados de João Goulart. Vejamos como *FSP* construiu sentidos.

Na primeira ocorrência, o item “*Governo*” é apresentado textualmente de modo positivo, uma vez que se refere a “*líderes civis de incontestável autoridade*”, grande opositor do governo João Goulart, como pode ser verificado no trecho:

(63)

Não foi por falta de advertências que a situação nacional chegou ao estado em que hoje se encontra, de profunda crise militar e política, *opondo-se* ao presidente da República ponderável parcela das Forças Armadas e diversos líderes civis de incontestável autoridade, responsáveis pelo **governo** de importantes Estados da Federação.

Nessa instanciação, tem-se o Processo Material representado pela forma verbal *opondo-se* marcando a ação do Ator “Forças Armadas e líderes civis” de ir de encontro ao Participante Beneficiário, no caso, ao presidente da República João Goulart. Com essas escolhas, o jornal age no sentido de construir para seus leitores a existência de dois blocos no país: o da oposição ao governo João Goulart e os aliados a ele, pondo o presidente no lugar de autoridade contestável e maléfica ao Brasil.

Nas demais construções, o item *governo* refere-se a João Goulart e por isso concebido, como já demonstrado, como o mal na medida em que, segundo *FSP*, vão de encontro aos ideais democráticos e lícitos do Brasil, como demonstrado no caso:

(64)

As sucessivas paralisações do país mediante greves que não nasciam dos trabalhadores mas de uma cúpula política bem engordada em cômodas posições de falsa liderança, falsa porque armada à custa do **governo**, ensombreciam ainda mais o ambiente nacional.

FSP acusa o governo de Goulart de estabelecer uma baderna generalizada no Brasil e de promover greves como se fossem lideradas por trabalhadores. Nessa direção, o item “*Governo*” é posto na posição de Circunstância de Modo (Qualidade) – “à custa do **governo**” –, pois indica o modo como age o governo no custeio de falsas lideranças. Essa escolha possibilita a compreensão de que o governo age negativamente.

Nas duas outras passagens em que *FSP* constrói João Goulart como Ator, a perspectiva é a mesma, ele é acusado de ignorar a hierarquia militar, como no caso a seguir:

(65)

E essa disciplina e essa hierarquia não constituem assunto de somenos, a que possa o presidente ou qualquer membro do **governo**, e em especial das Forças Armadas, dar importância maior ou menor, consoante seu temperamento ou suas tendências.

Ou, ainda, quando *FSP* registra sua posição e participação na conspiração do golpe nessa passagem (65). Pondo-se como guardião da democracia e assumindo a posição de quarto poder, o jornal *FSP*, em interlocução direta com as instituições de poder, pede providências – no caso intervenção – aos militares, a quem o jornal se refere como patriotas “responsáveis pela coisa pública”.

O jornal acusa o governo – João Goulart – de mergulhar cada vez mais em ilegalidades. Pondo-o como Ator de um Processo Material – *mergulhar* –, agente da ilegalidade como evidenciado a seguir:

(66)

Este jornal registrou numerosas vezes sua estranheza ante a cada vez maior ilegalidade em que ia mergulhando o **governo** federal, apelando ao patriotismo dos responsáveis pela coisa pública, a fim de que se reexaminassem as falsas posições e se dessem ao povo, com sinceridade, os frutos de um regime democrático sadiamente aplicado e vivido, em lugar dos engodos de um totalitarismo subversivo.

Trata-se de uma das estratégias de manobras das quais a imprensa fez uso naquela época para conspirar contra o governo, envolvendo-o em crises até o golpe final com a tomada de poder pelos militares e implantação da ditadura.

A sequência de acusações continua com o jornal responsabilizando o governo (Goulart) de ser o alvo – Meta – da orientação comunista:

(67)

Esses elementos, infelizmente, vêm agindo há muito em altos cargos da administração pública federal e, de certa maneira, orientando muitas ações do **governo**.

Nas duas outras ocorrências do item, *FSP* põe “Governo” como Circunstância de Localização (Lugar), como se pode verificar nos casos (68) e (69) a seguir:

(68)

Resta-nos esperar que os focos de resistência esboçados em raros pontos logo se desfaçam, para que a família brasileira reencontre no menor prazo possível a paz à qual tanto aspirava e o povo, livre da pregação e da ação dos comunistas que se haviam infiltrado no **governo**, volte a ter o direito, que lhe haviam tirado, de trabalhar em ordem e dentro da lei.

(69)

Enquanto ganhava corpo, no **governo**, a tendência para o abuso de poder e o desrespeito aos outros Poderes da República, submetiam-se as Forças Armadas ao duro vexame de assistir ao apoio que a tais atos era dado por alguns oficiais colocados em postos de direção.

Como se observa, “Governo” é o local onde estão e agem os comunistas inimigos da nação brasileira, segundo as manobras do jornal *FSP*.

- **Democracia**

A imprensa brasileira no geral, e o jornal *FSP* não fugiu ao que pareceu regra, alegou, para o golpe, o perigo que corria a democracia brasileira pela ação comunista que tentava tomar conta do País. Foi com essa campanha de comunização em detrimento da democracia que criaram uma atmosfera que aterrorizou o Brasil e produziu o cenário ideal para a implantação do golpe de 1964.

Com esse “argumento”, o jornal *FSP* apresenta o item “*Democracia*” no editorial que saúda o golpe, com quatro usos, dois como Metas e os outros dois como Identificado e Circunstâncias, todos a partir da variação léxico-mórfica de “democrático”. Essa escolha possibilita-nos perceber que o jornal apresenta “democracia” como um valor e por essa razão a escolha pela forma adjetiva “democrático”.

Inicialmente, *FSP* define o regime vivido no Brasil como democrático, para isso lança mão de um Participante Identificador – “democrático” – representado por um Processo

Relacional prototípico – é – trazendo como Identificado o “regime constitucional em que vivemos” – como verificado a seguir:

(70)

A cada abuso de poder crescia a apreensão natural das pessoas que têm consciência do regime constitucional em que vivemos, e que é o **democrático**.

Depois de definir o regime vivido no Brasil, *FSP* justifica sua posição expondo a causa de sua participação no golpe. O jornal afirma ser com a finalidade de defesa do regime democrático, a partir de uma Circunstância de Causa (Finalidade), como visto no caso:

(71)

Clamamos em defesa da Constituição, em defesa do regime **democrático**, em defesa da independência e da harmonia dos poderes.

Na função de Meta, *FSP* cria uma realidade, a partir do padrão de inversão (ABRAMO, 2016), para indicar os objetivos, ditos golpistas, daqueles que fazem o governo João Goulart como verificado na passagem a seguir:

(72)

Depois de lentamente tentar corromper o cerne das Forças Armadas mediante a conhecida pregação falsamente reformista, surgia o golpe que deveria pronunciar o fim da legalidade **democrática**: o assalto à própria organização das Forças Armadas.

Como se observa, *FSP* acusa o governo de uma tentativa de golpe que traria o fim da legalidade democrática ao país – Meta –, acusando João Goulart de um golpe às avessas, depois de ter tentado corromper as Forças Armadas. Para concretizar tais propósitos, *FSP* constrói a Oração Material pondo o item “*Democrático*” – o fim da legalidade **democrática** – como Meta de um Processo Material – *deveria pronunciar*.

No último uso do item, *FSP* se mostra como entidade preocupada com o bem-estar do povo e a serviço dele consoante o trecho que segue:

(73)

Este jornal registrou numerosas vezes sua estranheza ante a cada vez maior ilegalidade em que ia mergulhando o governo federal, apelando ao patriotismo dos responsáveis pela coisa pública, a fim de que se reexaminassem as falsas posições e se dessem ao povo, com sinceridade, os frutos de um regime **democrático** sadiamente aplicado e vivido, em lugar dos engodos de um totalitarismo subversivo.

Como se pode conferir, depois de se mostrar atuante, na concepção do jornal, contra o governo Goulart apelando aos militares em defesa do povo brasileiro, *FSP* afirma ter como fim “os frutos de um regime **democrático** sadiamente aplicado e vivido”. Para construir essa representação, o jornal usa o Participante Escopo-processo, aquele que constrói o próprio Processo, sendo possível dessa forma indicar qual a ação do jornal de registro de ilegalidades do governo federal, aos olhos da *FSP*.

Itens com baixa ou nenhuma ocorrência

Apesar de apresentar quantitativamente um baixo número de ocorrência no editorial em análise, os itens *Golpe*, *Movimento*, *Revolução* e *Violência* – com apenas uma ocorrência – e o item *João Goulart*, sem ocorrência alguma, constroem sentidos que convergem para as representações feitas pelo jornal *FSP* sobre o golpe civil-militar de 1964. Vejamos como *FSP* representa cada um deles:

- **Golpe**

Estabelecendo para seu público leitor uma realidade inversa aos fatos (ABRAMO, 2016), *FSP* põe o golpe sob responsabilidade do presidente João Goulart e como sendo um encaminhamento natural dos atos do então presidente. Para deixar transparecer essa imagem de natural, *FSP* lança mão de um Processo Existencial – surgia – e põe “*Golpe*” como Existente, conforme se verifica na passagem (74)

(74)

Depois de lentamente tentar corromper o cerne das Forças Armadas mediante a conhecida pregação falsamente reformista, surgia o golpe que deveria prenunciar o fim da legalidade democrática: o assalto à própria organização das Forças Armadas
--

A partir dessa escolha, é possível inferir a centralidade que *FSP* dá a percepção de golpe ligada ao governo de João Goulart, pois com essa representação é possível “justificar” a conspiração e a tomada de poder.

- **Revolução**

Ainda na esteira da criminalização do governo João Goulart, *FSP* lança mão do item “Revolução”, na época com valor ainda mais negativo para os conservadores, por permitir associação direta com a Revolução Cubana de 1959. O jornal, a partir de um jogo de intrigas, acusa ter havido chamadas para a revolução, como mostra a passagem:

(75)

Finalmente, no lamentável comício do dia 13, na Guanabara, o que se viu e ouviu foi, diante dos chefes militares, a pregação aberta da **revolução** e do descumprimento da Constituição, ao mesmo tempo que os mais profundos sentimentos do povo eram ridicularizados pelos que mais deviam respeitá-los.

A partir de Circunstâncias de Localização de Tempo e de Lugar – *no lamentável comício do dia 13, na Guanabara* –, *FSP* inflama ainda mais os ânimos afirmando ter havido convocação para uma revolução. Esse cenário é construído a partir da definição do comício do dia 13 de março como sendo “a pregação aberta da **revolução** e do descumprimento da Constituição”. O jornal faz opção por uma Oração Relacional Identificativa, classificando dessa forma o comício a partir da Metáfora gramatical “o que se viu e ouviu” – Identificado.

Quando o jornal *FSP* lança mão dessas escolhas, necessariamente cria um instantâneo fotográfico (GOUVEIA, 2009) e carregando nas cores da desordem, da violência, ele aumenta seu poder de persuasão.

- **Violência**

Para *FSP*, “*violência*” constitui o modo – “com **violência** e com evidente proposito” – como o presidente João Goulart tenta impor as reformas de base, por essa razão o jornal expressa sua representação desse item a partir de uma Circunstância de Modo (Qualidade) como podemos observar no caso a seguir:

(76)

Outra pergunta que as mesmas pessoas não raras vezes se fizeram é esta: se existem meios constitucionais para resolver a maioria dos grandes problemas nacionais, assim como para realizar as reformas necessárias ao progresso do país, por que se fez desse tema reformista uma simples bandeira de agitação, pregada com **violência** e com evidente proposito, não poucas vezes, de atirar os vários grupos sociais uns contra os outros?

A partir dessa imagem, exemplo (32), *FSP* consegue estabelecer um quadro de desequilíbrio no Brasil que culminaria na deposição do presidente João Goulart. Observa-se, apesar de este não ser o foco de nossa pesquisa, o que é violência para *FSP* – derramamento de sangue –, pois o jornal registra ainda neste editorial que o “movimento” – o golpe – “termina: sem derramamento de sangue, vitória do espírito da legalidade, restabelecido o primado da Constituição e do Direito”, o que traduz um jogo de manipulação em favor de interesses do jornal, uma vez que a ocultação (ABRAMO, 2016) faz aparentar passividade.

- **Movimento**

FSP percebe o golpe civil-militar de 1964 como um “movimento” e assim o reverencia, tomando-o como legítimo e constitucional, pois trata-se, para o jornal, de “uma tomada de posição em favor da lei”. Em conformidade com isso, *ESP* se posiciona a partir de um Processo Mental (de Percepção) – *enxergar* – dizendo como seus leitores devem ver o golpe. Nessa configuração, elegem o item “*Movimento*” como Fenômeno, conforme evidenciado na passagem:

(77)

Assim se deve enxergar o movimento que empolgou o país.
--

- **João Goulart**

Por fim, temos o item “João Goulart”, apresentado como grande ameaça ao Brasil por concepções comunistas, na perspectiva construída pela imprensa. No editorial em análise, não há uma referência sequer ao presidente a partir da utilização de seu nome. Acreditamos que a escolha pela omissão tenha se dado como forma de ocultação (ABRAMO, 2016) para apagá-lo da memória do Brasil. Mas menções a João Goulart são feitas no editorial em análise – *presidente da República, os elementos comunistas, governo, o chefe do Poder Executivo* – no entanto, todas elas relacionando-o a comunista – conceito valorado como negativo pelo veículo – configurando uma imagem negativa do presidente⁴³.

⁴³ Apesar do Sistema de Ideação (MARTIN E ROSE, 2007) não ser o foco de nossa pesquisa, consideramos relevante apresentar as formas taxonômicas das quais o jornal *FSP* se utiliza para construir uma imagem negativa do presidente João Goulart. Ao relacionar João Goulart a comunistas, por exemplo, constrói-o como inimigo do Brasil.

5.1.3.3 OG: golpe civil-militar como a volta da democracia

Com o editorial “Ressurge a democracia”, publicado em 02 de abril de 1964, o jornal OG reverencia o golpe civil-militar que culminou na deposição do presidente João Goulart e na implantação do regime ditatorial durante 21 anos. Trata-se de uma celebração aos militares, obedientes a suas raízes, por terem, na perspectiva do jornal, se livrado de um governo irresponsável.

Numa clara inversão dos fatos (ABRAMO, 2016), OG diz festejar a volta da democracia como se o Brasil, durante o comando de João Goulart, estivesse sob uma ditadura. E ao fazer isso estabelece uma divisão no Brasil entre patriotas de um lado, lutando pela democracia e do outro, desordeiros subversivos tentando estabelecer a desordem no país. O jornal se reveste de autoridade para analisar aquele/Goulart como um governo legítimo, no entanto impossível de ser mantido na presidência em função de querer levar o Brasil para caminhos comunistas.

OG se posiciona não apenas favoravelmente ao golpe, como abertamente se sabe, mas também como conspirador ao afirmar que “Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada”.

Para criar as representações do golpe como uma vitória da democracia e da legalidade contra valores comunistas, conferindo legalidade a ações antidemocráticas, tornando-as legítimas, o jornal OG fez escolhas que convergiram para isso como veremos a partir de então.

Dos itens analisados nesta I Fase da análise, “*Forças Armadas*” (07), “*Democracia*” (04), “*Comunismo*” (02), “*Movimento*” (02) e “*Governo*” (02) são os de maior ocorrência, deixando transparecer de imediato o papel preponderante que tem As Forças Armadas para OG.

No entanto, com menor ocorrência ou nenhuma o jornal utiliza “João Goulart” (01), “*Golpe*”, “*Revolução*” e “*Violência*” sem ocorrência alguma.

- **Forças Armadas**

OG reverencia as Forças Armadas como heroína a quem o povo brasileiro deve agradecer e, em função desse imaginário, dá a ela o papel decisivo na tomada de poder, uma vez que coube a esta instituição, segundo o jornal, a missão de livrar o Brasil dos comunistas. Para construir a seus leitores, a percepção de que as Forças Armadas agiram em decorrência

da necessidade de salvar o Brasil do perigo comunista, OG apresenta o item “Forças Armadas” na perspectiva do que possibilitou o Brasil se livrar “do governo irresponsável” e, para isso, constrói Forças Armadas como Circunstância de Causa (Razão), ou seja, OG cria uma situação para dizer que as Força Armadas só agiram em função das circunstâncias em que estava o governo de João Goulart, como podemos verificar na passagem a seguir:

(78)

Graças à decisão e ao heroísmo **das Forças Armadas**, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

O projeto de tornar as Forças Armadas heroína continua com OG mostrando o quão responsável é essa instituição. O propósito agora é mostrá-la como consciente, como a que não foge de sua responsabilidade e faz isso a partir de uma Oração Mental com um Processo Emanente – *[não] confundiram* –, para mostrar a ação na consciência do Experienciador – Forças Armadas – como é verificado no caso 79:

(79)

Devemos felicitar-nos porque as **Forças Armadas**, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.

Essa ideia de consciência é potencializada com a descrição feita pelo jornal, como visto a seguir:

(80)

As **Forças Armadas**, diz o Art. 176 da Carta Magna, “são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI.”

Como se observa, OG busca autoridade em um artigo constitucional – Circunstância de Ângulo (Fonte) – para representar “*Forças Armadas*” como Portador do Atributo – *instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina* – de seriedade em uma Oração Relacional. Ou seja, OG vê as Forças Armadas como uma instituição séria e responsável, definindo-as como tal deixa incontestável sua intervenção num governo legal.

Com essa seriedade descrita, OG localiza o momento de intervenção – Circunstância de Localização (Tempo) – com o propósito de mostrar que as Forças Armadas “só” agiram quando João Goulart ignorou e desprezou a disciplina da Marinha de Guerra, verificado no caso (81):

(81)

No momento em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das **Forças Armadas**, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares.

OG tenta mostrar que em nome da missão que possuem as Forças Armadas, foram obrigadas a agir, como podemos evidenciar no trecho (82) a seguir:

(82)

Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as **Forças Armadas** chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

OG construiu todo um caos para só depois representar as “Forças Armadas” como Ator de um fazer, avocando para si a responsabilidade de tomar as rédeas do Brasil e “restaurar a Nação na integridade de seus direitos”, assumindo a missão de livrar o país dos comunistas.

No entanto, OG ainda toma o cuidado de afirmar que uma situação externa teria motivado os militares (83):

(83)

Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as **Forças Armadas**.

Para essa ideia OG mostra como as Forças Armadas – Fenômeno de um Processo Mental Impingente [animou] – se sentiram e como os aliados se uniram.

- “**Democracia**”

Depois do item “Forças Armadas”, o item “*Democracia*” aparece como o segundo de maior recorrência no editorial em análise, aquele mostrado como os heróis responsáveis pela ação de defesa do Brasil e este por ser toda a razão do golpe.

OG instancia o item “*Democracia*” como essencial ao país, mas em perigo pelas manobras do governo João Goulart, por essa razão os patriotas teriam se unido para salvá-la. O resultado dessa “batalha” que OG tenta criar para seus leitores é estampada de imediato no título do editorial, como podemos constatar no trecho:

(84)

Ressurge a democracia

Nessa escolha, OG põe a democracia agindo – Processo Material – em função de uma mudança de quadro do país, no caso a deposição do presidente João Goulart. Deparamo-nos com uma oração Intransitiva com o Processo Material “*ressurgir*” estabelecendo, a partir do prefixo “re-” o movimento de volta de algo que havia partido, no caso, a democracia, que funciona semanticamente como Ator, ou seja, é a “Democracia”, ela mesma que age em função de um novo momento. É importante ressaltar que, ao fazer essa opção, o jornal inverte os fatos e põe o governo de João Goulart como antidemocrático e, conseqüentemente, ilegal.

Essa concepção é acentuada com a segunda aparição do item, conforme caso que se transcreve:

(85)

Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia , a lei e a ordem.
--

OG estabelece no país uma divisão entre o grupo do bem (patriotas) e um grupo do mal (Goulart e aliados) contra o qual os patriotas se uniram e agiram – Processo Material –, em função de salvar a democracia – Circunstância de Causa (Finalidade) “para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem”, caracterizada – Oração Relacional Atributiva – pelo jornal como essencial – Atributo. Ao fazer tal construção, OG vai pondo na normalidade todos os atos cometidos pelos militares e civis que planejaram, apoiaram e ajudaram a concretizá-lo.

Ainda nessa direção de ilegalidade, depois de estabelecer dois lados “democráticos x antidemocrático”, o jornal justifica para seus leitores, à luz do editorial, o porquê do presidente João Goulart ser visto como opositor do Brasil. Para isso, apresenta o presidente em uma ação – a partir de um Processo Material “vincular-se” – e o condiciona a um grupo contrário à democracia, a partir de uma Circunstância de Acompanhamento (Adição) – aos adversários da **democracia** e da lei, como observado no caso (86):

(86)

Sua presença e suas palavras (João Goulart), na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da **democracia** e da lei.

Ou seja, OG apresenta o presidente João Goulart como adversário da democracia mediante “sua presença e suas palavras na reunião realizada no Automóvel Clube⁴⁴”.

OG faz ainda um último registro do item “Democracia”, nele é possível perceber o tiro de misericórdia do jornal para ter definitivamente a adesão dos leitores. A partir de uma Circunstância, OG põe o golpe como única saída para o Brasil, como constatado no exemplo:

(87)

Era a sorte da **democracia** no Brasil que estava em jogo.

OG identifica por meio de uma Oração Relacional a situação de perigo em que o Brasil se encontra e a partir de Circunstâncias estabelece de que modo “estava em jogo” – Circunstância de Modo (Qualidade) – e, ainda faz uma indicação de lugar “no Brasil” – Circunstância de Localização (Lugar), o que nos possibilita inferir que em outros lugares esse perigo não há.

OG apresenta “a sorte da democracia” como mecanismo de convencimento para mobilização e adesão ao golpe, buscando deixar claro não haver outra direção a ser tomada.

- **Comunismo**

O combate ao comunismo como a razão pública do golpe civil-militar no Brasil e em outros países da América Latina é usado por todos os aliados dos Estados Unidos e OG usa essa prática para justificar a grandeza e importância do golpe. Dessa forma, o jornal subverte a situação (ABRAMO, 2016) pondo o comunismo como inimigo da legalidade, escolhas

⁴⁴ Conforme apresentado na subseção 5.1.1

instanciadas, neste editorial, a partir de ações – Processos Materiais – Circunstanciadas, como podemos verificar no caso:

(88)

Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao **comunismo**.

Quando OG apresenta o Congresso (88) como Ator que assume a posição de autoridade socialmente constituída (LEVINSON, 2007) para conferir legalidade à ação ilegal que é o golpe, a que o jornal se refere como “situação existente”, põe o golpe no plano da legalidade e enumera uma série de benefícios: “*sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina*”. A partir de Circunstâncias de Contingência (Falta) – *sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo...* –, o jornal faz uma comparação implícita entre os direitos usurpados pelo que o veículo chama de comunismo e o que se preserva com os militares no poder. OG, nesse momento, transpõe a responsabilidade das ações praticadas pelos militares para o Comunismo.

Depois de todo esse quadro, OG identifica o lugar – Circunstância de Localização (Lugar) – para onde o presidente João Goulart estava levando o Brasil – “anarquia e ao comunismo”.

A última aparição do item “Comunismo”, usado a partir da variação “Comunização” como um processo – na passagem (45), OG mostra, por meio da Circunstância de Modo – *Salvos da comunização que celeremente se preparava* –, como o Brasil se encontrava naquele momento de concretização do golpe e, em função disso, impõe – com o Processo Material “*devem agradecer*” – a posição de gratidão a ser assumida pelos brasileiros – Ator, como evidenciado na passagem:

(89)

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos.

É considerável observar que as escolhas lexicais feitas pelo jornal para o Ator “os brasileiros”, posiciona o OG no mesmo grupo dos militares apresentados como heróis.

- **Movimento**

OG nomeia o golpe civil-militar de 1964 de “*Movimento*”, como podemos identificar no caso (90) a seguir:

(90)

Este não foi um **movimento** partidário

Como se observa, o jornal define – a partir de um Processo Relacional Identificativo – o golpe como um movimento que reuniu a todos em prol da democracia. Quando o jornal faz essa escolha, necessariamente, aponta de modo implícito, mas contundente, para uma posição antidemocrática que reforça o caráter de ilegalidade já atribuído a João Goulart por este veículo.

Na segunda e última ocorrência do item “*Movimento*”, OG atribui-lhe uma relação de posse, vista na passagem:

(91)

Mas, por isto que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o **movimento** vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime.

Nessa relação, OG condiciona a posse do “*Movimento*” ao povo, forjando ser democrático o ilegal e supraideológico o que é ideologicamente comandado pelas forças conservadoras.

- **Governo**

Dois registros do item “*Governo*” foram utilizados pelo jornal OG, sendo o segundo a partir da variação “*Governadores*”, além de valor positivo, diferente do primeiro. Nos dois casos a ação física – Processo Material – é evidenciada. No primeiro caso, “*Governo*” refere-se a João Goulart, trazido pelo OG como “*Governo irresponsável*”, o que podemos constatar na passagem:

(92)

Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do **Governo** irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

OG põe “*Governo*” como “Meta” da qual o Brasil – Participante Ator – deve se livrar. É importante chamar atenção para a escolha de registro feita pelo jornal. No eixo paradigmático existem muitas outras possibilidades, vencer, por exemplo, talvez fosse a mais provável, considerando a relação de disputa. No entanto, OG opta por uma forma que dá dimensão do que está em questão: a tomada de poder pelos militares, por isso a opção pela forma “livrar-se”, uma explicitação da tentativa de impedir, de qualquer modo, a posse de João Goulart quando da renúncia de Jânio em 1961 (SKIDMORE, 1988). Essa escolha expõe Goulart à condição de não respeitável, o que vai fortalecendo a concepção de um governo antidemocrático, que é preciso tirar do poder, como o jornal vem construindo.

Como para justificar tal ação, o jornal lança mão da Circunstância de Causa, como já vimos (34), pondo as Forças Armadas na posição de heroína, pois é em função da bravura dessa instituição que o Brasil conseguiu “livrar-se” de João Goulart e tudo que ele representava. É bom evidenciar que o Ator Brasil, nessa instanciação, representa os militares, OG e todos os outros civis a quem o jornal faz representar.

O segundo caso de uso do item “Governo” (93), também se dá com um Processo Material *aliar-se*. Nele se tem o lexema de *governo*, não se referindo ao presidente, mas a um grupo opositor formado pelos: “mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores” – Ator do Processo, como podemos verificar na passagem:

(93)

Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados **Governadores**, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas.

Tal escolha unge “Governadores” da qualidade de aliados que agiram articuladamente para redimir a nação.

Itens de menor ocorrência ou nenhuma

Nesta Fase de nossa análise, “*João Goulart*” consta com apenas um uso explícito, enquanto “*Golpe*”, “*Revolução*” e “*Violência*” não contam com registro algum. Sabemos que

existem razões que justificam essas escolhas. Sendo assim, veremos o que sinaliza essa configuração:

- **João Goulart**

OG, na única vez que faz referência explícita a João Goulart, o faz com propósito de localizar – por meio de uma Circunstância de Localização (Tempo) – o ponto em que este, para o jornal, teria perdido o direito de ser considerado símbolo de legalidade, como verificado em:

(94)

No momento em que o Sr. **João Goulart** ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares.

Mas o OG põe João Goulart como Experienciador dos Processos ignorar e desprezar, estes Mentais impingentes, ou seja, “o processamento consciente da ação é concebido como um ente externo impingindo o processo à consciência do experienciador” (FIGUEREDO, 2011, p.268). Nesse caso, para OG, o Experienciador João Goulart toma consciência dos Fenômenos “hierarquia” e “disciplina de um dos ramos das Forças Armadas” e a partir deles se posiciona com o Processo consciente de “ignorar” e “desprezar”. Isso significa dizer que OG reafirma João Goulart na condição de irresponsável, talvez por essa razão o distanciamento estabelecido pelo pronome de tratamento Sr.

A exemplo de *OESP*, *OG* não faz uso, em nenhum momento, dos itens “*Golpe*”, “*Revolução*” e “*Violência*”. Acreditamos que a ausência desses itens no editorial em análise tenha se dado em função da postura assumida pelo jornal, pois chamar de “*Golpe*”, o que *OG* insiste em tomar por “*Movimento*” seria conceber a ilegalidade àquela inconstitucionalidade, seria assumir-se enquanto contraventor, imagem negada até hoje por esse veículo. Também nesse joio está “*Revolução*” como forma, cremos, naquele momento, de não haver relação com a Revolução Cubana, vista pela imprensa como ato comunista, sem se falar que o foco do editorial em análise era o de reverenciar o golpe. O item “*Violência*” também não aparece no editorial de *OG*, pois, nesse momento, interessa dizer ao leitores que o poder está em mãos dos militares, ocultando todo o quadro de violência que o cercou e com essa imagem de tranquilidade a garantia, na perspectiva do jornal, o controle da opinião pública.

5.2 FASE II – DA EDIÇÃO DO AI-5 (1968)

5.2.1 Ditadura consolidada: céu cor de chumbo e porões escuros

A Fase II de nossa análise compreende, como apresentado na Seção 1, o espaço de tempo de dezembro de 1968, com a promulgação do AI-5, a agosto de 1978, quando da revogação deste Ato e também do abrandamento da Lei de Segurança Nacional, da abolição da prisão perpétua e da pena de morte e do restabelecimento do *habeas corpus*.

Tem-se, como já vimos (Seção 1), um dos períodos mais tenebrosos da ditadura civil-militar brasileira, aliás, é nesse momento, mais precisamente em 13 de dezembro de 1968, que, de fato, a ditadura se configura “oficialmente” e claramente, com a promulgação do AI-5 (Ato Institucional nº 5). À procura de um pretexto para decretação de uma medida que institucionalizasse a tortura como prática de Estado para que se mantivesse no controle da situação, o governo ditatorial encontrou-o no inofensivo discurso do então deputado Márcio Moreira Alves na tribuna da Câmara, que pediu às jovens brasileiras solteiras para não namorarem militares. Tendo sido derrotado na Câmara dos Deputados, que negou autorização para que Márcio Moreira Alves fosse cassado, Costa e Silva editou o AI-5, dando poderes ao executivo para, entre outras arbitrariedades, cassar o mandato dos “subversivos”.

Embora alguns veículos, atingidos seriamente pelo endurecimento da censura e a própria presença de censores nas redações, tenham formalmente mostrado descontentamento com o mais radical dos atos institucionais, consideravam a medida necessária resposta a extremistas de esquerda, sob pena de o presidente perder as rédeas do comando.

5.2.2 Representações do golpe no Sistema de Transitividade – Fase II de análise

Os itens *Governo*, *Democracia* e *Forças Armadas* são os de maior recorrência na Fase II de análise. Essas escolhas sugerem a relação entre o governo ditatorial, exercido pelas Forças Armadas, e a segurança da Democracia no Brasil. É possível visualizar a distribuição desses itens no Quadro 13 permite visualizar melhor esses dados:

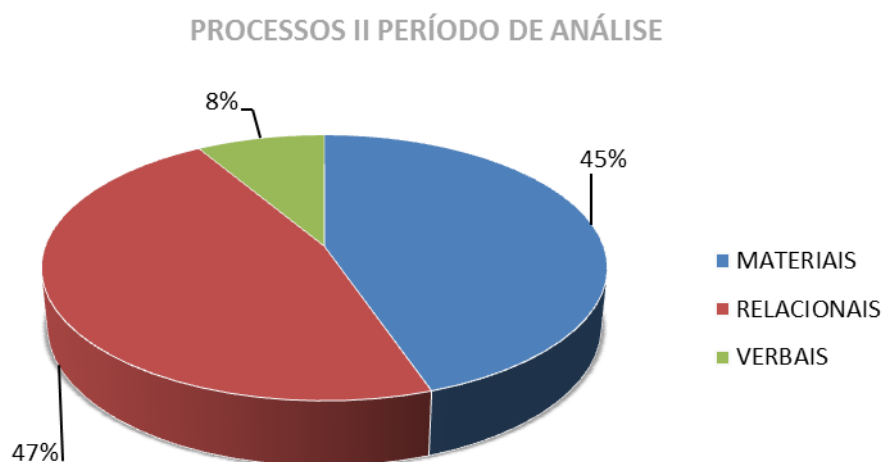
Quadro 13 - Registro das ocorrências dos itens lexicais por Jornal/editorial na Fase II de análise

Itens lexicais	Jornais/ Títulos dos editoriais			Total dos itens lexicais na Fase II
	ESP Instituições em frangalhos	FSP Além do banimento	OG O salto e o atleta	
Democracia	01	02	0	03
Forças Armadas	02	0	0	02
Ditadura	01	0	0	01
Revolução	0	01	0	01
Violência	0	03	0	03
Governo	02	07	04	13

Fonte: Ator

Na estrutura oracional, esses itens estão ligados, basicamente, a Processos Relacionais com 52% de ocorrência, seguido dos Processos Materiais com 39%. Um último Processo a que os jornais lançam mão, nessa Fase de investigação, é o Mental com 8,6%. Essa estruturação sinaliza para uma caracterização do governo, a partir da percepção dos diários que constituem nosso *corpus*, possibilitando-nos perceber como os jornais identificam o governo e o que pensam dele como veremos mais pormenorizado na subseção 5.3.3. O Gráfico 5, a seguir, mostra essa distribuição de modo mais claro:

Gráfico 5 - Percentual dos Processos na II Fase de análise

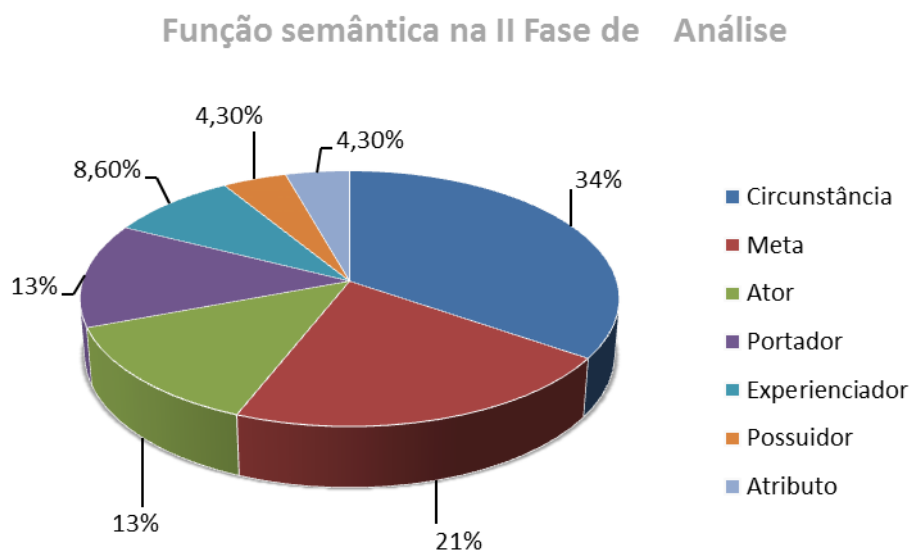


Fonte: Autor

No que diz respeito à função semântica exercida por esses itens lexicais analisados, verificamos Circunstância com a maior incidência nessa Fase, com 34%. Em seguida temos Meta com 21%, Portador e Ator com 13% cada um, Experienciador com 8,6% e ainda

Possuidor e Atributo com 4,3% cada qual. O Gráfico 6 a seguir permite visualizar melhor essa distribuição:

Gráfico 6 - Função semântica na II Fase de análise



Fonte; Autor

5.2.3 Análise por jornal

5.2.3.1 OESP: Instituições em frangalhos – simulacro de rompimento com a ditadura

Parece contraditório ou ao menos surpreendente que o mesmo OESP, que, em 3 de abril de 1964, saudara o golpe civil-militar com o editorial “*Em defesa da vitória*”, transcorridos menos de cinco anos, em 13 de dezembro de 1968, traga à luz o editorial sob o título “*Instituições em frangalhos*”, no qual constata a desintegração dos poderes da República, aí incluído o Executivo, ou seja, o governo dos militares. Entretanto, o editorial, que circulou no mesmo dia em que Costa e Silva decretaria o AI-5, reveste-se de menor atitude de coragem axiológica do que sugere a superfície do texto.

O jornal OESP não rompe com a ditadura militar, se discorda dela e se aponta erros de ‘Sua Excelência’ o presidente Costa e Silva, é porque a condução do governo do marechal não estava sendo capaz de abafar plenamente os movimentos sociais nem de manter passiva, coesa e obediente à base parlamentar, conforme o trecho:

A desordem passou a campear nos arraiais estudantis, ao mesmo tempo em que, ante o mal-estar geral, o clero revoltoso fazia sentir a sua presença até mesmo nas praças públicas. Dentro dos próprios limites do feudo, aparentemente submisso à vontade do Palácio da Alvorada, não se passava dia sem que se manifestassem sintomas da insurreição latente.

OESP não se insurge contra a ditadura, opõe-se apenas aos rumos que o golpe tomava à época. Revela o editorial que o veículo se sente traído porque Costa e Silva evoca a “vitória de 64” como “obra das Forças Armadas”, quando na verdade o triunfo se deveria “ao próprio esforço da coletividade” – coletividade em que também se inseriria os meios de comunicação em geral e *OESP* em específico.

A ilegitimidade tanto do Executivo quanto do Legislativo só passam a constituir preocupação do jornal, quando esses dois poderes já não conseguem fingir bem o papel de representantes da vontade popular. É o que diz a passagem:

Apesar de tudo, a passividade do Congresso Nacional, aliada à disciplina militar, poderia ainda fazer as vezes do apoio da opinião pública.

Mesmo se tratando de uma crítica periférica visto que não questiona a ditadura, senão o seu desempenho, esse órgão da imprensa passou a ter sua edição censurada, primeiro com os censores presentes no próprio ambiente da redação, depois com a circulação do conteúdo dependendo de liberação prévia. Em consequência, verificou-se um hiato de 1968 até 1974 durante o qual *OESP* deixou de publicar editorial, preenchendo o espaço que lhe era destinado com textos de outros gêneros, a exemplo de receita de bolo e poemas de Camões.

A alternativa tem sido cumprimentada como exemplo de resistência do jornal à ditadura, como se ele houvesse de fato se colocado ao lado das hostes que defendiam as liberdades democráticas, a participação da sociedade civil nos rumos no Brasil e o fim da legalizada arbitrariedade do Estado. Seria ingênuo pensar, entretanto, que a censura não perceberia a mensagem do veículo aos seus leitores, significando algo como: “Publicamos receitas de bolo e poemas no lugar dos editoriais porque estamos sob censura dos militares, mas não só não nos submetemos a eles como ainda zombamos deles”. O mais racional é entender o fato como um acordo – explícito ou tácito – entre *OESP* e o governo da ditadura civil-militar, acordo esse que, por um lado, pouparia o governo ao trabalho e ao desgaste de censurar editoriais e, por outro, garantiria ao jornal a subsistência na qualidade de empresa econômica que é (KUSHNIR, 1988).

Analisando as representações feitas por *OESP*, a partir do olhar do Sistema de Transitividade, identificamos que, dos itens lexicais por nós investigados, nesta Fase II de análise, apenas quatro deles ocorrem no editorial “*Instituições em frangalhos*”, quais sejam: “*Forças Armadas*” (02), “*Governo*” (02), “*Ditadura*” (01) e “*Democracia*” (01). Vejamos de que modo esses itens constroem sentidos.

- **Governo**

Na primeira ocorrência do item “*Governo*” no editorial “*Instituições em frangalhos*”, *OESP* parece estabelecer um diálogo com o marechal Costa e Silva, convergindo para o que afirma Abramo (1997, p. 116) sobre a quem se dirige o editorial: “O editorial é o meio mecânico de interlocução entre jornal e o poder” (ver Seção 3). Nessa possível interlocução, *OESP* identifica o que é governar uma nação estabelecendo um comparativo entre divisão e exército conforme evidenciado no exemplo (95) a seguir:

(95)

É que, com o correr do tempo e o contato com a realidade, vai s. exa. percebendo que **governar** uma nação com mais de 80 milhões de habitantes e que acaba de dar, com a vitória de 64 – que embora, s. exa. a considere como obra das Forças Armadas, se deve ao próprio esforço da coletividade – uma demonstração viva de fé democrática, é coisa muito diferente do comando de uma divisão ou de um exército.

Com essa caracterização – feita por um Processo Relacional Intensivo *ser* (é coisa muito diferente do comando de uma divisão ou de um exército) – o jornal, na verdade, cobra uma postura mais rígida do presidente no poder com relação aos protestos que tomam conta do país. Por essa razão – de cobrança de postura e endurecimento – o Portador – “*Governar*” é constituído por uma Metáfora Gramatical, a partir da uma nominalização do Processo – “*governar*”.

No segundo uso do item, *OESP* demarca os diferentes momentos do governo, apresentando-lhe o que estava a contento. Dessa forma, governo constitui um localizador de tempo – Circunstância de Localização (Tempo) – para, ao que parece, situar o marechal, como podemos verificar na passagem que segue:

(96)

No decorrer das primeiras etapas de seu **governo** tudo parecia sorrir-lhe, pois que, além de saber contar discricionariamente com a força dos regimentos, das brigadas e das divisões, dava ainda por certa a passividade da Câmara e do Senado, ambos constituídos pelos dois conglomerados que ele, como o seu antecessor, acreditava representarem a substância popular. Já nessa altura, para aqueles que através dos tempos afinaram aquela sensibilidade sem a qual ninguém é capaz de perceber os sinais precursores dos grandes terremotos, se mantinha s. exa. acima dos acontecimentos, na ilusória suposição de que tudo ia pelo melhor e que, se algumas vozes se levantavam em dissonância, não correspondiam ao sentir das camadas profundas da nacionalidade

Como podemos observar, em nenhum dos usos do item “Governo” é feito qualquer desafio à ditadura no sentido de enfrentamento, pois esse não era o propósito do jornal *OESP*.

- **Forças Armadas**

Também são dois o número de ocorrências para o item “*Forças Armadas*” no editorial em análise. *OESP*, assumindo a postura de quem se sente traído, chama a atenção para o fato de ter também contribuído para o golpe, classificado de “vitória de 64”, e, nessa configuração, aproveita para contestar a posição de Costa e Silva em relação à coletividade, mais precisamente à contribuição do próprio jornal. Para isso, *OESP* utiliza-se de uma Circunstância de Ângulo (Ponto de vista) – *como obra das Forças Armadas* –, em que apresenta a maneira pela qual Costa e Silva compreende o golpe, como se evidencia na passagem que segue:

(97)

É que, com o correr do tempo e o contato com a realidade, vai s. exa. percebendo que governar uma nação com mais de 80 milhões de habitantes e que acaba de dar, com a vitória de 64 – que embora, s. exa. a considere como obra das **Forças Armadas**, se deve ao próprio esforço da coletividade – uma demonstração viva de fé democrática, é coisa muito diferente do comando de uma divisão ou de um exército.

No segundo e último uso do item, *OESP* continua na enumeração e condenação da existência de protestos no Brasil e chama atenção para a conduta “ousada do MDB”, de acordo com o que podemos ver nessa passagem:

(98)

A ARENA aderiria à rebeldia geral com tamanha evidência que o próprio MDB sentiu que era chegado o momento da desforra. Resolveu então, com uma ousadia que a todos espantou, enfrentar a ditadura militar em que vivemos desde 1964, ferindo na sua susceptibilidade as **Forças Armadas**.

Nessa instanciação, “Forças Armadas” é o foco do MDB, uma vez que é instanciado como Meta do Processo Material ferir.

- **Ditadura**

OESP usa apenas uma vez, no editorial em análise, o item “*Ditadura*” e o faz não como forma de se opor ao regime de exceção imposto ao Brasil, inclusive com a participação deste veículo de imprensa, mas como alvo do MDB – Meta do Processo Material *enfrentar* –, que, segundo percepção do jornal, resolveu partir para a revanche:

(99)

A ARENA aderiu à rebeldia geral com tamanha evidência que o próprio MDB sentiu que era chegado o momento da desforra. Resolveu então, com uma ousadia que a todos espantou, enfrentar a **ditadura** militar em que vivemos desde 1964, ferindo na sua susceptibilidade as Forças Armadas.

Apesar de considerarmos que as escolhas linguísticas revelam crenças, atitudes e estão diretamente relacionadas à representação de mundo do usuário da língua, não consideramos que o item “*Ditadura*” esteja sendo usado pelo *OESP*, na passagem (99), com sua carga semântica condizente com os aspectos negativos que o constitui, mas como forma, talvez, de reproduzir a percepção do MDB na época.

- **Democracia**

Mote desde sempre para justificar o golpe, o item “*Democracia*” é trazido mais uma vez à tona com propósito de reafirmar tal feito, dessa vez, a partir da variação “*Democrática*”. No editorial em análise, *OESP* faz uso uma vez desse item com intuito de ‘lembrar’ a força dos 80 milhões de habitantes, mas, principalmente, enfatizar a sua atuação no golpe civil-militar de 1964, como podemos constatar:

(100)

É que, com o correr do tempo e o contato com a realidade, vai s. exa. percebendo que governar uma nação com mais de 80 milhões de habitantes e que acaba de dar, com a vitória de 64 – que embora, s. exa. a considere como obra das Forças Armadas, se deve ao próprio esforço da coletividade – uma demonstração viva de fé **democrática**, é coisa muito diferente do comando de uma divisão ou de um exército.

Com essa instanciamento, *OESP* demarca a ação com base no que parece acreditar ser a imagem de credibilidade para seus leitores. Por essa razão, põe “*Democrático*” como Participante Escopo-Processo, ou seja, a estrutura “uma demonstração viva de fé **democrática**” está centrada na própria ação, por isso não é atingida por ela.

Itens com baixa ou nenhuma ocorrência

Considerando que as escolhas linguísticas são feitas em função do dizer, a opção do *OESP* no editorial *Instituições em frangalhos* mostra o propósito desenhado pelo diário. Pois, o interesse considera tão somente os itens “Forças Armadas”, “Governo”, “Ditadura” e “Democracia”. Os demais itens não aparecem, em função dos propósitos considerados pelo jornal naquele momento, conforme vimos.

5.2.3.2 Alvíssaras da ditadura – o piedoso regime da Folha

A ditadura civil-militar de 1964 no Brasil se cercou de aparatos legais na prática da ilegalidade, como do banimento. Com o AI-13, promulgado em 05 de setembro de 1969, foi permitido ao Executivo banir do país, sem passaporte, os brasileiros considerados nocivos à segurança nacional. Os primeiros a tornarem-se apátridas foram os quinze presos políticos libertados em troca do embaixador americano Elbrick.(ROLLEMBERG, 1999).

E, para tornar legal todas as arbitrariedades, contou com a imprensa. Se não abertamente, mas a partir de posicionamentos favoráveis, deixando transparecer legalidade. É o que faz FSP no editorial “*Além do banimento*”, veiculado no dia 04 de janeiro de 1979 como a posição do jornal sobre o fim do banimento. Em tom de avanço e democracia, o jornal põe como manchete principal *Itamarati dá visto a todos: nacionalidade para banidos sai em 24 horas*. E, no editorial, anuncia como boa nova a “facilidade” de presos políticos banidos voltarem ao Brasil, considerando ser este um avanço digno de comemoração, que dá início à política de abertura divulgada por Geisel. FSP afirma não haver pena maior que ser impedido de voltar à sua pátria, além de tentar mostrar uma face democrática do governo ao dizer que o fim do banimento seria o reconhecimento de que o cidadão tem o direito de pensar diferente da ditadura.

FSP só não explicitou que o banimento apenas suspende as acusações que pesam sobre cada banido. Ao voltar ao Brasil, os exilados precisariam ser julgados pela ditadura com todo seu aparato de violência.

Na análise deste editorial, identificamos que, dos itens lexicais por nós investigados nesta Fase II de análise, apenas três deles ocorrem: “*Governo*” (07), “*Violência*” (03) e “*Democracia*” (02).

Veremos como FSP representou cada item explicitado no editorial em análise.

- **Governo**

O item “*Governo*” apresenta a maior ocorrência dentre os que foram analisados neste editorial, (07), como vimos, o que já sinaliza para o foco do jornal. Desde antes da deposição de João Goulart e consequente tomada de poder pelos militares, *FSP* assume uma postura única de apoio à ditadura, não se mostrando diferente neste momento, nem neste artigo *Além do banimento*, pois o jornal põe o governo ditatorial de Geisel como agente de transformação empenhado em promover a distensão e coibir a violência repressora do Estado, ou seja, o jornal colabora com a visão de que o governo não é responsável pela violência.

FSP, inicialmente, apresenta o governo a partir do empenho de combate à violência – “no seu decidido empenho de coibir a violência de parte dos aparelhos repressivos” – e para alcançar esse propósito discursivo, o jornal faz opção por uma Oração Relacional Possessiva por esta caracterizar de quem era o empenho do fim da violência, frisando, evidentemente, não ser das pressões populares, mas do governo, como evidenciado, por exemplo, na parte transcrita:

(101)

Mas se tudo pode recomeçar no melhor sentido, a obra tem que ser completa: seja para a sociedade brasileira, que tem de persistir pelo fim completo das leis de exceção, seja para o **Governo**, que deve continuar no seu decidido empenho de coibir a violência de parte dos aparelhos repressivos ainda montados e seja, enfim, para os próprios punidos por atos excepcionais, que devem retornar à Pátria necessariamente despidos de qualquer animosidade revanchista.

FSP auxilia o governo na veiculação da ideia de que este vive o propósito do fim da repressão, campanha que começa a ser disseminada a partir de 1976, período de registro de atividade terrorista de direita com, inclusive, explosões de bombas por todo o Brasil.

Em seguida, *FSP* localiza o propósito de alargamento democrático como também sendo do governo, a partir de uma Circunstância de Localização (Lugar), conforme o trecho:

(102)

A questão, em síntese, já se coloca no próprio ato do **Governo**: desde que os banidos possam retornar à Pátria, o mínimo que se supõe é que o façam para não sofrer os rancores da arbitrariedade, os caprichos ou os desmandos da repressão.

Quando *FSP* localiza a abertura no governo – no próprio ato do Governo – está evidenciando o protagonismo que este tem nesse propósito e, desta feita, passa a noção de que isso se dá numa relação pacífica, apesar de explicitar reconhecer a delicadeza da situação posta como problema, mas inerente ao processo de mudança como atesta no fragmento:

(103)

O problema é bastante delicado, deve-se reconhecer, mas diz respeito à abertura a que se propôs o **Governo**.

Para FSP é o governo o agente de transformação, por isso o põe como Ator de um Processo Material que tem como Participante Meta a abertura. Ou seja, afirma ser a abertura obra do governo e de ninguém mais.

Ainda nessa linha de ação, FSP mostra como age o governo no sentido de prescrever o banimento, tomado pelo jornal como maior pena – Meta –, evidente na passagem que vai abaixo transcrita:

(104)

É fundamental que o Planalto admita, a este propósito, que ao instituir o fim do banimento, consoante, aliás, a opinião do próprio presidente eleito de que lugar de brasileiro é no Brasil, a maior pena a que qualquer cidadão pode ser submetido é a proibição de voltar à Pátria e que, através deste ato, o **Governo** prescreve a maior pena.

É importante chamar atenção para o fato de o jornal frisar que o posicionamento de Geisel traz o apoio do general Figueiredo, próximo militar a ocupar a presidência. O que configura um projeto que se consolidará.

FSP, depois de mostrar as ações do governo, mostra-o também a partir das percepções que este tem do banimento e do posicionamento contrário à ditadura, como explicitado:

(105)

É aqui, no entanto, que muito está ainda por ser feito; pois se o **Governo** reconhece que a pena de banimento é injusta, deve coerentemente admitir também que o que considera como o maior crime já não o é, pelo simples fato de que nas democracias não é crime pensar o contrário, mas sim direito; e que quaisquer propostas distensionistas serão letra morta se juntamente com o fim do banimento não forem dados sinais de que o **Governo** não considera que pensar diferente não é, afinal, crime algum.

Geisel é posto como quem reconhece a injustiça da pena de banimento e como quem considera posicionamentos contrários à ditadura presidida por ele. Para construir essa imagem de homem consciente dos valores democráticos e preocupado com os valores humanos, FSP lança mão dos Processos Mentais – reconhece e não considera – pondo “Governo” como Experienciador de Orações Cognitivas, ou seja, remetem a ações pensadas por Geisel.

No último uso do item, FSP estabelece a responsabilidade do processo de abertura como sendo do governo e marca a confiança que o jornal tem dele quando o caracteriza como forte, conforme observado na mostra:

(106)

Cabe ao **Governo** completar o que começou. Ele se mostrou suficientemente forte para tomar uma atitude que todo o País aplaude; que o faça até o fim.

A partir de uma Metáfora gramatical, nominalizando a ação “completar”, *FSP* instancia “Governo” como Possuidor do papel de dar cabo ao que começou, ou seja, a distensão. Em seguida, o jornal, assumindo a posição de sujeito universal, se julga no papel de falar pelo país aplaudindo a atitude do governo e exigindo dele uma posição de finalização do que iniciou, a partir do registro de “... que o faça até o fim” como observado no exemplo 106.

- **Violência**

Uma das preocupações do governo ditatorial era a imagem negativa que o Brasil tinha no exterior, nas comissões de Direitos Humanos em função da política de tortura legitimada com a ditadura. O governo quer se mostrar combativo à violência e, para isso, o jornal *FSP* se encarrega dessa publicidade. Em função deste objetivo, o editorial em análise faz três usos do item “*Violência*”, todos eles com o intuito de mostrar para os leitores o fim da violência, mesmo que só de modo legal e publicitário. No primeiro uso, o item assume a função semântica de Circunstância de Causa, mais precisamente, de Finalidade, indicando, na perspectiva do jornal, uma reconciliação com o poder de cicatrizar as feridas da violência política, como mostra a passagem a seguir:

(107)

A facilidade para o retorno de cidadãos cassados atualmente no exterior – além da extinção expressa dos atos que baniram 126 brasileiros de sua Pátria – constituem a boa nova para que neste começo de ano o Brasil volte ao clima que precede a reconciliação de que necessita para cicatrizar tanto as chagas do arbítrio, como as feridas da **violência** política

FSP apresenta o visto de retorno ao Brasil dado aos banidos como um benefício do governo, sem apresentar uma contrapartida, ou seja, esses banidos estariam expostos aos desmandos da ditadura com a possível volta, uma vez que, ao regressar ao Brasil, precisariam responder aos atos tomados como crimes pela ditadura.

No segundo uso do item, *FSP* apresenta “Violência” como sendo o propósito de combate do governo, como podemos constatar na passagem que segue:

(108)

Mas se tudo pode recomeçar no melhor sentido, a obra tem que ser completa: seja para a sociedade brasileira, que tem de persistir pelo fim completo das leis de exceção, seja para o Governo, que deve continuar no seu decidido empenho de coibir a **violência** de parte dos aparelhos repressivos ainda montados e seja, enfim, para os próprios punidos por atos excepcionais, que devem retornar à Pátria necessariamente despidos de qualquer animosidade revanchista.

FSP instancia o governo como Ator que tem como Meta *coibir a violência de parte dos aparelhos repressivos*. Com essas escolhas, o jornal vai construindo uma representação positiva do governo ditatorial e aproveita o momento para delimitar o comportamento que cada banido deve ter na, prometida, volta ao Brasil pelos militares.

No último uso do item “*Violência*”, o jornal ameniza a posição do governo ditatorial, pondo violência como uma Circunstância de Modo (Meio), como podemos constatar no exemplo que segue:

(109)

No fundo, portanto, é exatamente aos homens de boa vontade que se dirigem as esperanças de uma Nação inconformada tanto com o arbítrio como pela **violência**; é ao bom-senso de parcelas ponderáveis da sociedade que se dirigem as expectativas. Mas, por isso também, é no exame dos casos concretos que se impõe o alargamento do espaço democrático já conquistado.

A exemplo do que fez em 1964 no editorial “*Em nome da lei*”, *FSP* divide o Brasil em dois tipos de homens: os de boa vontade – defensores da ditadura – e os contrários – opositores da ditadura –, e põe, numa relação de fé, o fim da violência. Infere-se que o jornal faça referência à ala dos militares dita moderada, que se diz favorável à abertura política no Brasil. Considerando esse aspecto, o Ator do Processo, metaforizado em um sentimento “*as esperanças de uma Nação inconformada*” tem como Meta “os homens de boa vontade”, ou seja, é a esses homens ditos “de boa vontade” por *FSP* a quem se quer atingir. Nessa relação, “*Violência*” constitui uma Circunstância de Acompanhamento (Adição) a que se deseja, nos moldes do jornal, aniquilar.

- **Democracia**

Durante todo o regime ditatorial, a defesa da democracia sempre foi usada para justificar as ações daqueles que, contraditoriamente, investiram contra ela. E na revogação da lei de banimento, essa “justificativa” não ficou de fora. Dois foram os usos feitos por *FSP*: o primeiro como quem se impõe, o que podemos constatar na passagem:

(110)

No fundo, portanto, é exatamente aos homens de boa vontade que se dirigem as esperanças de uma Nação inconformada tanto com o arbítrio como pela violência; é ao bom-senso de parcelas ponderáveis da sociedade que se dirigem as expectativas. Mas, por isso também, é no exame dos casos concretos que se impõe o alargamento do espaço **democrático** já conquistado.

Por meio de uma Metáfora gramatical, constituída da nominalização da ação de alargar, o jornal *FSP* põe democracia como um valor – democrático – que age – Ator – se impondo em Circunstâncias (Locativas de Lugar) “de casos concretos de arbítrio e de violência”.

No segundo e último uso do item, *FSP* localiza a democracia como lugar onde se é permitido discordar, conforme se pode verificar:

(111)

É aqui, no entanto, que muito está ainda por ser feito; pois se o Governo reconhece que a pena de banimento é injusta, deve coerentemente admitir também que o que considera como o maior crime já não o é, pelo simples fato de que nas **democracias** não é crime pensar o contrário, mas sim direito; e que quaisquer propostas distensionistas serão letra morta se juntamente com o fim do banimento não forem dados sinais de que o Governo não considera que pensar diferente não é, afinal, crime algum.

Dessa forma “Democracia” assume a função lexicogramatical de Circunstância Locativa (Lugar), localizando, dessa forma, onde é possível pensar de modo diferente.

Itens com baixa ou nenhuma ocorrência

Como foi possível observar, *FSP* traz para o espaço discursivo deste editorial apenas os itens: “Governo”, “Violência” e “Democracia”. Acreditamos que essa configuração seja representativa da concepção do jornal e faz parte do empenho deste diário em construir a percepção do governo ditatorial de Geisel como um governo aberto e preocupado com as liberdades e direitos humanos.

5.2.3.3 OG: O salto e o atleta

Ao longo dos vinte e um anos que perdurou a época ditatorial no Brasil, desde o golpe, em 1964 a posse de José Sarney em 1985, o país teve de amargar 17 Atos Institucionais. De todos eles, o AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, foi de longe o mais duro, pois dá início à parte mais cruel do período, instituindo abertamente a ditadura no Brasil, dando legalidade ao que era inconstitucional. Por meio do AI-5, foi possível proibir manifestações políticas, vetar o *habeas corpus* para os crimes considerados de segurança nacional, além de cassar mandatos, fechar o Congresso Nacional, confiscar bens, aposentar funcionário público, legislar por decretos, decretar estado de sítio sem restrição, dentre outras que medidas que ferem princípios elementares da dignidade humana.

Costa e Silva, que assumiu a presidência prometendo trazer o restabelecimento da plenitude democrática, enrijeceu ainda mais o mando militar com a promulgação do ato, pois, para ele, esta seria a única saída para manter a segurança interna e externa, além do desenvolvimento econômico e cultural do país, uma vez que a constituição não havia sido capaz.

Reafirmando essa concepção, OG publicou no dia 04 de janeiro de 1969 o editorial intitulado “*O salto e o atleta*”. A figura é óbvia. O salto corresponde ao Ato Institucional nº 5 e o atleta ao regime militar, personificado à época no marechal Costa e Silva. Assim, uma conduta que escamoteia de legalidade práticas deploráveis, a exemplo da cassação de políticos legitimamente eleitos pela expressão popular, surge representada por “salto” e o seu intrínseco valor positivo de avanço, de projeção. E, no mesmo campo semântico, um ditador, que torna concretas as ações arbitrárias do período ditatorial, aparece no papel de atleta, símbolo da plástica, da maleabilidade, do desporto, da competição saudável e em condições equitativas de disputa.

Nele, o jornal se posiciona favorável à posição de Costa e Silva, propondo ao leitor um aprofundamento da discussão, conforme o jornal, no propósito de justificar o ato como a única saída. Na verdade, OG cumpria o papel de legalizador das ações da ditadura e nessa acepção dá cobertura às inconstitucionalidades do governo.

Para o jornal, “O Brasil está diante de uma esquina histórica” e que “O 13 de Dezembro pode representar um passo de gigante – para frente – ou um funesto retrocesso”. Com essas afirmações, OG questiona se o governo é homogêneo o suficiente para sustentar a condução desse processo. Isso nos possibilita inferir uma sugestão de reestruturação governamental capaz de suportar a pressão estabelecida a partir de então.

Arvorando-se a porta-voz do povo, o texto implica o país como apoiador do ato, ao afirmar que “A reação – ou a não-reação – popular indica a presença da enorme receptividade potencial da opinião nacional a decisões grandes que realmente solucionem os magnos problemas do país”.

Por fim, assumindo a posição de especialista em política e economia, OG se protege ao dizer que “Não se pode afirmar ainda se terá sido um erro ou um acerto. Isso depende do uso que dele fizerem”.

Parece clara a posição de apoio assumida pelo jornal OG à promulgação do AI-55 e, conseqüentemente, à ditadura. Vamos observar como esse apoio se traduz do ponto de vista das escolhas lexicogramaticais feitas por esse veículo da imprensa para representar tais concepções.

Dos itens analisados nesta Fase da investigação, apenas dois foram usados: “Governo” (04) e “Revolução” (01). Acreditamos que esse quantitativo esteja diretamente relacionado com o propósito do editorial: marcar a posição do governo no que tange à manutenção da ditadura, Revolução para os militares e OG.

- **Governo**

Ao longo do editorial, OG se mostra pensando o país – “*Cremos*”, “*Pergunta-se*” – e nessa configuração põe governo em diferentes papéis a partir de como o jornal enxerga a posição daquele. No primeiro uso do item, OG revela o que considera ser importante o leitor conhecer sobre o teor do que o Marechal Costa e Silva explicitou em sua mensagem do Ano Novo, conforme observamos no exemplo a seguir:

(112)

Cremos que estas citações resumem o essencial da explicação do **Governo** para o até certo ponto inesperado tufão político do fim de 1968.

Nesse caso, *OG* apresenta um recorte da fala do marechal e registra a passagem: “*Sacrificamos transitoriamente o secundário em defesa do que é fundamental*” disse o Presidente, acrescentando porém que “*nem tudo se vence pela força*” e o encapsula na estrutura “estas citações”, que projeta o que o jornal considera ser a explicação essencial do governo e que seus leitores devem saber. Assim, OG utiliza o item “Governo” como um Escopo direcionando como deve ser a linha de raciocínio.

Como forma de questionar se todos que compõem o governo teriam pulso para assegurar as atrocidades do AI-5, OG evidencia deslizos de grupos do governo, hesitantes em

seguir cegamente a cartilha da ditadura. E o faz o com propósito de chamar a atenção para a necessidade de maior controle das ações como constatado no excerto:

(113)

Diante de questões básicas registraram-se vacilações da liderança **governamental** – não apenas de lideranças situacionistas no Congresso.

Para isso, *OG* dá como públicas as “vacilações da liderança **governamental**” – Ator – e instancia esse Participante Ator, construído por meio de uma Metáfora gramatical, a partir da ação de vacilar. Isso possibilita o apagamento do agente e, por meio do Processo Material Intransitivo – *registram-se* -, põe a ação como de conhecimento de todos. Em outras palavras, o jornal afirma ser necessário rever alguns quadros do governo porque alguns setores não manifestam adesão incondicional aos propósitos da ditadura e vacilam. Toda essa instanciação é intensificada com a Circunstância “Diante de questões básicas”, localizando em que momento esses vacilos acontecem.

O editorial segue com esse questionamento em torno da unanimidade do governo em relação ao posicionamento assumido com a implementação do AI-5 conforme mostra o exemplo:

(114)

Tudo depende da condução do processo. Pergunta-se: estaria TODO o **Governo** em condições de carregar tanta responsabilidade sobre os ombros? Ou haveria áreas frágeis incapazes de ajudar a levar o fardo? Se alguns não puderam carregar 100 quilos, poderão agora aguentar a massa de 100 toneladas que o Ato lhes pôs às costas?

Dessa vez, *OG* questiona se o governo suportaria o peso da decisão. Para isso, faz um apagamento do agente do Processo, indeterminando-o e pondo-o como sabido, como dado, dessa forma, torna-se possível construir o que é dito a partir do modo em que o governo se encontra para desenvolver “tal feito” – Circunstância de Modo (Qualidade).

No último uso do item, *OG* estabelece o modo em que o governo se encontra, conforme exemplo:

(115)

O **Governo** está condenado a não errar. Perdeu esse direito. Um erro agora será como a pena de morte sem o benefício do indulto. O Ato 5 foi a última instância. A trincheira derradeira. Não se pode afirmar ainda se terá sido um erro ou um acerto.

Como podemos constatar, das escolhas feitas pelo *OG*, esta é a única em que governo constitui termo organizador da mensagem. Nesse caso, o item “*Governo*” mostra o estado em

que está o governo, conforme o jornal. Por essa razão, OG constrói o item *Governo* como Portador do Atributo “Condensado a não errar” por meio do Processo Relacional Intensivo prototípico – *estar*.

- **Revolução**

Passado o golpe, chamado de movimento por OG, agora a escolha é feita por Revolução, termo usado pelas Forças Armadas para indicar mudança de regime – inicialmente o golpe e agora a ditadura. Esse item aparece pela primeira vez no *corpus* e uma vez, conforme se pode constatar na passagem a seguir:

(116)

Mas nos parece imprescindível aprofundar a análise. Exemplo: quando se fala de falência do poder político, será justo confiná-la ao Congresso? É óbvio que Senado e Câmara fracassaram. Continuaram com o velho joguinho, com a tática de “tolerar” a **Revolução**, olhos fitos numa “normalização” que representaria – como sempre aqui registramos – o retorno ao caos pré-revolucionário (caos aquele rendoso para tantos políticos).

Nessa opção o item “*Revolução*” constrói a forma como o Senado e a Câmara tratam a ditadura. Por essa razão constitui na representação oracional uma Circunstância de Modo (Qualidade). Essa é uma forma de OG em diálogo com o Estado (ABRAMO, 1997) estabelecer sua posição em relação ao Congresso, que teria dias antes se negado a votar a licença para processar Márcio Moreira Alves.

Itens com baixa ou nenhuma ocorrência

Neste editorial, *OG* não faz menção alguma a 09 dos itens por nós analisados, deixando de fora: “Golpe”, “Democracia”, “Forças Armadas”, “João Goulart”, “Movimento”, “Violência”, “Ditadura”, “Anistia” e “Terrorismo”. Tal configuração se justifica pelo direcionamento que o jornal estabelece nesse editorial. Considerando que o propósito está centrado no direcionamento que o governo ditatorial dará à ditadura. Dessa maneira, não cabe discussão sobre democracia ou até anistia, considerando o período, muito menos terrorismo.

Na próxima Seção será feita a análise da Fase III (Redemocratização) e da Fase IV (cinquentenário do golpe) nos mesmos moldes da realizada nesta.

6 A REDEMOCRATIZAÇÃO E O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 1964

Esta Seção apresenta a análise correspondente à Fase III (Período de Abertura) e a Fase IV (Cinquentenário do golpe) de nosso *corpus*. Nela utilizamos a mesma configuração estrutural da Seção 5, ou seja:

- 1) Breve apresentação do panorama histórico da Fase selecionada para análise;
- 2) A análise do Sistema de Transitividade com propósito de evidenciar como as Orações representam o golpe civil-militar de 1964. Nesta fase identificamos as implicações representacionais das escolhas dos constituintes oracionais que analisamos a partir dos Participantes, dos Processos e das Circunstâncias envolvidos nas orações.

6.1 FASE III – DA REVOGAÇÃO DO AI-5 (1978) AO FINAL DA DITADURA (1985)

6.1.1 Um plano de autoproteção à guisa de abertura política

Quando a ditadura militar, no governo Figueiredo (1979-1985), intensificou os movimentos do que Geisel rotulara de “distensão gradual, lenta e segura”, o AI-5 havia sido revogado e o Brasil já estava bem longe do que hoje se poderia chamar a ‘bolha’ do milagre econômico.

Crescente, a inflação atingiu no final do mandato – em fevereiro de 1985 – do último dos governos militares incríveis 225,9% (o governante herdara de Geisel uma taxa 46,1% ao ano). O Produto Interno Bruto (PIB) encolhia. Ao final dos cinco anos, registrou uma taxa de crescimento médio anual de 2,5%. A dívida externa, um dos pretextos para derrubada de João Goulart, atingia os U\$ 105 em 1985, um aumento de 42 vezes em relação à época do presidente deposto, que registrava, em 1964, U\$ 2,5 bilhões. Além disso, crescia o déficit público, diminuía a renda e se multiplicava o desemprego.

Portanto, apresentava-se um panorama muito diferente daquele do milagre de Médici, de 1969 a 1973, período em que o PIB aumentou seguida e espetacularmente de 9,5% no primeiro ano da série para atingir 14% no último.

Com a grave crise econômica, grande parcela da classe média deixou de devotar oportunista simpatia ao regime militar, que já não podia alardear o discurso desenvolvimentista, mesmo que a custo da supressão de direitos humanos básicos. Assim

creceu a insatisfação e avultou-se a pressão pelo fim do regime antidemocrático, com o ressurgimento das greves de trabalhadores.

Este cenário impeliu os militares para, a conta gotas, de modo a assegurar legalmente a impunidade daqueles que romperam a ordem institucional e atentaram contra a democracia e as liberdades humanas, os torturadores incluídos, devolver o país arruinado aos civis. E o manto da proteção veio sob forma da Lei 6.683/79, a chamada Lei da Anistia. Com a atitude ainda pretendiam lograr o mérito de haverem redemocratizado a nação, manifestado a grandeza do perdão, com a volta dos políticos a quem cassaram, restabelecido as eleições diretas, apesar de o povo só votar novamente para presidente em 1989, quatro anos depois do fim da ditadura.

Num jogo duplo, durante o período, a imprensa não se afastava do apoio ao governo militar, mas procurava se aproximar dos novos anseios de liberdade manifestados por importantes setores da sociedade.

6.1.2 Representação do golpe no Sistema de Transitividade – Fase III

Nesta Fase III, a distribuição geral dos dados de análise aponta Governo, Revolução, Democracia e Movimento como os itens mais recorrentes. Tal configuração aponta para uma demonstração positiva do governo ditatorial como autoridade preocupada com a manutenção da democracia. O Quadro 14 permite visualizar melhor esses dados:

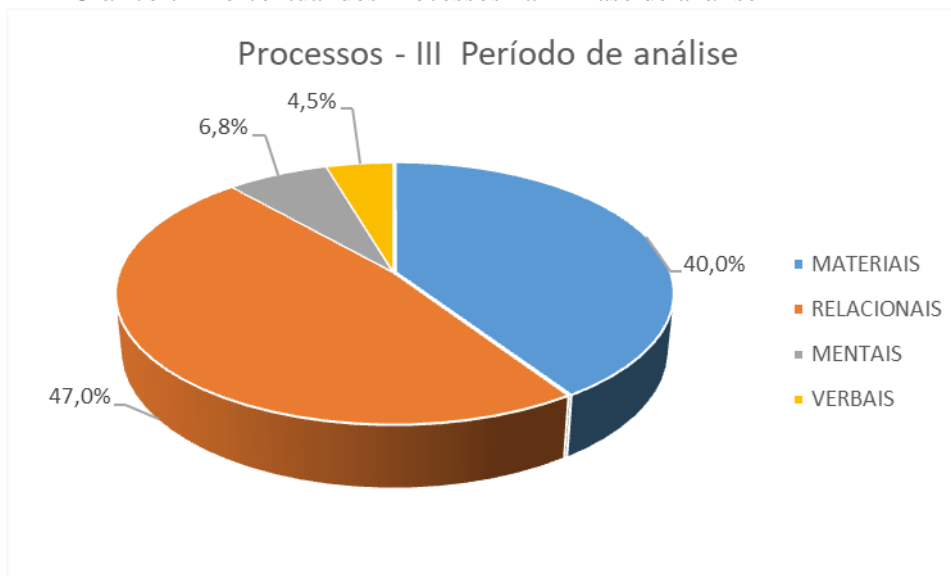
Quadro 14 - Registro das ocorrências dos itens lexicais por Jornal/editorial na Fase III de análise

Itens lexicais	Jornais/ Títulos dos editoriais			Total dos itens lexicais na Fase III
	ESP A Revolução e a política	FSP Vinte anos depois	OG O julgamento da Revolução	
Governo	06	09	04	19
Revolução	05	03	06	13
Movimento	04	03	01	08
Democracia	0	06	02	08
Movimento	04	03	01	08
João Goulart	01	01	02	04
Anistia	01	01	02	04
Forças armadas	01	01	01	03
Violência	0	0	01	02
Ditadura	01	0	0	01
Golpe	0	0	01	01
Terrorismo	0	0	01	01

Fonte: Autor

Esses itens estão, na estrutura oracional, ligados em predominância aos Processos Relacionais com 47% e aos Processos Materiais, com 40%. Dois outros Processos estruturam as Orações analisadas nos editoriais que compõem nosso *corpus*: os Mentais e os Verbais, respectivamente com 6,8% e 4,5%, como visualizado no Gráfico a seguir:

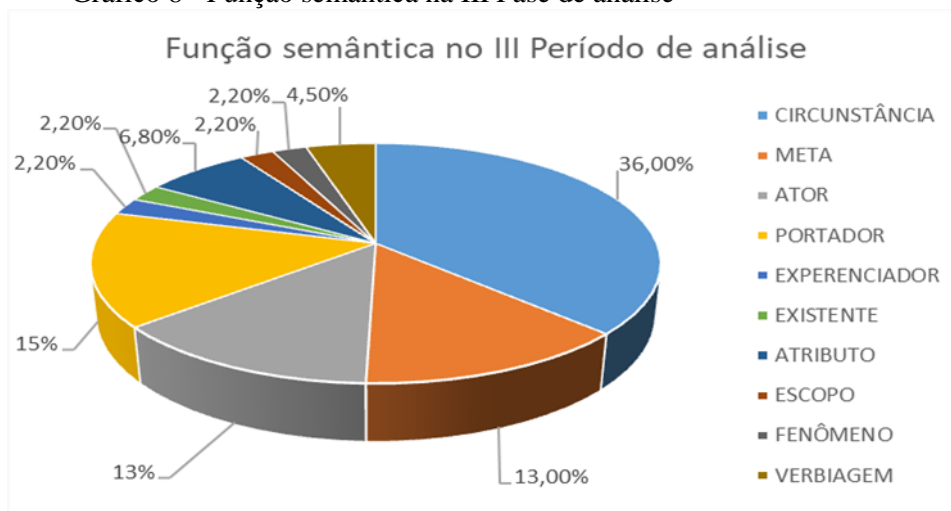
Gráfico 7 - Percentual dos Processos na III Fase de análise



Fonte: Autor

Quanto à função semântica dos itens lexicais analisados, identificamos Circunstância com a maior incidência nessa Fase de análise, com 36%, seguido de Portador, com 15%, Ator e Meta com 13% cada um, Atributo com 6,8%, Verbiagem com 4,5% e Existente, Escopo e Fenômeno com 2,2% cada um, conforme Gráfico a seguir:

Gráfico 8 - Função semântica na III Fase de análise



Fonte: Autor

Na próxima Subseção (6.1.3.1) analisaremos mais detalhadamente os dados da III fase de análise eu compreende o período de redemocratização no Brasil.

6.1.3 Análise por jornal

6.1.3.1 - OESP – Distorção das lentes para enxergar sonho

No aniversário de vinte anos da ditadura militar no Brasil, o jornal *OESP* veicula o editorial *A Revolução e a política*, em 31 de março de 1984, no qual faz uma análise do que foi o golpe e a ditadura no Brasil até aquele instante. Para o jornal, o golpe foi um sonho capaz de fazer justiça social no Brasil, mas que durou muito pouco, só até a promulgação do AI-2, responsável por uma experiência difícil, pondo fim aos partidos políticos até estabelecer o AI-5. Revelador da representação linguística que o periódico privilegia é a expressão da fugacidade dos “ideais da revolução” por meio de similitude com a brevidade de uma rosa. Para isso, o texto evoca os versos fatalistas de Ronsard, sintetizados na ideia de que a rosa cumpriu sua provisória existência de rosa. Analogia que, muito além de metaforizar o caráter transitório das “boas intenções” do golpe, apresenta-o como um ato que tem a natureza angelical das rosas.

No entanto, o jornal não põe a experiência vivida nesses vinte anos como sendo de todo negativa, pois, para OESP, houve, nesse período, crescimento econômico, apesar dos avanços sociais não se estruturarem da mesma forma. Assumindo uma posição de conhecedor de várias referências literárias que, *lato sensu*, instruem a experiência humana, OESP ilustra o editorial com três passagens reconhecidas universalmente: além do já mencionado poema “As rosas”, de Ronsard, para indicar o quanto passageiro foi o sonho do regime ditatorial – “a revolução sonhada de 1961 a 1964 só durou o que duram as rosas porque os interesses pessoais falaram mais alto do que os destinos nacionais, superiormente analisados e definidos” –; em seguida, o mito da estátua de Glauco, para indicar o desconhecimento das propostas da ditadura – “tão logo feneceu a rosa do entusiasmo popular e se perdeu a concepção asséptica do poder, os costumes políticos degeneraram a tal ponto que se poderia dizer que o movimento de 31 de março de 1964, que se comemora hoje, é como a estátua de Glauco de tal modo deformada pelo tempo que não se reconhece na figura monstruosa a face em que outrora transparecia a virtude”; por fim, a “O fanfarrão”, de Esopo, como para duvidar das condições de se “Vinte anos depois, pode-se dizer que a Nação torna a ser acutilada,

embora sob forma diferente, pelo célebre repto da fábula: “*Hic Rhodus, hic salta*”, “Aqui é Rodes, aqui deves saltar!””.

Como se percebe, as construções feitas por OESP assumem a posição de defesa da ditadura evidenciada em escolhas por ações no plano da violência, da força como “arrancar”, instanciadas em Orações como: “Foi a Nação, fiel aos ideais traídos de 31 de março de 1964, que arrancou do Executivo a revogação do Ato Institucional nº 5”, “Foi a Nação que arrancou do Executivo a anistia, a qual permitiu a reintegração de todos na comunidade civil e política sem traumas de monta”, “foi a Nação que quis e obteve a eleição direta para governadores; é a Nação que está a exigir as eleições diretas, quando não a Assembléia Nacional Constituinte para pôr termo ao período excepcional que se iniciou vinte anos atrás”.

No que tange às representações feitas por OESP, a partir do Sistema de Transitividade, identificamos que, dos itens lexicais por nós analisados, “*Governo*” (06) tem a maior ocorrência, seguido por “*Revolução*” (05) e “*Movimento*” (04), já “*Ditadura*”, “*Forças Armadas*”, “*João Goulart*” e “*Anistia*” contam com apenas uma (01) ocorrência cada um. Os demais itens investigados por nós – “*Golpe*”, “*Democracia*”, “*Comunismo*”, “*Movimento*”, “*Tortura*”, “*Violência*” e “*Terrorismo*” – não apresentaram ocorrência alguma.

- **Governo**

Neste editorial, especificamente, por haver uma defesa da ditadura, apesar de alguns aspectos negativos que apresentou, o item “Governo” é utilizado para caracterizar os diferentes momentos por que passou a ditadura a partir dos que comandavam, ou indicar o modo em que estes se encontravam em relação ao comando do país durante os vinte ou vinte e cinco anos apontados.

A caracterização pode ser visualizada em estrutura como a que apresentamos em destaque a seguir:

(117)

<p>Pelo calor humano que cercou a vitória e o rigor asséptico característico do governo Castelo Branco – ambos fugazes – poderia dizer-se que o movimento civil-militar de 31 de março foi a revolução cujos ideais tiveram o mesmo destino da rosa descrito no magistral verso de Ronsard: <i>et rose, elle a vécu ce que vivent les roses</i>.</p>

OESP desenvolve um olhar de respeito e admiração pelo regime ditatorial e faz isso demarcando o momento a partir de “Governo” Castelo Branco como Participante Escopo evidenciando “a vitória e o rigor asséptico” que o caracterizou.

Nessa perspectiva de caracterização, *OESP* tem o cuidado de deixar claro que a relação estabelecida entre a ditadura e as rosas de Ronsard não dizem respeito ao marechal Castelo Branco como se vê no caso (118):

(118)

Queremos esclarecer os sentidos de nossas palavras: não dizem respeito ao **governo** do marechal Humberto de Alencar Castello Branco em seu todo; prendemo-nos em especial ao cuidado que votou à coisa pública, ao juízo dos pósteros quanto às suas decisões enquanto chefe de Estado, despojando-as de feição pessoal.

OESP faz essa separação entre a ditadura sonhada e a realidade por meio de Circunstância de Contingência (Concessão) – não dizem respeito ao **governo** do marechal Humberto de Alencar Castello Branco em seu todo – dessa forma, protege o marechal Castello Branco, aliás, o põe como dono de características positivas como evidenciado no exemplo a seguir:

(119)

Foi esse zelo, próprio dos antigos romanos, que deu a marca asséptica e ascética de seu **governo**

Em contrapartida, *OESP* traz o item “Governo” para localizar um momento oposto de descontrole, exemplificado no trecho:

(120)

Analisando o estado de coisas de 20 anos atrás e levando em conta a crise agravada desde 1961 com a renúncia do sr. Jânio Quadros ao mandato popular e imperativo que as urnas lhe haviam conferido, seguida da progressiva perda de controle da situação social e política, durante o **governo** do sr. João Goulart, não é lugar-comum dizer que os que participaram entusiasmados do dia seguinte e viveram como seus os dias de ascetismo revolucionário do presidente Castello Branco voltariam a jogar o tudo pelo todo.

Assim, “Governo” demarca quando se deu a falta de controle – durante o governo do sr. João Goulart – demarcado pela Circunstância de Localização (Tempo) .

O jornal afirma estar a sociedade em um dilema por não contar mais com as autoridades representativas de há vinte e cinco anos e ser necessário a escolha de um sucessor para o general Figueiredo como evidencia o caso a seguir:

(121)

Por tudo isso, diante do impasse em que se encontra a oligarquia para fazer o sucessor do general João Batista de Oliveira Figueiredo, a responsabilidade da Nação aumenta. Pois só ela, e ninguém mais do que ela, poderá conduzir a nau do Estado a porto seguro. Não está, hoje, praticamente desguarnecido o castelo de proa e à deriva o **governo**?

Ao mostrar esse quadro, OESP parece induzir a ideia de ser melhor deixar essa responsabilidade por conta da ditadura, permitindo, sem lutas por eleições diretas para presidente, que o general conduza as escolhas usando por justificativa o modo como está o governo – à deriva – a partir de uma Circunstância de Modo (Qualidade).

Em sequência a essa relação entre a sociedade civil e a militar, OESP põe nas mãos da Nação a responsabilidade de uma série de mudanças como a revogação do AI-5, a Anistia, como observamos no excerto:

(122)

Foi a Nação, fiel aos ideais traídos de 31 de Março de 1964, que arrancou do Executivo a revogação do Ato Institucional nº 5; foi a Nação que arrancou do Executivo a anistia, a qual permitiu a reintegração de todos na comunidade civil e política sem traumas de monta; foi a Nação que quis e obteve a eleição direta para **governadores**; é a nação que está a exigir as eleições diretas, quando não a Assembleia Nacional Constituinte para pôr termo ao período excepcional que se iniciou vinte anos atrás.

Depois da enumeração dessas ações, *OESP* mostra o que pensa sobre a eleição direta para governadores e a põe – a partir de um Processo Mental “querer” – como um desejo da Nação – Fenômeno, o que parece uma advertência para a variável de o resultado não vir a ser satisfatório.

- **Revolução**

Para os militares no poder – ascensão conspirada desde 1961 e atingida em 1964 – a tomada do governo era considerado e tratada como uma revolução por afirmarem ter havido uma radical mudança de regime tanto de ordem política quanto social. No editorial em análise, OESP faz cinco usos para o item representado primordialmente como sonho, conforme apresentado nos casos a seguir.

Já a partir do título, OESP sinaliza, com uso do item, para a relação de diferentes campos existentes entre a ditadura e a política – *A Revolução e a política*. No decorrer do artigo, o jornal define o golpe, por meio de uma oração Identificativa, chamando-o de “o

movimento civil-militar de 31 de março”, como “a Revolução”, a mesma definição atribuída pelos militares como evidencia a passagem:

(123)

Pelo calor humano que cercou a vitória e o rigor asséptico característico do governo Castelo Branco – ambos fugazes – poderia dizer-se que o movimento civil-militar de 31 de março foi a **revolução** cujos ideais tiveram o mesmo destino da rosa descrito no magistral verso de Ronsard: *et rose, elle a vécu ce que vivent les roses*

Quando o jornal opta por essa forma, necessariamente está respaldando a posição da ditadura, mesmo que em algumas situações queira deixar transparecer o oposto.

Depois de evidenciar aspectos positivos do item, OESP passa a mostrar os aspectos não desejados, trazidos pela revolução – Ator. Nesse caso, o item é instanciado por uma estrutura passiva estabelecendo a ideia, para o leitor, de uma situação sem possibilidade de escolha. Isso como os desmandos apresentado no excerto na sequência:

(124)

Só por isso, porém, porque pelo demais, considerando-se a sucessão de desmandos e frustrações trazidos pela **revolução**, seguramente não se moveria de novo – a menos que a amarga experiência que começou com a edição do Ato Institucional nº 2, que trouxe a extinção dos partidos políticos e culminou na desesperança do AI-5, os tivesse tornado conscientes da necessidade de fazer das aspirações liberais aquilo que uma vez chamamos de liberalismo militante, agressivamente militante, acrescentaríamos hoje.

OESP leciona como deve ser dita a revolução para os jovens que não a conheceram, isso construído por meio de um Relato – é que a revolução se frustrou. Nesse caso, o item “Revolução” passa a ser Meta do Processo Material dizer e a partir dessa estanciação o jornal estabelece como deve ser ensinado sobre a “Revolução”, evidente na passagem a seguir:

(125)

O que se deve dizer, até mesmo para conhecimento das gerações que não o sabem – porque não se lhes ensinou e portanto não aprenderam – é que a **revolução** se frustrou exatamente depois de haver conseguido construir as bases que, bem aproveitadas, teriam permitido que o Brasil talvez não fosse a oitava economia do mundo, mas fosse uma nação e um Estado – sobretudo este – respeitados no contexto internacional.

Na última utilização do item, *OESP* define em termos de tempo – por meio de uma Oração Identificativa – o que durou o golpe, segundo ilustra o exemplo:

(126)

a **revolução** sonhada de 1961 a 1964 só durou o que duram as rosas porque os interesses pessoais falaram mais alto do que os destinos nacionais, superiormente analisados e definidos.

Esse tempo é esclarecido pela Circunstância de Causa (Razão), ou seja, os interesses pessoais estabeleceram outro rumo para a ditadura, conforme *OESP*. Mas, há uma intertextualidade contestatória aí, pois a contradição se estabelece nessa insistente marcação de brevidade, uma vez que ao comparar a fugacidade do tempo de vida da rosa, também é necessário se considerar que seu ciclo de existência é completo, ou seja, em relação ao golpe, para *OESP* significa dizer também que o ciclo foi completo?

- **Movimento**

OESP não faz distinção entre os itens “*Movimento*” e “*Revolução*”, para o jornal é apenas uma flutuação sem distinção de sentido, pois no primeiro uso de “*Movimento*” há uma equiparação de sentido quando o jornal trata *Revolução* como Atributo, conforme a passagem:

(127)

Pelo calor humano que cercou a vitória e o rigor asséptico característico do governo Castelo Branco – ambos fugazes – poderia dizer-se que o **movimento** civil-militar de 31 de março foi a revolução cujos ideais tiveram o mesmo destino da rosa descrito no magistral verso de Ronsard: et rose, elle a vécu ce que vivent les roses.

Depois de atribuir a “*Movimento*” o valor de “*Revolução*”, *OESP* o põe como Ator de ações que fariam com que o Brasil reencontrasse a perspectiva do Estado de Direito, a partir dos Processos Materiais fazer e reencontrar, como atesta o exemplo a seguir:

(128)

Foi esse zelo, próprio dos antigos romanos, que deu a marca asséptica e ascética de seu governo. Essa marca, associada ao entusiasmo do dia seguinte ao da arrancada de Minas Gerais, teve a mesma sorte da rosa; sua lembrança é o que resta do que se supôs ser o **movimento** que faria o Brasil reencontrar a estrada larga do Estado de Direito, ampliada pelas conquistas sociais que deveriam ser incorporadas ao direito dos mais humildes.

Por fim, nos dois últimos usos do item “*Movimento*”, *OESP* faz uma defesa da ditadura, no primeiro caso afirmando, por meio de uma Circunstância de Modo (Qualidade), que o golpe não foi em vão.

(129)

Vinte anos depois, não se dirá que o País não progrediu e que o **movimento** de março de 1964 foi totalmente em vão.

E intensifica tal afirmativa registrando-a textualmente, mesmo tendo a necessidade de verbalizar a mudança de feição sofrida ao longo dos vinte anos como podemos verificar no caso (130) a seguir:

(130)

Progrediu-se – e simultaneamente, para desgraça de todos, tão logo feneceu a rosa do entusiasmo popular e se perdeu a concepção asséptica do poder, os costumes políticos degeneraram a tal ponto que se poderia dizer que o **movimento** de 31 de março de 1964, que se comemora hoje, é como a estátua de Glauco de tal modo deformada pelo tempo que não se reconhece na figura monstruosa a face em que outrora transparecia a virtude.

Apesar de afirmar – a partir da Verbiagem “o **movimento** de 31 de março de 1964, que se comemora hoje, é como a estátua de Glauco de tal modo deformada pelo tempo que não se reconhece na figura monstruosa a face em que outrora transparecia a virtude” – o que acredita ser o golpe, se considerarmos o todo do editorial, esse dito não se concretiza.

- **João Goulart**

Como já explicitado na análise do item “*Governo*”, João Goulart é trazido por OESP com intuito de demarcar no tempo um momento de descontrole social, político e econômico no Brasil, por essa razão assume a função lexicogramatical de Circunstância de Localização de Tempo, consoante o excerto:

(131)

Analisando o estado de coisas de 20 anos atrás e levando em conta a crise agravada desde 1961 com a renúncia do sr. Jânio Quadros ao mandato popular e imperativo que as urnas lhe haviam conferido, seguida da progressiva perda de controle da situação social e política, durante o governo do sr. **João Goulart**, não é lugar-comum dizer que os que participaram entusiasmados do dia seguinte e viveram como seus os dias de ascetismo revolucionário do presidente Castello Branco voltariam a jogar o tudo pelo todo

- **Forças Armadas**

Passados vinte anos do golpe e com uma ditadura vigente, a representação que OESP faz nesse momento das Forças Armadas não é mais de Ator agente de uma ação. Distanciado o momento da deposição de João Goulart, o item “Forças Armadas” passa a figurar como

Circunstância de Localização (Lugar), como um local onde energia e idealismo eram depositados, conforme se pode verificar no exemplo a seguir:

(132)

Quase um quarto de século decorrido, muitos dos oficiais que constituíram a fonte inesgotável de energia e idealismo nas **Forças Armadas** estão na reserva, espectadores passivos de um processo por cuja deflagração se sentem responsáveis, mas de cujo desenrolar foram afastados.

- **Anistia**

A Anistia no Brasil não teve os moldes que deveria ou que se buscou, tratou-se de uma decretação do general Figueiredo com propósito de salvaguardar os torturadores e impedir que não fossem responsabilizados pelos crimes cometidos. Mesmo com essa realidade, OESP põe “*Anistia*” como Meta conseguida à força pela Nação, como verificado no exemplo:

(133)

Foi a Nação, fiel aos ideais traídos de 31 de Março de 1964, que arrancou do Executivo a revogação do Ato Institucional nº 5; foi a Nação que arrancou do Executivo a **anistia**, a qual permitiu a reintegração de todos na comunidade civil e política sem traumas de monta; foi a Nação que quis e obteve a eleição direta para governadores; é a nação que está a exigir as eleições diretas, quando não a Assembleia Nacional Constituinte para pôr termo ao período excepcional que se iniciou vinte anos atrás.

OESP poderia fazer escolha por qualquer outro item do eixo, no entanto marcou seu posicionamento a partir do Processo Material “arrancar”, que caracteriza, nesse cenário, adesão à ditadura, mesmo por vezes, ao que parece, tentar deixar transparecer uma posição contrária.

Itens com baixa ou nenhuma ocorrência

Os itens investigados por nós – “*Golpe*”, “*Democracia*”, “*Comunismo*”, “*Movimento*”, “*Tortura*”, “*Violência*” e “*Terrorismo*” – não apresentaram ocorrência alguma neste editorial. Acreditamos, como já afirmado várias vezes por nós, que isso se justifica pelo propósito do jornal de evidenciar os aspectos que favoreçam a construção da ditadura a partir da lente que lhe favorece, como vimos com os itens de maior incidência.

6.1.3.2 FSP: inventário de resultados

A exemplo do que fizeram outros veículos da imprensa, FSP marca os vinte anos de ditadura no Brasil com um editorial. “*Vinte anos depois*”, publicado em 31 de março de 1984, tem o propósito de “fazer um inventário dos resultados’ da ditadura. E, de certo modo, faz o que propõe. Inicia distanciando-se da participação no golpe de 1964, tanto como apoio quanto como conspirador, creditando “a ruptura das instituições em vigor” às exigências de alguns setores da sociedade e traz João Goulart como incapaz de conter as pressões políticas e sociais daquele momento. A partir disso, FSP põe o golpe como a única forma de salvaguardar a democracia, transformando-se em seguida numa ditadura.

Dados estatísticos são apresentados para indicar avanços, mas principalmente, retrocessos da administração militar, tanto do ponto de vista político e econômico quanto social, fazendo *FSP* questionar o significado da designação de “Revolução” usada pela ditadura. Numa interlocução com o Estado, posicionando-se como autoridade socialmente constituída, *FSP* diz o que deve o general Figueiredo fazer: encerrar o “sistema político implantado em 1964”, de modo “definitivo, desobstruindo o caminho para a efetiva democratização do País”.

No entanto, ao se referir ao general Geisel e, em seguida, ao general Figueiredo, ainda no poder, *FSP* se posiciona de outra forma. Faz concessões apresentando-os de modo a caracterizá-los no papel de democratas, ao afirmar, por exemplo, que Geisel deu início ao processo de abertura e deixou para trás a “violação da integridade física dos adversários do regime”, com isso ocultando o que foi o governo Geisel, quando oficialmente houve a revogação do AI-5, da Lei de Segurança Nacional, mas que “silenciosamente” ainda estava em vigor; ou ao se referir a Figueiredo, afirmando ter este acatado as reivindicações da sociedade concedendo a anistia, contribuindo para a pacificação política.

O jornal conclui o editorial afirmando que a superação definitiva das regras autoritárias possibilitará caminhos para uma “democracia moderna e sólida”. Mas, preocupa-se em dizer que a questão é “essencialmente política” e parece ter a preocupação de ajustar seu discurso em função das movimentações em prol das eleições diretas, afirmando haver “a adesão em massa dos mais variados setores da sociedade à ideia da eleição presidencial direta imediata”.

Uma passagem do editorial pode lançar luz sobre as razões de o jornal querer, de certa forma, livrar-se do entulho da ditadura que ajudou, desde a primeira hora, a construir.

Compelido por todas essas circunstâncias, o Governo reduziu o ritmo ou mesmo paralisou alguns dos projetos da fase mais ambiciosa. E, além disso, continua a debater-se nas malhas de uma **inflação galopante que ultrapassou a barreira dos 200 %**.

É preciso recordar que **uma das motivações do movimento de 1964 foi o agravamento do processo inflacionário, que havia atingido o patamar de 90%** (grifos nossos).

(FSP. 31/MARÇ/1984)

Como se vê, os ditadores levaram o país à bancarrota. Numa parte anterior, o texto afirma que “A recessão sobreveio em seguida, com seus efeitos econômicos e sociais refletidos nas falências e concordatas de empresas até há pouco conhecidas por sua solidez”. Cessava o proveito que as empresas – e a Folha de São Paulo, empresa que é, pensa e age como tal – tiravam do modelo econômico ensaiado pela ditadura. Logo, o empresa carecia apostar num novo paradigma de economia, o que o faz sob o disfarce de arauto da democracia.

Para se posicionar como defensor da legalidade e defensor da democracia, FSP faz escolhas lexicogramaticais criteriosas em seu inventário. Considerando nossos propósitos investigativos nesta tese, identificamos que os itens de maior ocorrência são “*Governo*” (09), “*Democracia*” (06), “*Movimento*”(03), “*Revolução*” (03), ao passo que “*João Goulart*”, “*Forças Armadas*” e “*Anistia*” constam como os de menor uso no editorial, com apenas uma ocorrência cada um, ficando de fora “*Golpe*”, “*Comunismo*”, “*Ditadura*”, “*Tortura*” e “*Terrorismo*”. Ao que parece, escolhas muito seletivas para quem se dispõe a fazer um inventário.

Vejamos como o item se mostra na análise por meio do Sistema de Transitividade.

- **Governo**

Com maior ocorrência no editorial em análise, o item “*Governo*” apresenta-se com 09 usos como já explicitado, todos relacionados aos militares. *FSP* apresenta “*Governo*” ora como Ator agente de ações que beneficiam a sociedade, ora como referências de momentos ou modo de agir, a partir de Circunstâncias, ou ainda, na variação do item, na forma de governadores, é apresentado como aliado dos militares na deposição de João Goulart como podemos constatar no exemplo a seguir:

(134)

<p>A intervenção das Forças Armadas no processo político, que contou com o apoio também de governadores de alguns dos principais Estados da Federação, foi feita em nome da salvaguarda da democracia.</p>

FSP revive o golpe de 1964 e explicita a participação de diversos governadores como aliados dos militares – Circunstância de Acompanhamento (Adição) – sem se mostrar no cenário.

Em outras situações, *FSP* põe o item “Governo” na função semântica de Circunstância para demarcar diferentes momentos da ditadura, sendo evidenciados aspectos positivos como demonstra o trecho:

(135)

É de justiça reconhecer que, em continuidade aos primeiros passos da abertura democrática, dados ainda sob o **governo** Geisel, o presidente Figueiredo soube ir ao encontro do espírito das reivindicações da sociedade, contribuindo para a pacificação política, mediante a concessão da anistia; restaurando o direito dos cidadãos de elegerem os **governadores** de seus Estados em sufrágio direto; ampliando a liberdade de imprensa, atenuando os casos de enquadramento e punição pela Lei de Segurança Nacional e deixando para trás a fase, aliás já encerrada no **governo** Geisel, de violação da integridade física dos adversários do regime.

Para o jornal, Geisel funciona como referência de quando a abertura começou a ser implantada no Brasil e ainda põe em evidência o momento em que foi abolida “a violação da integridade física dos adversários do regime”, o que delineia os aspectos positivos desse momento da política brasileira.

Em outra situação, “Governo” demarca o modo de agir daqueles que estão no poder, conforme exemplo:

(136)

Aumentou o predomínio do capital estrangeiro e estatal em detrimento da empresa nacional, que viu reduzir-se cada vez mais o espaço atribuído, pela própria filosofia do **governo**, à iniciativa privada.

Com essa instanciação, o jornal consegue mostrar o governo como tendo uma filosofia e agindo em função dela – Circunstância de Modo (Qualidade).

Na função semântica de Ator, *FSP* apresenta o governo agindo em prol das melhorias sociais como evidenciado no exemplo:

(137)

Compelido por todas essas circunstâncias, o **Governo** reduziu o ritmo ou mesmo paralisou alguns dos projetos da fase mais ambiciosa. E, além disso, continua a debater-se nas malhas de uma inflação galopante que ultrapassou a barreira dos 200 %.

Nessa posição, governo – Ator – age reduzindo o ritmo dos projetos em função de circunstâncias [dificuldades cambiais e crescimento da dívida externa, grandes empréstimos...], mas nunca menciona o alto índice de corrupção, um dos motes utilizados por este jornal para o golpe de 1964.

ESP ainda põe “Governo” a partir do que pensa dele, consoante exemplo:

(138)

Não se podem ignorar, entretanto, as realizações dos diversos **governos** que se seguiram ao longo desse período.

Nesse caso, o jornal mostra sua percepção dos governos militares ao longo da ditadura, reverenciando seus feitos a partir de escolhas que apelam a seus leitores para considerar, ou seja, não ignorar – Processo Mental (Percepção) – as realizações dos diversos **governos** que se seguiram ao longo do período ditatorial.

No último uso do item, FSP põe “Governo” não mais fazendo referência a um militar, mas ao que virá com a abertura, caso a seguir:

(139)

A questão se apresenta como essencialmente política. Daí a adesão em massa dos mais variados setores da sociedade à ideia da eleição presidencial direta imediata, pela qual pretendem dar legitimidade a um **governo** que se proponha executar essa tarefa, pondo fim a um regime historicamente esgotado e incapaz de enfrentar os novos desafios que a Nação tem diante de si.

Depois de esclarecer que a questão é apenas política, o jornal apresenta “Governo” como passível de receber a legitimação política se eleito pelo voto direto, tornando-se responsável por solucionar os desafios da sociedade de então. Tal concepção é construída pelo Metáfora Gramatical “adesão” que indica, por meio de uma Circunstância de Modo (Meio), a forma como isso seria feito: “pela qual pretendem dar legitimidade a um **governo** que se proponha executar essa tarefa”.

- **Democracia**

Anunciada desde sempre como a grande razão mobilizadora para o golpe, “Democracia” assume nos vinte anos da tomada de poder, essencialmente, a função de Circunstância. Passa a figurar como razão:

(140)

A intervenção das Forças Armadas no processo político, que contou com o apoio também de governadores de alguns dos principais Estados da Federação, foi feita em nome da salvaguarda da **democracia**.

Como se observa, FSP afirma: “a intervenção das Forças Armadas no processo político” – justifica – “foi feita em nome da salvaguarda da democracia”. Dessa forma, constituindo a finalidade – Circunstância Causa (Finalidade) – de toda a ação contra a legalidade. E continua nessa posição a ser tomada como o lugar aonde se quer chegar como visto no exemplo:

(141)

O reexame profundo de nossa realidade e a busca de caminhos novos que conduzam realmente a uma **democracia** moderna e sólida, e a uma economia capaz de liquidar os bolsões de miséria, os extremados desequilíbrios regionais e sociais, é tarefa que supõe a superação definitiva das regras autoritárias que presidiram esta fase do processo político nacional.

Nessa construção, FSP propõe um reexame da realidade brasileira como sendo capaz de levar a uma democracia moderna e sólida – Circunstância de Localização de Lugar – , quer dizer, essa nova democracia, que o jornal não explicita do que se trata, é razão para um busca de novos caminhos.

Duas outras funções semânticas são assumidas pelo item “*Democracia*” a partir da concepção do jornal FSP: como Ator e como Meta. No primeiro caso, “democracia” não age, é passiva, cujo agente de tal mutilação não é explicitado. É interessante chamar atenção para o modo que FSP instancia essa oração, pois opta por uma estrutura passiva analítica, fazendo o apagamento do agente (van Leeuwen, 1997), o que parece se configurar numa proteção ao governo, uma vez que não o evidencia, além de suavizar a estrutura ao se referir a “mutilação” e não à “ditadura”, como podemos verificar abaixo:

(142)

Pouco depois, no entanto, os acontecimentos tomavam outro rumo: mutilava-se a **democracia**, a ponto de tornar-se o oposto de si mesma, já então em nome de uma revolução que devia estruturar no País um regime **democrático** moderno, assentado sobre uma economia fortalecida e estável.

Ainda nesse exemplo (142), o item “democracia” também é mostrado como o regime a ser alcançado – Meta. No entanto, aparece como uma situação hipotética, uma vez que é fraseado a partir de um “questionamento” do jornal sobre o que foi a revolução para os militares.

- **Movimento**

O golpe de 1964 foi consagrado pela imprensa e pelos demais que o apoiaram como “Movimento” e, vinte anos depois, FSP continua referindo-se a ele da mesma forma. No editorial em análise, são três ocorrências desse item, na primeira, caracterizado como “político-militar de 1964” é Portador que indica o estado em que se encontra o movimento, no caso, ainda não concluído, como identificado no excerto:

(143)

Vinte anos após sua deflagração, o **movimento** político-militar de 1964 ainda está por concluir o ciclo do sistema de poder que instituiu.

FSP atribui duas outras funções semânticas a “*Movimento*”, a de Ator de um Processo Material negando a ação do Processo, no entanto, o jornal nega apenas, pelo que deixa transparecer, considerar o golpe como Revolução, o que nos possibilita inferir que o jornal apenas discorda da nomenclatura usada pelos militares como evidenciado no caso:

(144)

Em verdade, apesar do batismo oficial de Revolução, o **movimento** não realizou uma obra digna desse conceito [Revolução].

No último uso, FSP em uma oração projetada traz a lembrança dos leitores qual teria sido a razão do golpe como fica evidente em:

(145)

É preciso recordar que uma das motivações do **movimento** de 1964 foi o agravamento do processo inflacionário, que havia atingido o patamar de 90%.

Quando faz essa escolha, FSP justifica o golpe, reafirmando-o.

- **Revolução**

O item “Revolução”, nas duas ocorrências no editorial em análise, é posto como Circunstância de Causa, no primeiro caso, indicando a suposta razão do golpe, ao ver do jornal, que seria a de “estruturar um regime democrático moderno” conforme exemplificado a seguir:

(146)

Pouco depois, no entanto, os acontecimentos tomavam outro rumo: mutilava-se a democracia, a ponto de tornar-se o oposto de si mesma, já então em nome de uma **revolução** que devia estruturar no País um regime democrático moderno, assentado sobre uma economia fortalecida e estável.

No segundo uso o jornal FSP, a partir da escolha por uma Circunstância de Contingência (Concessão), posiciona-se comopositor à nomenclatura “Revolução” como se esse fosse o cerne da questão. O que o jornal faz é não deixar explícito, registrado na superfície do editorial, qual seria “a obra digna” do conceito de revolução, conforme exemplo (147):

(147)

Em verdade, apesar do batismo oficial de **Revolução**, o movimento não realizou uma obra digna desse conceito.

Itens com baixa ou nenhuma ocorrência

Alguns itens apresentam pouca ou nenhuma ocorrência no editorial dos vinte anos da ditadura escrito pelo jornal FSP. Acreditamos que essa pouca incidência se dá em função da identidade democrática que o jornal busca construir. Dessa forma, neste editorial, Forças Armadas, João Goulart e Anistia contam, como vimos, com apenas uma ocorrência por estes não constituírem o foco do jornal, mas corroboram o projeto de dizer do jornal. Vamos analisar qual a função semântica desses itens pouco utilizados.

- **Forças Armadas**

Tomado como item de grande ocorrência e como Ator e principal agente do golpe nos editoriais de nossa Fase I de nossa investigação, “Forças Armadas” tem apenas uma neste editorial. Desta vez, é a intervenção no processo político que constitui o foco, como podemos identificar:

(148)

A intervenção das **Forças Armadas** no processo político, que contou com o apoio também de governadores de alguns dos principais Estados da Federação, foi feita em nome da salvaguarda da democracia.

FSP nominaliza, por meio de uma Metáfora Gramatical, a inserção de Forças Armadas na Oração. Com isso, desfaz a ação correspondente a esse agente, fazendo-o figurar apenas

como traço característico de uma ação sem Participante algum. Nessa configuração, Forças Armadas é Portador do benefício de “salvaguarda da democracia” – Circunstância de Causa (Benefício).

- **João Goulart**

FSP apresenta João Goulart da mesma forma que o fez em 1964, como Portador de incapacidade de governar o Brasil, conforme pode ser visto no exemplo que segue:

(149)

O Presidente João Goulart não se mostrou capaz de conter dentro dos limites da ordem e da lei caudal de pressões políticas e reivindicações sociais.

Ao fazer essa escolha, por meio de um Processo Mental – mostrar-se capaz – *FSP* expõe sua opinião sobre João Goulart, ao que parece, com propósito de justificar sua atuação desde antes de 1964 quando tiveram início as conspirações para impedir a posse do Presidente democraticamente constituído.

- **Anistia**

FSP considera a anistia como uma Circunstância de Modo (Meio), ou seja, a Anistia seria a forma pela qual a paz voltaria a reinar no Brasil, indicando a forma pela qual se dá a pacificação política no Brasil, conforme exemplo:

(150)

É de justiça reconhecer que, em continuidade aos primeiros passos da abertura democrática, dados ainda sob o governo Geisel, o presidente Figueiredo soube ir ao encontro do espírito das reivindicações da sociedade, contribuindo para a pacificação política, mediante a concessão da anistia ; restaurando o direito dos cidadãos de elegerem os governadores de seus Estados em sufrágio direto; ampliando a liberdade de imprensa, atenuando os casos de enquadramento e punição pela Lei de Segurança Nacional e deixando para trás a fase, aliás já encerrada no governo Geisel, de violação da integridade física dos adversários do regime.
--

“*Golpe*”, “*Comunismo*”, “*Ditadura*”, “*Tortura*” e “*Terrorismo*” foram os itens que não contaram com ocorrências no editorial em análise. Acreditamos que essa escolha está diretamente relacionada ao padrão de manipulação por ocultação (ABRAMO, 2016), pois se o jornal não trouxe à tona essas questões põe cada um desses itens na perspectiva do inexistente, apesar de identificar, ao longo da análise, a utilização de termos para suavizar

esses itens. Podemos, por exemplo, identificar “*Movimento*” por “*Golpe*”; “regime de oposição à democracia”, “violação da integridade física dos adversários do regime” como “Tortura”, por exemplo.

6.1.3.3 OG – Golpe como Revolução em defesa da democracia

Decorridos vinte anos do regime ditatorial no Brasil, às vésperas do fim oficial da ditadura, OG veicula o editorial “*O julgamento da Revolução*” em 07 de outubro de 1984, um convite a seus leitores⁴⁵ para a avaliação do período sob comando dos militares e, principalmente, um diálogo com o Estado (ABRAMO, 1997) com propósito de lhes dizer qual a posição assumir no processo de sucessão presidencial como descrito neste trecho do editorial – “No momento em que se desenvolve o processo de sucessão presidencial, exige-se coerência de todos os que têm a missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios”. Trata-se de uma exaltação das conquistas políticas e econômicas obtidas pela ditadura, assim como da própria participação do grupo empresarial, *O Globo*, no golpe de 1964 para conseguir impor seus interesses comerciais.

A valorização desses feitos se dá de modo tão específico que o editorial é assinado pelo presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, subvertendo o que é canônico a esse gênero– a não assinatura – (conforme discutido na Seção 3) como modo estratégico de reafirmar e, conseqüentemente, intensificar e endossar a força social desse editorial de cunho panfletário.

OG faz uma valorização dos procedimentos ditatoriais, como se pode conferir na passagem que segue:

Volvendo os olhos para as realizações nacionais dos últimos 20 anos, há que se reconhecer um avanço impressionante: em 1964, éramos a quadragésima nona economia mundial, com uma população de 80 milhões e uma renda per capita de 900 dólares; somos hoje a oitava, com 130 milhões de pessoas, e uma renda média per capita de 2.500 dólares.

Põe o jornal as arbitrariedades cometidas pela ditadura como prerrogativas naturais do Estado, considerando o fim da cassação dos direitos políticos, o confisco de bens, o

⁴⁵ Convite a leitores distintos, considerando que o editorial não é escrito para leitores comuns (ABRAMO, 1988).

banimento e a pena de morte uma contemporização do governo militar, um gesto magnânimo e de boa vontade:

Perdia o Executivo as atribuições de suspender direitos políticos, cassar mandatos, demitir funcionários civis e reformar militares. Extinguiam-se as atividades da C.G.I. e o confisco sumário de bens. Desapareciam da legislação o banimento, a pena de morte, a prisão perpétua e a inelegibilidade perene dos cassados.

Em seu faccioso projeto laudatório do golpe militar, OG manipula os dados da inflação, inflação esta que integrava o conjunto de justificativas para usurpar o governo de João Goulart. Quando é conveniente, o jornal expõe os números; “Assinale-se que naquele primeiro decênio revolucionário a inflação decrescera de 96% para 12,6% ao ano (...)”; mas quando as dados lhe são contrários, primeiro os justifica como fatalidade:

Essa **conjugação de fatores que violentaram a administração** de nossas contas eternas obrigou-nos a desvalorizações cambiais de emergência que **teriam fatalmente de resultar na exacerbação do processo inflacionário** (grifos nossos).

Depois, omite o percentual, que chegou a 215%, em 1984, tratando-os como eufemismo de “exacerbação do processo inflacionário”.

Para cumprir os propósitos comunicativos desejados, OG faz escolhas lexicogramaticais que permitem ao jornal se posicionar e, mais do que isso, construir uma realidade não condizente com a do mundo concreto e, a partir disso, interferir nos rumos da história. Algumas dessas escolhas são possíveis de serem analisadas a partir dos itens lexicais que nos servem de guia nesta pesquisa, sendo assim, identificamos que o jornal dá destaque para os itens “Revolução” (06), “Governo” (04), “João Goulart” (02), “Democracia” (02) e “Anistia” (02), ao passo que “Violência”, “Movimento”, “Golpe”, “Forças Armadas” e “Terrorismo” contam com apenas 01 ocorrência cada, ficando de fora das escolhas lexicais de OG os itens “Comunismo”, “Ditadura” e “Tortura”.

Acreditamos que tal configuração possibilita ao jornal OG dar relevância positiva à ditadura e um certo tom de lamentação para abertura, como veremos por meio dos itens lexicais analisados a partir de então.

- **Revolução**

A alta incidência do uso desse item lexical no editorial em análise – são 06 ocorrências ao todo – dá o tom à proposta do jornal OG, pois a ditadura militar é tomada por esse veículo da imprensa como uma “*Revolução*”, o que, a partir dessa escolha, possibilita-nos afirmar que OG tem a percepção de que o golpe e a ditadura provocaram mudanças profundas no direcionamento governamental brasileiro. Essa percepção é estabelecida, já de início, no título do editorial como observado no exemplo a seguir:

(151)

O julgamento da revolução

Se tomarmos o título como uma ancoragem cognitiva que orienta o leitor para a conclusão a que deve chegar (TRAVASSOS, 2003), perceberemos o direcionamento feito pelo OG. Apesar da escolha pelo termo “julgamento”, que dá ao leitor a possibilidade da ideia de negação e condenação, o item “Revolução” quebra essa expectativa conduzindo a leitura para um posicionamento de exaltação da ditadura. E isso se confirma ao longo da exposição do presidente das Organizações Globo, pois ele prega a necessidade de avaliação do regime, mas faz isso evidenciando o que o jornal considera por avanços e transformações positivas como observado no trecho a seguir:

(152)

Volvendo os olhos para as realizações nacionais dos últimos 20 anos, há que se reconhecer um avanço impressionante: em 1964, éramos a quadragésima nona economia mundial, com uma população de 80 milhões e uma renda per capita de 900 dólares; somos hoje a oitava, com 130 milhões de pessoas, e uma renda média per capita de 2.500 dólares.
--

Verifica-se, nessa passagem, o uso de dados estatísticos como prova irrefutável, na ótica de OG, construindo uma realidade de grandeza e benefícios da ditadura militar para o Brasil.

Ao longo do editorial o item lexical *Revolução* assume a imagem do golpe como uma necessidade daquele momento como podemos observar no caso:

(153)

Participamos da **Revolução** de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada.

Constata-se nessa passagem que OG tem como foco mostrar a seus leitores que agiu – e para isso se põe como Ator [nós] do Processo Material “participamos” – em função da defesa do povo. Evidencia “*Revolução*” – Escopo – com propósito de destacar essa participação. Na verdade, o jornal intenta justificar sua participação, afirmando que naquele momento era necessária tal postura e faz isso circunstanciando a Oração – Circunstâncias de Causa (Razão) – dando a entender que apenas e só pela proteção das instituições democráticas o jornal hipotecou ilimitado apoio ao golpe.

E OG se mantém nessa linha dizendo ser uma traição qualquer outro posicionamento tomado, como se pode ver na passagem que segue:

(154)

Adotar outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a **Revolução** no seu Ato final.

Dessa maneira, o jornal afirma ter negado o propósito de “trair a Revolução” – Meta – com intuito de afirmar que não age em função da imagem da empresa que é, mas do povo. Tal postura desautoriza inclusive a caracterização de um “golpe” como evidenciado na passagem a seguir:

(155)

Sem povo, não haveria **revolução**, mas apenas um “pronunciamento” ou “golpe” com o qual não estaríamos solidários.

Com essa escolha, OG põe o item “*Revolução*” no plano da existência natural – Existente –, como situação dada, posta, que acontece naturalmente, ou seja, como aquilo que tem existência no mundo desde sempre. Nesse caso, uma existência, conforme construção do jornal, possibilitada pelo povo – Circunstância de Causa (Razão) – que, na oração, legitima a ação dos militares.

Para enredar seus leitores nessa construção, OG lança mão de uma oficialização (ABRAMO, 2016), para dizer o propósito da “Revolução” – Verbiagem –, consoante a passagem:

(156)

O Presidente Castelo Branco, em seu discurso de posse, anunciou que a **Revolução** “visava a arrancada para o desenvolvimento, pela elevação moral e política”.

Como sabemos, o Processo Verbal é aquele que tem como propósito o dizer. E é dessa premissa de que parte OG, trazendo uma fala do presidente Castelo Branco, põe-no como Dizente da Verbiagem “a Revolução visava a arrancada para o desenvolvimento” e, a partir dessa instanciação, mostra o que pensa sobre “a Revolução” – para nós golpe – trazendo à tona sua própria concepção sobre o assunto. OG mostra o que pensa, a partir de um Processo Mental Imanente “visar” utilizado pelo general Castelo Branco “em seu discurso de posse” – Circunstância de Localização (Tempo).

Na última aparição do item, OG caracteriza o governo militar como altruísta, uma vez que, na realidade criada por esse veículo da imprensa nacional, os interesses do povo brasileiro estariam acima de tudo, inclusive dos propósitos militares, fortalecendo a imagem deste periódico como a de defensor do povo, do bem-estar brasileiro, sendo, inclusive, capaz de abrir mão de sua força, como evidenciado na passagem:

(157)

Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado de seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da **Revolução** de 1964.

Como podemos notar, *OG* a partir do uso de uma oração Relacional Identificativa, cria uma identidade democrática para as Forças Armadas ao apresentá-la concedendo a abertura mesmo em face à limitação de seus próprios poderes. Com essas escolhas, o jornal traz o pronome “esse” encapsulando toda a ideia apresentada na longa oração anterior – como também no imaginário de seus leitores – e identificando tal feito como “o maior feito da Revolução de 1964”.

- **Governo**

O editorial de OG privilegia o item “Governo” positivamente e sempre relacionado aos militares. Inicialmente, o item localiza o momento das ações – Circunstância de

Localização (Tempo) – “*Ao assumir o Governo*” com propósito de definir a grandeza dos atos militares, especificamente do general Figueiredo como mostrado a seguir:

(158)

Ao assumir o **Governo**, o Presidente Figueiredo jurou dar continuidade ao processo de redemocratização.

Localizado o momento, OG enumera ações positivas de Figueiredo determinadas pelo item “Governo” – Portador – como demonstração concreta das realizações do general conforme exemplo:

(159)

A concessão da anistia ampla e irrestrita, as eleições diretas para os **Governos** dos Estados, a posse dos eleitos, a colaboração Federal com os novos **Governos** opositores na defesa dos interesses maiores da coletividade são demonstrações de que o Presidente não falou em vão.

Como último uso do item, OG põe “Governo”, juntamente com “a sociedade” como Ator responsável por ações que puseram o Brasil no caminho do desenvolvimento, fazendo uso de dados estatístico para solidificar essa ideia como se pode constatar no exemplo que segue:

(160)

Nas respostas que a sociedade e o **Governo** brasileiros deram a esse desafio, conseguindo no segundo decênio revolucionário que agora se completa, apesar de todas as dificuldades, reduzir de 80% para mens de 40% a dependência externa na importação de energia, elevando a produção de petróleo de 175 mil barris para 500 mil barris diários e a de álcool, de 680 milhões para 8 bilhões [...]

Conforme se observa, OG põe, na figura de governo e da sociedade, a ditadura como benéfica ao Brasil.

- **Democracia**

Esse item apresenta duas ocorrências no editorial em análise. A primeira como Circunstância de um Processo Material Transformativo (Participamos) – construindo para o leitor a ilusão da necessidade de agir como o fez – e, a segunda, como Meta – “por uma autêntica democracia e progresso econômico e social do País” – também de um Processo

Material Transformativo “vem pugnando” – para demonstrar qual o propósito do jornal –, como se pode ver, respectivamente, nas passagens:

(161)

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições **democráticas**, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas antirrevolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição.

(162)

O Globo, desde a Aliança Liberal, quando lutou contra os vícios políticos da Primeira República, vem pugnando por uma autêntica **democracia** e progresso econômico e social do País.

OG apresenta ao leitor, logo no início do editorial, a razão que o fez apoiar o golpe em 1964 – tratado por este periódico como *revolução* – levando-o a crer que as circunstâncias do momento teriam imposto ao jornal a tarefa de assumir seu papel de estar ao lado do povo, como defensor da democracia. Isso significa dizer que o jornal não assume a responsabilidade de agir em função da tomada de poder pelos militares, mas como defensor do povo, preservando os valores democráticos, mostrando-se assumir esse papel desde a Aliança Liberal, como apresentado no exemplo (162).

Trata-se de uma ocultação dos verdadeiros motivos que fizeram OG não apenas apoiar o golpe, mas, principalmente, conspirar a seu favor, quais sejam: os interesses econômicos e a compatibilidade com a concepção ideológica dos donos do dinheiro.

- **Anistia**

Como visto na análise do item “*Governo*”, “*Anistia*”, por meio de uma Metáfora gramatical – “A concessão da anistia ampla e irrestrita” – é posta como demonstração das ações benéficas da ditadura, além de, exemplo (163), um Processo em ação – anistiando – também com intuito de favorecer a construção de uma identidade benéfica do regime ditatorial:

(163)

Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado de seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, **anistiando** adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa.

Ao construir tais representações, OG parece estar em uma realidade paralela, uma vez que nada do que é posto pelo jornal como benesses da ditadura ocorreu da forma posta ou realizada por ela.

- **João Goulart**

Circunstanciando a situação temporalmente, OG volta a dar a João Goulart, a exemplo de 1964, uma feição negativa e põe-no como Ator – do Processo Material desfechar – que age radicalmente em nome da ideologia comunista e, por conta disso, ameaça o Brasil como podemos verificar nos exemplos (164) e (165), além de mostrá-lo como Portador de críticas, consoante exemplo a seguir:

(164)

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente **João Goulart**, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” — e de alguns segmentos das Forças Armadas.

Na última ocorrência, o item João Goulart também ocorre como Ator – radicalização de João Goulart , dos Processos de aguçar e aprofundar , acusado pelo jornal OG de responsável por aprofundar a crise, conforme exemplo (165) a seguir:

(165)

A divisão ideológica do mundo na Guerra Fria, entre Leste e Oeste, comunistas e capitalistas, se reproduzia, em maior ou menor medida, em cada país. No Brasil, ela era aguçada e aprofundada pela radicalização de **João Goulart**, iniciada tão logo conseguiu, em janeiro de 1963, por meio de plebiscito, revogar o parlamentarismo, a saída negociada para que ele, vice, pudesse assumir na renúncia do presidente Jânio Quadros.

Com essas representações, OG mais uma vez, vinte anos depois do golpe de 1964, responsabiliza Goulart transformando-o em “culpado”.

Itens com baixa ou nenhuma ocorrência no editorial

Alguns itens têm baixa ou nenhuma incidência no editorial, como vimos, no entanto, acreditamos que isso esteja em consonância com o projeto de dizer de OG. Dessa forma, vejamos quais as escolhas feitas em relação a cada um deles.

- **Movimento**

OG reafirma textualmente o apoio ao golpe e a toda a ditadura. Para isso se posiciona como Ator agente de um Processo Material em estágio contínuo – Prosseguimos apoiando – que tem como Meta “*o Movimento vitorioso*, explicitado no caso 166 a seguir:

(166)

Prosseguimos apoiando o **movimento** vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente.

Com essa instanciação, OG reitera sua participação no golpe, assim como seu apoio fiel.

- **Forças Armadas**

Também com uma ocorrência, o item “Forças Armadas” conta apenas com um uso no editorial em análise. É concebido não por suas ações no golpe, como ocorreu em 1964, mas para evidenciar suposto respeito e tradição daqueles que se uniam naquele momento com fito mudar o curso da nossa história, segundo OG, como fica claro a seguir:

(167)

Em 1964 teria de unir-se aos companheiros de jornadas anteriores, aos “tenentes e bacharéis”, que se mantinham coerentes com as tradições e os ideais de 1930, aos expedicionários da FEB que ocupavam a Chefia das **Forças Armadas**, os quais se congregaram sob a pressão das grandes marchas populares, mudando o curso da nossa história.

Dessa forma, percebe-se que OG evidencia “Forças Armadas”, Escopo do Processo Material ocupar, a partir do destaque a quem ocupa a chefia de modo a deixar claro o poder usufruído por ela.

- **Golpe**

OG não toma o item “Golpe” no sentido de usurpação do poder de um presidente legalmente constituído e impedido de continuar seu governo por manobras de interesses daqueles que detêm o dinheiro, conduzindo a classe média e aliada à parcela conservadora das Forças Armadas. Ao invés disso, a existência do golpe é negada como pode ser verificado no excerto a seguir:

(168)

Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um “pronunciamento” ou “**golpe**” com o qual não estaríamos solidários.

Com essa instanciação OG, num processo de inversão (ABRAMO, 2016), altera a realidade concreta, da existência do golpe, e constrói outra, a de revolução, que dê conta de seus objetivos. E para isso, usa o povo como aliado, como principal responsável.

- **Terrorismo**

Insistindo sempre no padrão de inversão (ABRAMO, 2016), OG ajusta seu olhar para indicar a direção que seus leitores devem trilhar. Essa prática também se evidencia na utilização do item “Terrorismo” em “a intensificação de atos de terrorismo” como agindo – Ator – pela implantação do AI-5, ou seja, para OG, põe atos de terrorismo como responsáveis pela implantação do AI-5 como mostra o exemplo a seguir:

(169)

Acompanhamos esse esforço de renovação em todas as suas fases. No período de ordenação da economia que se encerrou em 1967. Nos meses dramáticos de 1968 em que a intensificação de atos de **terrorismo** provocou a implantação do AI-5.

No entanto, é preciso considerar que os atos terroristas começam a ser cometidos no Brasil pela ala mais conservadora dos próprios militares, que não admitiam a abertura e provocavam mais ondas de violência, fazendo uso, inclusive, de bombas. O que OG chama de terrorismo são protestos contra a ditadura instalada no Brasil já há anos, desde 1964.

Ficaram de fora da avaliação feita pelo OG, os itens “Ditadura”, “Tortura” e “Comunismo”. Acreditamos que isso esteja em comunhão com o objetivo do jornal de ocultar realidades como forma de apagar da memória dos leitores o que não se alinha com os

interesses do jornal. No caso de “Comunismo”, a conjuntura da Guerra Fria já possibilita acionar tal ideia, como também a necessidade de OG evidenciar os benefícios da ditadura torna o uso desse item dispensável, talvez.

Na próxima subseção, analisamos as escolhas feitas pelos jornais *OESP*, *FSP* e *OG* para representar o golpe civil-militar brasileiro de 1964 nos editoriais que marcam esse fato ao completar cinquenta anos.

6.2 FASE IV – 50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964

6.2.1 Cinquentenário do Golpe – Mea culpa dos editoriais para fora

Em 2014, os 50 anos do golpe militar de 1964 vieram encontrar um mundo e um Brasil profundamente diversos do contexto dos anos 60. No plano mundial, a guerra fria era apenas matéria de estudo histórico, desde a desintegração da União Soviética em 1991, embora tenha deixado danosas consequências; as ditaduras militares que se proliferaram na América Latina como estratégia da política externa norte-americana haviam ruído todas; o fenômeno recente da globalização já estava incorporado ao cotidiano das nações; a internet continuava como o mais promissor e desafiador dos campos, por todas as mudanças no comportamento da sociedade. No plano nacional, a democracia dava sinais de estabilidade e solidez – não se sabia do golpe que se iniciaria com o *impeachment* de Dilma Rousseff. Caminhávamos para a sétima eleição presidencial após o término do regime militar.

Nessa conjuntura, tratava-se de valioso capital associar-se à democracia, posar de defensor das liberdades. Por isso, os grupos de mídia visavam construir um perfil de intransigentes defensores da soberania popular. Entretanto, setores da sociedade que foram às ruas nos protestos de 2013 – os quais começaram numa reação ao aumento das tarifas de transporte público e evoluíram para reivindicações gerais – , lembravam a participação política desses conglomerados de mídia no golpe militar de 1964, caso típico das Organizações Globo. Com isso, essas empresas afirmaram querer rever o seu passado de apoio à ditadura e até anteciparam a avaliação dos 50 anos do golpe militar.

Os jornais que constituem nosso *corpus* OESP, FSP e OG posicionaram-se a respeito da sua participação ativa no golpe de 1964 e na sustentação dos governos militares, assumindo uma “*mea culpa*”, mas apenas formal, com propósito de dar respostas a inquietações antigas.

É importante se considerar as demandas que permeavam esse momento, pois como afirma Dias e Sousa (2014, p. 191-192)

Com a proximidade dos cinquenta anos do golpe, a oficialização e autonomia da Comissão Nacional da Verdade para investigar o período, somados aos avanços tecnológicos como, por exemplo, a digitalização dos jornais, verificou-se uma extensa atividade de expiação, uma bem medida expiação que trabalha para revelar novas verdades desse passado que ainda assombra a memória de muitos de seus protagonistas, mas ainda assim pouco estudado pelas novas gerações. (DIAS; SOUZA, 2014, p.191-192)

Além disso, as pressões sociais cobrando explicações aos colaboradores do regime militar impulsiona a construção do *mea culpa* pelos jornais. E nesse cenário, OG dá início a esse trajeto, publicando em editorial, em agosto de 2013, sua apreciação, mas impulsionado pelas manifestações de junho daquele ano.

6.2.2 Representações do golpe no Sistema de Transitividade – Fase IV de análise

Nesta última fase análise, os itens lexicais por nós selecionados, apresentam-se com a seguinte configuração:

Quadro 15 - Itens lexicais presentes na IV Fase

Itens lexicais	Jornais/ Títulos dos editoriais			Total dos itens lexicais na Fase IV
	ESP Meio século depois	FSP 1964	OG 1964	
Ditadura	0	08	02	10
Democracia	01	03	05	09
Comunismo	03	01	03	07
Governo	04	03	0	07
João Goulart	04	0	02	06
Revolução	0	0	06	06
Violência	01	06	0	06
Golpe	0	0	05	05
Movimento	03	0	02	05
Forças armadas	01	0	02	03
Tortura	0	02	0	02
Anistia	0	01	0	01
Terrorismo	0	0	0	0

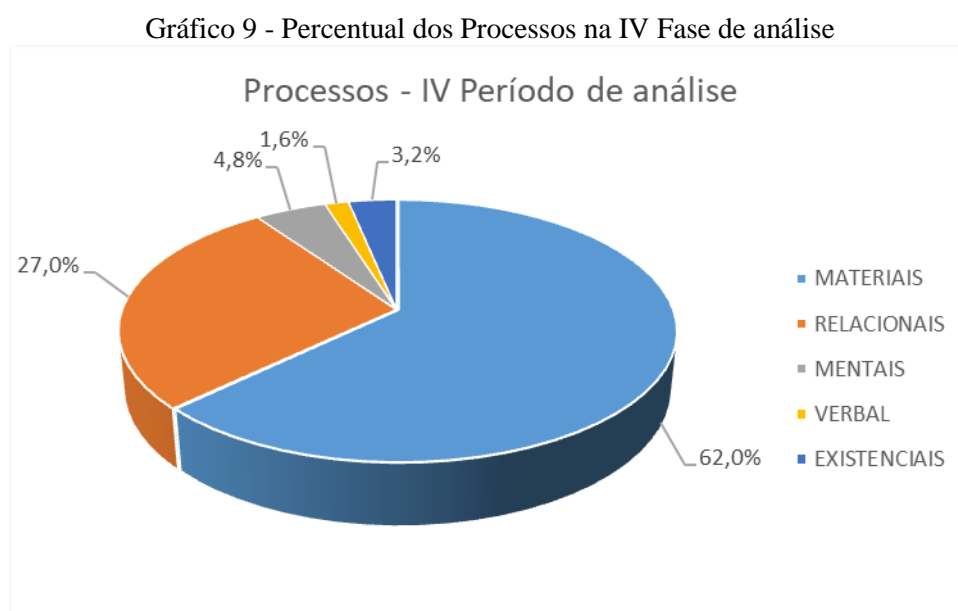
Fonte: Autor

Como podemos visualizar no Quadro 15, na Fase IV, o item com maior incidência de uso é *Ditadura* com 10 usos, possibilitando-nos afirmar que esta é tomada pelos jornais em análise como uma imposição circunstancial da época e que não seria possível fugir dessa realidade, como exposto na subseção 6.2.3.2. No entanto, quando buscamos os itens menos

utilizados, observamos que Terrorismo não apresenta nenhum uso, indicando que os jornais preferem não considerar tal situação no período que durou a ditadura militar como veremos mais detalhadamente a partir da subseção 6.1.2..

Esses itens estão ligados predominantemente aos Processos Materiais na estrutura oracional: 62%. Esse quantitativo equivale a mais que o dobro do segundo Processo mais utilizado – o Relacional – com 27%. Em seguida, identificamos três outros Processos, mas com baixa ocorrência, considerando a busca a partir dos itens lexicais que seguiram de guia (conforme Seção 4): Mental 4,8%, Existencial 3,2% e Verbal 1,6%.

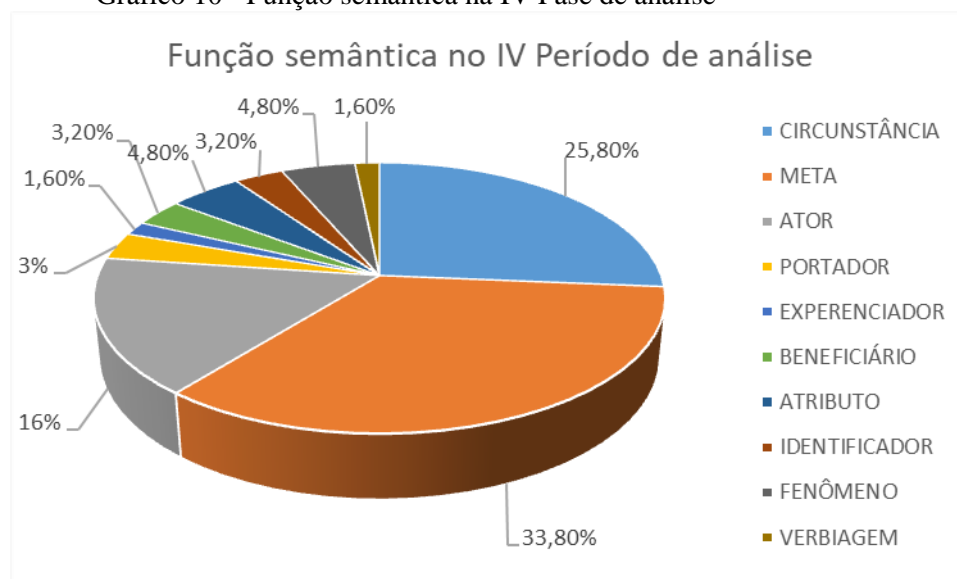
Essa distribuição pode ser mais bem observada no Gráfico 9 a seguir:



Fonte: Autor

No que tange às funções semânticas desempenhadas pelos itens lexicais identificados na Fase IV de análise, podemos afirmar que o Participante Meta constitui o de maior incidência com 33,8%. Em seguida, temos as Circunstâncias com 25% de ocorrência nos dados deste período. É significativo dizer que, apesar dessa diferença quantitativa, as Circunstâncias assumem um poder argumentativo decisivo para a reafirmação do golpe para os jornais analisados. Em seguida, temos Ator com 16%, Atributo e Fenômeno com 4,8% cada um, Portador, Recebedor e Identificador também com igual número, 3,2%, da mesma forma Experienciador e Verbiagem com 1,6% cada um. A visualização desses dados pode ficar mais clara no Gráfico que segue:

Gráfico 10 - Função semântica na IV Fase de análise



Fonte: Autor

Vejam os seguintes dados as escolhas feitas por cada um dos jornais *OESP*, *FSP* e *OG* no cinquentenário do golpe civil-militar brasileiro e o que tais escolhas indicam a partir da análise do Sistema de Transitividade.

6.2.3 Análise por jornal

6.2.3.1 OESP: circunstâncias históricas como reafirmação de apoio ao golpe

Ao completar cinquenta anos do golpe civil-militar brasileiro de 1964, o jornal *OESP*, assim como os principais jornais do Brasil, publicou um editorial comemorativo⁴⁶ intitulado “*Meio século depois*”, veiculado no dia 24 de março de 2014, com o propósito de avaliação daquele momento, afirmando ser o editorial um “esforço de compreensão dos fatos”.

Nesse dito esforço de compreensão, alguns aspectos são curiosos. O primeiro deles diz respeito ao título do artigo “*Meio século depois*”, pondo-nos, enquanto leitores, ainda naquele momento. Considerando os usos da língua em função do Contexto de Cultura e de Situação, proposta da LSF, é de nos perguntarmos por que *OESP* não fez escolha por um título que possibilitasse um posicionamento contrário à ditadura militar estabelecida no país de então, como também por que fez opção por permanecer naquele ano.

⁴⁶ Chamamos de comemorativo em função do marco de 50 anos.

Em linhas gerais, *OESP* reafirma a posição assumida panfletariamente em 1964, com o apoio ao golpe. Isso é feito, inicialmente, a partir de estratégias de manipulação evidenciando o padrão de Inversão (ABRAMO,2016). A escolha do título situa o leitor temporalmente e a proposta de compreensão do momento, à luz do contexto histórico descrito pelo jornal, impõe a ideia de: “e se fosse você?”, enredando o leitor, tornando-o cúmplice daquela situação. Isso torna o texto mais importante que o fato, pois consegue registrar a posição deste jornal, no sentido de não ausência, no cinquentenário do golpe. Ao inverter esse quadro, o jornal lança mão de mais um padrão de manipulação – conforme visto na Seção 3 – o de Indução, uma vez que “o leitor é induzido a ver o mundo como ele não é, mas sim como querem que ele o veja” (ABRAMO, 2016, p. 49). Nessa configuração, o Presidente João Goulart, por exemplo, foi posto pelo *OESP*, da mesma forma que ocorrera em 1964, como um governo ilegítimo⁴⁷ e antidemocrático, afastando-o da legalidade de que se revestia.

Vejam, por via do Sistema de Transitividade, o que indicam as escolhas lexicogramaticais feitas pelo jornal *OESP*. Dos 13 itens lexicais por nós selecionados para a análise da IV Fase de nosso *corpus*, observamos que, respectivamente, os itens “*Governo*” (04), *João Goulart/Goulart* (04), *Movimento* (03), *Comunismo* (03) e *Revolução* (02) figuram como os de maior ocorrência, enquanto os itens *Democracia* (01), *Forças Armadas* (01) e *Violência* (01) são os de menor ocorrência e *Ditadura*, *Anistia*, *Tortura*, *Terrorismo* e *Golpe* não apresentam ocorrência alguma.

As escolhas lexicogramaticais foram assim apresentadas:

- **Governo**

Esse item é um dos mais recorrentes no editorial, são 04 ao todo, dos quais três fazem referência ao governo de João Goulart e um aos militares, mais especificamente ao governo general Castelo Branco.

Nos três primeiros usos, referindo-se a Goulart, o item funciona semanticamente como Ator em um caso e nos outros dois, como Circunstância. Na função de Ator, o item governo estabelece um contraponto entre Goulart e Castelo Branco, construindo uma imagem positiva do militar e uma negativa de Goulart, associando-o à crise e à indisciplina para justificar e legitimar a tomada de poder em 1964. Não vamos, aqui, discutir sobre a intencionalidade desta escolha, pois não é nosso propósito, mas não podemos desconsiderar que, de acordo

⁴⁷ O Presidente João Goulart foi eleito democraticamente como vice e com a renúncia de Jânio Quadros assumiu a presidência, consoante determinava a Constituição.

com Thompsom (1994), as escolhas são feitas não apenas de modo consciente, no entanto jamais de modo aleatório, conforme Halliday (1994). *OESP* busca sugerir ao leitor a ideia de que o governo de João Goulart deu início a uma crise no país ao assumir a presidência, quando afirma que:

(170)

O **governo** do presidente João Goulart teve sua origem numa crise – a da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961 – e em crise viveu até ser deposto.

Sabemos que João Goulart foi eleito vice-presidente da República de forma direta, desse modo, com a renúncia de Jânio Quadros, deveria assumir o comando do país. No entanto, os três ministros militares, Odílio Denys, Sílvio Heck e Grum Moss opuseram-se a essa posse, desconsiderando o que dizia a constituição, por acreditar que Goulart tinha envolvimento com o comunismo internacional⁴⁸. Tal ato deu origem a uma crise para o governo de Goulart, ao contrário do que afirma *OESP*.

Já o outro uso do item “*Governo*” também exerce a função semântica de Ator de um Processo Material Transformacional, evidenciando o protagonismo do Marechal Castelo Branco como agente de ações benéficas ao Brasil. Põe o militar como responsável por reorganizar política e administrativamente o Brasil, como evidenciado a seguir:

(171)

Com base no Ato Institucional baixado pelos militares, o **governo** do marechal Castello Branco começou um bem-sucedido trabalho de saneamento das finanças e reorganização político-administrativa do País.

Ao dispor textualmente Goulart como Ator de uma crise e Castelo Branco como Ator de um trabalho bem-sucedido de reconstrução política e econômica do Brasil e, por sua vez, em prol da sociedade brasileira, naturalmente *OESP* contrapõe os dois governos e, efetivamente, põe-se ao lado dos militares endossando suas práticas.

As outras duas funções do item “*Governo*” são de Circunstância e Beneficiário, como podemos visualizar nas passagens 172 e 173:

⁴⁸ João Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros, estava em uma visita oficial com fins político e comercial à China comunista. Essa visita foi usada pelos opositores como prova material de um suposto envolvimento de Goulart com o comunismo.

(172)

O líder comunista Luís Carlos Prestes chegou a dizer que os comunistas já estavam no **governo**, embora ainda não no poder.

O jornal ESP lança mão do item “*Governo*” como Circunstância de Localização de Lugar com propósito de indicar onde estavam os comunistas – para os opositores de Goulart. O Jornal põe Luís Carlos Prestes como dizente de um Processo Verbal (Luís Carlos Prestes chegou a dizer), possivelmente para dar ainda mais credibilidade e força a essa construção, já que se tratava de um líder comunista, como chamado à atenção.

Já na passagem (173), “*Governo*” assume a função semântica de Beneficiário de um Processo Material Transformacional. *OESP* credita o golpe de 1964 a um quadro de crise – sugerindo que provocada pelo presidente da República – como segue:

(173)

O quadro se completa com a revolta dos sargentos, em setembro de 1963, e com a dos marinheiros, em 25 de março de 1964, que, atingindo em cheio a disciplina, espinha dorsal das Forças Armadas, colocou os militares em choque direto com o **governo** e precipitou sua intervenção.

- **João Goulart**

A exemplo do item “*Governo*”, o item “*João Goulart/Goulart*” apresenta 04 usos no editorial em análise. *OESP*, a partir das escolhas lexicais feitas, constrói uma imagem negativa do presidente, apontando-o como o responsável pela crise estabelecida no Brasil em 1964 (conforme exemplo 130), como inconformado com o acordo que possibilitou sua posse e *OESP* ainda o acusa de mobilizar sindicatos e lideranças para impor as “reformas de base”, além de mostrá-lo contando com um apoio pequeno da população. As escolhas lexicogramaticais feitas por *OESP* no editorial em análise, possibilita-nos afirmar que ESP ratifica a posição assumida em 1964. Vejamos como isso se dá.

OESP usa um Processo Mental para mostrar como Goulart se sente com a recusa dos militares de garantir sua posse. Para o jornal, Goulart estaria inconformado com tal situação, assim figurando como Experienciador do Processo Mental “conformar-se” que traz como Fenômeno “com a solução de compromisso”. O jornal ainda intensifica a situação a partir da Circunstância de Extensão de Duração – nunca – estabelecendo uma posição contínua do presidente, conforme a porção textual:

(174)

Goulart nunca se conformou com a solução de compromisso que, vencendo a resistência dos ministros militares, possibilitou sua posse – a instauração do parlamentarismo, no qual dividia seus poderes com o primeiro ministro.

Precisamos considerar que os militares, como já sabido, tentaram impedir a posse de Goulart. Mas isso não foi possível pela mobilização articulada por Leonel Brizola, governador, pelo PTB, do Rio Grande do Sul e cunhado de João Goulart. Com o “Movimento de Resistência Democrática” e “Voz de Legalidade”, a posse foi garantida, mas com poderes limitados. O Congresso Nacional instituiu, por emenda constitucional, o Parlamentarismo, que deveria ser referendado ou não em 1965. Como a crise política não foi sanada por esse sistema, houve a antecipação do plebiscito para 1963, com a vitória da volta ao Presidencialismo, atingindo 80% dos votos. Com esse resultado, Goulart assume como presidente.

Não havia, portanto, situação de inconformismo por parte de Goulart, houve respeito ao compromisso firmado e às instituições. *OESP* inverte os fatos para construir a realidade que convém à imprensa (ABRAMO, 2016).

Em outra passagem do editorial, *ESP* põe Goulart como Ator de um Processo Material Transformativo – mobilizou – em função da Meta “sindicatos e lideranças radicais” (mobilizou sindicatos e lideranças radicais) e Beneficiário Cliente para impor as chamadas reformas de base “na lei ou na marra”, como se constata a seguir:

(175)

Goulart mobilizou sindicatos e lideranças radicais para impor as chamadas reformas de base “na lei ou na marra”.

Mais uma vez o *OESP* desvirtua os fatos para acomodá-los a seus propósitos, pois Goulart era um político conciliador e, em função disso, rejeitou todas as propostas para impor as reformas de base (SKIDMORE, 1994).

O último uso explícito do item “*Goulart*” identifica-o como Participante Portador de um Processo Relacional Possessivo, cujo Possuído (bem menos apoiadores – 150 mil) diz respeito ao quantitativo de participantes no Comício da Central, no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964 (conforme apresentada na Seção 3), como se vê:

(176)

Goulart reunira bem menos apoiadores – 150 mil. Marchas semelhantes foram feitas em outras capitais. E sua deposição foi comemorada por 1 milhão de pessoas no Rio.

OESP ignora os cinquenta anos decorridos e o que se sabe, com base em pesquisas, ao longo desse período, sobre, por exemplo, a popularidade de João Goulart. O jornal posiciona-se como há cinquenta anos, quando veiculou em editorial do dia 12 de março de 1964, conforme Palmério e Mylton (2015) a ameaça apresentada por João Goulart:

fazendo coro com os grandes jornais – exceto o Última Hora, sempre é bom lembrar –, O Estado de São Paulo, na véspera do comício de 13 de março de 1964, acusava o “aprofundamento do divórcio entre o governo da República e a opinião pública nacional” e pedia aos militares que, ouvindo a voz do povo que intervissem para afastar a “ameaça comunista (DÓRIA; SEVERIANO, p. 187, 2015)

A imprensa da época, para justificar sua posição, usou a opinião pública e a popularidade de João Goulart. Entretanto, já sabemos que houve, naquele momento, manipulação de dados⁴⁹ a partir da ocultação (ABRAMO, 2016), os resultados das pesquisas não foram divulgados

- **Comunismo**

O item “*Comunismo*” é, na ordem, juntamente com “*Movimento*”, o segundo de maior recorrência no editorial, são 03 para cada item. *OESP* retoma a justificativa de comunização usada em 1964 para ganhar adesão do povo e, necessariamente, tomar o poder de um governo legítimo. Inicialmente, o jornal afirma, transferindo para Luiz Carlos Prestes a responsabilidade do dizer sobre a existência de comunistas no governo como pode ser visto nas passagem (133). Traz a Guerra Fria para contextualizar historicamente sua posição e afirma que Os Estados Unidos não iriam tolerar adesão brasileira ao comunismo, como podemos conferir na passagem a seguir:

⁴⁹Pesquisas realizadas pelo Prof. Dr. Luiz Antonio Dias, da PUC-SP, demonstram que João Goulart tinha alta popularidade como também grande potencial eleitoral, segundo pesquisas feitas na época, mas não divulgadas. De acordo com Dias, a primeira pesquisa “sem indicação de contratante, revelava amplo apoio à reforma agrária, com um índice superior a 70% em algumas capitais. A outra, realizada em São Paulo a pedido da Fecomercio na semana anterior ao golpe, apontava que 72% da população aprovava o governo Jango. Entre os mais pobres a popularidade alcançava 86%. Esse mesmo estudo revela que 55% dos paulistanos consideravam as medidas anunciadas por Goulart no Comício da Central do Brasil, em 13 de março, como de real interesse para o povo. Mas o acervo doado pelo Ibope é muito maior. Coletei mais de 500 páginas de pesquisas feitas entre 1961 e 1965 a revelar a dimensão do apoio popular a Jango e como ele tinha grandes chances de vitória caso disputasse as eleições.

(<http://www.verinotio.org/conteudo/0.9017047937044.pdf>)

(177)

É importante assinalar que tudo isso se passou em meio à guerra fria. Para os Estados Unidos e seus aliados, era intolerável a possibilidade de o Brasil aderir ao campo **comunista**.

A forma com que *OESP* estrutura o editorial vai sugerindo ao leitor, de forma velada, a ideia de ser impossível não haver se posicionado a favor do golpe. O jornal tem o cuidado de produzir um cenário que possibilite encaminhar o leitor para a compreensão desejada. Por essa razão, faz escolha, nessa passagem, por uma Metáfora Gramatical *a possibilidade de o Brasil aderir ao campo comunista* funcionando como Portador de um Processo Relacional, tornando natural e esperado a postura americana e de seus aliados, por isso a instanciamento sem nenhum Participante humano à ação de aderir. Com essa configuração, *OESP* pôde dizer o que desejava sem se explicar diretamente. O jornal diz, por meio do Atributo *intolerável*, ser inadmissível uma relação do Brasil com o comunismo, mas sem se mostrar explicitamente, ou seja, reafirma a campanha de comunização feita com propósito de depor João Goulart.

Os outros dois usos do item comunismo ocorrem na variação *comunista* no exemplo a seguir:

(178)

O líder **comunista** Luís Carlos Prestes chegou a dizer que os **comunistas** já estavam no governo, embora ainda não no poder. Leonel Brizola criou as unidades paramilitares "Grupo dos 11". A economia degingolava, com inflação alta e baixo crescimento.

Como se observa, nesse fraseado, o jornal *OESP* constrói a oração posicionando comunista como Dizente – O líder comunista Luiz Carlos Prestes - de um Processo Verbal *dizer*. Nessa configuração é atribuída a Luís Carlos Prestes a responsabilidade de dizer que o governo de João Goulart era constituído por comunistas. Para isso, o jornal busca se isentar da responsabilidade da afirmação por meio de Relato – os comunistas já estavam no governo. Isso significa dizer que a escolha pelo Processo Verbal constitui uma proteção para o diário, possibilitando-o fazer afirmações sem assumir o ônus pelo que diz.

- **Movimento**

Nessa escala dos itens lexicais mais recorrentes, temos “*Movimento*” com três utilizações no texto. Em verdade, é como *Movimento* que *OESP* caracteriza o golpe civil-militar brasileiro de 1964, conforme evidenciado na passagem a seguir:

(179)

Ao completarem-se 50 anos do **movimento** civil-militar de 31 de março de 1964, é possível ter uma visão mais serena e objetiva, tanto das condições que levaram a ele como dos primórdios do regime então implantado e do seu desvio de curso original imaginado, em especial, pelas lideranças civis.

OESP, com intuito de encaminhar o leitor para seus propósitos, usa “*Movimento*”, inicialmente, como Circunstância de Extensão de Tempo, construindo um cenário para a época capaz de acomodar e até justificar suas posições como na passagem (179).

Na sequência, o jornal apresenta “*Movimento*” como Meta de um Processo Material Transformacional *desviou*. É importante chamar atenção para o fato de que o Participante Ator dessa construção é “O Ato Institucional nº 2” e não os militares, responsáveis pelo instituído como podemos observar no exemplo (180):

(180)

O Ato Institucional nº 2, o AI-2, de 27 de outubro de 1965, desviou o **movimento** de seu rumo. Mais grave do que extinguir os partidos foi, como assinalou o Estado em vários editoriais – notadamente os de 28 e 29 de outubro –, tornar permanentes medidas de emergência, excepcionais e transitórias, destinadas a recolocar o País no caminho democrático.

Com essa escolha o jornal poupa os militares numa espécie de encobrimento de autoria, afinal o AI-2 foi uma ação de responsabilidade dos militares no poder.

O último fraseamento com o item “*Movimento*” também apresenta O AI-2 como Ator do um Processo Material *marcar*, ou seja, O AI-2 age em função da Meta afastamento que tem como Beneficiário Cliente o item “*Movimento*” como segue:

(181)

O AI-2 marca o afastamento do Estado do **movimento**. A sua componente civil foi definindo e ele se tornou essencialmente militar. Começou ali o processo que levou ao autoritarismo e ao arbítrio do AI-5, à censura, à repressão, ao cerceamento das liberdades civis e dos direitos individuais.

Isso significa dizer que *OESP* apenas registra uma mudança na condução da tomada de poder pelos militares, quando os civis que apoiavam o golpe diziam acreditar na devolução da presidência aos civis (GASPARI, 2015, SKIDIMORE, 1985, DREIFUSS, 1981) nada além do registro da uma constatação de um governo ditatorial. Aliás, o ESP faz apenas essa menção afastando-se completamente dos períodos de chumbo que viriam.

No que diz respeito aos itens menos utilizados pelo jornal *OESP*, mas não menos importantes, estão “*Democracia*”, “*Forças Armadas*” e “*Violência*” com apenas uma ocorrência cada um deles. Quantitativamente, trata-se de um número muito pequeno para um evento como esse, no entanto, é significativo se considerarmos as funções exercidas por cada um deles. Vejamos:

- **Democracia**

A escolha pelo item democracia – apresentado a partir da variação “*Democrático*” – funciona semanticamente como Circunstância de Localização de Lugar, pois é assim que *OESP* vê as consequências do AI-5 – ato, inclusive, não comentado pelo jornal, como podemos observar na passagem que segue:

(182)

O Ato Institucional nº 2, o AI-2, de 27 de outubro de 1965, desviou o movimento de seu rumo. Mais grave do que extinguir os partidos foi, como assinalou o Estado em vários editoriais – notadamente os de 28 e 29 de outubro –, tornar permanentes medidas de emergência, excepcionais e transitórias, destinadas a recolocar o País no caminho **democrático**.

Quando *OESP* faz essa opção, necessariamente nos possibilita inferir que todos os atos de atrocidades cometidos pela ditadura militar foram necessários, considerando o propósito das ações, uma vez que o jornal afirma textualmente que se tratava de “medidas de emergência, excepcionais e transitórias, destinadas a recolocar o País no caminho democrático”, conforme a passagem (182). Com isso, o jornal reafirma seu apoio ao golpe.

- **Forças Armadas**

O item “*Forças Armadas*”, muito recorrente na primeira fase de nossas análises como Ator de Processos Materiais Transformativos, é posto nesta Fase de análise, cinquenta anos depois do golpe, como Ator Beneficiário Cliente de um Processo Material Transformativo – atingir – praticado pelo Ator “revolta dos sargentos e a dos marinheiros” como evidenciado no trecho:

(183)

O quadro [de crise]⁵⁰ se completa com a revolta dos sargentos, em setembro de 1963, e com a dos marinheiros, em 25 de março de 1964, que, atingindo em cheio a disciplina, espinha dorsal das **Forças Armadas**, colocou os militares em choque direto com o governo e precipitou sua intervenção.

Podemos entender, a partir dos usos feitos pelo *OESP* nessa configuração oracional, que as Forças Armadas, quando tiveram a disciplina atingida pela revolta dos sargentos e dos marinheiros, passam a figurar como vítima e não como agente, num processo claro de manipulação da imprensa (ABRAMO, 2016).

- **Violência**

Também com um uso explícito no editorial em análise, temos o item “Violência”, figurando como Meta de um Processo Material Transformativo de Extensão por Possessão – repudiar. Na Oração o Participante Ator é exercido por uma Metáfora Gramatical “persistência de milhares de brasileiros”. Nesse tipo de construção, a nominalização – persistência – mesmo determinada por “milhares de brasileiros” indica não haver relação com Participante algum e o Processo é representado como coisa, vejamos:

(184)

A redemocratização viria ao fim de duas décadas de arbítrio, graças à persistência de milhares de brasileiros que se comportaram de forma pacífica e ordeira, repudiando tanto a **violência** empregada por aqueles que escolheram equivocadamente a luta armada quanto a brutalidade dos agentes do regime de exceção.

Evidencia-se, nesses termos, a busca pelo fim da violência e não a autoria dela, num esforço, ao que parece, de escamotear a discussão e fazer um apagamento da responsabilidade dos militares, tornando-a natural.

Apesar de não trabalharmos, nesta pesquisa, com o Sistema de Avaliatividade (MARTIN; ROSE, 2007), é relevante chamar atenção para a inferência de criminalização do grupo contrário à ditadura militar, permitida a partir da avaliação feita pelo *OESP*, pois ao fazer escolha pela estrutura “milhares de brasileiros que se comportaram de forma pacífica e ordeira” o jornal nos possibilita acessar, no eixo Paradigmático, um outro grupo que poderia ser o de brasileiros que “não se comportaram de forma pacífica e ordeira”, ou seja, aqueles

⁵⁰ Grifo nosso

que lutaram contra a opressão e os desmandos praticados pelos militares no poder do regime ditatorial.

Itens com baixa ou nenhuma ocorrência no editorial

Dos treze itens analisados neste editorial, “*Ditadura*”, “*Anistia*”, “*Tortura*”, “*Terrorismo*” e “*Golpe*” não contaram com nenhum uso e isso nos chama a atenção. Ao que parece, trata-se de uma negação da existência/construção da realidade, considerando que, como visto na Seção 3, “A fragmentação da realidade em aspectos particularizados, a eliminação de uns e a manutenção de outros, e a descontextualização dos que permanecem, são essenciais, assim, à distorção da realidade e à criação artificial de outra realidade” (ABRAMO, 2016, p.43)

Sendo assim, para ESP não houve golpe, mas um movimento como apresentado pelo jornal e tal escolha estabelece a relação que o jornal tem com 1964, considerando, principalmente, que “pode-se defender que o léxico em funcionamento na língua é uma questão de conhecimento distribuído” (MARCUSCHI, 2004, p. 281).

6.2.3.2 FSP: Golpe reafirmado como único caminho e reduzido a um período de aprendizado

A *FSP* publicou um editorial de página inteira (A2) sobre os cinquenta anos do golpe civil-militar brasileiro de 1964 com o título “**1964**”, em um domingo, no dia 30 de março de 2014. O jornal elenca pontos que constroem uma visão negativa da ditadura, no entanto, isso parece ser feito como estratégia para lhe possibilitar uma imagem de atuação democrática – estratégia iniciada desde a década de 70 (ver Seção 3) –, condizente com o que se espera de um veículo da imprensa.

O jornal usa o distanciamento do tempo presente para justificar sua participação no episódio e, a partir de uma memória seletiva, reescreve o passado com propósito de construir uma identidade de imparcial e com preocupação de defender os valores democráticos, no entanto, o que faz em 2014 é reafirmar sua militante posição em favor do golpe manifestada em 1964, e isso se dá a partir das escolhas lexicogramaticais realizadas como veremos a partir de então.

Dos itens lexicais por nós analisados neste editorial, “*Ditadura*”(08), “*Violência*”(06), “*Democracia*”(03), “*Governo*”(03) e “*Tortura*”(02) são os de maior ocorrência. “*Anistia*” (01)

e “Comunismo” (01) são de menor ocorrência, já os itens “Golpe”, “Revolução”, “Forças Armadas”, “João Goulart”, “Movimento” e “Terrorismo” não apresentam nenhuma ocorrência.

No geral, esses dados parecem apontar para uma concepção da existência de uma ditadura com uso de violência, considerando, evidentemente o quantitativo de ocorrência de cada item lexical analisado. No entanto, contraditoriamente, não há menção a golpe, o que pode sinalizar para a negação de uma memória e construção de uma realidade que sirva a interesses do jornal FSP. Dessa forma, analisaremos como esses itens foram utilizados pelo jornal, que função semântica eles exerceram e o que esses usos nos dizem sobre a representação do golpe e do seu desdobramento no cinquentenário apresentado por FSP.

- **Ditadura**

Como vimos, esse item conta com a maior ocorrência no editorial “1964”, são 08. Ao longo do editorial, FSP lança mão de diferentes funções semânticas – Portador, Meta, Circunstância e Fenômeno – tudo com intuito do propósito final que é o de convencer o leitor de que em 1964 não havia outra saída, a ditadura era necessária. Assim, a primeira aparição do item “Ditadura” é como Participante Portador para mostrar que hoje é notório o aspecto violento da ditadura, como observamos na passagem:

(185)

O regime militar (1964-1985) tem sido alvo de merecido e generalizado repúdio. A consolidação da democracia, nas últimas três décadas, torna ainda mais notória a violência que a **ditadura** representou.

Como podemos observar, FSP introduz a ditadura como regime militar demarcando o período de início e de fim – 1964 /1985 – deixando-o no passado. O jornal registra o repúdio da sociedade, no que ganha a adesão do leitor, e caracteriza a ditadura como violenta, mas tem o cuidado de circunstanciar a situação com o Localizador de Extensão de Duração “nas últimas três décadas”. Com essas escolhas, FSP vai criando um trajeto de despertar de consciência que culmina com a imagem de questionador da ditadura que o jornal busca construir a partir da década de 1970 (conforme apresentada na Seção 3).

Mas, essa noção de violência vai servir para potencializar a criminalização feita ao presidente João Goulart e seus defensores, pois o item “Ditadura” é trazido pela FSP como Meta de um Processo Material Transformacional, tendo como Ator “os adversários”,

referindo-se ao governo deposto. Isso significa dizer que a ditadura era violenta, mas se fosse admitida a permanência de Goulart no poder, a violência seria ainda maior. Posto assim, essa ideia confirma o propósito do jornal de afirmar que o golpe se constituía na única saída, pois teve o propósito de evitar o contragolpe. Observemos o trecho a seguir:

(186)

A direita e parte dos liberais violaram a ordem constitucional em 1964 e impuseram um governo ilegítimo. Alegavam fazer uma contrarrevolução, destinada a impedir seus adversários de implantar **ditadura** ainda pior, mas com isso detiveram todo um impulso de mudança e participação social.

O item “*Ditadura*” ainda é usado pela FSP como Fenômeno de um Processo Mental, cujo Experienciador é o próprio jornal, quando afirma, de modo meio a contragosto que apoiou a ditadura, mas logo reafirmando seu apoio com o aspecto circunstancial “aos olhos de hoje”, como evidenciado na passagem:

(187)

Às vezes se cobra, desta Folha, ter apoiado a **ditadura** durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro.

O jornal se diz cobrado pelo apoio à ditadura fazendo uma ocultação de quem exerce essa cobrança e põe-se como Experienciador de um Processo Mental Emotivo *apoiar* cujo Fenômeno é Ditadura. Com essas escolhas faz algumas marcações que buscam favorecer a sua imagem junto aos leitores, como pôr a discussão no âmbito do emocional, daquele que age por impulso em função do afã do momento com intuito de resolver o problema – no caso seria livrar o Brasil da comunização, conforme pregavam militares e civis reacionários. Essa tentativa de envolver o leitor pelo emocional fica fortalecida com a Circunstância de Localizador de Tempo “aos olhos de hoje”, que tem o poder de fazer um recorte em todo o período – desconsiderando todos os outros momentos subsequentes e centrar-se apenas em 1964, naquelas condições, como se exigindo do leitor um posicionamento, questionando-o, de modo velado, sobre o que faria se estivesse em seu lugar e, ao mesmo tempo, já se absorvendo do apoio à ditadura.

FSP reduz todo aspecto de violência e de brutalidade da ditadura a uma Circunstância de Localização de Tempo – quando a ditadura ainda se continha em certas balizas –, ou seja,

marca, ao que parece, à luz do jornal, o “tempo brando”⁵¹ da ditadura para se contrapor à guerrilha, marginalizando-a, imputando a este movimento a responsabilidade da violência quando o põe como Ator – grupos militarizados – do Processo Material desencadearam, cuja Meta seria uma luta armada. Com essa representação, o jornal justifica a ação dos militares e todos os danos por eles cometidos, como é possível evidenciar no trecho a seguir:

(188)

Logo após 1964, quando a **ditadura** ainda se continha em certas balizas, grupos militarizados desencadearam uma luta armada dedicada a instalar, precisamente como eram acusados pelos adversários, uma **ditadura** comunista no país.

Por fim, o jornal FSP reafirma seu apoio ao trazer a ditadura como Participante Recebedor de críticas infundadas, como exposto no trecho que segue:

(189)

Isso não significa que todas as críticas à **ditadura** tenham fundamento. Realizações de cunho econômico e estrutural desmentem a noção de um período de estagnação ou retrocesso.

FSP sintetiza nessa Oração sua posição em relação à ditadura, ou seja, enxerga-a como um momento de avanços e reduz tudo a questões econômicas.

- **Violência**

Outro item com alta ocorrência no *corpus* desta fase de nossa análise – são 07 usos – é “*Violência*”, tomada pela FSP, neste editorial, como representação da ditadura, – “a *violência* que a ditadura representou” – assumindo a função lexical de Atributo, como já vimos. Esta poderia ser a função semântica, por excelência, no entanto, outras funções são exercidas ao longo do editorial, todas com o propósito de fortalecer a posição da FSP. Dessa maneira, o item “*Violência*” assume a função semântica de Meta de um Processo Material Transformacional “representou”, como forma de indicar a quem essa violência atingiu, conforme a passagem:

⁵¹ O jornal FSP considerou a ditadura civil militar brasileira de 1964 como “ditabranda” no editorial intitulado *Limites a Chávez*, do dia 17/02/2009, sobre Hugo Chavez e as eleições na Venezuela : “... Mas, se as chamadas “ditabrandas” – caso do Brasil entre 1964 e 1985 – partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíaam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça – o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori, no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente”. (Editorial da Folha de S. Paulo, de 27/02/2009).

(190)

Violência contra a população, privada do direito elementar ao autogoverno. E **violência** contra os opositores, perseguidos por mero delito de opinião, quando não presos ilegalmente e torturados, sobretudo no período de combate à guerrilha, entre 1969 e 1974.

Quando FSP estabelece os Beneficiários da violência praticada pela ditadura – “população” e “opositores” – objetiva mostrar que esta foi sofrida por todos, não apenas pelos que lutaram contra o desrespeito ao Estado democrático de direito. Parece uma forma de minimizar tal fato, aliás, FSP fala da posição de mero espectador ou de quem esteve alheio a tudo o que aconteceu, como se não tivesse contribuído para esse quadro em sua formação e seu desenrolar. Na esteira desse raciocínio, traz o item “Violência” como Meta quando FSP declara *mea culpa*:

(191)

Este jornal deveria ter rechaçado toda **violência**, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais.

Com essa escolha, o jornal “assume” a posição, não de quem apoiou a ditadura, mas de quem não a repeliu. No entanto, de imediato, justifica essa posição, recorrendo a uma contraposição de tempo passado e presente pelo uso da Circunstância de Localização de Tempo – *agora, daqueles tempos* – e ainda pela Circunstância de Modo *naquelas circunstâncias*, conforme se observa na passagem que segue:

É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daquelles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias. (FSP – 30/MARÇ/2014)

Como se observa, a FSP afirma que “naquelas condições” qualquer um agiria da mesma forma, na busca de justificar toda a campanha realizada no espaço discursivo do jornal, como nas ações concretas decorrentes desse posicionamento.

Outra função semântica exercida pelo item “Violência” é construída a partir da configuração de Processo – violar – mantido em nossa análise por se tratar de um cognato, e, principalmente, por apresentar a violência em sua essencial forma de ação, conforme trecho a seguir:

(192)

A direita e parte dos liberais **violaram** a ordem constitucional em 1964 e impuseram um governo ilegítimo

Dito isto, FSP apresenta como se deu a imposição dos militares chamados convenientemente, no editorial de efemérides, de “governo ilegítimo”.

A última ocorrência do item “*Violência*”, neste editorial, assume a função semântica de Circunstância de Causa por Finalidade, pois FSP põe a “renúncia à violência” como fim para “*lutar por ideias*”, como declarado a seguir:

(193)

Visto em perspectiva, o período foi um longo e doloroso aprendizado para todos os que atuam no espaço público, até atingirem a atual maturidade no respeito comum às regras e na renúncia à **violência** como forma de lutar por ideias.

É interessante chamar atenção para essa posição do jornal FSP, porque ele inicia com uma Circunstância de Modo (Qualidade) – *Visto em perspectiva* – numa postura de defesa e logo em seguida atenua, a partir de um Processo Relacional Identificativo, todo o período de ditadura civil-militar brasileira de 1964 com um identificador, ou seja, para FSP esse período foi apenas como “um longo e doloroso aprendizado”.

- **Democracia**

Posto, desde sempre, como o propósito do golpe e o regime a ser defendido, o item “*Democracia*” conta com três usos no editorial em análise, um índice relativamente baixo para o elemento proclamado pelos que perpetraram o golpe como a razão de tudo. Nos três usos, “*Democracia*” não é apresentada como um propósito a ser alcançado, como um valor a ser mantido, mas é trazida inicialmente como uma espécie de divisor de momentos – ditadura e pós-ditadura. Vejamos:

(194)

A consolidação da **democracia**, nas últimas três décadas, torna ainda mais notória a violência que a ditadura representou.

Nesse caso, o Ator – “A consolidação da democracia” – age em função de possibilitar como a Meta – “notória a violência que a ditadura representou” – foi afetada pelo Ator, ou seja, com o propósito de apresentar o mal cometido pela ditadura, ao dar notoriedade ainda

maior à violência produzida. Com essas escolhas, o jornal parece querer portar-se como quem tomou conhecimento de algo de que não sabia, pois não seria necessário três décadas para se deixar evidente a violência cometida.

Nos outros dois usos, “*Democracia*” fica no plano da identificação, como é possível evidenciar nos casos (195) e (196):

(195)

Aquela foi uma era de feroz confronto entre dois modelos de sociedade – o socialismo revolucionário e a economia de mercado. Polarizadas, as forças engajadas em cada lado sabotavam as fórmulas intermediárias e a própria confiança na solução pacífica das divergências, essencial à **democracia** representativa.

No caso (151) FSP faz considerações sobre as circunstâncias históricas da década de 1960, evidenciando a polaridade existente entre o Capitalismo e o Socialismo como forma de fortalecer a concepção de que não havia outra saída para o jornal a não ser apoiar o golpe. Nessa estruturação o jornal faz escolhas, afirmando não haver interesse em solucionar a polarização. Assevera haver sabotagem, inclusive, “a confiança na solução pacífica das divergências”. Ao fazer tal construção, o jornal lança mão de uma Circunstância de ângulo (Ponto de vista) – “essencial à **democracia** representativa” – assumindo, neste momento, a posição de quem tem autoridade no assunto e que por isso pode se posicionar. Principalmente, quer demonstrar preocupação. Mas essa escolha parece ter como propósito a acusação de um governo ilegítimo feita a Goulart, numa manobra de manipulação (ABRAMO, 2016), buscando legitimar seu apoio ao golpe.

(196)

Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da **democracia** e das liberdades individuais.

No caso (196), o jornal estabelece a “*mea culpa*”, nele o item “*Democracia*” funciona semanticamente como Participante Identificador de um Processo Relacional Identificativo. Nesse fraseado há uma definição do Identificado – “Este jornal” [FSP] – pelo Identificador – “um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais” –, assim, a partir de uma negação, o jornal afirma o que foi, aliás, afirma o que ele não foi, isto é, o jornal FSP não foi um defensor da democracia. Logo, essa instanciação torna-se significativa para a construção da identidade desse veículo de comunicação, apesar de não acreditarmos ter sido esse o propósito de tal escolha. Principalmente pelo fato de essa construção ter sido posta

depois de evidenciados os dados estatísticos que comprovariam os benefícios da ditadura militar.

- **Governo**

Também como um dos itens mais frequentes, “Governo” figura duas vezes no editorial “1964” e é usado com propósito de confrontar o governo do presidente João Goulart, apresentado como sem legitimidade, e o dos militares, construído como um governo de avanços econômicos. Nos dois casos os Processos utilizados são Materiais “impuseram” e “consolidaram”, o que possibilita demarcar as ações maléficas de um e as ações de desenvolvimento de outro, como segue:

(197)

A direita e parte dos liberais violaram a ordem constitucional em 1964 e impuseram um **governo** ilegítimo.

Ao apresentar o governo do presidente João Goulart, FSP, a exemplo do que fez OESP, a partir do padrão de inversão (ABRAMO, 2016), transpõe para Goulart o que foi de responsabilidade dos militares, uma vez se tratar de um governo legítimo com mandato também legitimado pelo voto popular, segundo as normas constitucionais vigentes.

A partir dessa manobra, FSP recria a história que lhe beneficia, identificando Goulart como Meta – “governo ilegítimo” – de um Processo Material Transformacional – “impuseram” – de caráter inaceitável do ponto de vista ético. Para isso, o jornal acusa o Ator desse Processo – “A direita e parte dos liberais” – de violar a ordem constitucional e impor o governo.

Com essa construção, FSP reafirma umas das estratégias que provocou desequilíbrio em 1964, a de pôr o presidente João Goulart como ilegal. Isso traz o leitor para a mesma posição que o jornal adotou àquela época.

Já para o segundo uso do item, a representação construída pela FSP é diferente, como podemos verificar:

(198)

Sob um aspecto importante, 1964 não marca uma ruptura, mas o prosseguimento de um rumo anterior. Os **governos** militares consolidaram via proteção tarifária, que vinha sendo a principal alavanca da industrialização induzida pelo Estado e que permitiu, nos anos 70, instalar a indústria pesada no país.

Nesta, tem-se “os governos militares” como Ator de um Processo Material Transformativo – consolidar – e como Meta “a política de substituição de importações...”, ou seja, o governo militar é posto na legalidade e agente de processos benéficos e de desenvolvimento para o Brasil, endossando a posição assumida pelo jornal FSP e reafirmada hoje.

- **Tortura**

É o último dos itens de maior ocorrência no editorial de cinquentenário do golpe civil-militar de 1964. São, a exemplo do item “Governo”, dois usos, o primeiro deles é, “*Torturados*” como variação do item. Nesse caso, FSP, numa estrutura completamente circunstanciada, põe “Torturado” em uma Oração Relacional Intensiva, cuja função é de caracterizar uma entidade. Dessa forma, “Torturado” exerce a função de Atributo e traz como Portador “Os perseguidos [os opositores]”. Com essa instanciação, o jornal FSP identifica quem são os torturados pela ditadura, “os opositores” como já visto e a partir das Circunstâncias indica o motivo – “por mero delito de opinião” representado por uma Circunstância de Causa e localiza quando o fato ocorreu – “sobretudo no período de combate à guerrilha, entre 1969 e 1974” realizada por meio de uma Circunstância de Localização (Tempo), como mostra a passagem a seguir.

(200)

E violência contra os opositores, perseguidos por mero delito de opinião, quando não presos ilegalmente e **torturados**, sobretudo no período de combate à guerrilha, entre 1969 e 1974.

No segundo uso do item, numa relação de “distribuição” de culpados, e mais uma vez se portando como ente alheio, a FSP atribui a responsabilidade maior da violência aos ditadores, argumentando em favor da normalização da violência, principalmente, porque em seguida, o jornal afirma que “não significa dizer que todas as críticas à ditadura tenham fundamentos”, como verificado no exemplo que segue:

(201)

As responsabilidades pela espiral de violência se distribuem, assim, pelos dois extremos, mas não igualmente: a maior parcela de culpa cabe ao lado que impôs a lei do mais forte, e o pior crime foi cometido por aqueles que fizeram da **tortura** uma política clandestina de Estado.

Nesse enquadre, o item “Tortura” é posto como Meta de um Processo Transformativo, tendo como Ator “aqueles [o lado que impôs a lei do mais forte]”. Dessa forma, “Tortura” figura como o propósito de uma “política clandestina de Estado” praticada por Atores não explicitados pelo jornal a partir de escolha lexicogramatical que possibilita indeterminar esses agentes.

Itens com baixa ou nenhuma ocorrência

Entre os itens de menor frequência no editorial “1964”, com uma ocorrência, figuram “Anistia” e “Comunismo”, seguidos a estes identificamos “Golpe”, “Revolução”, “Forças Armadas”, “João Goulart”, “Movimento” e “Terrorismo” sem ocorrência alguma. Vejamos como esses itens compõem significados:

- **Anistia**

FSP já se encaminhando para a conclusão do editorial, depois de mostrar aspectos negativos e fazer uma demonstração das conquistas feitas pela ditadura, usa o item “Anistia” para dar um tom de passividade ao período de distensão, como podemos verificar:

(202)

<p>As crises do petróleo e da dívida externa desencadearam desarranjos na economia, logo traduzidos em perda de apoio, inclusive eleitoral. O regime se tornara estreito para uma sociedade que não cabia mais em seus limites. Dissolveu-se numa transição negociada da qual a anistia recíproca foi o alicerce.</p>
--

Como é possível ver, ESP apresenta o fim do governo ditatorial passando a ideia de transição pacífica e negociada, a partir de uma abertura que se deu bem antes – “iniciada dez anos antes de sua extinção formal, em 1985”, palavras do periódico neste mesmo editorial. Esta já é uma referência à anistia, e quando o jornal faz uso explícito do item, faz construindo a Oração como Relacional, desta maneira, possibilita-nos identificar como este período se deu discursivamente.

FSP faz opção pelo item “Anistia” como Identificado – “a anistia recíproca” – e o Identificador “o alicerce”. Com essas escolhas o jornal estabelece uma relação, o que é autorizado inferir, de situação tranquila, o que nega toda a história.

- **Comunismo**

Posto como o mal a ser combatido pelos que participaram do golpe, o item “*Comunismo*” na variação “*Comunista*” é usado ainda na contextualização que FSP faz, na sua ótica, para justificar seu apoio à ditadura. Ao apresentar o período imediatamente seguinte ao golpe, acusa os adversários do golpe de tentar instalar uma ditadura comunista, como explicitado a seguir:

(203)

Logo após 1964, quando a ditadura ainda se continha em certas balizas, grupos militarizados desencadearam uma luta armada dedicada a instalar, precisamente como eram acusados pelos adversários, uma ditadura **comunista** no país.

Para esta construção, o jornal FSP opta por uma Oração Material. Nela o Ator – grupos militarizados – age, negativamente, a partir do um Processo Material Transformacional “desencadear”, tendo como Meta “uma luta armada”. FSP define o propósito dessa luta armada a partir da Circunstância de Causa (Finalidade) “dedicada a instalar... uma ditadura comunista no país”. Como se observa, para o jornal FSP os comunistas tentaram instalar uma ditadura no Brasil. Essa criação é importante uma vez que contribui para conferir legitimidade ao discurso produzido por este jornal.

O jornal deixou de fora de seu editorial de aniversário do golpe civil-militar de 1964 alguns itens lexicais, como: “*Golpe*”, “*Forças Armadas*” e “*João Goulart*”, muito significativos para a “recontagem” daquele momento. Acreditamos que essas ausências não sejam casuais, mas integram um propósito argumentativo na construção/reconstrução do golpe, a exemplo do que fez OESP (ver Subseção 5). Considerando que, na esfera jornalística, a verdade e a realidade existem a partir de uma narrativa, de um olhar parcial, conforme propósitos específicos (VAZ, 2013, p. 31), o não uso desses itens, como também dos itens “*Movimento*”, “*Revolução*” e “*Terrorismo*”, tem como fundamento a ocultação dos fatos e, necessariamente, o apagamento do que não interessa à identidade do jornal FSP, hoje.

6.2.2.3 OG: Golpe reafirmado como circunstância de um momento reduzido a “História” “há muito”

O jornal *OG* foi o primeiro veículo de comunicação a se manifestar sobre o aniversário dos cinquenta anos do golpe civil-militar brasileiro de 1964. Por influência direta das manifestações de junho de 2013, o jornal se viu, de certo modo, obrigado a se explicar, antes que sua imagem de antidemocrático ficasse ainda mais evidente.

Já em 31 de agosto de 2013, *OG* publicou impresso o editorial intitulado “1964” já veiculado no espaço virtual Memória Globo, afirmando ter sido um erro o apoio dado ao golpe daquele ano. No entanto, a construção desse discurso é, cuidadosamente, feita de modo circunstancializado, assim “à luz da história”, “editorialmente”, “à época”, “naqueles instantes” e “naquele contexto” constituem justificativas para a absolvição buscada por *OG*, uma vez que a escolha por Circunstâncias não se dá aleatoriamente, mas assume uma estratégia argumentativa na construção do dizer (MENDES, 2010).

Podemos, então, afirmar que o suposto pedido de desculpas de *OG* corresponde a uma manobra linguístico-discursiva de reafirmação do golpe de 1964 com propósito de reduzi-lo “apenas à história”.

E, para concretizar tal intuito, outras escolhas são também relevantes. Por essa razão, é importante analisarmos como os itens lexicais que guiam nossa investigação nesta fase da pesquisa constroem sentidos. Dessa forma, dos itens analisados, “Golpe” (05), “Democracia” (05), “Revolução” (06), “Comunismo” (03), “João Goulart” (02), “Movimento” (02), “Ditadura” (02) e “Forças Armadas” (02) figuram como aqueles de maior ocorrência. Já “Anistia”, “Tortura”, “Violência”, “Governo” e “Terrorismo” não são figuram no editorial.

Inicialmente, demonstramos como os itens de maior ocorrência são usados no artigo em análise e, em seguida, os de nenhuma ocorrência.

- **Democracia**

Em todos os usos feitos pelo jornal *OG*, no editorial em análise, a democracia – assegurar a democracia – constitui a razão para o golpe. Essa é uma das mais fortes estratégias usadas por aqueles que o gestaram e o puseram em prática. E *OG*, mesmo cinquenta anos depois, renova essa perspectiva, mostrando-se guardião das liberdades individuais, do bem-estar da sociedade brasileira, criando até um conceito de democracia favorável ao golpe, à ditadura.

Por essa razão, o item “Democracia” é, basicamente, descrito neste editorial, como apresentado nos casos subsequentes. Mas, antes disso, OG toma cuidado em construir um cenário que possibilita pôr o governo de João Goulart como antidemocrático, a partir de uma invasão que o jornal diz ter sofrido em 31 de março de 1964, o que haveria impedido a sua circulação, como retratado no trecho a seguir:

(204)

Na noite de 31 de março de 1964, por sinal, O GLOBO foi invadido por fuzileiros navais comandados pelo Almirante Cândido Aragão, do “dispositivo militar” de Jango, como se dizia na época. O jornal não pôde circular em 1º de abril. Sairia no dia seguinte, 2, quinta-feira, com o editorial impedido de ser impresso pelo almirante, “A decisão da Pátria”. Na primeira página, um novo editorial: “Ressurge a **Democracia**”.

Como se observa, autodeclarando-se vítima de atitude antidemocrática do governo de Goulart, OG teria sofrido uma represália que o impedia de publicar a decisão do povo, feito possível apenas com o golpe, o que estabelece uma oposição entre ditadura e democracia. No dia 02, OG publica o editorial intitulado “Ressurge a democracia”. Numa Oração Intransitiva, OG põe a Democracia como agente – Ator – que “resolve voltar”, ideia autorizada pelo afixo –“re-”. Uma vez de volta, resta caracterizá-la como indispensável e condicioná-la ao golpe como forma de legitimá-lo.

Em mais um processo de inversão (ABRAMO, 2016), OG utiliza, como forma de autoridade e de reafirmação do golpe, passagens do editorial escrito por Roberto Marinho quando dos vinte anos de ditadura. Nele, o jornal reapresenta o golpe como imprescindível à democracia, segundo podemos evidenciar nas passagens:

(205)

Destacava também os avanços econômicos obtidos naqueles vinte anos, mas, ao justificar sua adesão aos militares em 1964, deixava clara a sua crença de que a intervenção fora imprescindível para a manutenção da **democracia** e, depois, para conter a irrupção da guerrilha urbana.

(206)

Naquele contexto, o golpe, chamado de “Revolução”, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma **democracia**.

No caso (205), a partir de um quadro econômico favorável, OG põe a democracia como Atributo “imprescindível para a manutenção da democracia”, tendo como Portador a intervenção, situação similar ao trecho (206), com Circunstâncias condicionando o leitor a

isolar o momento e a situação. Nesses termos, o jornal reafirma sua crença no golpe e seu apoio, dizendo que só a partir dele seria possível manter a democracia no Brasil. Outro problema de inversão, pois a proteção à liberdade humana constitui princípio de qualquer tipo de democracia (BOBBIO, 2007) contraria o princípio básico de qualquer democracia.

No último uso do item pelo jornal, OG identifica “Democracia” como um valor absoluto, para isso lança mão de mais um Processo Relacional formado pela estrutura verbo prototípico “ser/é”, sendo possível inferir, inclusive, uma relação de igualdade entre democracia e golpe, conforme o caso:

(207)

A **democracia** é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma.

- **Golpe**

Com uma ocorrência alta no editorial em análise nesta Fase de nossa investigação, o item “*Golpe*” conta com cinco ocorrências, como já apontado. Trata-se de uma postura discursiva diferente da assumida em 1964 quando “*Golpe*” era ideologicamente refutado e por isso não referido uma só vez, mas construído como “Movimento”. Desta vez, o item é trazido à tona – também como estratégia argumentativa, como forma de o jornal reconhecer a existência dele –, fortalecendo a postura de arrependimento que esse veículo tenta construir. No entanto, ao analisar a função exercida pelo item em cada um dos casos analisados, observamos que há um investimento para negar o golpe. No primeiro uso constitui Fenômeno de um Processo Mental Emotivo, tendo O Globo como Experienciador, ou seja, o jornal OG reduz o apoio a uma experiência ao instanciá-lo a partir de um Processo mental, como podemos observar no exemplo que segue:

(208)

Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o **golpe** militar de 1964.

OG assume textualmente ter apoiado o golpe, no entanto, recorre à Circunstância de Modo (Qualidade) – editorialmente – com propósito de dizer que esse apoio ocorreu apenas no editorial, apenas no espaço discursivo do jornal, quando sabemos não ser essa a realidade, que esse apoio tinha uma dimensão muito maior.

Em dois outros casos, “Golpe” foi usado pelo jornal como Circunstância. No primeiro caso, é defendido como justificável, já que “pelo temor de um outro **golpe**, a ser desfechado pelo presidente João Goulart”, ou seja, OG justifica o golpe a partir de uma Circunstância de Causa (Finalidade), como verificado no trecho a seguir:

(209)

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro **golpe**, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” — e de alguns segmentos das Forças Armadas.

Com essa justificativa, OG reafirma o golpe. E é curioso que o jornal chama de intervenção a ação dos militares e de golpe a posição de João Goulart, mesmo cinquenta anos depois.

No segundo uso, o item golpe constitui uma Circunstância de Localização (Tempo), o jornal o faz com propósito de situar o leitor temporalmente, depois de uma Circunstância de Ângulo (Fonte) - Na justificativa das Forças Armadas para a sua intervenção – indicando quando o poder voltaria aos civis. Pode-se inferir que OG afirma ter apoiado o golpe porque acreditava ser por um período curto, conforme o caso a seguir:

(210)

Na justificativa das Forças Armadas para a sua intervenção, ultrapassado o perigo de um **golpe** à esquerda, o poder voltaria aos civis. Tanto que, como prometido, foram mantidas, num primeiro momento, as eleições presidenciais de 1966.

No último uso do item, o golpe é negado e OG reafirma a concepção de “revolução”. Para isso, traz uma citação do marechal Costa e Silva afirmando que os acontecimentos [golpe] se deram por exigência do povo, como confirmado a seguir:

(211)

Temos permanecido fiéis aos seus objetivos [da revolução], embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir a autoria do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o marechal Costa e Silva, ‘por exigência inelutável do povo brasileiro’. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘**golpe**’, com o qual não estaríamos solidários.”

Nessa configuração, *OG* põe golpe como Fenômeno, põe-no como algo que naturalmente existe, e isso é possível a partir da escolha pelo Processo Existencial – haveria –

o que não foi o caso do Brasil, segundo Roberto Marinho quer fazer acreditar, usando da fala de Costa e Silva afirmando ter havido uma revolução.

- **Revolução**

OG situa o item “Revolução” como caracterizador do golpe, mostrando como este era chamado. Para isso, OG tem o cuidado de localizar temporalmente essa denominação, lançando mão da Circunstância de Localização de Tempo – Naquele contexto –, como observado a seguir:

(212)

Naquele contexto, o golpe, chamado de “**Revolução**”, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia.

Isso dá ao leitor menos atento uma ideia de que, hoje, isso não mais acontece e, possivelmente, o jornal não tenha mais essa posição, principalmente, se considerado o que OG afirma mais adiante, por meio de uma oração passiva – que estabelece a ideia de imposição ao Ator, no caso, o próprio jornal (van LEEUWEN, 1997) – que a posição de defesa se dava em função de acreditar ser essa a única maneira de manter a democracia no Brasil, ou seja, afirma que hoje é diferente.

Na sequência, OG põe “Revolução” como Portador do Atributo “conhecido”. Ao construir o Atributo, a partir de uma Metáfora Gramatical, o jornal encapsula todos os fatos, desmandos, atrocidades cometidas pela ditadura a partir da nominalização do Processo Material “desenrolar”, como mostra a passagem:

(213)

O desenrolar da “**revolução**” é conhecido. Não houve as eleições. Os militares ficaram no poder 21 anos, até saírem em 1985, com a posse de José Sarney, vice do presidente Tancredo Neves, eleito ainda pelo voto indireto, falecido antes de receber a faixa.

É relevante observar nessa passagem do editorial que o que é dado como sabido, refere-se a um encadeamento de fatos de modo tranquilo e pontual, numa “oficialização dos fatos” (ABRAMO, 2016) à construção da realidade que interessa ao jornal, pois não parece que as famílias que tiveram seus entes torturados ou mortos pela ditadura conhecem da mesma forma que OG.

Na verdade, para este jornal, o golpe era dado como natural, como aquilo que naturalmente existe. Isso pode ser evidenciado em mais uma ocorrência do termo “Revolução”, no caso:

(214)

Sem povo, não haveria **revolução**, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’, com o qual não estaríamos solidários.

Tal naturalização se dá a partir da escolha pelo Processo Existencial “haveria”, que põe “Revolução” como Existente. E esse “natural” imposto pelas escolhas de OG fica ainda mais evidente quando é trazido para o fraseado a Circunstância de Contingência (Omissão) – *sem povo* – negando a partir daí a existência de golpe.

Ainda como propósito de se mostrar como guardião da democracia, o jornal, na figura de Roberto Marinho, faz questão de se dizer ao lado do povo em todos os momentos da história em que esteve no poder, por isso traz outros instantes do Brasil para comprovar o que afirma, como no trecho, a seguir, em que Revolução, posta na mesma dimensão de golpe e figurar como o propósito, Meta de um Processo Material, evidenciaria seu comprometimento, ao se remeter a década de 1930:

(215)

Não eram palavras vazias. Em todas as encruzilhadas institucionais por que passou o país no período em que esteve à frente do jornal, Roberto Marinho sempre esteve ao lado da legalidade. Cobrou de Getúlio uma constituinte que institucionalizasse a **Revolução** de 30, foi contra o Estado Novo, apoiou com vigor a Constituição de 1946 e defendeu a posse de Juscelino Kubistchek em 1955, quando esta fora questionada por setores civis e militares.

Apesar da Metafunção Relacional não ser foco desta pesquisa, é importante registrar como OG considera o interlocutor para proceder às escolhas feitas. O jornal OG, a partir da construção da identidade do leitor, afirma que o que dirá constitui verdades – “Não eram palavras vazias” –, talvez por considerar questões que não deveriam fazer parte do cotidiano do jornal, ou que não falava em vão, sendo atendido em suas cobranças. Mais uma vez, ao se mostrar agindo a favor do povo, apresenta-se comprometido com a legalidade, o que poderia refutar a ideia de golpe. Essa imagem é construída a partir da utilização de um Processo Material Transformacional – cobrou –, no qual Roberto Marinho é Ator da Meta “uma constituinte” cobrada ao Beneficiário Juscelino Kubistchek.

- **Comunismo**

Construído no período de golpe e durante toda a ditadura como o lugar do mal (MARIANI, 1996) e, por conseguinte, criminalizado, comunismo é trazido pelo OG para o editorial do aniversário de cinquenta anos com essa mesma perspectiva, assim também ao que parece, como um subterfúgio para mostrar o poder de Roberto Marinho na contestação da ditadura, segundo o jornal, mesmo sempre estando ao lado dela.

Para materializar discursivamente esse propósito, OG situou o leitor a respeito do comunismo, pondo-o como Circunstância de Modo (Qualidade), de acordo com o que segue:

(216)

A divisão ideológica do mundo na Guerra Fria, entre Leste e Oeste, **comunistas** e capitalistas, se reproduzia, em maior ou menor medida, em cada país. No Brasil, ela era aguçada e aprofundada pela radicalização de João Goulart, iniciada tão logo conseguiu, em janeiro de 1963, por meio de plebiscito, revogar o parlamentarismo, a saída negociada para que ele, vice, pudesse assumir na renúncia do presidente Jânio Quadros. Obteve, então, os poderes plenos do presidencialismo.

Como podemos verificar, OG apresenta, inicialmente, comunismo como um regime político de diferentes proporções, dependendo do país, no entanto, como forma para acusar o presidente João Goulart de ter reproduzido tal modelo a partir de aguçada radicalização. Considerando o contexto da época, ser tomado como comunista pela imprensa era ser condenado a inimigo do Brasil.

Em contraposição, OG mostra Roberto Marinho como homem firme em suas posições, sempre pronto a defender os seus – não seria demais dizer que o mostra como o oposto de Goulart –, preocupado com a situação vivida pelo país.

No entanto, em tom de naturalidade e normalidade, OG apresenta, como um feito heroico, Roberto Marinho desafiar a ditadura, acompanhar seus jornalistas para não sumirem – como que legalizando a violência, dando-a como natural. Em função disso, o item “comunistas” é apresentado como Escopo de um Processo Material, Participante que se dá como extensão de um Processo, como algo dado, o que naturaliza o feito, ou seja, que pessoas “sumam simplesmente” como evidenciado no caso que segue:

(217)

Durante a ditadura de 1964, sempre se posicionou com firmeza contra a perseguição a jornalistas de esquerda: como é notório, fez questão de abrigar muitos deles na redação do GLOBO. São muitos e conhecidos os depoimentos que dão conta de que ele fazia questão de acompanhar funcionários de O GLOBO chamados a depor: acompanhava-os pessoalmente para evitar que desaparecessem. Instado algumas vezes a dar a lista dos “**comunistas**” que trabalhavam no jornal, sempre se negou, de maneira desafiadora.

No último uso, OG reproduz uma fala que teria sido de Roberto Marinho: “Cuide de seus comunistas, que eu cuido dos meus” – Verbiagem – com propósito de dizer que apoiava a ditadura, mas que discordava de algumas posições, caso (173) como se isso fosse possível dessa forma:

(218)

Ficou famosa a sua frase ao general Juracy Magalhães, ministro da Justiça do presidente Castello Branco: “Cuide de seus **comunistas**, que eu cuido dos meus”. Nos vinte anos durante os quais a ditadura perdurou, O GLOBO, nos períodos agudos de crise, mesmo sem retirar o apoio aos militares, sempre cobrou deles o restabelecimento, no menor prazo possível, da normalidade democrática.

Mas, se esses questionamentos eram respeitados pelos militares, significa dizer que o então presidente das organizações Globo tinha um papel muito significativo na ditadura e que não se restringia a apoio meramente editorial, como diz este jornal.

- **João Goulart**

OG apresentou-se, desde sempre, como oposição ao presidente João Goulart, pois esse jornal via seus interesses empresariais ameaçados pela perspectiva social pregada por Goulart. Em função disso, quando Jânio Quadros renunciou, construir uma forte campanha contra Goulart foi o caminho que a imprensa, salvo poucas exceções, encontrou para impedir a posse, como não foi possível, impedir sua continuidade no governo.

O plano foi construir a imagem de João Goulart como comunista, uma vez que a campanha anticomunista já funcionava muito forte no Brasil. E foi isso que OG fez e reafirma cinquenta anos depois, como podemos verificar nas passagens (219) e (220) a seguir:

(219)

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente **João Goulart**, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” — e de alguns segmentos das Forças Armadas.

Mais uma vez recorrendo a Circunstância de Tempo (Localização) – “Naqueles instantes” – o jornal OG tenta se distanciar do apoio dado ao golpe e traz, numa manipulação de informação, João Goulart como Ator do Processo Material – ser desfechado. O jornal acusa claramente João Goulart como golpista.

No segundo uso do item “João Goulart”, neste editorial, OG mantém a mesma representação de golpista, construída em 1964, como pode ser vista no fragmento que segue:

(220)

No Brasil, ela [A divisão ideológica do mundo na Guerra Fria] era aguçada e aprofundada pela radicalização de **João Goulart**, iniciada tão logo conseguiu, em janeiro de 1963, por meio de plebiscito, revogar o parlamentarismo, a saída negociada para que ele, vice, pudesse assumir na renúncia do presidente Jânio Quadros.

Como se observa, Goulart é posto pelo jornal OG como radical e responsável por aguçar e aprofundar a os ideais comunistas no Brasil. Por meio da utilização de estrutura passiva, OG aponta “a radicalização de João Goulart” como Ator dos Processos Materiais – aguçar e aprofundar – cujo Participante Meta é a “a divisão ideológica do mundo na Guerra Fria”. Com essas escolhas lexicogramaticais, o jornal mantém a percepção estruturada em 1964 e caracteriza o Presidente como intransigente e até inconsequente, ideia não reformulada no cinquentenário, mas reafirmada pelo OG.

- **Movimento**

O item “Movimento” conta com dois usos a referenciais diferentes que se opõem no editorial em análise. O primeiro deles, com valor negativo, faz referência à revolta dos sargentos. OG põe “movimento” como Ator – o movimento dos sargentos – do Processo Material “vir”. Nessa instanciação, o movimento ganha um tom de naturalidade e se põe responsável pela quebra da hierarquia militar, justificando a intervenção dos militares como reação natural ao quadro, como podemos conferir na passagem que segue:

(221)

Os quartéis ficaram intoxicados com a luta política, à esquerda e à direita. Veio, então, o **movimento** dos sargentos, liderado por marinheiros — Cabo Ancelmo à frente —, a hierarquia militar começou a ser quebrada e o oficialato reagiu.

Já no segundo uso, o item “movimento” tem outra referência e função, desta vez não criminalizada, mas com um abrandamento, uma vez que é apresentado como eufemismo para

o golpe militar. Nesse enquadre, tem o propósito de localizar temporalmente o editorial escrito e assinado por Roberto Marinho nos vinte anos de ditadura, como podemos constatar a seguir:

(222)

No ano em que o **movimento** dos militares completou duas décadas, em 1984, Roberto Marinho publicou editorial assinado na primeira página. Trata-se de um documento revelador.

Como se observa, ao tratar o golpe, para OG, movimento militar, como uma Circunstância de Localização (Tempo) – No ano em que o **movimento** dos militares completou duas décadas –, o jornal reduz o feito a uma questão de momento, tratando-o apenas como “História” e nada mais, propósito maior do editorial que seria um apagamento necessário à sua credibilidade hoje.

- **Ditadura**

OG faz uso, como já demarcado antes, duas vezes do item “Ditadura”, no entanto, isso não significa dizer que para o jornal esta seja a concepção do regime imposto ao Brasil naquela época, pois em nenhum momento, neste editorial, o jornal se posiciona a respeito, mas apenas usa o item para localizar temporalmente a posição pela qual o jornal deseja ser reconhecido – como defensor da democracia, como podemos verificar no caso (223) e (224):

(223)

Durante a **ditadura** de 1964, sempre se posicionou com firmeza contra a perseguição a jornalistas de esquerda: como é notório, fez questão de abrigar muitos deles na redação do GLOBO.

(224)

Ficou famosa a sua frase ao general Juracy Magalhães, ministro da Justiça do presidente Castello Branco: “Cuide de seus comunistas, que eu cuido dos meus”. Nos vinte anos durante os quais a **ditadura** perdurou, O GLOBO, nos períodos agudos de crise, mesmo sem retirar o apoio aos militares, sempre cobrou deles o restabelecimento, no menor prazo possível, da normalidade democrática.

Como se observa, nos dois trechos, “Ditadura” é “apenas” um marco temporal, a exemplo de “movimento militar”, por esse motivo, para representar essa criação, OG faz escolha por uma Circunstância de Localização (Tempo) – “Durante a **ditadura** de 1964” e “Nos vinte anos durante os quais a **ditadura** perdurou”. Com essa Istanciação, o jornal pode

ajustar o olhar do leitor para “o posicionamento firme” que a publicação diz ter, como também para “a cobrança do restabelecimento da normalidade democrática” que OG insiste em manipular como fato.

- **Forças Armadas**

Diferente da posição de heroísmo protagonizada pela função de Atores de Processos Materiais, como agentes de transformações benéficas para o Brasil, apresentadas no editorial “Ressurge a democracia” em 1964, o item “Forças Armadas”, desta vez, apenas com duas ocorrências, também ocupa a posição semântica de Circunstância, como podemos verificar nos seguimentos (225) e (226)

(225)

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma “república sindical” — e de alguns segmentos das **Forças Armadas**.

(226)

Naquele contexto, o golpe, chamado de “Revolução”, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia. Os militares prometiam uma intervenção passageira, cirúrgica. Na justificativa das **Forças Armadas** para a sua intervenção, ultrapassado o perigo de um golpe à esquerda, o poder voltaria aos civis.

No fragmento (225), OG divide as Forças Armadas em duas alas, a que impôs o golpe, apoiada pelo jornal, e a outra, a dos comunistas, criada pelo OG. Com esta configuração, OG acusa “alguns segmentos das **Forças Armadas**” – Circunstância de Acompanhamento (Companhia) de tentar desfechar um golpe comunista no Brasil, estratégia de manipulação que não só OG, mas grande parte da imprensa da época criou.

No segmento (226), colocando-se como vítima, põe Forças Armadas como justificativa de uma posição capaz de convencer o jornal. OG faz das Forças Armadas uma Circunstância de Ângulo (Fonte) – “Na justificativa das **Forças Armadas** para a sua intervenção”. Com essa escolha, OG faz um ajuste na lente do tempo e leva exclusivamente a responsabilidade do golpe aos militares, eximindo-se da responsabilidade.

Itens com baixa ou nenhuma ocorrência

Dos itens por nós analisados, neste editorial, “*Anistia*”, “*Tortura*”, “*Violência*”, “*Governo*” e “*Terrorismo*” não contaram com uso algum. Acreditamos que a razão por essa escolha se dá pelo fato de o jornal OG tentar se afastar, assim como fizeram *OESP* e *FSP* de outros períodos da ditadura, numa tentativa de apagamento da memória, construindo uma nova imagem para o jornal.

Com o cinquentenário da ditadura do golpe civil-militar brasileiro, finalizamos as análises de nossa investigação. Podemos perceber, dentre outras questões, por exemplo, como as funções sintático-semânticas podem ser modificadas a serviço do dizer. Vimos como as Circunstâncias, tomadas como periférica, principalmente pela gramática normativa, assume poder argumentativo quando constituem escolhas motivadas por propósitos específicos.

7 ÚLTIMAS PALAVRAS

Por óbvio, estas observações são finais apenas em relação aos limites físicos deste trabalho. Não temos com elas a pretensão de encerrar a discussão a respeito de como a imprensa construiu o discurso da ditadura civil-militar iniciada em 1964 e finda em 1985. Bem ao contrário, esperamos que sirva de oportunidade para a sempre frutífera (re)discussão do tema.

Nesta pesquisa, guiamo-nos pelo questionamento de como os três veículos, *OESP*, *FSP*, *OG* representaram lexicogramaticalmente a *ditadura civil-militar brasileira*, o *período de redemocratização* e o *cinquentenário do golpe*. Nossos resultados mostram que as escolhas feitas por cada um dos três jornais que compuseram nosso *corpus* se davam em função dos propósitos previamente definidos por cada um deles. Pudemos perceber que, apesar de se tratar de três diferentes empresas, o discurso presente nos editoriais, por nós analisados, parece orquestrado por uma única sujeição e afinado, acreditamos, à complexidade do mercado financeiro. Apesar de não estar no nosso imaginário imediato, precisamos considerar que os jornais são empresas que buscam se sustentar no mercado e obter lucro, fato evidente em nossas análises, pois o suposto discurso de resistência assumido pela imprensa nas três últimas fases de nossa análise – já que é evidente e declarada de apoio na primeira fase de nossa investigação – é, na verdade, o discurso do alinhamento para a viabilidade econômica empresarial e não o de contestação aos militares no poder.

A partir dessa constatação, os jornais representaram o golpe, na Fase I de nossa análise, como “uma ação indispensável” ao combate ao comunismo e à preservação da democracia. Nessa percepção, *OESP* põe o golpe de 1964 como “movimento vitorioso”, *FSP* como “o reestabelecimento da lei” e *OG* como “a volta da democracia”. Percebemos, dessa forma, nos três veículos a necessidade de justificar o feito da usurpação do poder pelos militares em nome da defesa da democracia e do combate ao comunismo. Por essa razão, nos editoriais analisados, as Forças Armadas constituem Participante indispensável que age em função de uma Circunstância de “baderna” e de “falta de comando” de um “governo irresponsável”, no caso, o governo de João Goulart. Nesse enquadramento, as Forças Armadas passam a ser evidenciadas por esses jornais como heroína a quem o povo brasileiro deveria reverenciar.

Essa mesma posição é mantida nos editoriais analisados na Fase II. Apesar de este período ser, historicamente, apresentado como sendo o de mudança de postura da imprensa,

como período de contestação do regime ditatorial e de reposicionamento, nossas análises mostram que isso não ocorreu por parte dos jornais em foco. O que houve foi, conforme nossas análises, um realinhamento numa espécie de jogo duplo do dizer, uma aparente contestação escrita na superfície do texto, mas escolhas lexicogramaticais que apontam permanência de adesão às concepções ditatoriais. Perspectiva vista na posição de *OESP*, tomado como símbolo de enfrentamento à ditadura, o que de fato faz o jornal é dialogar, na perspectiva de Abramo (1997) (conforme visto na Seção 3), com o executivo e exigir deste posições mais duras contra as manifestações sociais ocorridas no Brasil. Embora a atitude deste jornal seja apresentada como símbolo de contestação à ditadura, o que se evidencia é um registro por adoção de medidas mais severas, o que representa um posicionamento alinhado com a ditadura. Dessa forma, *OESP* representa o golpe ainda como uma vitória, como “a vitória de 64” que “se deve ao próprio esforço da coletividade – uma demonstração viva de fé democrática”. Para o jornal, esse feito deve ser mantido com medidas mais severas.

FSP, no editorial veiculado no início de janeiro de 1979, e por nós analisado como constituinte do *corpus*, mostra-se do mesmo modo, pois representa o governo do marechal Ernesto Geisel – desdobramento do golpe de 1964 – como “democrático”, como preocupado com as liberdades e direitos humanos. Uma negativa da realidade concreta, conforme sabemos.

OG, como os demais periódicos, posiciona-se favorável ao regime ditatorial, construindo legitimação às medidas de exceção e representando o endurecimento, a partir do AI-5, como única saída para os avanços democráticos, ou seja, a mesma postura assumida desde 1964.

Na Fase III de nossa análise, entre 1979, posse do general Figueiredo, e 1985, período de abertura, os jornais em foco mantêm o apoio explicitado desde 1964. Em 1984, nos vinte anos do golpe, a exemplo do que ocorreu nos cinquenta anos em 2014, *OESP*, *FSP* e *OG* fizeram uma avaliação do período a partir do qual é possível visualizar, naquele momento, mais claramente, a representação do golpe civil-militar de 1964. *OESP* representa o golpe como um sonho de duração curta, entretanto, evidencia o crescimento econômico como aspecto positivo. Tal configuração dá a entender que o jornal limita o aspecto positivo do golpe a um período curto, quando, na verdade, considera-o nos vinte anos em questão.

A *FSP*, considerando a situação insustentável da ditadura naquele instante, usa o editorial “*Vinte anos depois*” para dizer ao general Figueiredo já ter chegado a hora de pôr fim ao regime ditatorial. No entanto, faz a representação do golpe como a única forma de salvar a democracia, ou seja, a mesma posição assumida em 1964.

OG faz um inventário do período ditatorial no Brasil evidenciando o que o jornal considera como conquistas. Nesse contexto, o golpe é representado como único caminho possível para a defesa da democracia, tal como se deu nas Fases anteriores.

Na Fase IV de análise, não há mudança alguma de posicionamento, os jornais apenas sinalizam para esse propósito como forma, ao que parece, de manobra por meio de estratégias linguísticas, pois o que existe, de fato, é a reafirmação do posicionamento de 1964. Para atingir tal propósito, os três veículos representam o golpe, mais uma vez, como ação necessária à defesa e à sobrevivência da democracia, justificada pelo momento político e econômico e pelas circunstâncias envolvidas. Nessa Fase de nossas análises, as Circunstâncias constituem o elemento de destaque nos três veículos de comunicação, operando argumentativamente como forma de justificar o ponto de vista de cada um deles.

Para *OESP* as circunstâncias históricas são estratégias para reafirmar o apoio ao golpe. A *FSP* apresenta a mesma concepção e reafirma o golpe como a única medida possível para defender a democracia. Apesar de este veículo apresentar, no início do editorial, uma imagem da ditadura como sendo a de violência e de perseguição aos opositores, este jornal reafirma o golpe e o põe como único caminho a ser tomado, além de reduzi-lo a um período de aprendizagem. *OG*, por sua vez, não se mostra diferente, propõe um pedido de desculpas que efetivamente não ocorre. Este jornal, ao contrário, reafirma a posição assumida em 1964, afirmando ser o que deveria ser feito em represália à ameaça de uma república sindical, uma invasão comunista no Brasil. Para isso *OG* reduz o golpe a um passado distante por meio da instanciação “história” “há muito”.

Esses resultados levam-nos à confirmação da hipótese de nossa pesquisa, possibilitando-nos afirmar que, os jornais *OESP*, *FSP* e *OG* mantiveram apoio integral à ditadura em todas as suas fases. Apoio este que se estendeu à reavaliação do golpe por causa de seu cinquentenário. O aparente rompimento desses jornais, quando o governo dos militares institucionalizou a tortura – o que inclui assassinatos – como política de Estado e atingiu os veículos de comunicação com o cerceamento da liberdade de expressão, foi apenas um “contorcionismo” discursivo e um aceno para demonstrar alinhamento à classe média, que clamava por democracia. Na verdade *OESP*, *FSP* e *OG* jamais deixaram de dar sustentação ao governo que usurpou o poder em 1964.

Com essa configuração, acreditamos que o objetivo geral de investigar as escolhas lexicogramaticais para representar a ditadura civil-militar brasileira foi alcançado. Observamos, nas investigações, que nos editoriais analisados os jornais fizeram escolhas para mostrar a ditadura militar, inicialmente, como Participante Meta e, por fim, como

Circunstâncias. Isso implica dizer que, no discurso destes veículos de comunicação, o golpe civil-militar de 1964 é construído na perspectiva dos anseios da sociedade, inevitáveis em tais circunstâncias.

Para chegar a esses resultados lançamos mão da perspectiva funcionalista hallidyana por intermédio da teoria da Linguística Sistêmico-Funcional que, com foco no social, concebe a língua como um sistema sociosemiótico a partir do qual é possível, por meio do Sistema de Transitividade, ter acesso às representações feitas por cada um dos jornais que constituem nosso *corpus* a respeito do golpe civil-militar de 1964. A LSF toma o texto como unidade de análise e a Oração o modo como a mensagem se organiza no nível lexicogramatical. A partir disso, pudemos identificar o Processo Material como o de maior ocorrência em todo o *corpus*, o que nos possibilita tomar a representação do golpe no plano da ação. Contudo, apesar desta representação, talvez seja o significado argumentativo que as Circunstâncias assumem na Fase IV de nossa investigação, que evidencia, mais claramente, o quanto as escolhas linguísticas são feitas em função dos propósitos comunicativos orientados pelos Contextos de Cultura e de Situação. Cinquenta anos depois, o golpe continua sendo representado como Meta, no entanto, são as Circunstâncias, localizando o momento, a situação, a história, que ganham, em única voz, o protagonismo na posição dos jornais OESP, FSP e OG.

Quanto às referências, de um modo geral, a bibliografia escolhida forneceu suporte necessário aos embasamentos teórico e histórico da pesquisa. Ressaltamos apenas que o conjunto da obra de Élio Gáspari sobre a ditadura militar constrói, muitas vezes, seu discurso a partir do ponto de vista dos militares. Mas isso não a torna inadequada como fonte, uma vez que consideremos o lugar de que fala, por exemplo, ao descrever Geisel na época em que se tornava o presidente escolhido (1974), apresenta-o como um dirigente maduro que valoriza a rotina administrativa e cumpre seus deveres. Como podemos observar na passagem:

aos 75 anos, era um homem sem prazeres nem sonhos, regido por hábitos e obrigações. Pelo porte marcial, parecia maior que seu 1,77 m de altura. Os cabelos brancos faziam-no mais velho, um estrabismo dava aspecto inquietante a seu olhar e o costume de elevar repentinamente a voz tornava-o um interlocutor desagradável. Atencioso no trato, resguardava-se de manifestações sentimentais [...]

(GASPARI, 2003, p.27)

Conforme observamos, mesmo a presença de características de aparência negativa constitui uma imagem positiva de Geisel. Não ter prazeres ou sonhos, coloca-o no nível da racionalidade; ter cabelos brancos torna-o respeitável; ser estrábico demonstra-o atento à

realidade. Com isso, não é demais afirmar que o autor revela certa admiração pela personagem.

Embora as análises desta tese circunscrevam-se a um período bem definido – longo, mas um período – e, portanto, as conclusões que fornecem devam explicar as representações do discurso do regime militar de 1964 a 1985, por analogia, podemos compreender também a construção desse discurso em épocas anteriores e posteriores ao golpe de 1964. As características encontradas na linha do tempo em estudo prestam-se a explicar a disseminação discursiva que minou a administração de João Goulart, culminando com a deposição do seu governo. À época os meios impressos difundiram a versão de que o Brasil havia sido levado à ruína econômica, à desordem social e estava na eminência de ser entregue aos comunistas, quando na realidade plasmavam o ponto de vista das elites que temiam a possibilidade de diminuição das desigualdades com as demonizadas reformas de base.

Esta pesquisa serviu para desmascarar mitos como o que atribuía uma ação heroica e uma estratégia sagaz ao OESP, que, na verdade oficial, construiu um foco de resistência à censura do regime militar, publicando textos de domínios discursivos inesperados para os espaços reservados aos editoriais do jornal em contexto (receitas culinárias, inicialmente, passando a poemas de Gonçalves de Magalhães e, por último, poemas de Camões). Retirado o frágil véu de anedota histórica, percebemos que a tática de mensagem subliminar pelo jornal contava com a permissão, pelo menos tácita, da ditadura militar, o que era conveniente para ambos: ao primeiro, porque garantia a subsistência da empresa e ao segundo porque poupava o trabalho e o desgaste da censura.

É a conclusão a que chegamos no período em análise que nos permite compreender com maior profundidade o discurso da imprensa nos dias atuais. Ocorrência ilustrativa é a cobertura das manifestações contra o governo Temer, ocorrida em Brasília, em maio de 2017, quando *OESP* e *FSP* publicaram a mesma foto de capa, focando manifestante atirando pedras em um prédio público, como se essa imagem sintetizasse o objetivo dos protestos.

Como em toda pesquisa, acreditamos ser importante pontuar aspectos que se evidenciam ao término da investigação e que, também por uma questão de recorte, não foi possível contemplar. Dentre eles, podemos afirmar que seria de grande valia a novas investigações a descrição linguística das estruturas organizacionais selecionadas por cada um dos jornais para construir as representações do golpe civil-militar de 1964, pormenorizando os grupos nominais, verbais e adverbiais dos fraseados de que se valiam os jornais para instanciar suas posições, oferecendo maiores recursos para compreensão das estratégias de construção e de manipulação de poder.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, C. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia ds Letras, 1997.
- ABRAMO, P. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. 2a ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ABREU, A. A. **A modernização da imprensa (1970 – 2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ALENCAR, Francisco, RAMALHO, Lúcia Carpi, RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. **História da sociedade brasileira**. 13º ed. Ao Livro Técnico: Rio de Janeiro, 1996.
- ANDREUCCI, A. G. A. **Autoritarismo e direito no Brasil e na Argentina: estudos de iniciação científica como pressuposto para a formação de um pensamento reflexivo**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2014.
- AZEREDO. J. C. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000
- BAHIA. J. **Jornal, história e técnica**. V.1 – História da imprensa brasileira. 4ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Maria E. G. G. Pereira (trad.). 2 ed. São Paulo: Martins fontes, 1997.
- BAPTISTA, M. E. **E-mails na troca de informação numa multinacional – o gênero e as escolhas léxico-gramaticais**. LAEB:PUCSP, 1998, (Dissertação de Mestrado)
- BARBOSA, M. **Os donos do Rio – Imprensa, poder e público (1880 – 1920)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 39-63, 2005.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros Textuais, Tipificação e Interação**. Ângela Paiva Dionísio, Judith Chambliss Hoffnagel (orgs.). São Paulo: Cortez, 2005.
- BEIGUELMAN, Paula. **O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito**. In Mota, Carlos Guilherme (org.) **Brasil em perspectiva**. 12ed. SESC:são Paulo, 1981)
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BERBER-SARDINHA, Tony. **Usando WordSmith Tools na investigação da linguagem**. Direct Papers 40. LAEL, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

BLOOR, T. e BLOOR, M. **The functional analysis of English - A Hallidayan Approach**. London: Arnold, 1995.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 14ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e terra, 2007.

BRUM, E. **Política, o palco da simulação**: Estudo dos fatores que influenciaram a opinião pública em um processo eleitoral. Santos: A Tribuna, 1988.

BUTT, D. et al. **Using Functional Grammar**: An Explorer's Guide. Sydney: Macquarie University, 2001.

CAPELATO, M. **Imprensa e história no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela S.M. Corrêa. 2a reimpressão São Paulo: Contexto, 2009.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003

CORREIA, J.C. **Teoria e crítica do discurso noticioso**. Notas sobre jornalismo e representações sociais. LabCom Books, 2009.

_____ **O admirável mundo das notícias**: teorias e métodos. LabCom Books, 2011.

DIAS, L. A.; SOUSA, R.L. Entre a memória e o esquecimento 1964 – 2014: o golpe ontem e hoje. **Projeto História**, São Paulo, n. 50, pp. 171-201, Ago. 2014

DIONÍSIO, A. P. & HOFFNAGEL, J. C. (Org.). **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2006

DÓRIA, P.; SEVERIANO, M. **Golpe de Estado**: o espírito e a herança de 1964 ainda ameaçam o Brasil. São Paulo: Geração, 2015.

DREIFUSS, R. A. **A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

EGGINS, S. **An Introduction to systemic functional linguistics**. London: Pinter Publishers, 1994/2002.

ERBOLATO, M.L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornalismo. 5 ed. São Paulo, Ática, 1991.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Manual de assessoria de comunicação**. 4 ed. Brasília: FENAJ, 2007.

FICO, C. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FIGUEREDO, G. P. **Introdução ao perfil metafuncional do português brasileiro**: contribuições para os estudos multilíngues. Minas Gerais: UFMG, 2011. (Tese de Doutorado)

FIORIN, J.L. **O Regime de 1964: Discurso e Ideologia**. São Paulo: Atual, 1988.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual de redação da Folha de São Paulo**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2007.

FONTCUBERTA, M. **La noticia**. Pistas para percibir al mundo. Barcelona: Paidós, 1993

FREITAS, H. **Nem tudo é notícia**. O grupo Folha na Internet. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) Departamento de Comunicação.

FURTADO DA CUNHA, A; SOUZA, M.M. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2007.

GARSDALE, R., MCENERY (EDS), A. G. L.. **Corpus Annotation: Linguistic Information from Computer Text Corpora**. Longman. 1997.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. Ed. Ver. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

GHIO, E.; FERNÁNDEZ, M. D. **Linguística sistêmico funcional: aplicaciones a la lengua española**. Santa Fe: Universidade Nacional Del Litoral, Waldhuter Editores, 2008.

GOMES, Valéria Severina. **Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido**. Recife: UFPE, 2007 (Tese de Doutorado). Disponível em: <http://www.pgletras.com.br/2007/teses/tese-valeria-gomes.pdf>

GOUVEIA, C. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Matraga**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 24 jan./jun. 2009.

HALLIDAY, M.A.K. **Language as social semiotic- the social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1978.

_____. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

a

_____. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1994.

HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN, C. M. I.M. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 2014

_____. C. M. I.M. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 2004.

HALLIDAY, M.A.K; HASAN, R. **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HERBELE, V. M. A representação das experiências femininas em editoriais de revistas para mulheres. **Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad**, vol. 1(3), p. 73-86. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

JOBIM, D. **Espírito do jornalismo**. Rio de Janeiro: São José, 1960.

KUCINSKI, B. Fissura nuclear. São Paulo, 1988. p.20-2. **Teoria e Debate**, São Paulo, v.1, n.2, p.20-22, mar. 1988.

KUSHNIR, B. Ditadura militar a grade imprensa não afrontou. Revista Fórum, 2014. Acesso em 22. Dez. 2014. Disponível em: www.revistaforum.com.br/digital/141/ditadura-militar-a-grande-imprensa-nao-afrontou/

KUSHNIR, B. A grande imprensa apoiou o golpe e a ditadura. **Fórum Nacional pela democratização da comunicação**. Acesso em: 01 abr. 2014. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/noticias/a-grande-imprensa-apoiou-o-golpe-e-a-ditadura-924390/>

KUSHNIR, B. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 2004

_____ **Ideologia e técnica da notícia**. 3 ed. Florianópolis, Edufsc, 2003

LEVINSON, S. **Pragmática**. Tradução de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARCONI, P. **A censura política na imprensa brasileira:1968 – 1978**. São Paulo: Global Editora, 1980.

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARIANI, B. S.C. **O Comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. Campinas: Unicamp, 1996. (Tese de doutorado)

MARSHALL, L. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MARTIN, J.R. & ROSE, D. **Working with Discourse: meaning beyond the clause**. Open Linguistics Series. Continuum International Publishing group Ltd, 2007.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Lexicogrammatical cartography: English systems**. Tokyo: International Language Sciences Publishers, 1995.

Matthiessen, Christian M.I.M. & M.A.K. Halliday. **Systemic functional grammar: a first step into the theory**. Macquarie University, 1997.

MELO, J.M. **Transformações do jornalismo brasileiro: ética e técnica.** São Paulo: Intercom, 1994

_____. **A opinião do jornalismo brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1985.

MENDES, W. V. **As circunstâncias e a construção de sentidos no blog.** Pau dos Ferros: UERN, 2010. (Dissertação de mestrado).

NILO, Odália. **O Brasil nas Relações Internacionais: 1945-1964.** In Mota, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva.** 12 ed. São Paulo:SESC, 1981.

PAIM, D. N. Ditadura X Totalitarismo - especificidades e congruências. **Outra**, Florianópolis - SC, Ano 1, nº 1, p. 43-47, 1987.

PEDRO, E. R. **Análise Crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos.** In _____. (Org.) **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional.** Lisboa: Caminho, 1997.

RAMONET, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In.: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação.** Tradução de Karina Patrício. São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

REBELO, N. M. S. **Análise do processo persuasivo no gênero editorial.** Santa Maria /RS: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, 1999. (Dissertação de Mestrado)

ROLLEMBERG, D. **Exílio: entre raízes e radares.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

SERRANO, P. Democracia e liberdade de imprensa. In. MORAES, Dênis de. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação.** Tradução [Karina Patrício]. São Paulo: Boitempo: Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SCOTT, Mike. **WordSmith Tools Manual: version 6.0.** Lexical Analysis Software Ltd, February 2015. Disponível em: <http://www.lexically.net/wordsmith/>

SILVA, A. C. B. **Os editoriais de jornais: uma abordagem discursiva.** Dissertação (Mestrado em Linguística). Florianópolis: UFSC, 1992.

SILVA, T. D. da. Os manuais da imprensa no Brasil: da redação à circulação pública. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua.** Campinas, SP: Pontes: 2001 pp. 273-307

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil.** 4ªed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, S. C. T. de. **Estudo da organização textual argumentativa em editoriais de jornais.** Ceará:UFCE. 2004. (Dissertação de Mestrado)

SOUSA, S. C. T. de. **Sequência textual e distribuição das informações**: uma proposta de interseção em editoriais de jornais. In.: III Simpósio Internacional de Gêneros Textuais, Santa Maria, 2005.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, M. M. de. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial**. Recife: UFPE, 2006 (Tese de Doutorado). Disponível em: <http://www.pgletras.com.br/2006/teses/tese-maria-medianeira.pdf>

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SWALES, J. M. **Genre Analysis**: English in Academic and Research Settings. Cambridge (UK); New York: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, G. **Introducing functional grammar**. England: Arnold, 2007.

THOMPSON, G.; THETELA, P. **The sound of one hand clapping**: the management of interaction in Written discourse. Text, 1995.

TRAVASSOS, T. Títulos, para que os quero? In.: DIONÍSIO, A.P; BESERRA, N.S. (Orgs.) **Tecendo textos, construindo experiências**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro. (Org.) **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional Lisboa: Caminho, 1997.

VAZ, A. L. **Jornalismo na correnteza**: senso comum e autonomia na prática jornalística. São Paulo: Senac, 2013.

Zoltán Dörnyei: **Research methods in Applied Linguistics**. Oxford, 2007.

ANEXO A - O ESTADÃO, 03 DE ABRIL DE 1964**O Estadão****03 de abril de 1964****Em defesa da vitória**

Iludir-se-á profundamente quem pensar que a grande, a esmagadora vitória alcançada pela democracia liberal contra os totalitários extremistas tenha por si só força bastante para resolver o tremendo problema com que se defronta neste momento o Brasil. A perspectiva aberta para a nação com o movimento iniciado pelas forças militares e terminado com a fuga do caudilho não podia ser mais promissora. Mas não nos deixemos arrastar por uma confiança que as proporções da tarefa que neste instante pesa sobre os ombros dos responsáveis pelo destino do País de modo nenhum pode justificar. O que se deu com a chegada das tropas mineira e paulista a ex-capital da República foi a libertação daquelas forças que há algum tempo se vinham arregimentando e que em 1960, passando à ofensiva, venceram as eleições daquele ano.

Agora o País entra na segunda fase da luta. E é da maneira como esta for conduzida que consolidaremos definitivamente a vitória, caso contrário esta redundará em malogro irreparável.

Citamos as forças civis que acabaram por organizar-se e dar em sucessivas demonstrações de vitalidade as provas mais inequívocas, primeiro da sua existência, e em seguida do deliberado propósito de, como ainda ontem dizíamos, varrer do território nacional o que nele ainda possa restar de um passado que nos envergonha. Mas não seria só essas forças que seria um erro grave ver desprezados todos que vão assumir a tarefa de restabelecer a vida democrática do País. Há outros elementos que igualmente concorreram de modo decisivo para o êxito da campanha tão magnificamente concluída e que não tolerariam, de maneira nenhuma, que o espírito que animou todos quantos se empenharam nessa luta fosse desvirtuado. Um desses elementos é a oficialidade moça de nossas Forças Armadas. Porque um dos mais belos aspectos que o Brasil apresenta neste momento é o fato da consciência dos deveres para com eles não ser apenas um apanágio civil, mas também da quase totalidade dos quadros de oficiais das três armas. Não desconhecemos o que a Nação deve ao grupo de generais que tão bem compreenderam o momento que atravessamos e que por isso mesmo não hesitaram em se colocar à frente de seus companheiros mais jovens, daqueles que constituem o centro de nossas forças de terra, mar e ar e que há muito ansiavam pelo momento de transformarem em realidade o que a Nação imperiosamente impusera através das eleições de 1960 do levante de Belo Horizonte contra a tentativa de realização de um congresso comunista naquela grande capital pelo Sr. Brizola e o seu estado-maior, e da manifestação com que a população de São Paulo veio à rua no dia 14 de maio para significar ao homem da fronteira que não se fere impunemente a consciência jurídica de uma nação como o Brasil. Esses elementos de maneira

nenhuma permitem que os atos das autoridades por eles chamadas a presidir os primeiros passos da nova fase que se inicia da nossa vida política tendessem a aproveitar-se das circunstâncias para protegerem este ou aquele grupo político para salvá-los da “debacle” para que os seus próprios desmandos desde 1945 tão fortemente concorreram.

A tais autoridades devemos advertir da necessidade de algo mais do que abertura para o puro e simples ao formalismo institucional, o qual superficialmente interpretado, reduziria o papel do presidente provisório da República a simples coordenador para composição do presidente, daqueles que melhor lhe parecessem. Isso seria fácil de mais e acabaria por conduzir a um desastre muito maior que até ontem exercia a presidência da Câmara dos Deputados

ANEXO B - O ESTADÃO, 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O Estadão	13 de dezembro de 1968
------------------	-------------------------------

Instituições em frangalhos

Das palavras ultimamente pronunciadas pelo sr. presidente da República, infere-se não ser o seu estado de espírito aquele em que até há pouco sistematicamente definia a confiança que depositava em si e na sua gestão. O otimismo, de resto inconsistente, que transpirava de todas as suas atitudes, acabou por ceder lugar a uma inquietação crescente, na qual são evidentes os sinais de que admite s. exa. que as coisas venham a piorar – não porque elas se tenham em si mesmas deteriorado, mas em consequência dos erros praticados por s. exa. É que, com o correr do tempo e o contato com a realidade, vai s. exa. percebendo que governar uma nação com mais de 80 milhões de habitantes e que acaba de dar, com a vitória de 64 – que embora, s. exa. a considere como obra das Forças Armadas, se deve ao próprio esforço da coletividade – uma demonstração viva de fé democrática, é coisa muito diferente do comando de uma divisão ou de um exército.

Ao assumir as funções de presidente da República, imaginou o sr. marechal Costa e Silva que para essa difícilíssima missão estava perfeitamente capacitado, tanto mais que na profissão que adotara havia galgado com facilidade toda a escala hierárquica, dando sempre prova de aptidão e de descortino. Ao deixar os quartéis para bruscamente se investir das responsabilidades de supremo mandatário do Estado Brasileiro – e isso nas condições que ele e seu antecessor estabeleceram, de comum acordo e prescindido das advertências que lhe dirigiam cotidianamente os que haviam encanecido na vida pública – fê-lo s. exa. de ânimo leve, na convicção de que, no novo terreno em que pisava, bastarlh-e-ia empregar a experiência adquirida na carreira militar e devotar aquele mesmo respeito que sempre demonstrara pelos regulamentos disciplinares ao sistema legal que juntamente com o sr. marechal Castelo Branco tinha encomendado ao sr. Carlos Medeiros da Silva e aos autores de seus complementos naturais, as leis de Imprensa e de Segurança Nacional.

No decorrer das primeiras etapas de seu governo tudo parecia sorrir-lhe, pois que, além de saber contar discricionariamente com a força dos regimentos, das brigadas e das divisões, dava ainda por certa a passividade da Câmara e do Senado, ambos constituídos pelos dois conglomerados que ele, como o seu antecessor, acreditava representarem a substância popular. Já nessa altura, para aqueles que através dos tempos afinaram aquela sensibilidade sem a qual ninguém é capaz de perceber os sinais precursores dos grandes terremotos, se mantinha s. exa. acima dos acontecimentos, na ilusória suposição de que tudo ia pelo melhor e que, se algumas vezes se levantavam em dissonância, não correspondiam ao sentir das camadas profundas da nacionalidade. Pouco tempo durou, porém, a euforia presidencial. Uma após as outras, começaram a manifestar-se as contradições do artificialismo

institucional que pela pressão das armas foi o País obrigado a aceitar. A desordem passou a campear nos arraiais estudantis, ai mesmo tempo em que, ante o mal-estar geral, o clero revoltoso fazia sentir a sua presença até mesmo nas praças públicas. Dentro dos próprios limites do feudo, aparentemente submisso à vontade do Palácio da Alvorada, não se passava dia sem que se manifestassem sintomas da insurreição latente. A ARENA aderiu à rebeldia geral com tamanha evidência que o próprio MDB sentiu que era chegado o momento da desforra. Resolveu então, com uma ousadia que a todos espantou, enfrentar a ditadura militar em que vivemos desde 1964, ferindo na sua susceptibilidade as Forças Armadas.

Já agora, a ordem que julgava s. exa. o sr. presidente da República dever a Nação às instituições que ele lhe impôs revela-se uma vã aparência, pois que, ao apelar para os que considerava correligionários seguros das acutiladas da oposição contra os seus companheiros de armas, se vê s. exa. totalmente desamparado. Sob o cansaço das humilhações sofridas, aquilo que o sr. supunha ser a maioria parlamentar lembra-se enfim de que pela própria Constituição que passivamente aceitara lhe assistia o direito de afirmar as suas prerrogativas, como lhe assistia a autoridade moral suficiente para discutir as razões com que tanto as Classes Armadas como o Executivo Nacional pretendiam ditar-lhe a pena a aplicar a um deputado faltoso. É então que o ex-general de Exército, habituado a não admitir que lhe discutam as ordens, se viu na pouco edificante posição de deixar de lado aqueles escrúpulos que o tinham levado a afirmar que jamais transgrediria um milímetro sequer as linhas da legislação que ele mesmo traçou para cometer uma série de desmandos contra a lei e o Regulamento interno do Congresso, tentando arrancar da Comissão de Justiça da Câmara, sob o protesto de seu digno presidente e o sentimento de nojo do País a licença para processar o autor de injúrias aos militares.

Conforme o havia decidido, a sua vontade foi obedecida naquela Comissão, mas à custa da confiança que s. exa. depositava e da excelência das instituições vigentes. E é diante desse quadro, todo ele feito de tonalidades sombrias, que nos achamos. Até aqui as coisas pareciam suscetíveis de uma recomposição. Apesar de tudo, a passividade do Congresso Nacional, aliada à disciplina militar, poderia ainda fazer as vezes do apoio da opinião pública. Agora, porém, que são claros os sinais da desagregação irreductível da maioria parlamentar, como o comprova a estrondosa derrota sofrida ontem pelo , quando mais de 70 deputados da ARENA votaram contra a concessão de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, pergunta-se: que é que poderá resultar de um estado de coisas que tanto se assemelha ao desmantelamento total do regime que o sr. presidente da República julgava fosse o mais conveniente àquele delicadíssimo e frágil arquipélago de grupos sociais a que se referia ainda ontem, cuja integridade, é s. sra. o primeiro a reconhecê-lo, está por um fio?

ANEXO C - O ESTADÃO, 31 DE MARÇO DE 1984

O Estadão	31 de março de 1984
-----------	---------------------

A Revolução e a política

Pelo calor humano que cercou a vitória e o rigor asséptico característico do governo Castelo Branco – ambos fugazes – poderia dizer-se que o movimento civil-militar de 31 de março foi a revolução cujos ideais tiveram o mesmo destino da rosa descrito no magistral verso de Ronsard: *et rose, elle a vécu ce que vivent les roses*. Queremos esclarecer os sentido de nossas palavras: não dizem respeito ao governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco em seu todo; prendemo-nos em especial ao cuidado que votou à coisa pública, ao juízo dos pósteros quanto às suas decisões enquanto chefe de Estado, despojando-as de feição pessoal. Foi esse zelo, próprio dos antigos romanos, que deu a marca asséptica e ascética de seu governo. Essa marca, associada ao entusiasmo do dia seguinte ao da arrancada de Minas Gerais, teve a mesma sorte da rosa; sua lembrança é o que resta do que se supôs ser o movimento que faria o Brasil reencontrar a estrada larga do Estado de Direito, ampliada pelas conquistas sociais que deveriam ser incorporadas ao direito dos mais humildes.

Analisando o estado de coisas de 20 anos atrás e levando em conta a crise agravada desde 1961 com a renúncia do sr. Jânio Quadros ao mandato popular e imperativo que as urnas lhe haviam conferido, seguida da progressiva perda de controle da situação social e política, durante o governo do sr. João Goulart, não é lugar-comum dizer que os que participaram entusiasmados do dia seguinte e viveram como seus os dias de ascetismo revolucionário do presidente Castello Branco voltariam a jogar o tudo pelo todo. Só por isso, porém, porque pelo demais, considerando-se a sucessão de desmandos e frustrações trazidos pela revolução, seguramente não se moveria de novo – a menos que a amarga experiência que começou com a edição do Ato Institucional nº 2, que trouxe a extinção dos partidos políticos e culminou na desesperança do AI-5, os tivesse tornado conscientes da necessidade de fazer das aspirações liberais aquilo que uma vez chamamos de liberalismo militante, *agressivamente militante*, acrescentaríamos hoje.

Vinte anos depois, não se dirá que o País não progrediu e que o movimento de março de 1964 foi totalmente em vão. O que se deve dizer, até mesmo para conhecimento das gerações que não o sabem – porque não se lhes ensinou e portanto não aprenderam – é que a revolução se frustrou exatamente depois de haver conseguido construir as bases que, bem aproveitadas, teriam permitido que o Brasil talvez não fosse a oitava economia do mundo, mas fosse uma nação e um Estado – sobretudo este – respeitados no concerto internacional. Quando se olha para trás, pode ver-se o quanto se progrediu e ao mesmo tempo o quanto se regrediu pela oligarquização do regime subsequente ao AI-5 e a velocidade com membros da *Coisa Nossa* exerceram despidoradamente sua intermediação, entre o particular que queria o negócio e o agente do Poder Público que o facilitava e o tornava, ao menos, lícito. Progrediu-se – e

simultaneamente, para desgraça de todos, tão logo feneceu a rosa do entusiasmo popular e se perdeu a concepção asséptica do poder, os costumes políticos degeneraram a tal ponto que se poderia dizer que o movimento de 31 de março de 1964, que se comemora hoje, é como a estátua de Glauco de tal modo deformada pelo tempo que não se reconhece na figura monstruosa a face em que outrora transparecia a virtude.

Vinte anos decorridos, entristece verificar que a Nação já não tem mais confiança nos guardiães do Estado. Nem estes têm confiança na Nação. O trabalho da oligarquia consistiu, exatamente nisso: criar e depois ampliar o fosso entre a Nação e o Estado. Não fossem as resistências morais do povo tão grande, não tivesse ele a capacidade de tudo suportar confiante num futuro pouco claro, mas ainda assim merecedor da fé que nele se deposita, e o País teria mergulhado há muito na tenebrosa noite das ditaduras latino-americanas vulgares e sem grandeza. Os anos de arbítrio, de violação consciente da virtude que o brasileiro tem como apanágio seu, que é a cordialidade, tudo isso foi menor e menos forte diante da grandeza de alma do povo, que soube, nessa difícil guerra de trincheira em que se constituiu a reconquista dos direitos da cidadania, fazer conhecer sua vontade e, tornando-a pública e álaçre, criou o impasse em que mergulha a oligarquia e pode arrastar o País a momentos difíceis.

Vinte anos depois, os civis que confiavam na força e no poder das ideias e buscavam arregimentar-se para enfrentar o caos ou já não existem, ou perderam a confiança nos parceiros indispensáveis ao erguimento da barreira contra a desordem provocada de cima. Quase um quarto de século decorrido, muitos dos oficiais que constituíram a fonte inesgotável de energia e idealismo nas Forças Armadas estão na reserva, espectadores passivos de um processo por cuja deflagração se sentem responsáveis, mas de cujo desenrolar foram afastados. Vinte anos depois, os venerandos generais dos quais se buscavam aconselhamento e voz de comando deixaram o proscênio. Por tudo isso, diante do impasse em que se encontra a oligarquia para fazer o sucessor do general João Batista de Oliveira Figueiredo, a responsabilidade da Nação aumenta. Pois só ela, e ninguém mais do que ela, poderá conduzir a nau do Estado a porto seguro. Não está, hoje, praticamente desguarnecido o castelo de proa e à deriva o governo?

A dramaticidade da situação aumenta a responsabilidade de todos. Não se perdoará a precipitação de alguns, ou a imaturidade de muitos, ou a atitude de poucos mas eficientes agentes provocadores, a qual levaria a perder – voltamos a repetir – nessa guerra de trincheiras o terreno já conquistado. Foi a Nação, fiel aos ideais traídos de 31 de Março de 1964, que arrancou do Executivo a revogação do Ato Institucional nº 5; foi a Nação que arrancou do Executivo a anistia, a qual permitiu a reintegração de todos na comunidade civil e política sem traumas de monta; foi a Nação que quis e obteve a eleição direta para governadores; é a nação que está a exigir as eleições diretas, quando não a Assembleia Nacional Constituinte para pôr termo ao período excepcional que se iniciou vinte anos atrás.

Nessa guerra de trincheiras entre a Nação e a oligarquia que se apoderou do Estado, o triunfo caberá ao que souber manter a frieza e tiver a audácia das decisões. Sobretudo aos que tiverem consciência de que a revolução sonhada de 1961 a 1964 só durou o que duram as

rosas porque os interesses pessoais falaram mais alto do que os destinos nacionais, superiormente analisados e definidos. Vinte anos depois, pode-se dizer que a Nação torna a ser acutilada, embora sob forma diferente, pelo célebre repto da fábula: “*Hic Rhodus, hic salta!*”, “Aqui é Rodes, aqui deves saltar!”

ANEXO D - O ESTADÃO, 24 DE MARÇO DE 2014**O Estadão****24 de março de 2014****Meio século depois**

Ao completarem-se 50 anos do movimento civil-militar de 31 de março de 1964, é possível ter uma visão mais serena e objetiva, tanto das condições que levaram a ele como dos primórdios do regime então implantado e do seu desvio de curso original imaginado, em especial, pelas lideranças civis. Felicitado pela perspectiva de meio século, esse esforço de compreensão dos fatos, assim como de seu dramático contexto histórico, é importante, sobretudo, para as novas gerações.

O governo do presidente João Goulart teve sua origem numa crise – a da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961 – e em crise viveu até ser deposto. Goulart nunca se conformou com a solução de compromisso que, vencendo a resistência dos ministros militares, possibilitou sua posse – a instauração do parlamentarismo, no qual dividia seus poderes com o primeiro ministro.

Ao mesmo tempo que se esforçava para conseguir a volta do presidencialismo, o que aconteceu com o plebiscito de janeiro de 1963, Goulart mobilizou sindicatos e lideranças radicais para impor as chamadas reformas de base "na lei ou na marra". Reformas de cunho socialista, embora ele não tivesse mandato popular para isso, pois foi eleito vice – e não em sua chapa, como então permitia a lei eleitoral – de um presidente nitidamente conservador. Nem para sua tentativa de dar papel preponderante aos sindicatos na condução do país, no que foi chamado de república sindicalista.

Assistiu-se então a uma mistura explosiva de avanços desses grupos para o controle do Estado e de desordem na economia e na administração. O líder comunista Luís Carlos Prestes chegou a dizer que os comunistas já estavam no governo, embora ainda não no poder. Leonel Brizola criou as unidades paramilitares "Grupo dos 11". A economia degingolava, com inflação alta e baixo crescimento.

O quadro se completa com a revolta dos sargentos, em setembro de 1963, e com a dos marinheiros, em 25 de março de 1964, que, atingindo em cheio a disciplina, espinha dorsal das Forças Armadas, colocou os militares em choque direto com o governo e precipitou sua intervenção. A reação de lideranças civis e da maioria da população ficou evidente na grande "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que reuniu 500 mil pessoas em São Paulo, em 19 de março. Em 13 de março, no famoso Comício da Central, no Rio, em defesa das reformas de base, Goulart reunira bem menos apoiadores – 150 mil. Marchas semelhantes foram feitas em outras capitais. E sua deposição foi comemorada por 1 milhão de pessoas no Rio, no dia 2 de abril.

É importante assinalar que tudo isso se passou em meio à guerra fria. Para os Estados Unidos e seus aliados, era intolerável a possibilidade de o Brasil aderir ao campo comunista. Recorde-se que em outubro de 1962, por causa da recusa dos Estados Unidos de aceitar a presença em Cuba de mísseis ali colocados pela União Soviética, o mundo esteve à beira de uma guerra nuclear. Este era um dado incontornável da realidade.

Com base no Ato Institucional baixado pelos militares, o governo do marechal Castello Branco começou um bem-sucedido trabalho de saneamento das finanças e reorganização político-administrativa do País. Na economia e na modernização da administração, o regime obteve inegáveis êxitos. O mesmo não aconteceu na política.

O Ato Institucional nº 2, o AI-2, de 27 de outubro de 1965, desviou o movimento de seu rumo. Mais grave do que extinguir os partidos foi, como assinalou o Estado em vários editoriais – notadamente os de 28 e 29 de outubro –, tornar permanentes medidas de emergência, excepcionais e transitórias, destinadas a recolocar o País no caminho democrático. O AI-2 marca o afastamento do Estado do movimento. A sua componente civil foi definhando e ele se tornou essencialmente militar. Começou ali o processo que levou ao autoritarismo e ao arbítrio do AI-5, à censura, à repressão, ao cerceamento das liberdades civis e dos direitos individuais.

A redemocratização viria ao fim de duas décadas de arbítrio, graças à persistência de milhares de brasileiros que se comportaram de forma pacífica e ordeira, repudiando tanto a violência empregada por aqueles que escolheram equivocadamente a luta armada quanto a brutalidade dos agentes do regime de exceção.

ANEXO E - FOLHA DE SÃO PAULO, 02 DE ABRIL DE 1964

Folha de São Paulo	02 de abril de 1964
---------------------------	----------------------------

Em defesa da lei

Não foi por falta de advertências que a situação nacional chegou ao estado em que hoje se encontra, de profunda crise militar e política, opondo-se ao presidente da República ponderável parcela das Forças Armadas e diversos líderes civis de incontestável autoridade, responsáveis pelo governo de importantes Estados da Federação.

Ninguém por certo desejou tal situação, excluídos certamente os elementos comunistas para os quais a situação do país estará tanto melhor quanto pior em verdade for. Esses elementos, infelizmente, vêm agindo há muito em altos cargos da administração pública federal e, de certa maneira, orientando muitas ações do governo.

O que pessoas de bom senso têm reiteradamente perguntado é isto: se o Partido Comunista se acha fora da lei, se os sentimentos do povo brasileiro claramente repelem o comunismo, se os elementos sabidamente comunistas têm sido sistematicamente batidos nas eleições em que prevalece o voto secreto e, mais do que isto, se têm obtido esmagadoras vitórias os líderes que se declaram ostensivamente contra os comunistas, por que haveriam estes de dominar no Brasil e dar o tom da política nacional?

Outra pergunta que as mesmas pessoas não raras vezes se fizeram é esta: se existem meios constitucionais para resolver a maioria dos grandes problemas nacionais, assim como para realizar as reformas necessárias ao progresso do país, por que se fez desse tema reformista uma simples bandeira de agitação, pregada com violência e com evidente propósito, não poucas vezes, de atirar os vários grupos sociais uns contra os outros? E por que se passou a denunciar a Constituição, a lei suprema, como fonte de todos os males do país e instrumento de opressão do povo? E por que passou a atacá-la, exigindo sua reforma, o chefe do Poder Executivo, que jurou cumpri-la, quando essa iniciativa de reforma é prerrogativa de outro Poder? Não menos respeitáveis são as dúvidas que surgiram em tantas cabeças esclarecidas a respeito da juridicidade dos atos seguidamente praticados pelo presidente da República, quando sob forma de simples decretos baixou determinações e normas que só podem vigir quando sob forma de lei. Nessas atividades e em várias outras enxergou-se o propósito de eliminar o Congresso Federal, e de eliminá-lo não apenas pelo desprezo votado a suas atribuições específicas e prerrogativas, mas também pelo incitamento do povo mediante doutrinação sistematizada e perturbadora.

Enquanto ganhava corpo, no governo, a tendência para o abuso de poder e o desrespeito aos outros Poderes da República, submetiam-se as Forças Armadas ao duro vexame de assistir ao apoio que a tais atos era dado por alguns oficiais colocados em postos de direção. Com habilidade foram assim as Forças Armadas aos poucos envolvidas na política, dando-se ao

povo a impressão de que elas existem para defesa do presidente, transformado em superpoder, e não, e igualmente, para defender os outros poderes e de um modo geral as instituições.

Nosso clima de crescente absorção de atribuições pelo Executivo, escudado em dispositivos que os outros Poderes não poderiam jamais constituir, a própria Federação acabou renegada e o intervencionismo desabusado nos Estados passou a constituir uma quase rotina.

A cada abuso de poder crescia a apreensão natural das pessoas que têm consciência do regime constitucional em que vivemos, e que é o democrático. Essa apreensão manifestou-se na maioria da imprensa brasileira independente. Este jornal registrou numerosas vezes sua estranheza ante a cada vez maior ilegalidade em que ia mergulhando o governo federal, apelando ao patriotismo dos responsáveis pela coisa pública, a fim de que se reexaminassem as falsas posições e se dessem ao povo, com sinceridade, os frutos de um regime democrático sadiamente aplicado e vivido, em lugar dos engodos de um totalitarismo subversivo.

Clamamos em defesa da Constituição, em defesa do regime democrático, em defesa da independência e da harmonia dos poderes. E nesse clamor, não visamos a ninguém pessoalmente, havendo distribuído nossas críticas tanto ao presidente da República quanto a todos os outros elementos, civis e militares, que integram ou defendem os Poderes da República.

Mas os clamores foram vãos. Não surtiram efeito os apelos à razão e ao patriotismo dos homens a quem se acha confiada a sorte do país. E a sementeira vermelha se tornou cada dia mais abundante, não demorando a produzir os seus amargos e venenosos frutos, que a inflação, jamais combatida com determinação, tornava ainda mais perigosos. A estrutura do país começou a abalar-se, ante os olhos atônitos dos homens sérios e trabalhadores, do povo ordeiro e construtor, que se viu humilhado repetidamente pela nova conceituação que à palavra povo se procurava dar, isto é, a de povo como sinônimo de multidão organizada e condicionada para o aplauso sem raciocínio.

As sucessivas paralisações do país mediante greves que não nasciam dos trabalhadores mas de uma cúpula política bem engordada em cômodas posições de falsa liderança, falsa porque armada à custa do governo, ensombreciam ainda mais o ambiente nacional.

Finalmente, no lamentável comício do dia 13, na Guanabara, o que se viu e ouviu foi, diante dos chefes militares, a pregação aberta da revolução e do descumprimento da Constituição, ao mesmo tempo que os mais profundos sentimentos do povo eram ridicularizados pelos que mais deviam respeitá-los. E logo a seguir, numa verdadeira fúria de quem precisa realizar em pouco tempo uma obra imensa de destruição, a crise provocada na Marinha e o intolerável atentado à disciplina e à hierarquia militar.

Depois de lentamente tentar corromper o cerne das Forças Armadas mediante a conhecida pregação falsamente reformista, surgia o golpe que deveria prenunciar o fim da legalidade democrática: o assalto à própria organização das Forças Armadas. E estas, em vários pontos do país, chefiadas por alguns de seus chefes de maior respeitabilidade, se levantaram em defesa das instituições ameaçadas.

São claros os termos do manifesto do comandante do II Exército. Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Ora, a pátria estava ameaçada pelo comunismo, que o povo brasileiro repele. Os poderes constitucionais haviam sido feridos de morte, tantos os desrespeitos à Constituição, à lei, ao regime federativo. E a ordem periclitava com a quebra de disciplina e de hierarquia nas Forças Armadas.

E essa disciplina e essa hierarquia não constituem assunto de somenos, a que possa o presidente ou qualquer membro do governo, e em especial das Forças Armadas, dar importância maior ou menor, consoante seu temperamento ou suas tendências. Pois é a própria Constituição que estabelece serem essas Forças organizadas na base da hierarquia e da disciplina. Quebrar essa disciplina e essa hierarquia constitui crime pelo qual qualquer chefe de Estado pode ser responsabilizado.

Assim se deve enxergar o movimento que empolgou o país. Representa, fora de dúvida, um momento dramático de nossa vida, que felizmente termina sem derramamento de sangue. E termina com a vitória do espírito da legalidade, reestabelecido o primado da Constituição e do Direito. Resta-nos esperar que os focos de resistência esboçados em raros pontos logo se desfaçam, para que a família brasileira reencontre no menor prazo possível a paz à qual tanto aspirava e o povo, livre da pregação e da ação dos comunistas que se haviam infiltrado no governo, volte a ter o direito, que lhe haviam tirado, de trabalhar em ordem e dentro da lei.

ANEXO F - FOLHA DE SÃO PAULO, 04 DE JANEIRO DE 1979

Folha de São Paulo	04 de janeiro de 1979
---------------------------	------------------------------

Além do banimento

A facilidade para o retorno de cidadãos cassados atualmente no exterior – além da extinção expressa dos atos que baniram 126 brasileiros de sua Pátria – constituem a boa nova para que neste começo de ano o Brasil volte ao clima que precede a reconciliação de que necessita para cicatrizar tanto as chagas do arbítrio, como as feridas da violência política. É a condição básica para o prosseguimento da distensão dirigida. Mas se tudo pode recomeçar no melhor sentido, a obra tem que ser completa: seja para a sociedade brasileira, que tem de persistir pelo fim completo das leis de exceção, seja para o Governo, que deve continuar no seu decidido empenho de coibir a violência de parte dos aparelhos repressivos ainda montados e seja, enfim, para os próprios punidos por atos excepcionais, que devem retornar à Pátria necessariamente despidos de qualquer animosidade revanchista.

No fundo, portanto, é exatamente aos homens de boa vontade que se dirigem as esperanças de uma Nação inconformada tanto com o arbítrio como pela violência; é ao bom-senso de parcelas ponderáveis da sociedade que se dirigem as expectativas. Mas, por isso também, é no exame dos casos concretos que se impõe o alargamento do espaço democrático já conquistado.

A questão, em síntese, já se coloca no próprio ato do Governo: desde que os banidos possam retornar à Pátria, o mínimo que se supõe é que o façam para não sofrer os rancores da arbitrariedade, os caprichos ou os desmandos da repressão. Neste sentido, talvez estejam corretos os advogados e juristas que começam desde já a ponderar diante das possibilidades de vinditas por parte do aparato de repressão de que banimento vale como pena de prisão e que, afinal, o mesmo ato que prescreveu o banimento não deixou de prescrever, igualmente, as leis autoritárias que presidiram a condenação de muitos dos cidadãos banidos.

O problema é bastante delicado, deve-se reconhecer, mas diz respeito à abertura a que se propôs o Governo. Trata-se, na verdade, de renunciar à ideia de que o crime político (leia-se, em muitos casos, posição contrária ao oficialismo) o pior dos crimes que um brasileiro pode cometer. É fundamental que o Planalto admita, a este propósito, que ao instituir o fim do banimento, consoante, aliás, a opinião do próprio presidente eleito de que lugar de brasileiro é no Brasil, a maior pena a que qualquer cidadão pode ser submetido é a proibição de voltar à Pátria e que, através deste ato, o Governo prescreve a maior pena.

É aqui, no entanto, que muito está ainda por ser feito; pois se o Governo reconhece que a pena de banimento é injusta, deve coerentemente admitir também que o que considera como o maior crime já não o é, pelo simples fato de que nas democracias não é crime pensar o

contrário, mas sim direito; e que quaisquer propostas distensionistas serão letra morta se juntamente com o fim do banimento não forem dados sinais de que o Governo não considera que pensar diferente não é, afinal, crime algum.

Cabe ao Governou completar o que começou. Ele se mostrou suficientemente forte para tomar uma atitude que todo o País aplaude; que o faça até o fim.

ANEXO G - FOLHA DE SÃO PAULO, 31 DE MARÇO DE 1984

Folha de São Paulo	31 de março de 1984
---------------------------	----------------------------

Vinte anos depois

Vinte anos após sua deflagração, o movimento político-militar de 1964 ainda está por concluir o ciclo do sistema de poder que instituiu. Contudo, já é possível fazer um inventário dos resultados de seu desempenho.

Forçoso é reconhecer, antes de tudo, que a ruptura das instituições então em vigor correspondeu às exigências de significativos setores da sociedade brasileira, inseguros quanto aos destinos do País. O Presidente João Goulart não se mostrou capaz de conter dentro dos limites da ordem e da lei o caudal de pressões políticas e reivindicações sociais. Concomitantemente a um desempenho adverso da economia, as frequentes invasões de terras, o emprego abusivo da arma da greve, a quebra da disciplina e da hierarquia nos quartéis, tudo isso gerou uma crise que desembocou na deposição do Presidente.

A intervenção das Forças Armadas no processo político, que contou com o apoio também de governadores de alguns dos principais Estados da Federação, foi feita em nome da salvaguarda da democracia. Pouco depois, no entanto, os acontecimentos tomavam outro rumo: mutilava-se a democracia, a ponto de tornar-se o oposto de si mesma, já então em nome de uma revolução que devia estruturar no País um regime democrático moderno, assentado sobre uma economia fortalecida e estável.

Em verdade, apesar do batismo oficial de Revolução, o movimento não realizou uma obra digna desse conceito. Sob o aspecto econômico, introduziram-se reformas e inovações, como a reestruturação do sistema bancário e a criação dos mecanismos de indexação. Por algum tempo os resultados foram favoráveis, mas hoje os êxitos do passado foram superados por fracassos contundentes. Desapareceu também a capacidade de imaginação antes tão pródiga em revelar novas políticas e instrumentos. As estruturas econômico-sociais permaneceram essencialmente as mesmas. As desigualdades regionais continuam guardando sua antiga proporção. Em 1953 a renda per capita no Brasil como um todo era de US\$ 2.000 a do Nordeste chegou a US\$ 1.000. Quanto à distribuição social de renda, o fenômeno agravou-se no sentido de maior concentração. Dados do IBGE revelam que na década de 70 parcela da renda total detida pela metade mais pobre da população caiu de 15% para 14,2%, enquanto o conjunto dos 10% mais ricos viu sua parte crescer de 46,5% para 47,8%. Repetiu-se assim o agravamento já verificado na década anterior, mantendo o País no rol dos que mais se destacam pelos contrastes sociais.

A concepção do Brasil-grande-potência levou ao superdimensionamento de alguns projetos e à iniciativa de obras faraônicas de duvidosa utilidade ou oportunidade, como Transamazônica,

Ferrovia do Aço, programa nuclear. Cresceu de forma vertiginosa a dívida externa brasileira, que saltou de US\$ 3 bilhões para cerca de US\$ 100 bilhões. Aumentou o predomínio do capital estrangeiro e estatal em detrimento da empresa nacional, que viu reduzir-se cada vez mais o espaço atribuído, pela própria filosofia do governo, à iniciativa privada.

Não se podem ignorar, entretanto, as realizações dos diversos governos que se seguiram ao longo desse período. Modernizaram-se os sistemas de transportes e comunicações, grandes projetos energéticos, sobretudo hídricos, começaram a ser implementados, a industrialização se desenvolveu a taxas elevadíssimas. O Brasil passou a ser classificado como “potência emergente”, um dos Novos Países Industrializados, de acordo com seu Produto Nacional Bruto, o oitavo do mundo capitalista.

Surtos de ufanismo dominaram então os círculos dirigentes, tanto na época da euforia do “milagre”, como até mais tarde na menção à “ilha de prosperidade” num oceano agitado por tempestades econômicas. Fatores negativos, externos e internos, não tardaram a mostrar a fragilidade desse excesso de otimismo, sobretudo a partir de 1979.

A recessão sobreveio em seguida, com seus efeitos econômicos e sociais refletidos nas falências e concordatas de empresas até há pouco conhecidas por sua solidez e numa inaudita expansão do desemprego, inquietante pelas suas implicações. Essa recessão já caminha para o seu quarto ano, permanecendo até aqui sem maiores perspectivas de superação.

As dificuldades cambiais e o crescimento da dívida externa, através do círculo vicioso de tomar sempre novos e mais dispendiosos empréstimos para pagar os serviços do montante anterior, levaram o País de uma vez à beira da inadimplência e, por fim, a submeter-se às diretrizes do Fundo Monetário Internacional. Compelido por todas essas circunstâncias, o Governo reduziu o ritmo ou mesmo paralisou alguns dos projetos da fase mais ambiciosa. E, além disso, continua a debater-se nas malhas de uma inflação galopante que ultrapassou a barreira dos 200 %.

É preciso recordar que uma das motivações do movimento de 1964 foi o agravamento do processo inflacionário, que havia atingido o patamar de 90%. O primeiro governo desse regime conseguiu debelar em grande parte a inflação, reduzindo-a a níveis aceitáveis, embora à custa do sacrifício das camadas mais carentes da população. Outra das motivações, a onda de corrupção, também reapareceu com igual ou maior vigor – e contando hoje com o mesmo grau de impunidade de ontem.

É de justiça reconhecer que, em continuidade aos primeiros passos da abertura democrática, dados ainda sob o governo Geisel, o presidente Figueiredo soube ir ao encontro do espírito das reivindicações da sociedade, contribuindo para a pacificação política, mediante a concessão da anistia; restaurando o direito dos cidadãos de elegerem os governadores de seus Estados em sufrágio direto; ampliando a liberdade de imprensa, atenuando os casos de enquadramento e punição pela Lei de Segurança Nacional e deixando para trás a fase, aliás já encerrada no governo Geisel, de violação da integridade física dos adversários do regime.

Mas a Constituição que aí temos, outorgada pela Junta Militar e emendada mais de duas dezenas de vezes, conforme as necessidades momentâneas do palácio do Planalto, está impregnada de preceitos autoritários, casuísticos e ilegítimos, de que são exemplos a faculdade de o Presidente baixar decretos-leis, adotar medidas de exceção sem aprovação do Congresso Nacional e a existência mesmo do famigerado Colégio Eleitoral.

Ao presidente João Batista Figueiredo, oriundo e continuador do sistema político implantado em 1964, cabe a tarefa histórica de encerrá-lo em definitivo, desobstruindo o caminho para a efetiva democratização do País.

O reexame profundo de nossa realidade e a busca de caminhos novos que conduzam realmente a uma democracia moderna e sólida, e a uma economia capaz de liquidar os bolsões de miséria, os extremados desequilíbrios regionais e sociais, é tarefa que supõe a superação definitiva das regras autoritárias que presidiram esta fase do processo político nacional.

A questão se apresenta como essencialmente política. Daí a adesão em massa dos mais variados setores da sociedade à ideia da eleição presidencial direta imediata, pela qual pretendem dar legitimidade a um governo que se proponha executar essa tarefa, pondo fim a um regime historicamente esgotado e incapaz de enfrentar os novos desafios que a Nação tem diante de si.

ANEXO H - FOLHA DE SÃO PAULO, 30 DE MARÇO DE 2014

Folha de São Paulo	30 de março de 2014
---------------------------	----------------------------

1964

O regime militar (1964-1985) tem sido alvo de merecido e generalizado repúdio. A consolidação da democracia, nas últimas três décadas, torna ainda mais notória a violência que a ditadura representou.

Violência contra a população, privada do direito elementar ao autogoverno. E violência contra os opositores, perseguidos por mero delito de opinião, quando não presos ilegalmente e torturados, sobretudo no período de combate à guerrilha, entre 1969 e 1974.

Aquela foi uma era de feroz confronto entre dois modelos de sociedade –o socialismo revolucionário e a economia de mercado. Polarizadas, as forças engajadas em cada lado sabotavam as fórmulas intermediárias e a própria confiança na solução pacífica das divergências, essencial à democracia representativa.

A direita e parte dos liberais violaram a ordem constitucional em 1964 e impuseram um governo ilegítimo. Alegavam fazer uma contrarrevolução, destinada a impedir seus adversários de implantar ditadura ainda pior, mas com isso detiveram todo um impulso de mudança e participação social.

Parte da esquerda forçou os limites da legalidade na urgência de realizar, no começo dos anos 60, reformas que tinham muito de demagógico. Logo após 1964, quando a ditadura ainda se continha em certas balizas, grupos militarizados desencadearam uma luta armada dedicada a instalar, precisamente como eram acusados pelos adversários, uma ditadura comunista no país.

As responsabilidades pela espiral de violência se distribuem, assim, pelos dois extremos, mas não igualmente: a maior parcela de culpa cabe ao lado que impôs a lei do mais forte, e o pior crime foi cometido por aqueles que fizeram da tortura uma política clandestina de Estado.

Isso não significa que todas as críticas à ditadura tenham fundamento. Realizações de cunho econômico e estrutural desmentem a noção de um período de estagnação ou retrocesso.

Em 20 anos, a economia cresceu três vezes e meia. O produto nacional per capita mais que dobrou. A infraestrutura de transportes e comunicações se ampliou e se modernizou. A inflação, na maior parte do tempo, manteve-se baixa.

Todas as camadas sociais progrediram, embora de forma desigual, o que acentuou a iniquidade. Mesmo assim, um dado social revelador como a taxa de mortalidade infantil a

cada mil nascimentos, que era 116 em 1965, caiu a 63 em 1985 (e melhorou cada vez mais até chegar a 15,3 em 2011).

No atendimento às demandas de saúde e educação, contudo, a ditadura ficou aquém de seu desempenho econômico.

Sob um aspecto importante, 1964 não marca uma ruptura, mas o prosseguimento de um rumo anterior. Os governos militares consolidaram a política de substituição de importações, via proteção tarifária, que vinha sendo a principal alavanca da industrialização induzida pelo Estado e que permitiu, nos anos 70, instalar a indústria pesada no país.

A economia se diversificou e a sociedade não apenas se urbanizou (metade dos brasileiros vivia em cidades em 1964; duas décadas depois, eram mais de 70%) mas também se tornou mais dinâmica e complexa. Metrôpoles cresceram de modo desordenado, ensejando problemas agudos de circulação e segurança.

O regime passou por fases diferentes, desde o surto repressivo do primeiro ano e o interregno moderado que precedeu a ditadura desabrida, brutal, da passagem da década, até uma demorada abertura política, iniciada dez anos antes de sua extinção formal, em 1985.

As crises do petróleo e da dívida externa desencadearam desarranjos na economia, logo traduzidos em perda de apoio, inclusive eleitoral. O regime se tornara estreito para uma sociedade que não cabia mais em seus limites. Dissolveu-se numa transição negociada da qual a anistia recíproca foi o alicerce.

Às vezes se cobra, desta Folha, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro.

Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais.

É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias.

Visto em perspectiva, o período foi um longo e doloroso aprendizado para todos os que atuam no espaço público, até atingirem a atual maturidade no respeito comum às regras e na renúncia à violência como forma de lutar por ideias. Que continue sendo assim.

ANEXO I - O GLOBO, 02 DE ABRIL DE 1964

O Globo	02 de abril de 1964
----------------	----------------------------

“Ressurge a Democracia”

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.

Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.

Poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.

As Forças Armadas, diz o Art. 176 da Carta Magna, “são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI.”

No momento em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.

Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo.

A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo. Mas, por isto que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, contra qualquer idéia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o bem do povo e o progresso do País.

Se os banidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social. Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.”

ANEXO J - O GLOBO, 04 DE JANEIRO DE 1969

O Globo	04 de janeiro de 1969
----------------	------------------------------

O salto e o atleta

Em sua mensagem de Ano Novo o Presidente da República pensou alto diante da Nação. E fez sua exegese da crise que desembocou no Ato 5.

Observou o Marechal Costa e Silva que ocorrera a “falência temporária do poder político”, Diante disso, o Ato Institucional “não se afigurou ao Presidente da República como a melhor das soluções, mas, sim, como a única solução”.

“Sacrificamos transitoriamente o secundário em defesa do que é fundamental”, disse o Presidente, acrescentando porém que “nem tudo se vence pela força”.

Creemos que estas citações resumem o essencial da explicação do Governo para o até certo ponto inesperado tufão político do fim de 1968.

Mas nos parece imprescindível aprofundar a análise. Exemplo: quando se fala de falência do poder político, será justo confiná-la ao Congresso? É óbvio que Senado e Câmara fracassaram. Continuaram com o velho joguinho, com a tática de “tolerar” a Revolução, olhos fitos numa “normalização” que representaria – como sempre aqui registramos – o retorno ao caos pré-revolucionário (caos aquele rendoso para tantos políticos).

No entanto, na órbita o Executivo praticaram-se também não poucos erros políticos e, sobretudo, não pequenas omissões – aqueles e estas em parte geraram ou estimularam os desacertos do Congresso. Diante de questões básicas registraram-se vacilações da liderança governamental – não apenas de lideranças situacionistas no Congresso.

Daí a pergunta: não será errôneo o diagnóstico que exclua do rol dos responsáveis a ala do Executivo que sabidamente também fracassou? Uma falha de tal monta no diagnóstico poderá ser fatal ao paciente.

O Brasil está diante de uma esquina histórica. O 13 de Dezembro poderá representar um passo de gigante – para a frente – ou um funesto retrocesso. Tudo depende da condução do processo. Pergunta-se: estaria TODO o Governo em condições de carregar tanta responsabilidade sobre os ombros? Ou haveria áreas frágeis incapazes de ajudar a levar o fardo? Se alguns não puderam carregar 100 quilos, poderão agora aguentar a massa de 100 toneladas que o Ato lhes pôs às costas?

A reação – ou a não-reação – popular indica a presença da enorme receptividade potencial da opinião nacional a decisões grandes que realmente solucionem os magnos problemas do País. Portanto, não há lugar para gestos pequenos após o 13 de Dezembro. O hiato em que vivemos, se aproveitando sem mesquinhez – se sem prisões miúdas – poderá representar uma

saída para o impasse brasileiro. Mas também – armas de dois gumes que é – se “mal” administrado, redundará numa trágica aventura.

O Governo está condenado a não errar. Perdeu esse direito. Um erro agora será como a pena de morte sem o benefício do indulto. O Ato 5 foi a última instância. A trincheira derradeira. Não se pode afirmar ainda se terá sido um erro ou um acerto. Isso depende do uso que dele fizerem. Por isso, é prematuro apoiá-lo ou condená-lo (embora algumas providências na órbita econômico-financeira hajam sido felizes). Poderá ser um bem para o Brasil como poderá representar a maldição suprema. O salto qualitativo foi dado. O êxito dependerá do atleta.

ANEXO K - O GLOBO, 07 DE OUTUBRO DE 1984

O Globo	07de outubro de 1984
----------------	-----------------------------

O julgamento da Revolução

Roberto Marinho

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas antirrevolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente.

Temos permanecido fiéis aos seus objetivos, embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir a autoria do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, “por exigência inelutável do povo brasileiro”. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um “pronunciamento” ou “golpe” com o qual não estaríamos solidários.

O Globo, desde a Aliança Liberal, quando lutou contra os vícios políticos da Primeira República, vem pugnando por uma autêntica democracia e progresso econômico e social do País. Em 1964 teria de unir-se aos companheiros de jornadas anteriores, aos “tenentes e bacharéis”, que se mantinham coerentes com as tradições e os ideais de 1930, aos expedicionários da FEB que ocupavam a Chefia das Forças Armadas, os quais se congregaram sob a pressão das grandes marchas populares, mudando o curso da nossa história.

Acompanhamos esse esforço de renovação em todas as suas fases. No período de ordenação da economia que se encerrou em 1967. Nos meses dramáticos de 1968 em que a intensificação de atos de terrorismo provocou a implantação do AI-5. Na expansão econômica de 1969 a 1972, quando o produto nacional cresceu à taxa média anual de 10%. Assinale-se que naquele primeiro decênio revolucionário a inflação decrescera de 96% para 12,6% ao ano, elevando-se as exportações anuais de 1 bilhão e 300 mil dólares para mais de 12 bilhões de dólares. Na era do impacto da crise mundial de petróleo desencadeada em 1973 e repetida em 1979, a que se seguiram aumentos vertiginosos nas taxas de juro, impondo-nos uma secessão de sacrifício para superar a nossa dependência externa de energia, a deterioração dos preços de nossos produtos de exportação e desorganização do sistema financeiro internacional. Essa conjugação de fatores que violentaram a administração de nossas contas externas obrigou-nos a desvalorizações cambiais de emergência que teriam fatalmente de resultar na exacerbação do processo inflacionário. Nas respostas que a sociedade e o Governo brasileiros deram a esse desafio, conseguindo no segundo decênio revolucionário que agora se completa, apesar de todas as dificuldades, reduzir de 80% para mens de 40% a dependência externa na

importação de energia, elevando a produção de petróleo de 175 mil barris para 500 mil barris diários e a de álcool, de 680 milhões para 8 bilhões de litros; e simultaneamente aumentar a fabricação industrial em 85%, expandir a área plantada para produção de alimentos com 20 milhões de hectares a mais, criar 13 milhões de novos empregos, assegurar a presença de mais de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares, ampliar a população economicamente ativa de 29 milhões e 500 mil para 45 milhões e 797 mil, elevando as exportações anuais de 12 bilhões para 22 bilhões de dólares.

Volvendo os olhos para as realizações nacionais dos últimos 20 anos, há que se reconhecer um avanço impressionante: em 1964, éramos a quadragésima nona economia mundial, com uma população de 80 milhões e uma renda per capita de 900 dólares; somos hoje a oitava, com 130 milhões de pessoas, e uma renda média per capita de 2.500 dólares.

O Presidente Castelo Branco, em seu discurso de posse, anunciou que a Revolução “visava a arrancada para o desenvolvimento, pela elevação moral e política”. Dessa maneira, acima do progresso material, delineava-se o objetivo supremo da preservação dos princípios éticos e do restabelecimento do estado de direito. Em 24 de junho de 1978, o Presidente Geisel anunciou o fim dos atos de exceção, abrangendo o AI-5, o decreto-lei 477 e demais Atos Institucionais. Com isso, restauravam-se as garantias da magistratura e o instituto do habeas corpus. Cessava a competência do Presidente para decretar o fechamento do Congresso e a intervenção nos Estados, fora das determinações constitucionais. Perdia o Executivo as atribuições de suspender direitos políticos, cassar mandatos, demitir funcionários civis e reformar militares. Extinguiam-se as atividades da C.G.I. e o confisco sumário de bens. Desapareciam da legislação o banimento, a pena de morte, a prisão perpétua e a inelegibilidade perene dos cassados. Findava-se o período discricionário, significando que os anseios de liberalização que Castello Branco e Costa e Silva manifestaram em diversas ocasiões e que Médici vislumbrou em seu primeiro pronunciamento finalmente se concretizavam.

Enquanto vários líderes opositores resolveram considerar aquelas medidas fundamentais como “meros paliativos”, o então deputado Tancredo Neves, Líder do MDB na Câmara Federal, reconheceu que a determinação governamental “foi além do esperado”.

Ao assumir o Governo, o Presidente Figueiredo jurou dar continuidade ao processo de redemocratização. A concessão da anistia ampla e irrestrita, as eleições diretas para os Governos dos Estados, a posse dos eleitos, a colaboração Federal com os novos Governos opositores na defesa dos interesses maiores da coletividade são demonstrações de que o Presidente não falou em vão.

Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado de seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da Revolução de 1964.

Neste momento em que se desenvolve o processo de sucessão presidencial, exige-se coerência de todos os que têm a missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios.

O caminho para o aperfeiçoamento das instituições é reto. Não admite desvios aéticos, nem afastamentos do povo.

Adotar outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a Revolução no seu Ato final.

ANEXO L - O GLOBO, 31 DE AGOSTO DE 2013

O Globo	31 de agosto de 2013
----------------	-----------------------------

Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro

A consciência não é de hoje, vem de discussões internas de anos, em que as Organizações Globo concluíram que, à luz da História, o apoio se constituiu um equívoco.

RIO - Desde as manifestações de junho, um coro voltou às ruas: “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”. De fato, trata-se de uma verdade, e, também de fato, de uma verdade dura.

Já há muitos anos, em discussões internas, as Organizações Globo reconhecem que, à luz da História, esse apoio foi um erro.

Há alguns meses, quando o Memória estava sendo estruturado, decidiu-se que ele seria uma excelente oportunidade para tornar pública essa avaliação interna. E um texto com o reconhecimento desse erro foi escrito para ser publicado quando o site ficasse pronto.

Não lamentamos que essa publicação não tenha vindo antes da onda de manifestações, como teria sido possível. Porque as ruas nos deram ainda mais certeza de que a avaliação que se fazia internamente era correta e que o reconhecimento do erro, necessário.

Governos e instituições têm, de alguma forma, que responder ao clamor das ruas.

De nossa parte, é o que fazemos agora, reafirmando nosso incondicional e perene apego aos valores democráticos, ao reproduzir nesta página a íntegra do texto sobre o tema que está no Memória, a partir de hoje no ar:

1964

“Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S.Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais.

Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era

criticado por tentar instalar uma “república sindical” — e de alguns segmentos das Forças Armadas.

Na noite de 31 de março de 1964, por sinal, O GLOBO foi invadido por fuzileiros navais comandados pelo Almirante Cândido Aragão, do “dispositivo militar” de Jango, como se dizia na época. O jornal não pôde circular em 1º de abril. Sairia no dia seguinte, 2, quinta-feira, com o editorial impedido de ser impresso pelo almirante, “A decisão da Pátria”. Na primeira página, um novo editorial: “Ressurge a Democracia”.

A divisão ideológica do mundo na Guerra Fria, entre Leste e Oeste, comunistas e capitalistas, se reproduzia, em maior ou menor medida, em cada país. No Brasil, ela era aguçada e aprofundada pela radicalização de João Goulart, iniciada tão logo conseguiu, em janeiro de 1963, por meio de plebiscito, revogar o parlamentarismo, a saída negociada para que ele, vice, pudesse assumir na renúncia do presidente Jânio Quadros. Obteve, então, os poderes plenos do presidencialismo. Transferir parcela substancial do poder do Executivo ao Congresso havia sido condição exigida pelos militares para a posse de Jango, um dos herdeiros do trabalhismo varguista. Naquele tempo, votava-se no vice-presidente separadamente. Daí o resultado de uma combinação ideológica contraditória e fonte permanente de tensões: o presidente da UDN e o vice do PTB. A renúncia de Jânio acendeu o rastilho da crise institucional.

A situação política da época se radicalizou, principalmente quando Jango e os militares mais próximos a ele ameaçavam atropelar Congresso e Justiça para fazer reformas de “base” “na lei ou na marra”. Os quartéis ficaram intoxicados com a luta política, à esquerda e à direita. Veio, então, o movimento dos sargentos, liderado por marinheiros — Cabo Ancelmo à frente —, a hierarquia militar começou a ser quebrada e o oficialato reagiu.

Naquele contexto, o golpe, chamado de “Revolução”, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia. Os militares prometiam uma intervenção passageira, cirúrgica. Na justificativa das Forças Armadas para a sua intervenção, ultrapassado o perigo de um golpe à esquerda, o poder voltaria aos civis. Tanto que, como prometido, foram mantidas, num primeiro momento, as eleições presidenciais de 1966.

O desenrolar da “revolução” é conhecido. Não houve as eleições. Os militares ficaram no poder 21 anos, até saírem em 1985, com a posse de José Sarney, vice do presidente Tancredo Neves, eleito ainda pelo voto indireto, falecido antes de receber a faixa.

No ano em que o movimento dos militares completou duas décadas, em 1984, Roberto Marinho publicou editorial assinado na primeira página. Trata-se de um documento revelador. Nele, ressaltava a atitude de Geisel, em 13 de outubro de 1978, que extinguiu todos os atos institucionais, o principal deles o AI5, restabeleceu o habeas corpus e a independência da magistratura e revogou o Decreto-Lei 477, base das intervenções do regime no meio universitário.

Destacava também os avanços econômicos obtidos naqueles vinte anos, mas, ao justificar sua adesão aos militares em 1964, deixava clara a sua crença de que a intervenção fora

imprescindível para a manutenção da democracia e, depois, para conter a irrupção da guerrilha urbana. E, ainda, revelava que a relação de apoio editorial ao regime, embora duradoura, não fora todo o tempo tranquila. Nas palavras dele: “Temos permanecido fiéis aos seus objetivos [da revolução], embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir a autoria do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o marechal Costa e Silva, ‘por exigência inelutável do povo brasileiro’. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’, com o qual não estaríamos solidários.”

Não eram palavras vazias. Em todas as encruzilhadas institucionais por que passou o país no período em que esteve à frente do jornal, Roberto Marinho sempre esteve ao lado da legalidade. Cobrou de Getúlio uma constituinte que institucionalizasse a Revolução de 30, foi contra o Estado Novo, apoiou com vigor a Constituição de 1946 e defendeu a posse de Juscelino Kubistchek em 1955, quando esta fora questionada por setores civis e militares.

Durante a ditadura de 1964, sempre se posicionou com firmeza contra a perseguição a jornalistas de esquerda: como é notório, fez questão de abrigar muitos deles na redação do GLOBO. São muitos e conhecidos os depoimentos que dão conta de que ele fazia questão de acompanhar funcionários de O GLOBO chamados a depor: acompanhava-os pessoalmente para evitar que desaparecessem. Instado algumas vezes a dar a lista dos “comunistas” que trabalhavam no jornal, sempre se negou, de maneira desafiadora.

Ficou famosa a sua frase ao general Juracy Magalhães, ministro da Justiça do presidente Castello Branco: “Cuide de seus comunistas, que eu cuido dos meus”. Nos vinte anos durante os quais a ditadura perdurou, O GLOBO, nos períodos agudos de crise, mesmo sem retirar o apoio aos militares, sempre cobrou deles o restabelecimento, no menor prazo possível, da normalidade democrática.

Contextos históricos são necessários na análise do posicionamento de pessoas e instituições, mais ainda em rupturas institucionais. A História não é apenas uma descrição de fatos, que se sucedem uns aos outros. Ela é o mais poderoso instrumento de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro: aprende-se com os erros cometidos e se enriquece ao reconhecê-los.

Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país.

À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma.”